

LANGUAGE

Selecione o idioma

Português (Brasil)

Submeter

USUÁRIO

Login

Senha

 Lembrar usuário

Acesso

CONTEÚDO DA
REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos

Pesquisar

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

TAMANHO DE
FONTE[Ajuda do sistema](#)[OPEN JOURNAL
SYSTEMS](#)

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCI
DE PERIÓDICOS DA PUCRS

Capa > Edições anteriores > **v. 41, n. 1 (2015)**

v. 41, n. 1 (2015)

Laços Sociais, Laços Transnacionais: Da construção de vínculos na história

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1>

Sumário

Editorial

[Editorial](#)

Leandro Pereira Gonçalves, Charles Monteiro

[PDF](#)
6-7

Laços Sociais, Laços Transnacionais: Da construção de vínculos na história

[Apresentação](#)

Equipe Editorial

[PDF](#)
7-13

Laços Políticos

[Voto, representação política e soberania popular na república brasileira](#)

Cláudia Maria R. Viscardi

[PDF](#)
14-39

[Ecos de Berlim: a influência do nacional-socialismo alemão no fascismo espanhol \(1930-1940\)](#)

Xosé M. Núñez Seixas

[PDF](#)
40-57

[A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? \(1947-1974\)](#)

Augusto Nascimento

[PDF](#)
58-78

[Cicatrizes da memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus](#)

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, Francisca Ferreira Michelin

[PDF](#)
79-97

[A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet](#)

Fábio Chang de Almeida

[PDF](#)
98-125

Laços Sociais

[A rebeldia dos Bragança no Rio da Prata: redes comerciais e laços parentais portugueses na Buenos Aires seiscentista](#)

Rodrigo Ceballos

[PDF](#)
126-142

[Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império](#)

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida

[PDF](#)
143-163

[Aspectos da desordem urbana: imigrantes ibéricos e a contravenção no Rio de Janeiro republicano \(1880-1930\)](#)

Erica Sarmiento, Lená Medeiros de Menezes

[PDF](#)
164-180

[Festa popular e identidade nacional nos dois lados do Atlântico durante o século XX](#)

Daniel Melo

[PDF](#)
181-200

Resenha

[A trama autoritária: direitas e violência no Uruguai](#)

Rodrigo Santos de Oliveira

[PDF](#)
201-208

Entrevista

[Laços humanos, política e história – Uma entrevista com Wolfgang Heuer](#)

Vinicius Liebel

[PDF](#)
209-219

ISSN: 0101-4064

e-ISSN: 1980-864X

Copyright: © 2015 EDIPUCRS



Este periódico é membro do COPE (*Committee on Publication Ethics*) e adere aos seus princípios. <http://www.publicationethics.org/>



Apoio Institucional – fev./dez. 2013 referente ao Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº. 09/2012.
Apoio Institucional – fev./dez. 2012 referente ao Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº. 15/2011.



PROEX – 2012/2013

Avaliação do Qualis CAPES - 2012
ÁREA CAPES - **História**
CLASSIFICAÇÃO - **A2**



Exceto onde especificado diferentemente, a matéria publicada neste periódico é licenciada sob forma de uma [licença Creative Commons BY-NC 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

EDITORIAL

No mês de julho de 2015, a *Estudos Ibero-Americanos*, revista do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, completa 40 anos de periodicidade ininterrupta. Ao longo das quatro décadas, a EIA, solidificou-se como uma referência aos estudos da Península Ibérica e parte da América por ela colonizada.

Recentemente tivemos a satisfação de assumir a edição da revista e estamos apresentando o primeiro número sob a nova coordenação editorial, entretanto, não podemos deixar de mencionar neste momento comemorativo a importância que alguns professores tiveram na direção da revista. Certamente o nome de maior representatividade da EIA está concentrado na figura do Doutor Braz Augusto Aquino Brancato, fundador e diretor do periódico. Com ele a revista ultrapassou as fronteiras nacionais e ganhou espaços acadêmicos internacionais, aspecto que foi seguido e solidificado pelos outros editores que passaram pela revista ao longo das quatro décadas: Irmão Elvo Clemente, Gregorio Martin, Harry Rodrigues Bellomo, René E. Gertz e Maria Cristina dos Santos. São profissionais que contribuíram para a consolidação do periódico como referência na área de História, sendo que esta última, contribuiu também para a transição digital e ampliação dos indexadores.

Aproveitamos para informar que um projeto está em andamento e no decorrer dos próximos meses, todas as revistas impressas estarão digitalizadas e disponíveis para consulta online. Atualmente, é possível pesquisar apenas a partir do volume 30 do ano de 2004, sendo necessária a consulta manual de todas as demais, mas segundo cronograma, até 2016, com o apoio das estagiárias oriundas do Programa de Bolsas Pesquisa Alunos da PUCRS/BPA, todos os 40 anos estarão disponíveis para consulta na internet.

Com o desafio que recebemos em continuar essa história de sucesso acadêmico e editorial, iniciamos um processo de ampliação e fortalecimento do Conselho Consultivo, dessa forma, a partir de agora, temos representantes de universidades da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Espanha, EUA, França, Hungria, Itália, Portugal, Reino Unido

e Uruguai. Com esse novo grupo será possível ampliar nossa rede e internacionalizar a produção.

Seguindo as novas tendências editoriais, a EIA adotou a publicação de *dossiês* temáticos. As chamadas serão sempre divulgadas com antecedência na plataforma, *mailing list* e redes sociais, como na recém-criada página do Facebook.¹ Com isso, o número 41, vem a público como Dossiê *Laços Sociais, Laços Transnacionais* □ *da construção de vínculos na História*, organizado pela Equipe Editorial. O material é composto por nove artigos, uma resenha e pela seção entrevista.

Agradecemos a todos os colegas que contribuíram com o crescimento da EIA e aqueles que querem o fortalecimento do periódico como uma revista de alcance ainda maior no cenário internacional. Desejamos boa leitura e excelentes reflexões.

Leandro Pereira Gonçalves
Editor

Charles Monteiro
Editor Executivo

¹ <<https://www.facebook.com/EstudosIberoAmericanos?fref=ts>>.

LAÇOS SOCIAIS, LAÇOS TRANSNACIONAIS □ DA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS NA HISTÓRIA

Apresentação

Presentation

Presentación

Laços sociais, familiares, geracionais, de amizade; laços de grupo, laços políticos, ideológicos, laços legais e laços diplomáticos. A história se movimenta com base em conjuntos e interações, onde mesmo o herói hegeliano, ainda que guiado pelo Espírito do Mundo, encontrará sua sustentação e palco de ação no coletivo □ para o próprio Hegel, no Estado (HEGEL, 2001). Nas bases de todo poder está uma coletividade, pois, como nos ensina Hannah Arendt (1970, p. 44), ninguém, nem mesmo o tirano mais absoluto, governa realmente sozinho. Da mesma forma, ideias são formadas e aperfeiçoadas em conversas, sentimentos são desenvolvidos a partir do convívio, para cada aprendizado um professor ou um modelo é necessário. O ser humano não prescinde de seu semelhante, e o estabelecimento de laços surge como um desenvolvimento natural, uma condição inerente a esse animal social.

A escrita da História, os estudos e análises de períodos, fatos e conjunturas as mais distintas apontam para o protagonismo dos laços sociais, ainda que eles sejam por vezes tomados como autoevidentes. Tomemos o caso dos laços entre jovens europeus no século XVI, quando se observa a formação daquilo que se convencionou chamar de adolescência. Essa fase da vida dos jovens adultos passa a ganhar uma nova dimensão diante da reforma dos costumes, do aumento da idade para se contrair matrimônio e da diminuição das liberações. Criam-se assim elos entre os membros dessa faixa etária, acudados que são pela nova realidade. Tais laços resultarão em uma identidade de grupo/geração com consequências sociais de longa duração, dentre as quais a identificação desses jovens com um comportamento errático, rebelde, por vezes violento, □ tipicamente adolescente □ em especial entre os jovens □ machos □ (MUCHEMBLED, 2012). As estruturas de dominação,

por sinal, costumam ser gatilhos e reforços privilegiados para a criação e manutenção de laços. É nesse sentido que, no mesmo século XVI, o *Ímpeto civilizador* age pela coibição do infanticídio na difusão de um discurso e de um imaginário moralizadores, reforçando a importância dos laços maternos. Isso se mostrou uma estratégia voltada não apenas para a contenção do assassinio das proles, mas também para inculcar uma responsabilidade materna nas mulheres e perpetuar estruturas de dominação masculinas naquela sociedade (LIEBEL, 2013).

A natureza dos laços sociais, assim se verifica, está estreitamente vinculada ao desenvolvimento de sentimentos e de emoções. Não por acaso, é em torno do sentimento de empatia que Lynn Hunt (2009) vai encontrar o sentido propulsor para a redação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, talvez a tentativa mais sólida da história de pensar o laço mais primordial que nos une a todos: a natureza humana. Não se trata, é claro, de localizar no século XVIII as origens da empatia. Como Ute Frevert (2013) argumenta, a própria bíblia, na parábola do bom samaritano, já mostra não ser esse sentimento uma novidade setecentista. Entretanto, é no século XVIII que se humaniza e se discute a positividade da empatia. Não é por acaso que filósofos como Schopenhauer, já na virada do século XIX, podem pensar o humanismo em sentido amplo, com reflexos, por exemplo, nas relações entre humanos e animais¹. Tais laços são fundamentados em termos éticos, e Schopenhauer (2006, p. 128 *et seq.*) acaba por declarar: quem faz mal a um animal não pode ser boa pessoa (*könne kein guter Mensch sein*).

Não por acaso, tais reflexões fornecerão aos séculos XIX e XX boa parte do combustível para novas teorias, ideologias e revoluções. Ao mesmo tempo em que se *descobrem* novos laços, os mesmos laços são responsáveis pela formação de identidades cada vez mais fragmentadas. Com exceção dos laços generalizantes (universalismo, cosmopolitismo, humanismo), cada novo elemento que se agrega à identidade (coletiva ou individual) deixa de formar pontes para começar a criar muros cada vez maiores². Dessa forma, laços nacionais, transnacionais, religiosos, raciais, ideológicos ou de classe assumem lugar central e cada vez maior

¹ Sobre o processo de constituição desses laços entre homens e animais, ver: Thomas, 2010.

² Lembremos do estudo de Norbert Elias e John Scotson (2000) que analisa, no microcosmo da cidade de *Winston Parva*, o lugar dos laços sociais na constituição de uma dinâmica opressora e delimitadora. Com bases na tradição e no carisma, configuram-se dois grupos essenciais de cidadãos que os autores denominam estabelecidos e *outsiders*. É com base nessa caracterização que toda a carga envolvida nos valores de pertencimento e de exclusão servirá ao domínio e à conservação do *status quo* na comunidade.

como motores da história, levando o século XX a ser descrito, como tantas vezes o foi, o século da violência.

O dossiê que o leitor tem em mãos tenta lidar com essa estranha dicotomia existente quando pensamos os laços sociais: suas forças centrífuga e centrípeta, seus princípios agregadores e delimitadores. O mesmo laço que une pode também servir para separar, e a formação de grupos, identidades e imaginários acaba sendo seu produto mais evidente □ e fonte de estudo e interpretação dos historiadores. Na composição do presente dossiê, os textos foram separados em duas seções: *Laços Políticos* e *Laços Sociais*. Ainda que elementos sociais e políticos tenham a tendência a se mesclar e se confundir, optou-se por essa distinção que privilegia o campo do político, do pensamento e da ação conjunta e institucional, das paixões e ideologias políticas, frente a temas diversos, como os laços familiares, os laços culturais e os laços corporativistas.

Abrindo o primeiro grupo de artigos, a professora *Claudia Viscardi* traça um importante panorama conceitual envolto às ideias de república e de democracia na primeira década do período republicano brasileiro. Período ainda conturbado, marcado pela insegurança dos próprios republicanos quanto ao sucesso do novo regime, os anos que se seguem a 1889 assistem a uma constante busca por uma nova identidade e formatação da estrutura política. Nesse contexto, a definição conceitual se torna um imperativo, e a construção e remodelação do discurso andam de mãos dadas com a própria construção das novas instituições. É nesse sentido que Viscardi toma a Constituição de 1891 como base de estudo, analisando as estruturas discursivas envolvidas em sua promulgação e as subsequentes modificações e (re)interpretações conceituais que vão possibilitar a manutenção do poder das elites □ em uma demonstração sutil dos muros que alguns laços podem construir □ e resguardá-las de sua □demofobia□ É também a formatação – filosófica, conceitual e ideológica □ do movimento fascista espanhol e do Primeiro Franquismo que é objeto de análise de *Xosé Manoel Núñez Seixas*. Sua abordagem, entretanto, é marcada fortemente por uma perspectiva transnacionalista, buscando vislumbrar os reflexos germânicos que despontam, entre 1930 e 1940, em terras espanholas. Os laços intelectuais, ideológicos e diplomáticos ganham espaço no texto de Seixas. É a influência da Academia alemã, da ideologia nacional-socialista e da estrutura □ e propaganda □ do Terceiro *Reich* sobre jornalistas e intelectuais conservadores espanhóis que se converte no tema central do artigo do professor galego da Universidade Ludwig-Maximilians, de Munique.

Seguindo o mote da temática das ditaduras, *Augusto Nascimento* toma São Tomé e Príncipe, um dos PALOP que sofreram a dominação colonial salazarista, e o jornal □A Voz de S. Tomé□ como objetos de seu estudo. Mais especificamente, o autor analisa a configuração do espaço e a dinâmica da opinião pública em um país que, apesar de colonizado, encontrava-se longe, em variados sentidos, da realidade da metrópole. Longe e perto são adjetivos importantes também na leitura do texto de *Maria Leticia Mazzuchi Ferreira e Francisca Ferreira Michelin*, que escrevem sobre a exposição de fotografias de vítimas de ditaduras sul-americanas em acervos de museus. A distância temporal para os regimes opressivos é encurtada pela imagem, trazendo para o observador o que as autoras bem descrevem no título de sua contribuição como □cicatriz da memória□ A sensibilidade, a empatia e os laços humanos da memória se mostram elementos fundamentais na reflexão que as autoras instigam sobre as relações entre retrato e presentificação, ou, em um sentido warburgiano, sobre as relações fantasmáticas da imagem. Finalizando a primeira seção da revista, o texto de *Fábio Chang de Almeida* reflete sobre a nova direita política de Portugal, enfatizando seu caráter grupuscular (GRIFFIN). Tal aspecto tem uma dupla consequência em termos de laços políticos: a primeira é o caráter diminuto desses novos agrupamentos políticos extremistas, que não ganham representatividade por seu caráter massivo; a segunda é a sua capacidade extrema de comunicação (com as novas mídias sociais) e de coligação, proporcionando oportunidades para que sua influência e relevância aumentem.

A segunda seção, *Laços Sociais*, conta ainda com quatro artigos que focam suas análises em questões diversas dos relacionamentos interpessoais e grupais, bem como nas tramas tecidas na organização e ordenamento de diferentes campos e aspectos do tecido social. *Rodrigo Ceballos*, em sua contribuição, apresenta uma análise dos laços (familiares e comerciais) e das heranças deixadas pelos portugueses na região do Rio da Prata, de onde foram expulsos no século XVII. Dois séculos adiante é situada a baliza temporal fixada por *Mateus Fernandes de Oliveira Almeida* para analisar os laços corporativistas i.e. associativistas durante o Segundo Reinado brasileiro. O texto de Almeida, situado no grande campo da História do Trabalho, abrange o tema fundamental da identidade dos trabalhadores, a concepção de unidade e reconhecimento dentro de um *métier*, além da subjetividade inerente a esses laços, como a noção da moralidade e da solidariedade para com seus pares. A identidade e a solidariedade são também temas

centrais do texto de *Érica Sarmiento* e *Lená Medeiros de Menezes*, que tomam o caso dos imigrantes ibéricos no Brasil da Primeira República para analisar aspectos variados da vivência na capital nacional do período. A complexidade da identidade servia, a um só tempo, para aproximar e afastar lusitanos e galegos, formando redes intrincadas de relações de apoio e de hostilidade. A condição de imigrante favorecia também, em alguns casos, a entrada no mundo dos pequenos delitos, dentre os quais as autoras destacam os jogos de azar (especialmente o jogo do bicho). Tais atividades colocam os imigrantes ibéricos na mira da polícia brasileira, revelando alguns de seus mecanismos e táticas de repressão. Finaliza a seção de artigos o texto de *Daniel Melo*, que também trata de aspectos identitários ao destacar, enquanto peças basilares das identidades culturais brasileira e portuguesa, as marchas populares de Lisboa e o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. Em um exercício de História Comparada, aspectos transnacionais de mútua influência são destacados pelo autor, que faz ainda inferências acerca do papel dos regimes ditatoriais na configuração dessas festas.

O dossiê conta ainda com uma resenha, escrita por *Rodrigo Santos de Oliveira*, da obra *La trama autoritária. Derechas y violència en Uruguay (1958-1966)*. O livro de *Magdalena Broquetas* é, ele também, um estudo sobre as construções de laços políticos e a atuação das alas conservadoras uruguaias até o momento anterior à implantação da ditadura militar no país. Por fim, o presente dossiê traz o lançamento de uma nova seção na EIA com a publicação de entrevista, conduzida e traduzida por *Vinicius Liebel*, com o professor *Wolfgang Heuer*, da *Freie Universität Berlin* (FU-Berlin). Nela o pesquisador alemão responde a perguntas pertinentes ao dossiê e a discussões historiográficas atuais, falando sobre a ascensão das direitas no mundo, movimentos contestatórios e ações coletivas e individuais no cultivo e preservação de nossa dignidade humana.

Equipe Editorial*

* Formada por: Leandro Pereira Gonçalves (editor); Charles Monteiro (editor executivo); Vinicius Liebel e Luciana da Costa de Oliveira (gestão editorial); Daniela Garces de Oliveira, Geandra Denardi Munareto e Waldemar Dalenogare Neto (assistentes editoriais).

Referências

- ARENDET, Hannah. *On Violence*. New York: Harvest, 1970.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FREVERT, Ute. *Vergängliche Gefühle*. Göttingen: Wallstein, 2013.
- GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*, Londres, Routledge, v. 37, n. 1, 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2001.
- HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- LIEBEL, Silvia. *Les Médées Modernes: la cruauté féminine d'après les canards imprimés (1574-1651)*. Rennes: P.U. Rennes, 2013.
- MUCHEMBLED, Robert. *Uma História da Violência – do fim da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Preisschrift über die Grundlage der Moral*. Hamburg: Felix Meiner, 2006.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- WARBURG, Aby. *Histórias de Fantasmas para Gente Grande*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*

Vote, political representation and popular sovereignty in Brazilian Republic

Voto, representación política y soberanía popular en la república brasileña

Cláudia Maria R. Viscardi**

Resumo: Trata-se de uma discussão acerca do regime eleitoral da primeira década da república brasileira e de suas relações com a concepção que se tinha no período acerca de democracia, povo, representação e soberania popular. Com base no uso da história dos conceitos, na investigação acerca das leis eleitorais e do texto constitucional de 1891, foi feita uma análise dos direitos políticos e de suas manifestações ao longo dos primeiros anos do novo regime no Brasil. Propõe-se a partir da documentação e do diálogo historiográfico, perceber de que forma o regime em seus primeiros anos formulou princípios basilares que sustentariam os processos de tomada de decisões, tanto no interior do Estado como no âmbito da sociedade civil.

Palavras-chave: cidadania; voto; eleição.

Abstract: This paper deals with a discussion about the electoral system of the first Brazilian republican decade and its relations with the meanings of democracy, people, representation and popular sovereignty, that people shared in the period. Based on the use of the History of Concepts, the investigation about electoral laws, and the Constitution of 1891, it was possible to analyze the emerging of political rights and its expressions during the first years of the new regime in Brazil. Based on sources and historiographical debate, the article tried to understand how the regime, in its early years, built its main principles that sustained the process of decision-making, within the state as well within the civil society.

Keywords: citizenship; vote; election.

*Este trabalho é um resultado do financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Teve igualmente apoio da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ).

**Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-Graduação da mesma Universidade. Doutora em História. Pesquisadora do CNPq. <claudia.viscardi@ufjf.edu.br>.

Resumen: Se trata de una discusión respecto al sistema electoral de la primera década de la república brasileña y de sus relaciones con la concepción que se tenía en el período acerca de democracia, pueblo, representación y soberanía popular. Basado en el uso de la historia de los conceptos, en la investigación relacionada a las leyes electorales y del texto constitucional de 1891, se hizo un análisis de los derechos políticos y de sus manifestaciones a lo largo de los primeros años del nuevo sistema en Brasil. Se propone a partir de la documentación y del diálogo historiográfico, verificar de qué forma el sistema en sus primeros años formuló principios fundamentales que sostendrían los procesos de tomada de decisiones, tanto en el interior del Estado como en el ámbito de la sociedad civil.

Palabras clave: ciudadanía; voto; elección.

Tão logo fora proclamada a república no Brasil, alguns temas recorrentes passaram a compor o conjunto de preocupações dos principais atores políticos do período. Vencidas as questões relativas ao modelo de federalismo, à abolição e ao processo de secularização, que de certa forma dividiam os republicanos, fazia-se necessário dar seguimento a outros desafios lançados pelo movimento e parcialmente formalizados em 1891, a saber: os limites da democracia e da cidadania que se queria implantar.

Uma das críticas ao regime monárquico eram as relações despóticas entre o Rei e seus súditos e a ausência de participação popular. Com a constituição de 1891 e os decretos eleitorais que lhe antecederam, alguns marcos iniciais para o exercício dos direitos políticos foram estabelecidos. Fazia-se necessário como passo seguinte regulamentar a participação do povo na política, então prevista nos documentos legais. Será este o objeto do presente artigo. Nossa preocupação será a de perceber como as mudanças empreendidas pelos parlamentares constituintes de 1891 repercutiram sobre as relações políticas em vigor e que alterações e/ou adaptações tiveram que ser feitas para que o novo regime encontrasse seu rumo. Com este fim, iremos abordar os limites da república em relação à consolidação de uma de suas principais propostas de propaganda: a da soberania popular.

O artigo divide-se em três partes. Na primeira discutiremos o que se entendia por soberania popular no período; na segunda, de que forma tal soberania fora incluída nas primeiras leis eleitorais; e na terceira, analisaremos especificamente como funcionavam os processos de decisão política, levando-se em consideração os meios formais e extralegais de controle e adaptação, compreendidos com o fim de resolver as crises que assolavam o regime em seus primeiros anos. Entre a promulgação da

carta magna (1891) e a chegada ao poder de Campos Sales (1898) o país viveu um interregno cuja maior marca foi a crise política. Analisar sua dimensão e refletir sobre as principais medidas tomadas para superá-la é imprescindível para compreendermos o processo que levaria o novo regime a garantir sua continuidade.

Soberania popular ou demofobia?

Estre as utopias anunciadas pelo republicanismo das ruas esteve a transição de um regime tiranicamente controlado por um rei, cercado de assessores incapazes, que haviam sido alçados ao poder em razão de privilégios de nascimento, para um novo período onde prevaleceria a soberania popular, a igualdade de oportunidades e a meritocracia. As expectativas eram altas, e mesmo que o projeto republicano não tivesse sido eminentemente popular, o discurso de liberdade e igualdade ganhou as ruas dos principais centros urbanos, transformando as aspirações em aspirações reais, pelo menos para uma parte da sociedade civil, que de perto acompanhava as mudanças em curso.¹

A rapidez com que o novo regime se institucionalizou confirmava as expectativas. Quinze meses após a proclamação, o país já possuía uma constituição e um Presidente da República e seu Vice eleitos pelo Congresso. O desenho institucional de como funcionaria o regime já havia sido esboçado. Nações estrangeiras reconheciam uma a uma o fim do Império e apoiavam a transição ocorrida na última monarquia das Américas.

No entanto, a despeito dos sucessos iniciais dos republicanos de primeira e última hora, as incertezas eram bem maiores que as expectativas de êxito. O discurso a favor do povo, da democracia e da verdade da representação eleitoral encontraria seus primeiros obstáculos. Nunes Leal afirma que a sobreposição de formas “desenvolvidas” de regime representativo sobre estruturas econômicas e sociais “inadequadas” resultariam em formações peculiares de manifestação de interesses, entre elas seu objeto de estudo, o coronelismo (Leal, 1993, p. 20). Em que pesem os juízos de valor que se encontram por trás da avaliação de Leal, a apropriação das ideias liberais pelas elites republicanas, formadas em uma cultura política paternalista e autoritária, requereu algum tipo de adaptação para que pudessem na prática ser viabilizadas. Entre o

¹ Acerca do movimento republicano muito já foi escrito. Para os fins deste texto nos valem de contribuições mais recentes como a de Alonso (2002), Mello (2007), Carvalho (2003) e Viscardi (2012a).

ideal republicano de liberdade expresso no formato liberal da carta de 1891 e a consecução real dos princípios, prevalecia uma distância a ser preenchida por inúmeros mecanismos extralegais, entre eles, o próprio coronelismo.

Mas vejamos inicialmente como esses valores eram entendidos pelos principais arquitetos do novo regime ao final dos oitocentos. É sabido que os conceitos, ao chegarem nos dicionários, se configuram em norma culta e passam a conferir uma autenticidade aos significados que lhes são atribuídos pelos seus autores. Para que sejam inseridos nos dicionários precisam antes se disseminarem. Tais significados são aqueles compartilhados pela maior parte dos membros de uma comunidade linguística. Desta forma, o uso dos dicionários □ de períodos distintos □ para se ter uma ideia do que entendiam os contemporâneos acerca de determinados conceitos políticos, dos quais se valiam com maior frequência, nos permite apreender valores, normas, experiências passadas e expectativas de futuro, que se dão a ler ao investigador através da análise de seus significados.

De início, fizemos um levantamento acerca do conceito de democracia no Brasil. O termo, nas diversas edições de Moraes e Silva (1813, t. 1, p. 528, 1831, t. 1, p. 521 e 1858, t. 1, p. 617) possui significado semelhante ao que hoje entendemos: “Forma de governo na qual o Sumo Império ou os Direitos Majestáticos residem atualmente no povo e são por ele exercidos.” Na década de 1870, significava um regime também de soberania popular, mas de caráter igualitário, no qual as massas teriam papel preponderante. Neste caso, a aristocracia seria seu oposto, mas não a monarquia, como se dá a ler: “Estado de sociedade que exclui toda a aristocracia constituída, mas não a monarquia” (Vieira, 1873, t. 2, p. 764-765). Francisco de Almeida (1891, t. 1, p. 602) repete a mesma definição, tendo apenas relacionado democracia ao povo miúdo: “O povo, a classe operária em oposição à aristocracia (a nobreza, os fidalgos).” Para o autor, o democrata é a pessoa que “tendo posição elevada na sociedade por nascimento, ou por mérito pessoal, em vez de seguir a aristocracia, se mostra amigo do povo, e com ele se confunde, servindo lealmente a sua causa.”

Como se vê, a partir do final dos oitocentos, há uma clara politização do conceito, que passa a associar democracia ao interesse do proletariado industrial e aristocracia (nobreza ou fidalguia) aos interesses de uma elite bem nascida. A visão do autor do dicionário – que pode ter sido compartilhada em Portugal e no Brasil neste período, uma vez que circulava pelo menos entre as duas capitais □ Rio e Lisboa □ era de

que a democracia significava um regime em que o povo assumiria o poder em oposição à aristocracia, ao basear-se na meritocracia e na igualdade social. Isto é que inferimos a partir da definição do autor sobre o verbo democratizar: “Mudar os costumes, os velhos usos aristocráticos em democráticos, acabando com as classes privilegiadas, não reconhecendo outras distinções senão as do mérito e da virtude, e nivelando assim todos os homens pela craveira da igualdade social.” (Almeida, t. 1, p. 602).

Faz-se interessante conferir de que forma ao conceito de democracia foram agregados novos significados, a partir de sua associação com valores como o de meritocracia, igualdade, combate aos privilégios de sangue, empoderamento dos setores populares, luta contra privilégios e, sobretudo, ressaltando como sendo seus antônimos a tirania e a aristocracia.

O preâmbulo da Constituição promulgada assim se referia ao regime que fundava: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte (...)”. Seguiu-se o texto constitucional. Em uma só frase de abertura reuniam-se os valores da representação popular, da liberdade e da democracia. E em seu artigo 28 estabelecia a forma como se daria a participação do povo: “A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante o sufrágio direto, garantida a representação da minoria”.

Embora o texto constitucional fosse econômico no uso dos conceitos de democracia ou de povo □ o primeiro aparecia apenas uma vez e o segundo somente três vezes ao longo de toda a constituição □ estavam explícitos os compromissos dos republicanos em realizar as utopias anunciadas no regime que se iniciava. Mas o que entendiam por povo?

As definições de povo estavam imersas em preconceitos de classe, desde os dicionários do século XVIII até os publicados ao final do XIX. O conceito vinha associado à ideia de “plebe”, “povo miúdo” “gentalha” ou “vulgo”, que assumiam sentidos pejorativos, como se observa na edição de 1831 de Moraes e Silva:

Vulgo é propriamente o comum do povo (...) que, ou por sua *ignorância*, ou por seus *baixos sentimentos* e ações pertencem ao comum da gente, ao que é mais ordinário, ao maior número. E por isso se usa muitas vezes com a significação de plebe; porquanto o homem ignorante e de baixos sentimentos, o homem que em pensamentos e ações mostra um *caráter ignóbil* (...). Pela mesma

razão qualificamos de vulgar tudo que é ordinário, que sucede muitas vezes, que é fácil de achar-se; *tudo que não é raro, nem nobre*, nem de súbita sorte, *nem excelente* no seu gênero. (Silva, 1831, t. 2, p. 499 – grifos nossos)

Os preconceitos são explícitos e são claras as associações entre povo e ignorância, povo e ausência de caráter, povo e vulgaridade. Embora o dicionário tenha sido publicado em 1831, percebe-se que a valorização do povo, que resultou das experiências revolucionárias americana e francesa, ainda não se fazia ouvir no Brasil. As edições seguintes mantinham os mesmos significados.

Nos anos setenta, quando se iniciou o movimento republicano, nota-se que, a despeito da permanência das associações acima, já se via o povo como uma classe social, como vemos na definição de Vieira de 1873: “Povo é uma divisão de classes em que se divide a nação. É sua parte mais numerosa. Plebe é a gente comum e baixa do povo, o que não é nobre.” (Vieira, 1873, t. 4, p. 874-876). Como se vê, os republicanos do final dos oitocentos já podiam inferir alguma relação entre pobreza e divisão social e tinham por clara a noção de que o povo compunha a maior parte da nação. Povo seria uma parte da sociedade que não pertencesse à nobreza.

A ideia de que o povo deveria estar integrado a um projeto de poder fazia parte da cultura política republicana, muito influenciada pelos modelos estadunidense e francês. Keith Baker (1990, p. 20) afirma que a Revolução Francesa teve efeito na construção e desenvolvimento de uma linguagem política que levou a diferentes tipos de comportamento, da resistência aristocrática aos medos populares, dentro de uma mesma matriz simbólica. Lynn Hunt (2007, p. 37) aponta para o fato de que a maior realização da Revolução fora a instituição de uma cultura política inteiramente nova, já que efetivamente criou o republicanismo democrático e a intensidade das mudanças revolucionárias. “Depois que os revolucionários agiram segundo a convicção de Rousseau de que o governo poderia formar um novo povo, o Ocidente nunca mais foi o mesmo.”

No dicionário de 1891, próximo ao período constituinte, a ideia de povo dissociava-se do caráter pejorativo observado anteriormente. Almeida assim o definia:

Emprega-se porém, frequentemente, para significar a terceira classe dos cidadãos, por distinção das outras, da nobreza e clero. (...) Todos os indivíduos que constituem uma nacionalidade, tomados coletivamente. Os moradores de uma região, cidade, vila ou lugar. (Almeida, 1891, t. 2, p. 576)

Esta dissociação é importante, pois revela uma mudança discursiva, em grande parte resultante da difusão dos ideais igualitários e menos eivados de preconceitos. A palavra povo ganhava dois sentidos, o de habitantes de uma cidade e o de setores subalternos da população. Adjetivos com vulgar, baixo, miúdo, desapareciam na quase virada para o século XX.

As mesmas mudanças ocorreram com o conceito de representação, que só apareceu nos dicionários brasileiros na década de 1870. Antes a palavra até existia, mas com o sentido de representar artisticamente um personagem. Para além deste significado usual, Vieira (1874, t. 5, p. 220-22) atribuiu ao conceito novo significante, qual seja, “o direito de representar alguma pessoa e usar do direito que lhe competia”. Ao mesmo tempo aduziu o verbete “representação nacional”, entendido como “corpo de deputados de uma nação reunidos em corte”. Pela primeira vez o termo vinha associado à ideia de “representação política”, embora o significante já fosse conhecido bem antes no país. O dicionário de 1891 era mais amplo e mais explícito, como se vê nos dois verbetes abaixo:

Representação: Do latim *representatio*. Ato ou efeito de representar, de exhibir. (...) O direito ou ato de representar alguma pessoa e usar do direito que a ela competia. Representação das minorias.

Representativo: Sistema ou governo representativo: aquele em que a autoridade soberana é exercida em nome do povo por delegados ou representantes por ele escolhidos. Assembleia representativa: assembleia composta dos representantes da nação. Parlamento, Cortes, Congresso (Almeida, 1891, t. 2, p. 703)

Nota-se uma alteração em relação ao sentido anterior, pois neste último o conceito vinha associado à ideia de representação popular, ou seja, os parlamentares seriam delegados da vontade do povo e por ele seriam escolhidos. Previa-se também pelo verbete a incorporação dos direitos das minorias, um elemento igualmente inovador no discurso.

Por fim, cabe destacar o que se entendia por cidadania, termo correlato, cujo entendimento pode nos ajudar a compreender seus limites no período. A palavra só foi encontrada em dicionários do século XX (Figueiredo, 1911, t. 1, p. 459), cujo autor apontou ser um neologismo brasileiro, que significava “aquele que se encontrava no gozo dos direitos civis e políticos”. Embora não existisse o significante “cidadania”, através do significado de cidadão se infere que o conceito

já era conhecido desde o início do XIX, mas com variados formatos. Em 1831 (Moraes e Silva, t. 1, p. 389) encontramos o vocábulo cidadão associado aos homens bons ou burgueses que possuíam não direitos, mas privilégios. O mesmo significado se repetia nas edições seguintes do mesmo autor. Percebe-se que até o fim da primeira metade do século XIX o povo era a plebe e vulgo; e o cidadão, o homem bom e nobre. Portanto, infere-se que cidadão era o antônimo do povo. Tal gramática só era possível de ser compartilhada em locais e períodos em que a cidadania era um privilégio de poucos e que os ecos do discurso revolucionário do século XVIII ainda se faziam inaudíveis.

Na década de 1870 (Vieira, 1973, t. 2, p. 228) observamos uma mudança semântica no conceito. Cidadão era aquele que “gozava de direitos em uma cidade ou estado”. Em edição posterior, o próprio Moraes e Silva (1889) mudaria o conceito para um que se aproximava mais do que entendemos por cidadão hoje:

O homem que *é* natural de alguma cidade. O que *a habita*. O que *goza* dos direitos civis e políticos de um estado livre. O homem que gozava dos direitos de alguma cidade, das isenções e privilégios que se continham no seu foral, posturas, etc. Homem bom. *Dizia-se* em contraposição ao fidalgo, a nobre. (Moraes e Silva, 1889, t. 1, p. 464 – grifos nossos)

Pelo que se observa o conceito reunia os dois sentidos, tanto o de privilégio, como o de direito, mas o privilégio não derivaria mais da nobiliarquia, mas do fato de viver-se em um estado livre, o que aponta para um significado semelhante ao que entendemos hoje por cidadania em uma democracia de massas. Ao mesmo tempo, o verbete apresenta duas temporalidades expressas através dos tempos verbais grifados. Inicia-se no presente – definição em vigor do conceito – e depois retoma o conceito anterior do passado. A inserção de duas definições diferentes, uma antiga e outra contemporânea, indica que o conceito passava por mudanças.

A partir do levantamento dos significados dos conceitos é possível perceber que somente ao final do século XIX é que democracia significou igualdade de direitos, povo tornou-se um conceito menos discriminatório, os eleitos passaram a ser vistos como representantes dos interesses dos eleitores e que o cidadão era o beneficiário dos direitos políticos, independentemente de sua origem social. Tais mudanças estiveram expressas não só nos dicionários, mas também nos discursos do movimento republicano e nos textos constitucionais que lhe foram posteriores.

Tal como os diversos países nos quais nossas elites se inspiravam, temia-se mais do que desejava-se a soberania popular. Para eles o fim do voto censitário era garantia de participação política do povo. O Congresso eleito funcionaria como o representante dos interesses da maioria. E o fim dos títulos nobiliárquicos implicaria no fim dos privilégios, o que tornaria todos cidadãos.

À primeira vista nos parece bastante acanhado e limitado o exercício da soberania popular nos termos colocados. No entanto, tal avaliação só se justifica a partir de uma comparação com a nossa história recente ou com algumas experiências contemporâneas da Europa ocidental ou dos Estados Unidos, as quais foram mais exceções do que regras. John Garrard (2002, p. 2, 37), em seu estudo sobre o processo de democratização do Reino Unido no século XIX, afirma que o termo “democracia” era raramente usado antes do século XX e que poucos países da Europa Ocidental reuniam os requisitos que os qualificassem como democráticos. Segundo o autor, eram os seguintes: sistema regular de eleições livres, com governantes eleitos e que se alternem no poder de acordo com os resultados; oportunidades para que todos os adultos influenciem os processos políticos, mesmo aqueles que não o desejem fazê-lo, bem como aqueles que o queiram, e que ambos sejam bem-sucedidos; que o produto final seja a democracia liberal onde a liberdade de expressão, o direito de associação e a liberdade de imprensa sejam seguramente garantidos. Para o autor, raros eram os países que poderiam ser considerados democráticos antes do século XX.

A persistirem parâmetros de análise que elegem as exceções como padrões gerais de prática política, dificilmente o povo brasileiro deixaria de ser visto como bilontra ou bestializado, tal como o caracterizou Aristides Lobo após a inauguração do novo regime, e que certa forma, prevalece ainda nas mais consolidadas vertentes historiográficas brasileiras (Silva, 1988, p. 27, Carvalho, 1989, p. 140-160, Prado, 2005, p. 175-176, Canedo, 2013, p. 533). A história dos conceitos e dos discursos políticos nos ajudam a compreender as fronteiras além das quais era impossível chegar-se, dados o acesso e a compreensão que os atores tinham das experiências em curso.

As representações construídas acerca dos valores iluministas propagados pelas revoluções setecentistas foram apropriadas a partir das linguagens políticas próprias de uma nação recém-saída da escravidão. A cidadania ativa, nos moldes da França ou dos Estados Unidos, eram exceções, das quais a grande maioria dos países não compartilhava, entre eles, o Brasil.

O povo e a lei

Entre os direitos políticos mais importantes encontra-se o da escolha de seus próprios governantes. Em geral, quando se avalia a expansão deste direito ao longo do tempo, predomina a abordagem de que a república em seus primeiros passos tornara o seu exercício ainda mais limitado que no período imperial, fato agravado pela proliferação de fraudes e pelo controle dos resultados eleitorais através do mandonismo e da violência política (Carvalho, 2002, Carone, 1972, Leal, 1993, Lessa, 1988, entre outros). Como se tais práticas tivessem surgido apenas a partir de 1889 e os impedimentos à universalização do sufrágio fossem prerrogativas exclusivas do modelo brasileiro. Como Jairo Nicolau (2004) nos informa, em muitas nações o direito ao voto permaneceu limitado e só se universalizou a partir do advento da democracia de massas. No próprio caso brasileiro, o direito ao voto por parte do analfabeto só seria aprovado na constituição de 1988, quase cem anos depois da instituição do regime republicano.

Destaca-se também uma pressuposta redução do coeficiente de participação eleitoral da República em relação ao Império. Segundo os levantamentos de Carvalho (2002, p. 38-40), em 1872 o Brasil teve cerca de 13% de votantes, o que foi reduzido a 2,2% em 1894. No entanto, se levarmos em conta os últimos coeficientes de participação eleitoral da Monarquia, veremos que a República ampliara a participação eleitoral e não o contrário. Isto se explica pela aprovação da lei Saraiva, para Carvalho um “tropeço”, que entrou em vigor em 1881. Embora ela diminuísse as exigências da renda, o que poderia ter ampliado o número de eleitores, introduziu o voto literário, ao que diminuiu ainda mais o tamanho do eleitorado.

Os dados de Jairo Nicolau (2004, p. 2-4,8) auxiliam a compreensão. Para o autor os votantes até 1880 correspondiam de 5 a 10% da população total, percentuais relativos, uma vez que as estatísticas não eram muito confiáveis. Após a lei Saraiva, os índices foram reduzidos para cerca de 1% do total. Quanto ao período republicano, os dados de 1912 apontam para o índice de 2,6%, o que era ainda muito baixo, mas superior aos do período imperial. Destaca-se que o quadro não mudou muito após o fim da primeira república, uma vez que em 1933 o percentual era de apenas 3,3% de votantes e somente em 1945, os eleitores ultrapassariam a marca de 10%. Tal situação não se diferenciava muito dos demais países da América Latina, a exemplo do Uruguai, Chile e Argentina, e nem de alguns países europeus como a Itália, Portugal, Noruega, entre

outros. Exceções claras eram as da França e Estados Unidos. Embora as eleições no Império não tenham sido muito diferentes e os baixos índices de participação eleitoral tenham se estendido para além dos anos 1930, a primeira república ficou simbolicamente associada à apatia política, ao controle do voto e à previsibilidade dos resultados, o que merece ser no mínimo relativizado.

Os republicanos, por sua vez, atingido seu objetivo principal, contentaram-se com as restrições impostas pela elite imperial. A república prorrogaria as exclusões ao manter de fora a participação dos analfabetos, das mulheres, dos mais jovens, dos indivíduos que voluntariamente devessem obediência à outra autoridade que não fosse sua própria consciência, bem como dos *praças de pret*. No entanto, o fim do voto censitário aumentou o contingente eleitoral em relação ao período progressivo, mas tal aumento, como visto, longe esteve de ser significativo.

Convém destacar que a limitação do exercício de um direito político fundamental não impediu a participação política dos que não tinham direito ao voto. Ela se processaria através de mecanismos alternativos, a exemplo do associativismo, em suas diversas modalidades, como o mutualista, sindical, filantrópico, literário, científico, entre outros. Estudos recentes têm apontado para a significativa mobilização da sociedade civil brasileira no final dos oitocentos e primeiras décadas do século XX, em contraposição a uma sociedade de indivíduos passivos.² Ao mesmo tempo, a imprensa funcionava como canal de expressão de interesses e de formação de opinião. Muitas vezes eram os jornais os únicos meios de intervenção das oposições sobre a política.

Conforme afirmou-se, o primeiro decreto eleitoral republicano empreendeu algumas mudanças sobre a lei Saraiva. A primeira delas ampliava o número de eleitores (fim do voto censitário), mantendo-se, porém, o voto literário³. É difícil pensar que tais mudanças resultaram de um cálculo eleitoral previamente realizado, com o fim único de limitar-se o direito à participação política, ou que tenham sido “um tropeço” de nossas elites. É possível que os arquitetos do novo regime

² Em relação ao associativismo sindical, entre os inúmeros trabalhos disponíveis, destacamos Gomes (1988), Batalha (2000) e Deminicis; Reis (2006). No que tange ao associativismo mutualista, uma coletânea recente reuniu os principais trabalhos sobre o tema (Mac Cord; Batalha, 2014). Acerca dos demais associativismos ver Fonseca (2008).

³ Referimo-nos ao decreto número 6, de 19 de novembro de 1889. O artigo oitavo (item II) da lei Saraiva já exigia que os eleitores soubessem ler e escrever. Ao mesmo tempo, esta mesma lei impedia que serventes de repartições públicas tivessem direito a voto, o que foi suprimido no período republicano.

não tivessem muito clara a ideia do impacto destas mudanças sobre os percentuais eleitorais. O mais provável é que o fizeram por convicção ideológica: numa substituição de Locke por Rousseau, eximiu-se do direito exclusivo de participação política os pagadores de impostos em prol da inclusão de todos os ilustrados.

Uma proposta um pouco mais elaborada veio à tona um pouco antes do novo regime completar três meses de existência, o Decreto 200-A, criado por Aristides Lobo, o qual se destinava a regular o processo de alistamento relativo às eleições para a Assembleia Constituinte de 1891. Uma mudança em relação à lei Saraiva esteve na definição de quem viria a ser o eleitor brasileiro. Para além do principal requisito antes destacado, o de ser alfabetizado, ampliou-se o direito para alguns menores de 21 anos, desde que fossem casados, oficiais, bacharéis ou clérigos. Em geral, o decreto mantinha as prerrogativas de 1881, inovadoras que foram na introdução das eleições diretas. Estipulava-se ainda que a responsabilidade sobre as eleições caberia à duas comissões, as distritais e as municipais. As primeiras se incumbiriam dos trabalhos preparativos e as segundas, dos deliberativos (Paiva, 1985, p. 112). Já se nota neste decreto os rumos que seriam tomados futuramente pela república: o afastamento do Judiciário do controle sobre os processos eleitorais, que ficariam nas mãos do Executivo. Além dos juizes, comporiam as comissões os delegados e subdelegados de polícia, bem como os presidentes das câmaras municipais.

A criação de distritos eleitorais em substituição às paróquias e comarcas como mecanismos de divisão geográfica das seções foi outra mudança introduzida pelo decreto. Ela se encontra diretamente relacionada às disposições anteriores em vigor: abandonavam-se os critérios de divisão eminentemente judiciários, em prol da obediência à geografia dos municípios. Com o processo eleitoral sob a incumbência do executivo municipal, consolidava-se o poder local dos chefes políticos, cujo potencial de interferência sobre a escolha dos governantes estava garantido.

Chamou-nos a atenção o artigo 22 do referido decreto que incluía no alistamento os eleitores analfabetos que haviam sido qualificados antes pela lei Saraiva. Desta forma, cidadãos que pelo critério censitário teriam direito a voto ao final do regime progressivo, enquanto estivessem vivos poderiam continuar a usufruir do direito, mesmo sendo analfabetos.

Outra mudança importante introduzida pelo decreto 200-A foi o envolvimento da população na operacionalização do processo eleitoral. Tal alteração conferia-lhe maior legitimidade e transparência, ao prever o controle público sobre as eleições, mesmo que modesto.

Um novo decreto complementar foi editado em 23 de junho de 1890. Trata-se do decreto 511, conhecido como “Regulamento Alvim”. Nele ficaram estabelecidas as condições de elegibilidade de deputados e senadores. Segundo o Regulamento, tornaram-se inelegíveis os clérigos de quaisquer confissões e os ocupantes de cargos executivos (governadores, chefes de polícia, comandantes militares e chefes policiais, magistrados e funcionários administrativos demissíveis).

As mesas eleitorais estariam sob a organização e gestão dos presidentes das câmaras ou intendentes municipais, auxiliados por eleitores por eles designados. Ficou definido que o presidente da câmara (ou Intendente) seria responsável pela indicação de nomes para compor as mesas eleitorais, tarefa antes desempenhada pelos juízes de paz no período imperial, o que atesta a ampliação do controle do executivo e legislativo municipais sobre o processo eleitoral.

A delimitação do tamanho das bancadas que comporiam o Congresso Constituinte foi feita pelo mesmo decreto. Como a assembleia era unicameral, o governo provisório antecipava o que seria a essência do federalismo brasileiro: o desequilíbrio político entre as representações das unidades federadas.

Exigia-se o título de eleitor aos alistados e caso se duvidasse de sua autenticidade, o voto seria registrado em separado. O artigo 32 do referido decreto trazia uma peculiaridade: “No caso de não saber ou não poder o eleitor escrever o seu nome, escreverá em seu lugar outro por ele indicado e convidado pelo presidente da mesa, o que deverá constar da ata.” Como um eleitor alistado por ter comprovado não ser analfabeto poderia ser incapaz de escrever o seu próprio nome? Provavelmente o artigo fosse voltado para aqueles que, por já terem o direito adquirido previamente, permaneceram como eleitores, conforme previa o artigo 22 do decreto 200-A. Pelo seu caráter provisório, foi retirado da lei que lhe foi imediatamente posterior.

As cédulas já vinham com os nomes dos candidatos, quando impressas. Na maior parte dos processos eleitorais da primeira república o eleitor poderia votar em qualquer papel, podendo inclusive trazê-lo de sua própria casa. Este nível de informalidade facilitava o controle do voto pelos chefes locais, que facilmente poderiam entregar ao eleitor a cédula pronta, diminuindo a sua margem de escolha.

Segundo o Regulamento Alvim, os votos eram apurados nos municípios, imediatamente após o fim do processo de votação, e uma ata era redigida (chamada de autêntica) e enviada à capital de cada estado e ao Distrito Federal para que fosse somada às outras dos demais

municípios. Tais precedentes implicavam em controle por parte do executivo estadual sobre o processo global de apuração, como destacado anteriormente.

O decreto conferia ampla margem ao direito de contestação, que poderia ser exercido em todas as fases do processo eleitoral, desde que registrado nas instâncias competentes. A apuração geral seria feita nas capitais dos estados, sob o controle de suas respectivas intendências.

A constituição de 1891 também se ocupou em regulamentar a participação política. No entanto, limitou-se a legislar sobre as eleições federais, ao delegar a cada estado a responsabilidade por definir procedimentos relativos as suas próprias eleições. Em seus artigos 70 e 71, aumentava ainda mais a lista de excluídos do direito a voto: todos os menores de 21 anos, mendigos, religiosos sujeitos a voto de obediência, os incapacitados e os condenados a crimes. A multidão de excluídos só aumentava.

Passado o período turbulento que envolveu o fechamento do Congresso e a renúncia de Deodoro, a república tentava mais uma vez encontrar seu ponto de equilíbrio. Uma nova lei eleitoral foi proclamada em janeiro de 1892, a de número 35. Nela se encontravam arrolados variados procedimentos regulamentadores das eleições, em seus mais diversos níveis.

Chama-nos atenção a introdução de algumas mudanças. O processo eleitoral, já de incumbência do Executivo, agregava a participação de autoridades judiciárias só em nível recursal, limitada ao processo de alistamento. Em outras palavras, caso o eleitor não qualificado desejasse ser incluído na lista de alistamento poderia recorrer a uma junta eleitoral na capital dos estados, composta por um juiz seccional, de seu substituto e do procurador seccional.⁴

Mantinha-se o envolvimento da população na operacionalização do processo eleitoral. Participariam das comissões de alistamento e de eleição os votantes locais, escolhidos fluidamente entre os presentes. Destaca-se igualmente a recuperação do voto distrital, no qual cada distrito eleitoral se responsabilizaria pela eleição de três deputados⁵, cabendo ao eleitor eleger 2/3 dos nomes que compunham as listas, com o fim de abrir espaços para as minorias. Por fim, encontrava-se ainda

⁴ Segundo decreto do governo provisório (848 de 11/10/1890), a Justiça Federal seria composta pelo STF e pelos chamados *juizes seccionais*, havendo um para cada estado, nomeados pelo Presidente da República.

⁵ Artigo 36 (parágrafo terceiro). A lei Saraiva, de 1881, já previa o voto distrital (um deputado por distrito).

nesta resolução a previsão do voto secreto (artigo 43, parágrafo sexto), como *meio exclusivo* de manifestação do direito de escolha, o que seria alterado mais tarde. A comissão de apuração passou a incluir a presença dos cinco membros mais votados e cinco imediatos aos menos votados, como forma de coibir eventuais fraudes nos estados.

Maria Dalva Kinzo (1980, p. 77) afirma que a possibilidade de votar-se em 2/3 dos deputados conferia uma margem de autonomia ao eleitor e ampliava a perspectiva de acesso das minorias oposicionistas dos distritos, que poderiam ter seus nomes incluídos pelo eleitor, no terço complementar. A despeito da alteração, os resultados não revelaram mudanças na composição dos mandatos.

Resoluções posteriores⁶ marcaram a preocupação em tornar o processo eleitoral ainda mais distante do controle do Poder Judiciário. As leis mantinham os processos de apuração de eleições para as Câmaras federais, Presidência e Vice-presidência da república nas capitais dos estados. Especificamente no decreto 1542, em seu vigésimo artigo (parágrafo sete), havia uma observação em relação às duplicatas eleitorais. Caso ocorressem, caberia à junta estadual apurar somente os votos depositados nas eleições ocorridas em locais previamente determinados, mas incluiria na ata, para análise posterior no processo de verificação, os protestos dos outros pleiteantes. No entanto, a maioria das juntas estaduais enviava os dois resultados para o Congresso, gerando duplicatas. Desta forma, os estados que não conseguiram resolver seus conflitos internos, produziam resultados duplos e delegavam à câmara de verificação de poderes a decisão sobre a composição de suas bancadas. Foi esta prática que Campos Sales tentaria inibir ao criar a política dos estados.

Uma referência mais completa acerca da verificação de poderes estava no artigo quarto da Lei 347, de 7 de dezembro de 1895.⁷ Nele se estabelecia que um terceiro processo de apuração tivesse lugar no Congresso nacional e fosse regulado pelo seu respectivo regimento. Terceiro processo, na medida em que uma primeira apuração era realizada imediatamente após o processo de votação pelos próprios mesários nos municípios; um segundo processo, pelas juntas apuradoras

⁶ Lei n. 153 de 3 de agosto de 1893, Decreto 1542 de 1 de setembro de 1893, decreto 184, de 23 de setembro de 1893 e Decreto 1668, de 7 de fevereiro de 1894, que tratavam de alterações pontuais nos processos de qualificação, da divisão por distritos, nas incompatibilidades de candidatos entre outros temas.

⁷ A Carta de 1891 se limitava a atribuir às duas câmaras a responsabilidade pela verificação de seus próprios poderes. (Artigo 18).

nas respectivas capitais e um terceiro processo, nas comissões de inquérito do Parlamento.

Uma inovação significativa foi introduzida por uma nova lei decretada em 1896: a instituição da possibilidade do voto a descoberto. “Será lícito a qualquer eleitor votar por voto a descoberto, não podendo a Mesa recusar-se a aceitá-lo.”⁸ Abria-se um novo precedente, antes não previsto: o direito individual de optar-se pelo voto aberto, tendo o eleitor inclusive a possibilidade de levar para casa uma cópia de seu voto depositado na urna. Embora tal prerrogativa tenha sido colocada como uma opção do eleitor, as conhecidas barganhas entre votos e favores poderiam, a partir deste momento, ser autenticadas.

Foi possível observar a partir do exame das leis eleitorais no período que se estende entre a proclamação e as reformas introduzidas por Campos Sales em 1899, que os direitos políticos dos cidadãos permaneceram restritos a contingentes ínfimos da população brasileira, mesmo após o fim do voto censitário. Entre os três poderes, o Judiciário era no período o menos aparelhado e o menos envolvido no processo de renovação dos outros dois poderes. O próprio Executivo federal era muito pequeno, reduzido a dez ministérios. Nas mãos do Legislativo ficavam importantes responsabilidades, como o controle da participação política, pois a ele cabia a demarcação dos direitos e o reconhecimento formal dos poderes. Aos executivos municipal e estadual cabia a operacionalização de todo o processo eleitoral. Este quadro seria mudado posteriormente. No exame que fizemos de toda a legislação eleitoral republicana, percebemos um aumento progressivo do controle do Judiciário sobre o processo, bem como esforços sucessivos de combate à fraude, que resultaram na criação da Justiça Eleitoral em 1932.

Tendo em vista as concepções analisadas anteriormente sobre democracia, cidadania, povo e representação política, percebe-se que, de forma geral, as leis e decretos eleitorais aprovados na primeira década republicana expressavam os limites já apontados pelo estudo da linguagem política disponível no período. A participação popular esteve limitada a um contingente ínfimo da população; as eleições eram controladas pelos chefes municipais e pelos executivos estaduais; os direitos das minorias estiveram limitados a 1/3 das chapas oficiais, o que inibia a competição política. A informalidade dos processos ampliava a possibilidade de ocorrência de fraudes. O voto distrital favorecia o controle dos chefes locais, para além da possibilidade do

⁸ Artigo oitavo da Lei número 426, de 7 de dezembro de 1896.

voto a descoberto. As duplicatas eleitorais mistificavam a representação política e a composição das bancadas dos estados no Parlamento consolidavam o poder dos grandes estados e inibiam a formação de um mercado político competitivo em nível nacional.

Todos esses procedimentos legais atestavam as concepções que se tinha de povo como vulgo, incapaz de interferir sobre os rumos do país; de democracia como um limitado exercício de poder por parte dos ilustrados; de cidadania, como o direito a voto por parte de menos de 3% da população; e de representação política, como o poder desigual dos estados-atores. Os limites expressavam o medo da participação popular na definição dos rumos do novo regime.

A Prática política: um esforço de compreensão

Imediatamente após a eleição de Deodoro, no âmbito da Constituinte de 1891, o país mergulhara em intensa crise política. Militares e civis disputavam o controle do novo regime. No interior dos dois grupos, setores das elites entraram em disputa pelo poder. Monarquistas inconformados tentavam um contragolpe, que restaurasse o regime progressivo. O Vice-Presidente da República, Floriano Peixoto, por ter tido sua liderança reforçada não só pelos votos recebidos □ em maior quantidade que os de Deodoro – mas sobretudo pelo apoio das ruas, por parte dos radicais jacobinos, entraria em disputa direta contra o Presidente eleito. O resultado foi o golpe de estado de Deodoro, que fechou o Congresso e as reações contrárias que o levaram à renúncia.

A eleição de Prudente em 1894 era uma tentativa dos civis assumirem o controle sobre o novo regime, o que contaria com a oposição dos jacobinos, que desejavam a permanência de Floriano, e após sua morte, a de outro militar. Duas revoltas, uma da Armada e outra no Rio Grande do Sul, intensificavam ainda mais as crises políticas do período. Soma-se a isto a existência de um Legislativo dividido, que impedia o Executivo de governar. A gestão conturbada do primeiro presidente eleito diretamente pelas urnas foi agravada pelo movimento de Canudos e pela tentativa de seu assassinato, o que transformaria o quadriênio de Prudente em um dos mais instáveis do período, e de certa forma, justificaria as mudanças empreendidas por Campos Sales ao final da primeira década. Este clima de instabilidade era uma novidade para a história brasileira, só comparável, em menor escala, ao período regencial.

Tais crises institucionais tiveram impacto direto sobre as disputas intrarregionais. Mesmo no interior de oligarquias, que se tornariam mais tarde fortes por serem unidas, a primeira década republicana foi palco de disputas acirradas, a exemplo do Rio Grande do Sul, que vivia em guerra civil; de Minas Gerais, cujas regiões lutavam entre si pelo controle do estado, inclusive com ameaças separatistas; em São Paulo, onde o Presidente encontrava oposição em seu próprio estado.

As raízes do modelo federalista desigual estavam já fincadas no texto fundador do novo regime, a Carta de 1891. A política fiscal aprovada conferia a determinadas oligarquias regionais a concentração de recursos financeiros a serem reinvestidos em seu próprio proveito, acentuando-se as já alargadas distâncias entre os estados. A diferença entre as bancadas da Câmara (variavam de 4 a 37 deputados) tornava o exercício da representação acentuadamente desigual, o que dificilmente seria compensado por um Senado de estrutura mais homogênea. Esses pilares de sustentação do federalismo moldaram uma conformação hierarquizada entre estados-atores, tornando o jogo político atribuição de poucos, cujo potencial de interferência no sistema era diretamente proporcional a sua capacidade de construção de alianças com aqueles setores que se encontravam extracampo.

As oligarquias mais consolidadas e que participavam diretamente dos processos de decisão eram as de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Juntas tinham votos suficientes para ganhar todas as votações no Congresso. Bastava agirem em consonância, o que dificilmente ocorria, para o bem do regime. Quanto ao chefe do Executivo, as alianças com os grandes estados garantiriam a estabilidade desejada. A hegemonia dos seis estados se manifestava igualmente no controle das eleições presidenciais, sobretudo em sua fase prévia de definição de candidaturas.

Estabelecia-se desta forma um tipo novo de federalismo, uma criação genuinamente nacional. Ao invés de atores privados, corporativamente representados no Parlamento (modelo estadunidense) ou atores coletivos, cuja vontade geral se faria representar no Congresso (modelo francês), conformou-se no Brasil um federalismo de estados-atores. Estes entes da federação não se limitavam a ser partes de um todo, mas seriam seus próprios atores. Ao invés de indivíduos privados como atores principais no teatro federalista, a ter sua vontade expressa a partir de seus representantes, como previam os republicanos da propaganda, o Parlamento seria palco de disputa entre estados-atores, permanecendo os indivíduos apartados de tais disputas e tendo seus

interesses subsumidos às disputas interoligárquicas que dariam o tom mais agudo ao regime. Por si só, tais mecanismos impediriam o acesso das minorias ao poder. Para além dos mesmos, como estratégia última de redução de risco, a instituição do voto literário e o seu controle pela fraude eleitoral asseguravam o monopólio sobre a condução do regime nas mãos de seus principais idealizadores.

A ausência de um mercado político competitivo, fora do círculo elitista que sustentava o modelo, resultou, como vimos, em baixos índices de comparecimento eleitoral. Ao observarem-se tais indicadores, diminuídos pela não obrigatoriedade do voto, percebe-se uma variação entre o mínimo de 1,4% e o máximo de 5,7% de comparecimento às urnas nas eleições presidenciais. A média geral permaneceu em torno dos 2,65%. A exceção das sucessões que tiveram disputas eleitorais mais acirradas (em negrito), as demais foram quase unânimes. Os dados se encontram na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Índices Eleitorais das Eleições Presidenciais da Primeira República

Ano	Presidente eleito	Percentual de comparecimento	Percentual obtido pelo eleito
1894	Prudente de Morais	2,2	84,3
1898	Campos Sales	2,7	90,9
1902	Rodrigues Alves	3,4	91,7
1906	Afonso Pena	1,4	97,9
1910	Hermes da Fonseca	3,2	57,1
1914	Wenceslau Brás	2,4	91,6
1918	Rodrigues Alves	1,5	99,1
1919	Epitácio Pessoa	1,5	71,0
1922	Artur Bernardes	2,9	56
1926	Washington Luís	2,3	98
1930	Júlio Prestes	5,7	57,7
Médias	—	2,65	73,21

Fonte: Adaptação de Cavalcanti (1975, p. 202).

A ausência de partidos nacionais gerava a proliferação de blocos, correntes e tendências difusas. Os elos formados entre os principais estados-atores eram de caráter pragmático e se faziam e se desfaziam ao sabor das conjunturas. Não se formaram grupos nacionais duráveis. Assim, a cada sucessão se estabeleciam coalizões provisórias de partidos estaduais que rapidamente se desfaziam (Viscardi, 2012b).

Como vimos, as leis eleitorais definiram o município como o local de votação, o estado como o local de apuração e a federação como o local

do reconhecimento de poderes. Os entes municipais, estaduais e federal participavam do processo de progressiva depuração das candidaturas. Cada um deles tinha sua reserva de poder. No município se controlava o processo de qualificação de eleitores, toda a votação e a primeira apuração feita *in loco*. No estado se controlava a soma dos resultados e a validação ou não das atas eleitorais que vinham dos municípios. No Congresso controlava-se a emissão de diplomas. Como veremos, no Parlamento federal todo o processo eleitoral contestado era reavaliado, cabendo às comissões de inquérito e ao plenário conferir ou não o diploma ao candidato.

Uma avaliação apressada pode pressupor um equilíbrio de poder entre as três esferas. Afinal, na primeira instância, a municipal, controlava-se o voto do cidadão; na segunda, a estadual, controlava-se as atas que seriam enviadas ao Parlamento; na terceira instância, a do próprio Parlamento, fazia-se o controle final e definitivo ao diplomar-se ou não um candidato.

Em nosso entendimento, esta distribuição de poderes era bastante desigual. O elo mais fraco era o municipal, uma vez que os resultados obtidos nas seções eleitorais e registrados em atas enviadas às capitais dos estados poderiam ser alterados no momento da soma dos votos totais do estado. Ademais, conforme visto nas leis eleitorais acima, em geral o eleitor votava na chapa completa (mais tarde em 2/3 dela) proposta pelo partido regional majoritário em cada estado e dificilmente conseguiria eleger algum candidato extrachapa.

Nunes Leal (1993, p. 42), um observador atento dos processos de eleição municipal, reconhece ter sido o município o elo mais frágil da cadeia que compunha o compromisso coronelista. Para ele, as instâncias estaduais de poder não poderiam abrir mão dos chefes locais, mas só se submetiam a eles naquilo que era fundamental para manter-se o situacionismo. O poder do coronel ficava confinado ao município.

A instância estadual era, a nosso ver, a que maior controle tinha sobre o processo, na medida em que as juntas apuradoras eram responsáveis pela soma total de votos e pelo envio da ata com os eleitos para o Parlamento. Para que as comissões verificadoras negassem um diploma, ao degolar um candidato, era necessário que o mesmo fosse contestado ou que os estados enviassem duplicatas eleitorais. Em oligarquias com razoável grau de controle de suas dissidências internas, ambas as situações eram raras, conferindo nesses casos, pouco poder de controle ao terceiro escrutínio (o do Parlamento). Outrossim, em oligarquias com maior grau de animosidade interna, os resultados eleitorais escapavam do controle estadual, conferindo ao Parlamento um poder maior de intervenção sobre os resultados finais.

Desta forma, é inegável que entre as três instâncias de poder a mais frágil era a municipal. Entre as duas outras, a estadual era a mais importante, porque o controle interno de suas dissidências era de sua responsabilidade. Caso não conseguisse resolvê-las, repassaria seus conflitos à esfera federal, delegando-lhe soberania ao abrir mão da sua. O processo de verificação de poderes era muito complexo. As degolas que dele resultavam causavam muito desgaste ao sistema, comprometendo sua estabilidade. Recorria-se a este expediente só em último caso, ou seja, quando estavam esgotadas todas as possibilidades de consenso interno no seio das oligarquias estaduais.

Se o maior poder de decisão sobre os resultados eleitorais em eleições majoritárias encontrava-se nos estados, a quem cabia este controle? Sabe-se que na ausência de um sistema partidário nacional, decorrida do próprio modelo de federalismo engendrado pela constituição de 1891, os partidos regionais ganharam poder. As suas respectivas comissões executivas eram responsáveis pela escolha dos candidatos e montagem das chapas, que dificilmente deixariam de ser eleitas, desde que situacionistas. Em um mercado político pouco competitivo, as minorias não tinham vez e havia pouco espaço para as dissidências. Tais fatores conferiam às executivas partidárias uma reserva significativa de poder de intervenção sobre os executivos, sejam eles estaduais ou federais, uma vez que os partidos controlavam suas bancadas no Parlamento. Claro que em unidades federais mais divididas, a exemplo da Bahia ou do Rio de Janeiro, o poder dos partidos era menor, pois era diretamente proporcional aos níveis de conciliação interna de suas elites.

Em geral os governadores atuavam em parceria com os partidos pelos quais eram indicados e eleitos. Mas nem sempre esta relação era harmônica, o que poderia promover divisões e instabilidades internas aos estados. Conhecida foi a ruptura de Bernardes com a executiva do PRM, ao assumir o governo de Minas em 1918 (Viscardi, 1999). Tratou-se de uma disputa de poder vencida por ele, que consistiu em sua intervenção para que seus inimigos fossem afastados da direção do partido e substituídos por novas lideranças, que ele quisera trazer para a política mineira e sobre as quais desejava manter controle. Eram eles os jovens Antônio Carlos, Francisco Campos, entre outros. Como se vê, o sistema era complexo e só novas análises regionais nos ajudarão a compreendê-lo como um todo.

A constatação de uma distribuição desigual de poder entre as três instâncias envolvidas no processo eleitoral não permite inferir que o controle do coronel sobre o voto fosse dispensável. Nem que o eleitor

fosse peça descartável no sistema. E muito menos que a existência de fraudes esvaziava as disputas eleitorais. A despeito de serem constatações aceitáveis, o empenho dos candidatos nas disputas eleitorais, o envolvimento e compromisso de alguns eleitores nas campanhas, a existência de chapas de oposição, as inúmeras contestações dos vencidos, as sucessivas iniciativas de maior controle sobre a fraude, bem como as disputas no Parlamento para se obter um diploma, nos fazem acreditar que o processo não se reduzia a um jogo de cartas marcadas. Em que pesem os mecanismos inibidores da democracia, havia uma certa margem de competitividade política entre os contendentes.

Para se eleger um deputado era preciso que ele fosse votado. Quanto mais votos tivesse, menos intervenção sobre os resultados precisaria ser feita. Para que fosse eleito, o eleitor teria que comparecer às urnas. Como o voto era facultativo, para além da prática da violência que o obrigasse ao comparecimento, era mais fácil ao chefe local estender à sua base as relações de reciprocidade que mantinha com as esferas acima dele, a ter que se desgastar com o uso da força. A troca de favores levava ao comparecimento nos dias de eleição e ao voto no candidato previsto. Se o acordo interno fosse bem articulado, as oposições ficariam à margem de todo o processo e os resultados não precisariam ser alterados. Lembre-se que Leal nos adverte que só ficava na oposição quem não conseguia ser governo (1993, p. 48). Acreditamos que era esta a lógica predominante, o que explica o baixo nível de degola e o baixo grau de violência política, sobretudo quando comparada a dos vizinhos hispano-americanos.

Por outro lado, boa parte do que a literatura avalia como fraude eleitoral não resiste às análises empíricas do fenômeno. Em geral se atribui à primeira república o excesso de fraudes com base em relatos da imprensa, de cronistas ou memorialistas de ocasião, a maior parte deles, de autoria das oposições derrotadas. Ricci e Zulini (2012) fizeram um primeiro experimento de quantificação das fraudes com base nas contestações feitas pelos candidatos no processo de verificação de poderes ao longo do regime. Os autores destacam, em primeiro lugar, que o largo uso da fraude não se limitou à realidade brasileira. Ao final do XIX existiam práticas disseminadas de fraudes eleitorais documentadas nos Estados Unidos, Alemanha e França. Em seguida, identificaram alguns fatores que levariam ao aumento das fraudes, como as incertezas dos primeiros anos do regime e a presença de maior disputa eleitoral em alguns estados, o que os levou a afirmar que: “soa mais razoável visualizar a fraude eleitoral enquanto expressão da vitalidade política nos estados, manifestação concreta da competição eleitoral entre dissidências

oligárquicas” (Ricci e Zulini, 2012, p. 14). Na ausência de competição, a fraude se tornaria dispensável.

Para os autores, em razão do maior controle das dissidências internas existentes nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, o número de fraudes teria sido menor nesses estados. Em que pese a metodologia utilizada⁹, os resultados nos induzem a realizar um estudo mais aprofundado sobre o tema e não aceitá-lo como um dado pronto e acabado.

Com base na prerrogativa acima, é possível supor que os anos iniciais da República comportassem todos os ingredientes para a prática sistemática da fraude eleitoral. Primeiro, por se tratar de um período de incertezas. A primeira década republicana era um momento de construção de um novo regime, ainda ameaçado pelas tentativas restauradoras e pela luta entre os atores emergentes por espaço de poder. Segundo, por ter sido caracterizado por intensas disputas eleitorais nos estados pelo controle do regime após a mudança. De qualquer forma, o desenho do federalismo brasileiro acabou por frear as possibilidades anunciadas pela propaganda e pelos marcos jurídicos aprovados ao construir atalhos que mantinham a participação do povo na política próxima às práticas dominantes que queriam romper.

Em que pesem as contínuas associações entre a fraude eleitoral e a prática política da primeira república, é difícil imaginar que o controle do eleitor pelos chefes locais e a ausência de mecanismos formais que garantissem a transparência do processo eleitoral fossem práticas inauguradas pelo novo regime. Estudos já existentes sobre o voto no Brasil revelam o contrário (Canedo, 1995, Graham, 1997, Nicolau, 2004). Embora as mudanças instituídas pela república pouco impacto tenham tido sobre o aumento do número de eleitores, tentou-se, através de variadas formas, aperfeiçoar as regras e inibir as fraudes através da introdução de penalidades e de um maior controle do Judiciário sobre o processo eleitoral. Ao acompanharmos os diversos regulamentos eleitorais do período, percebem-se idas e vindas, experimentações variadas, proliferação de tentativas e avaliação de erros, todos no sentido de tornar o processo mais transparente, sem no entanto permitir-se a formação de um mercado político competitivo a partir do exercício isonômico do direito de oposição e de manifestação de interesses das minorias.

⁹ Não acreditamos que a melhor forma de avaliar o peso das fraudes seja por critérios quantitativos e ao mesmo tempo através dos dados resultantes das contestações no âmbito do processo da verificação de poderes. A decisão das comissões de inquérito sobre a existência ou não de fraudes podem ter sido escolhas políticas, não necessariamente resultantes de circunstâncias objetivamente avaliadas.

Considerações finais

Como foi visto, a montagem do regime republicano obedeceu aos princípios veiculados pela propaganda que o antecedeu. Mas tanto os discursos republicanos, quanto a sua institucionalização formal vista acima, compunham um conjunto de boas intenções, que por melhor que fossem, não encontrariam respaldo nas práticas centenárias que conferiam tom à cultura política brasileira. Desta forma, alguns preceitos constitucionais foram driblados através do uso de atalhos que compunham o campo no qual o jogo oligárquico se processava.

Preceitos construídos como basilares da nova carta foram sucessivamente desrespeitados ou sofismados com o fim de impedir-se a renovação do poder, e a conseqüente ascensão de outros grupos. Mecanismos que a princípio haviam sido criados para uso excepcional □tais qual o estado de sítio e a intervenção sobre os estados □passaram a ser expedientes rotineiros. O princípio isonômico, que se constitui na essência das experiências federalistas, foi substituído por procedimentos que aprofundaram a desigualdade entre os estados, dando origem a um regime de associação entre parceiros mais e menos iguais. A soberania do Legislativo esteve sob controle das comissões executivas dos partidos regionais, responsáveis não só por sua composição, como pelo voto das bancadas no Parlamento.

O federalismo posto em prática resultou da associação entre os princípios constitucionais estabelecidos em 1891 e as culturas políticas construídas ao longo do período que antecedeu a implantação da República. Os princípios democráticos presentes no texto, tais como as eleições diretas, a soberania do Legislativo, a independência dos três poderes, a meritocracia, entre outros, funcionavam como discursos eficazes na conformação de um modelo caracteristicamente excludente. As eleições diretas eram contaminadas pelo controle eleitoral dos resultados; a soberania do Legislativo e a independência entre os poderes, pelos humores de presidentes autoritários ou pelo controle de bancadas estaduais bem estruturadas; a meritocracia pela garantia de acesso ao poder apenas para um reduzido grupo de atores.

Por outro lado, o jacobinismo e o movimento restaurador ganharam as ruas dos principais centros urbanos, abrindo espaço para a manifestação de interesses populares. As elites se sentiram pressionadas no campo (Canudos e outros movimentos sociais rurais ocorridos no mesmo período) e nas cidades, ampliando a demofobia e os levando a trilhar atalhos e a criar subterfúgios que os afastassem da aspirada, mas temida, “soberania popular”.

A apropriação de textos e experiências externas, em contato com a tradição paternalista do estado brasileiro, resultou na conformação de um regime bastante peculiar, a meio-termo entre as experiências instáveis dos demais países latino-americanos e as bem sucedidas experiências democráticas dos países do norte. Não se pode deixar de considerar os textos legais como consensos que apontam para avanços no processo de modernização das nações emergentes. Mas há que se levar em conta as culturas políticas determinantes sobre o uso que se queira dar às peças discursivas construídas.

Referências

- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BAKER, Keith Michael. *Inventing the French Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. As listas eleitorais e o processo de nacionalização da cidadania no Brasil (1822-1945). *Revista Pro-Posições*, v. 6, n. 3 [18], p. 30-46, 1995. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/18_artido_canedol.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.
- CARONE, Edgard. *A república velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1972.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Vertentes do republicanismo nos oitocentos brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 59, p. 72-85, set.-nov. 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CAVALCANTI, Themistocles Brandão. *O voto distrital no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- DEMIGNIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Niterói e Rio de Janeiro: Ed. UFF e Ed. Mauad, 2006, v. 1.
- FONSECA, Vitor Manuel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Faperj-Muiraquitã, 2008.
- GARRARD, John. *Democratization in Britain: elites, civil society and Reform since 1800*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave, 2002.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos, uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

- KINZO, Maria Dalva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1993.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes (Org.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Unicamp, 2014.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: Cultura Democrática e Científica no Final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, EDUR, 2007.
- NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. *Paper apresentado no VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. *Direito político do sufrágio no Brasil (1822-1982)*. Brasília: Thesaurus, 1985.
- PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil: 1870; 1902*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline P. Tipos, causas e a geografia da fraude eleitoral na Primeira República (1889-1930). *Paper apresentado no VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, Gramado, 01-04 de agosto de 2012.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VISCARDI, Cláudia. Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999.
- _____. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo, revista de História*, UFF, Niterói, v. 18, n. 32, 2012a.
- _____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012b.

Fontes

Dicionários:

- ALMEIDA, Francisco de. *Novo Dicionário universal português*. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1891.
- FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Sociedade Editor Arthur Brandão, 1911.
- MORAES E SILVA, Antonio de. *Dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Tipografia de António José da Rocha, 1858.
- _____. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813 e 1831.
- _____. *Dicionário da língua portuguesa*. Nova edição revista e melhorada. Rio de Janeiro e Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1889.
- VIEIRA, Frei Domingos. *Grande Dicionário Portuguez ou Tesouro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/Pará: Casa dos editores Ernesto Chardrom e Bartholomeu H. de Moraes, 1872-1874.

Documentos oficiais:

- Constituição Federal Brasileira de 1891.
- Conjunto de leis e decretos eleitorais (1857-1930).

Ecoss de Berlim: a influência do nacional-socialismo alemão no fascismo espanhol (1930-1940)*

Echoes of Berlin: The influence of German National Socialism in Spanish fascism (1930-1940)

Ecoss de Berlín: la influencia del nacionalsocialismo alemán en el fascismo español (1930-1940)

Xosé M. Núñez Seixas**

Resumo: O artigo analisa a influência do nacional-socialismo alemão sobre o movimento fascista espanhol durante a sua primeira fase, ainda durante a guerra civil e primeira pós-guerra. Além do fascínio pela figura de Hitler, os fascistas espanhóis admiravam a modernidade da propaganda e agitação nazista. A admiração era partilhada pela direita católica. Ainda que o antissemitismo biológico constituísse um problema, todos consideravam Hitler como a defesa mais eficaz perante a “expansão bolchevique”.

Palavras-chave: fascismo; falangismo; nacional-socialismo; antissemitismo.

Abstract: The article analyses the influence of German national-socialism on the Spanish Fascists movement at its first stage and during the Spanish Civil War, as well as the immediate postwar period. Spanish Fascist were fascinated by Hitler's charisma, as well as by the modernity of Nazi propaganda. The Catholic right also admired this. Although biological antisemitism was a problem for some of them, they all considered Hitler to be the most efficient bullwark against the spreading of “Bolshevism”.

Keywords: fascism; falangism; national-socialism; antisemitism.

Resumen: El artículo analiza la influencia del nacionalsocialismo alemán sobre el movimiento fascista español durante su primera fase, y aún durante la guerra

* A pesquisa está inserida no projeto financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação da Espanha, com chave: HAR 2012-37963-C02-02.

** Doutor em História Contemporânea pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e catedrático da mesma matéria na Universidade de Santiago de Compostela. Desde 2012 é igualmente catedrático de História Contemporânea na Universidade Ludwig-Maximilians de Munique (Alemanha). <x.nunez@lmu.de>.

civil y la primera posguerra. Además de la fascinación por la figura de Hitler, los fascistas españoles admiraban la modernidad de la propaganda y agitación nazi. La admiración era compartida por la derecha católica. Aunque el antisemitismo biológico constituía un problema, todos consideraban a Hitler como la defensa más eficaz ante la “expansión bolchevique”.

Palabras clave: fascismo; falangismo; nacionalsocialismo; antisemitismo.

Todos os partidos ou movimentos fascistas se inspiram num nacionalismo radical que, por seu turno, aspira a uma palingénese, um renascimento radical e catártico da própria nação a que apelam, convertendo-a no sujeito da revolução (LAQUEUR, 1997, p. 21-27; GRIFFIN, 1991). Também os grupos fascistas espanhóis se caracterizaram, desde o seu nascimento, por defenderem de forma radical a sua originalidade e o seu carácter profundamente *nacional*. E, por conseguinte, rejeitavam a etiqueta de “fascistas” que de fora lhes era aposta, principalmente pelos seus opositores políticos.¹ Porém, e com frequência de modo contraditório, também reclamavam participar de uma corrente transnacional, que eles designavam genericamente como fascismo, que tinha como meta a renovação radical da vida política europeia como expressão de uma “nova modernidade” antidemocrática, filha das convulsões da I Guerra Mundial, que iluminaria um mundo caracterizado pela irrupção da política de massas, pelo culto do irracionalismo filosófico, da violência e do darwinismo social, pelo progresso tecnológico, pelo corporativismo social, pela devoção a líderes carismáticos, e ainda pela onipotência do Estado identificado com a nação (GRIFFIN, 2007).

Foram os movimentos fascistas mais bem-sucedidos, primeiro o italiano e, desde o início dos anos trinta, o nacional-socialismo, que irradiaram uma maior influência sobre os outros movimentos que se baseavam no fascismo, desde o Japão até à Argentina, passando naturalmente pela velha Europa. Influência que, em nenhum caso, significou cópia literal. Na verdade, há quase tantos tipos possíveis de fascismo como movimentos fascistas, além dos elementos comuns e

¹ Por exemplo, Onésimo Redondo afirmava em abril de 1933: “Mentem os que nos chamam fascistas, tal como se engana quem entenda que o movimento nacional tem simpatias por uma qualquer situação absolutista. [...] Não: nem nós nos colocamos no prato da ditadura, como único contrário ao da democracia, na balança política, nem nos inscrevemos num imaginário internacional de doutrinas a que se chamam fascistas ‘A nós, ao nosso e no nosso’” (REDONDO, 1955, p. 370-72).

do “mínimo fascista” que todos partilham.² O fascismo espanhol não é exceção. Porém, como *latecomer* à cena política da década de 1930, debateu-se de forma permanente entre a criação de uma tradição político-ideológica própria e os influxos estrangeiros. Mas, em última análise, foi aquela que acabou por prevalecer, através de uma apropriação dos estímulos ideológicos e culturais estrangeiros.³

1 Tão longe, tão perto

A influência do nacional-socialismo alemão nos passos iniciais do fascismo espanhol – muito minoritário até 1936 – foi escassa. Os primeiros núcleos político-intelectuais que se identificaram com o fascismo na Espanha desde a década de 1920, fossem eles os grupos de ação esquadrista nascidos em Barcelona e Madrid ou, sobretudo, a iniciativa intelectual encetada pelo escritor vanguardista Ernesto Giménez Caballero a partir da revista *La Gaceta Literaria* (1927-1932), tiveram como fonte de inspiração fundamental o fascismo mussoliniano.⁴ Serviu também de espelho cultural e histórico para os primeiros fascistas espanhóis, que ali alicerçavam a esperança num ressurgimento nacional, baseado no apelo comum ao Império Romano e à sua herança. A Espanha seria a continuadora do legado clássico. E a palingênese fascista pressupunha, igualmente, que a civilização voltaria ao Mediterrâneo reforçada com o catolicismo (GIMÉNEZ CABALLERO, 1933). A Itália constituía um espelho da regeneração de uma nação latina e meridional, na qual os espanhóis se poderiam rever (PEÑA SÁNCHEZ, 1995).

Porém, os fundadores dos primeiros grupos fascistas que se constituíram na Espanha no início da década de 1930, Ramiro Ledesma Ramos e Onésimo Redondo, possuíam uma bagagem cultural e filosófica de cunho mais germanófilo. Pertenciam a uma geração mais nova, para a qual a Marcha sobre Roma era uma lembrança da adolescência, ao contrário da ascensão vertiginosa do partido nazista (NSDAP) na Alemanha desde 1930. Ledesma Ramos, discípulo do filósofo José Ortega y Gasset, passou quatro meses em Heidelberg em 1930, traduzia a filosofia alemã, recebeu influências de Oswald Spengler, Nietzsche, Nicolai Hartmann e Heidegger, desde o esquema

² Ver Ledeen (1972) e Mosse (1979), assim como Griffin (1998, 2012).

³ Para uma perspectiva geral sobre o nascimento e evolução do fascismo espanhol, ver. Payne (1997), Thomàs (1999, 2001, 2011) e Gallego (2014).

⁴ Ver o testemunho do próprio Giménez Caballero (1979), assim como o de Selva (2000).

cíclico da História do primeiro ao vitalismo irracionalista do segundo, a fenomenologia e a superação da “angústia existencial” através da ação, como fundamento irracionalista de uma teoria do conhecimento (GALLEGO, 2005). Também incluía o nacional-socialismo entre as suas principais referências políticas, ao lado de uma admiração “técnica” pelas realizações do fascismo italiano. Desde o seu primeiro semanário *La Conquista del Estado*, fundado em março de 1931, Ledesma prestou uma atenção constante aos progressos do nacional-socialismo, ainda que a sua organização, *Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (JONS), constituída em outubro do ano seguinte, se tenha inspirado mais no esquadrismo italiano e no modelo do corporativismo social mussoliniano.

Onésimo Redondo, que se encontrava à procura de uma modernização do tradicionalismo católico de acordo com os exemplos que ofereciam os modernos fascismos europeus, foi leitor de Espanhol na Escola Superior de Comércio de Mannheim durante o curso académico 1927-28. Ali teve algum contato com o catolicismo político alemão, além de assistir ao crescimento da presença do partido nazista, ainda débil, na cidade. Viu em Hitler um defensor do cristianismo contra a ameaça do marxismo, e considerava que uma aliança entre o NSDAP e o *Zentrum* católico podia ser uma boa solução para travar os comunistas.⁵ Por outro lado, Redondo e vários dos seus seguidores, como Javier Martínez de Bedoya, lançaram fortes diatribes antissemitas no seu órgão de imprensa *Libertad*, editado em Valladolid a partir de junho de 1931, o mesmo sucedendo com a organização que ele fundou, as *Juntas Castellanas de Acción Hispánica* (agosto de 1931), que em breve confluiria nas JONS.⁶

O nacional-socialismo irromperia com força desde o início da década de 1930, coincidindo com o seu salto eleitoral de 2,6 por cento de 1928 até chegar aos 18,3 por cento dos sufrágios alcançados nas eleições de 1930. Era um exemplo de palingénese nacional, baseada num líder carismático e na captação de apoios à direita e à esquerda do espectro político, assumindo as táticas do inimigo comunista para

⁵ Ver Tomasoni (2014, p. 71-90); Nonis (2007).

⁶ Redondo traduziu para o castelhano a partir da versão francesa de Roger de Lambelin uma versão abreviada dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, e reproduziu-os em fascículos no seu semanário, bem como várias passagens do livro de Henry Ford, *O judeu internacional*. Insistiu igualmente no argumento da conspiração judaico-maçónica, na identificação desta última com a origem do comunismo e da luta de classes, mas também com a burguesia financeira e o seu caráter antinacional. Ver Tomasoni (2014, p. 543-88). Exemplos em J. M. de Bedoya, “Las garras del judaísmo”, *Libertad*, Valladolid, 21 de novembro de 1931, e ainda “Glosas jonsistas. Stawisky el judío”, *Libertad*, Valladolid, 15 de janeiro de 1934.

derrotá-lo no seu terreno, a política de massas.⁷ Várias passagens do livro de Hitler *Mein Kampf* foram traduzidas no *Libertad* e, desde os números iniciais de *La Conquista del Estado*, assistiu-se com interesse às estratégias dos nacional-socialistas para a captação das massas, e aos seus métodos de agitação política. Já no ano de 1931 interessava especialmente aos fascistas espanhóis qual seria a posição adotada por Hitler perante um dilema: dar prioridade ao elemento “nacional”, ou ao elemento “socialista”?⁸ Para Ledesma Ramos, a liderança de Hitler e o espírito de sacrifício das novas gerações que comandava facilitariam o fato de “o nacional-socialismo vir em breve a governar na Alemanha, pelo menos em coligação com outras forças, o que lhe irá proporcionar a oportunidade definitiva para se apoderar do Estado de um modo absoluto”⁹.

A admiração por um modelo de liderança e de conquista do poder transformar-se-ia em aberta e cara simpatia pelo recém-nascido III Reich, desde janeiro de 1933, após Hitler assumir a chancelaria. Também era partilhada, apesar das reservas perante os pontos do programa nazista que poderiam “ferir a consciência” dos católicos, expressadas desde a revista *Acción Española* em 1932, pelo conjunto das direitas antirrepublicanas.¹⁰ Observavam em geral no novo chanceler um paladino de uma nova unidade suprapartidária, nacional e antimarxista, conseguida mediante a mobilização do sentimento nacionalista ferido. Era um espelho da confluência autoritária, sob uma liderança forte, que inspirava católicos, monárquicos e conservadores autoritários em Espanha. Como escreveu então Ledesma Ramos, Hitler já tinha demonstrado ser um génio da agitação política desde 1922, fundindo-se com a “autenticidade alemã” e interpretando o espírito de seu povo, mas demonstrava então ser também um estadista pragmático, capaz de conquistar todo o poder para os nazistas num passo rápido e firme, seguindo de uma forma mais decidida o roteiro marcado na época por Mussolini quando assumiu o poder na Itália e, aparentemente, fazendo menos concessões à sua direita.¹¹ Os métodos de propaganda nacional-

⁷ R. Bader, “El triunfo nacional socialista de Hamburgo”, *La Conquista del Estado*, Madrid, 21, 10.10.1931; Lorenzo Puértolas, “Un libro: Czech Jochberg: Hitler, un movimiento alemán”, *La Conquista del Estado*, Madrid, 16, 27.06.1931.

⁸ Juan F. Pastor, “Crónicas de Alemania: Nacional-socialismo y comunismo”, *La Conquista del Estado*, Madrid, 14.3.1931

⁹ Ramiro Ledesma Ramos, “La supuesta derrota del nacionalsocialismo”, *La Conquista del Estado*, Madrid, 11.4.1931.

¹⁰ Ver Jorge Vigón, “Actualidad internacional”, *Acción Española*, Madrid, 16.5.1932.

¹¹ Ver R. Ledesma Ramos, “El nacional-socialismo en el poder. La ruta de Alemania”. *JONS*, Madrid, 1, maio 1933.. Cf. também “Aplastante triunfo racista en Alemania”, *Igualdad*, Valladolid, 17, 6.3.1933.

socialista e a sua capacidade de mobilização proativa constituíam uma lição permanente.¹²

Do nacional-socialismo os fascistas espanhóis admiravam principalmente a encenação de uma solidariedade nacional em torno de um líder, a imagem de unanimidade social e de mobilização dos cidadãos. Uma imagem de modernidade que os nazistas transmitiram a outros movimentos fascistas europeus (REICHEL, 1991). Mas os ibéricos também gostavam da ousadia do novo Estado nazista em quebrar as cadeias impostas pelo Tratado de Versalhes e impor a vontade e a força sobre o Direito, contradizendo os desígnios dos *inimigos históricos* da Espanha, como a França ou a Grã-Bretanha, e denunciando a “hipocrisia” da Sociedade das Nações. Em última análise, admiravam o exercício, por parte do III Reich, de uma “política de potência” baseada nos fatos consumados, nomeadamente a partir do abandono por parte da Alemanha da Sociedade das Nações em outubro de 1933.¹³ Uma nação derrotada ressurgia em pouco tempo e transformava-se em exemplo para uma Espanha que ainda lamentava a sua decadência imperial. A Alemanha era exemplo de uma “convulsão de consciência” vivificante após “anos de agonia” e farol de esperança para uma Espanha que, em 1933, estaria “afundada na mesma noite de ignomínia que aquela Alemanha social-democrata de 1918” (GONZÁLEZ RUANO, 1933, p. 18).

Juntava-se a tudo isto um fascínio não dissimulado pela biografia de Hitler, como protótipo do patriota e do homem que se fez a si mesmo, desde a marginalidade social até ao topo do poder,¹⁴ capaz de criar um movimento de massas a partir do nada, “lutando sozinho, contra muitos inimigos”, graças à capacidade de interpretar como ninguém o sentimento nacional do povo. Era assim que o descrevia o único número do semanário *El Fascio*, lançado em março de 1933, no calor dos ecos do triunfo hitleriano.¹⁵

¹² Juan Linares Rivas, “Hitler. Su método. Su sistema”, *JONS*, Madrid, 9 (abril de 1934).

¹³ “Alemania”, *FE*, Madrid, 1, 7.12.1933; “El gesto de Alemania y la Sociedad de Naciones”, *Arriba*, Madrid, 1, 21.3.1935; “Ventana al mundo”, *Arriba*, Madrid, 9, 16.5.1935; 11, 30.5.1935, 12, 6.6.1935, e 13, 13.6.1935.

¹⁴ Ver. C. Fernández-Cuenca, “Adolf Hitler y el Nacional-socialismo”, *Libertad*, Valladolid, 21.3.1932; “El ejemplo de Alemania. Hitler al frente del porvenir”, *Libertad*, Valladolid, 6.2.1933.

¹⁵ Ver. “Alemania-España: El fascismo y la democracia. Coincidentes... en unas audiciones de radio”, e “La recia figura de Adolfo Hitler. El muchacho con alma de artista”, *El Fascio*, Madrid, 1, 16.3.1933.

2 Antissemitismo alemão e o antijudaísmo espanhol

O postulado do racismo biológico poderia representar um obstáculo para alguns observadores, tal como a atitude ateia do regime nazista. Já desde as primeiras glosas do triunfo de Hitler que os fascistas espanhóis salientavam que o antissemitismo biológico-genético era a grande característica que diferenciava o “hitlerismo” dos outros movimentos fascistas, e afastavam-se dessa concepção de raça. No entanto, assinalavam, ao mesmo tempo, que os espanhóis também não gostavam dos judeus e que, portanto, compreendiam a interpretação racial que o nacional-socialismo dava a um problema universal, que noutras latitudes (Espanha e Itália) tinha adquirido apenas características confessionais.¹⁶ Apesar de todos reconhecerem a natureza confessional e não biológica de seu próprio antijudaísmo, os fascistas e católicos autoritários mostraram uma compreensão benevolente face às primeiras medidas segregadoras contra os judeus no III Reich, minimizaram o componente anticristão e concentraram-se nas medidas tendentes a reforçar o prestígio alemão no exterior.

É o que demonstrava a visão do conservador germanófilo Vicente Gay Forner, economista e ensaísta que se tinha interessado já pelo fascismo italiano. Quando visitou a Alemanha nazista em 1933 expressou algum receio em relação ao racismo biológico, preferindo um autoritarismo mais temperado. O antissemitismo nazista distinguiria entre sionistas e não-sionistas, “súditos da Alemanha, que vivem na Alemanha, e os judeus-alemães nacionais”; e o seu acordo com a igrejas católica e a evangélica seria apenas uma delimitação de funções do Estado e da Igreja. O “Terceiro Império”, finalmente, significaria uma superação europeia do conceito de nacionalismo, fundindo-se com um ideal de raça e associando-o, não ao conceito burguês de “Estado nacional”, mas sim ao de império. Mesmo assim justificava a existência dos primeiros campos de concentração, descrevendo Dachau como um “estabelecimento educacional”. Da mesma forma, o jurista formado em Bolonha e convertido ao falangismo Juan Beneyto Pérez publicou, em 1934, um texto de divulgação sobre o nazismo em que mostrava grande simpatia pela figura de Hitler, defendia a necessidade de limitar a influência dos judeus na vida pública e econômica e negava que o

¹⁶ “Alemania: Nazis y judíos”, *FE*, 2, 11.1.1934. Ver Álvarez Chillida (2002, p. 302-303; 342-343). Na primavera de 1935 militantes falangistas dirigiram uma campanha de boicote contra dois armazéns SEPU, propriedade de judeus alemães refugiados em Espanha, acusando-os de concorrência desleal e usura contra o povo espanhol, tendo sofrido mesmo três ataques.

nazismo fosse anticristão. O relato coevo do jornalista pró-fascista César González Ruano, correspondente do jornal monárquico *ABC* em Berlim, oferecia uma história do nacional-socialismo desde as suas origens até à conquista do poder, e assumia os tópicos da propaganda nazista, que apresentava os judeus como a causa da derrota alemã na I Guerra Mundial.¹⁷

Nisso coincidiam com outros correspondentes de imprensa e visitantes do III Reich que partilhavam o anticomunismo do regime e admiravam o talento oratório de Hitler. O jornalista Adelardo Fernandez Arias, antisemita que justificava a necessidade de “exterminar” a influência judaica na Alemanha, concluía assim o seu livro de impressões sobre o III Reich: “Espanhol! Rezai todas as noites esta oração: Meu Deus! Salva Espanha! ... Concede-nos um homem como Hitler!”. FERNÁNDEZ ARIAS (1935, p. 60-68, 79). Noutros relatos de viajantes e estudantes espanhóis na Alemanha, oferecia-se também um retrato favorável do nacional-socialismo, visto como o grande modelo do porvir da “juventude europeia” no seio de uma Europa ameaçada pelo marxismo (RATO, 1935).

Numa linha de argumentação semelhante, o semanário *Libertad* resumia a postura do fascismo católico espanhol em direção às tendências ateístas do nacional-socialismo. Onésimo Redondo escrevia em 1934 que o anticomunismo do *Führer* redimia-o dos seus possíveis pecados:

Até agora, é verdade, o regime hitleriano não conseguiu a simpatia unânime e a confiança do mundo ocidental cristão. Mas pelo menos tem direito a que os católicos considerem o ateísmo e a barbárie inominável do bolchevismo, como o polo oposto à causa de Cristo. Uma vez que olhamos, não obstante todas as diferenças, o fato hitleriano como uma barreira poderosa contra o inferno comunista, não é isso suficiente para encontrar em todo o peito cristão um resquício de simpatia? Façamos votos os católicos, para que o nacional-socialismo protestante ou pagão se converta, mas não para que se afunde!¹⁸

Só alguns grupos de inspiração social-católica mostravam reservas perante o *materialismo racial* do nacional-socialismo e a ameaça à autonomia da Igreja católica na Alemanha. Mais complexa e matizada foi

¹⁷ Ver Gay (1934); González Ruano (1933); Beneyto Pérez (1934, p. 113-118). Sobre o apoio alemão às viagens e à publicação dos livros de Gay e González Ruano, ver Viñas (2001, p. 186-187) e Schulze-Schneider (1999).

¹⁸ “Religión y política. Defensa de Hitler”, *Libertad*, Valladolid, 6.8.1934.

a posição do grupo de monárquicos, católicos radicais e tradicionalistas mais ou menos propensos à *fascização* que a revista *Acción Española* representava, ao redor de Ramiro de Maeztu.

Muitos dos que possuíam uma formação intelectual – e às vezes acadêmica – de raiz alemã, foram germanófilos durante a I Guerra Mundial e receberam positivamente a revisão irracionalista dos fundamentos do Estado liberal que tinha sido levada a cabo por autores como Oswald Spengler e Carl Schmitt.¹⁹ Todos eles ficaram positivamente surpreendidos perante o que entendiam como um ressurgimento nacional da Alemanha, pela estética das manifestações de massas disciplinadas em torno de um líder e de um ideal de supremacia da comunidade nacional, pelo seu anticomunismo, pela oratória eletrizante do *Führer*, e pela modernidade da sua propaganda. Ramiro de Maeztu esteve entre os mais definidos admiradores de Hitler, em quem contemplava um exemplo de mobilização nacionalista defensor da civilização cristã e um baluarte contra o marxismo.²⁰ As reservas provinham mais uma vez do laicismo que o nazismo ostentava, da retórica anticapitalista de alguns dos seus expoentes, do antimonarquismo e, curiosamente, da utilização da estratégia eleitoral, através da construção de um partido de massas para ir às eleições e a forja de alianças com outros partidos nacional-conservadores para aceder ao poder, em vez de o conquistar mediante a violência.

Da revista *Acción Española* vaticinava-se em fevereiro de 1933 que o partido nazista, que tinha chegado ao poder “através das combinações mais complicadas de antecâmara” acabará dividindo-se devorado pelas contradições. Mas algumas semanas mais tarde, a constatação de que Hitler tinha começado a obra de demolição do sistema parlamentar e a visão de “multidões entusiasmadas” numa unanimidade patriótica levava a desejar que, no futuro, algo semelhante aconteceria na Espanha. A relevância das primeiras medidas de discriminação racial do nazismo no poder foi minimizada, e o chanceler foi visto como um possível restaurador do império dos Habsburgo ou, em qualquer caso, como um regenerador da unidade nacional. A confluência de todas as forças antiliberais e antimarxistas através de uma liderança forte e da agitação de massas foi vista como uma lição a ter em conta pelos intelectuais de direita radical. E vários colaboradores da revista eram a favor da

¹⁹ Sobre a influência de Spengler e outros filósofos alemães na Espanha, ver. Lemke Duque (2013; 2014).

²⁰ “Actividades culturales”, *Acción Española*, Madrid, 16.5.1932.

eugenia e dos princípios biológico-genéticos da doutrina racial nazista que julgavam ser inaplicáveis em Espanha.²¹

No entanto, o modelo fascista italiano continuava a ser olhado pelos fascistas ibéricos como o mais aplicável às circunstâncias espanholas. O fundador e carismático chefe da Falange Espanhola em outubro de 1933, José Antonio Primo de Rivera, visitou (bem como outros líderes da direita antirrepublicana), a Alemanha a convite do NSDAP na primavera de 1934, onde só manteve um fugaz encontro com o *Führer*. *José Antonio* não voltou convencido de que o modelo nacional-socialista fosse exportável para Espanha, e as referências ao nazismo nos seus discursos e escritos seguintes foram escassas, por oposição à relação mais intensa que manteve com o fascismo mussoliniano (PAYNE 1997, p. 261-267; VIÑAS, 2001, p. 160-164).

O dirigente da Falange não foi o único fascista hispânico decepcionado ou, pelo menos, pouco fascinado pelo nazismo. O mesmo aconteceu, por exemplo, ao jornalista e membro fundador das JONS Antonio Bermúdez Cañete, que depois de um primeiro fascínio por Hitler e de ter traduzido mesmo alguns capítulos de *Mein Kampf* para o castelhano – embora só chegassem a ver a luz do dia como artigos em diversos órgãos da imprensa da JONS²² –, acabou por recusar abertamente o racismo nazista e as tendências “socializantes” do NSDAP quando era correspondente do jornal católico *El Debate* em Berlim, e voltou ao berço do conservadorismo católico.²³ Um antigo comunista e admirador fervoroso de Mussolini como o historiador galego Santiago Montero Díaz, que assistiu, durante uma estadia de estudos em Berlim, à fase de implantação e ascensão do regime nazista na primavera de 1933, voltou igualmente do III Reich cheio de ceticismo em relação às virtudes do nacional-socialismo, apesar de evoluir nesses mesmos meses para um fascismo entendido como nacionalização da esquerda e conversão da nação em sujeito revolucionário, o que o levou, no verão de 1933, a entrar nas JONS (NÚÑEZ SEIXAS, 2012, p. 77-79).

Os grupos fascistas espanhóis, unificados na FE-JONS desde fevereiro de 1934, desenvolveram-se sem grandes ajudas externas. Quando recorreram ao financiamento externo, como foi o caso da Falange

²¹ Francisco Murillo, “El mejoramiento de la raza, base del engrandecimiento de Alemania”, *Acción Española*, Madrid, 1.1.1934; Wenceslao González Oliveros, “Algunas notas sobre el momento científico de la doctrina racista”, *Acción Española*, Madrid, 1.5.1934 y 16.5.1934. Ver Morodo (1985, p. 114-124).

²² A primeira tradução de *Mein Kampf* em castelhano foi publicada no ano de 1935: ver Hitler (1935).

²³ Ver Velarde Fuertes (1972, p. 127-210).

entre 1935 e 1936, dirigiram-se sempre a Roma, onde encontraram uma certa receptividade, e não a Berlim (THOMÀS, 1999). Claro que no jornal *Informaciones*, subsidiado pela diplomacia nazista e no qual se difundiam artigos de propaganda do nazismo elaborados em grande parte na Alemanha (BÖCKER, 2000, p. 230, 289-290), trabalhavam como redatores alguns falangistas, como o poeta Federico de Urrutia. E é também verdade que alguns dirigentes locais da Falange, como foi no caso da Galiza o do farmacêutico Victoriano Muñoz ou do agente comercial Gustavo Kruckenberg, mantinham ligações privadas com a Alemanha, ou eram eles próprios de origem germânica. Além disso, os consulados alemães distribuíram propaganda nacional-socialista em espanhol junto dos grupos das JONS e da Falange desde, pelo menos, meados de 1933, algo que era feito, geralmente, por pessoas que funcionavam como intermediários VIÑAS (2001, p. 187-188).²⁴ Noutros lugares de Espanha existiam também algumas ligações entre as atividades dos falangistas e as dos grupos da *Organización no Estrangeiro* do partido nazista (*Auslandsorganisation*, AO).

No entanto, a embaixada alemã e as suas delegações consulares apenas mantinham contatos diretos com os grupos fascistas espanhóis. O pessoal nem sequer estava a par dos preparativos e conspirações dos vários grupos da direita radical e de oficiais do exército nos meses que antecederam o Golpe de Estado de julho de 1936 e, pelo contrário, os relatórios da embaixada alemã em Madrid alertavam para a possível tomada do poder pelos “bolcheviques”. Por outro lado, nessa altura o fascismo espanhol não parecia aos observadores alemães um movimento que estivesse em condições de tomar o poder, além de o considerarem excessivamente influenciado pela origem “aristocrática” de alguns de seus líderes (VIÑAS 2001, 287-295). Tanto o *director* da sublevação militar contra a República, o general Emilio Mola, como vários líderes monárquicos que conspiravam com ele, obtiveram de Mussolini dinheiro, armas e treino militar para os grupos de milicianos *requetés*. Eram os setores em que um grande número de seguidores podia se mobilizar e, portanto, que se ofereciam como aliados mais interessantes para os planos mussolinianos de desestabilizar a II República espanhola.

²⁴ Ver. por exemplo. as informações do vice-cônsul alemão em Monforte de Lemos (Lugo), 2.5.1934; do cônsul alemão em A Corunha, 11.5.1934, e de Vigo, 26.4.1934 (Arquivo Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros [PAAA], Berlim, Deutsche Botschaft Spanien-Generalkonsulat Barcelona, PRT 10/2).

3 Entregues ao III Reich

O começo da Guerra Civil Espanhola, em julho de 1936, foi um momento de clara inflexão. Como é bem conhecido, os rebeldes, graças aos seus contatos com industriais e comerciantes alemães ligados ao NSDAP que residiam no Protetorado de Marrocos, conseguiram fazer chegar o seu pedido de ajuda ao chanceler Adolf Hitler no final de julho de 1936. Seguiu-se o envio de abastecimentos e provisões militares e, sobretudo, de um contingente militar, a Legião Condor, composta na sua grande maioria por aviadores com pessoal de apoio técnico e terrestre. Em novembro de 1936, Hitler enviou a Salamanca, como representante diplomático do III Reich perante o Quartel-General do General Francisco Franco, chefe máximo dos rebeldes, o nazista fanático e antigo assessor militar na Argentina e no Peru Wilhelm Faupel. Era uma imposição clara do NSDAP, que dava prioridade às relações com a Falange, partido que desde o início da guerra aumentara de forma exponencial a sua militância e influência política, enquadrando e fornecendo milhares de voluntários para o exército revoltoso.

Em fevereiro de 1937 Faupel foi elevado por Hitler à categoria de embaixador na Espanha franquista. Apesar das instruções recebidas, Faupel ultrapassou amplamente as suas funções diplomáticas e distinguiu-se por se intrometer nos conflitos políticos da retaguarda do campo insurgente, apoiando claramente a Falange. A isso acresceu a sua teimosia perante Franco para que não “deturpasse” o conteúdo fascista original da Falange, e as suas pretensões de influir na formulação das estratégias militares germano-italianas. Pelo contrário, Faupel via os falangistas como os verdadeiros expoentes de um nacional-socialismo revolucionário adaptado às circunstâncias ibéricas, e apoiava as suas ambições de conquista do poder, além de conceber um vasto programa de intercâmbio germano-espanhol para rivalizar com os aliados italianos na influência política e ideológica sobre os falangistas, tentando ganhá-los para uma aliança duradoura com os interesses geoestratégicos do III Reich (MERKES, 1961, p. 230-264).

Porém, o apoio de Faupel aos partidários de Manuel Hedilla, que tentaram tomar o poder no interior da FE, a sua oposição ao Decreto de Unificação que em abril de 1937 levou à constituição da *Falange Española Tradicionalista y de las JONS* (FET-JONS) como partido único, e a sua permanente intromissão em questões militares, levaram a que o general Franco pressionasse para que Hitler o destituisse no final de agosto de 1937 (THOMAS, 2001; 2014). Faupel, como muitos

nacional-socialistas presentes na Espanha, acreditava que o verdadeiro fascismo revolucionário, cujos representantes considerava serem os falangistas, cedia lugar a uma orientação conservadora, obcecada em restaurar o poder da Igreja e das elites tradicionais. Na verdade, o embaixador levou com ele para Berlim alguns colaboradores falangistas, retomando a direção do Instituto Ibero-Americano na capital alemã, e tentaria a partir dali continuar a influir nos destinos do fascismo espanhol (GLIECH, 2003).

O período de 1938-1942 representou o auge da influência nacional-socialista no fascismo espanhol, de modo paralelo à aproximação político-diplomática entre a Espanha franquista e o III Reich. Era uma relação que, para os alemães, se baseava em interesses estratégicos e geopolíticos, e não (ou apenas muito secundariamente) no objetivo de exportar o nacional-socialismo. O seu objetivo era incluir a Espanha na nova ordem económica europeia sob a futura hegemonia do III Reich. Foram muitos os dirigentes falangistas que se deslocaram à Alemanha a partir de 1937 por vezes em viagens de representação, noutras ocasiões com o propósito de estreitar as relações entre a FET-JONS e o NSDAP, e alguns líderes nazistas realizaram visitas a Espanha. As organizações setoriais do partido nazista serviram de inspiração para fundar e espalhar a *Frente de Juventudes* espanhola, bem como para ampliar as competências da Seção Feminina da Falange e a criação do *Auxilio Social*, que teve a *Winterhilfe* alemã como modelo.²⁵

Da mesma forma, multiplicaram-se os intercâmbios intelectuais. Berlim tornou-se num destino ainda mais comum para os jovens professores espanhóis de orientação falangista. O Estado nacional-socialista procurou, enfim, através de uma intensa política de subsídio e penetração ideológica, influenciar a opinião pública espanhola (SCHULZE-SCHNEIDER, 2004). Também estabeleceu sólidos elos com os organismos culturais franquistas, baseando-se em associações e plataformas organizativas já existentes desde a década de 1920, como a Sociedade Germano-Espanhola (*Deutsch-Spanische Gesellschaft*). Outro foi o caso do *Instituto de Estudios Políticos* fundado em 1939, que serviu de canal preferencial para a recessão dos contributos culturais alemães no campo da Teoria Política e das Ciências Sociais em geral.²⁶ A emergente doutrina jurídica nacional-socialista ou *iusnazismo*, baseada numa revisão comunitária, como um *Volksrecht* ou direito nacional, dos

²⁵ Ver Morant i Ariño (2012) e Ruiz Carnicer (1996, p. 156-161).

²⁶ Ver a este respeito Janué i Miret (2008a, 2008b), Ros Agudo (2002, p. 271-314) e Sesma Landrín (2011).

fundamentos positivistas, racionalistas e individualistas da Filosofia do Direito, teve um amplo eco entre vários juristas espanhóis, como Luis Legaz Lacambra ou Francisco Javier Conde.²⁷

A plena beligerância na guerra mundial ao lado do III Reich era uma possibilidade seriamente tida em conta pelos fascistas espanhóis, que esperavam que aquela supusesse a conquista de “todo o poder para a Falange”. Alguns setores do exército e muitos católicos tradicionalistas partilhavam o mesmo desejo. Porém, para o ditador Franco Espanha só deveria participar na guerra se as suas ambições territoriais, concentradas em Marrocos e no Norte de África, assim como na África Equatorial, fossem satisfeitas. A falta de interesse por parte de Hitler e do Estado-Maior da *Wehrmacht* no palco do Norte de África e no Mediterrâneo, até 1943 um cenário de guerra secundário, impediu que a entrada da Espanha franquista na guerra se materializasse.²⁸ Ao III Reich interessava, daí em diante, o papel de Espanha como fornecedora de algumas matérias-primas fundamentais, como volfrâmio, e secundariamente de trabalhadores para a sua indústria. Mesmo a relevância militar da Divisão Espanhola de Voluntários ou Divisão Azul, pela qual passaram 47.000 espanhóis e que foi enviada à Frente Oriental entre junho de 1941 e janeiro de 1944, foi muito inferior ao seu papel simbólico.²⁹

Germanofilia não era equivalente de nacional-socialismo ideológico. Com certeza, a simpatia pela Alemanha, que se manifestara em boa parte das direitas católicas durante a I Guerra Mundial, via-se agora reforçada pelo fascínio perante o poder militar e económico germânico. Nomeadamente, quando a partir da primavera de 1940 a *Wehrmacht* derrotou um dos inimigos “tradicionalistas” do conservadorismo espanhol, a França, e parecia ir ganhando a guerra contra outro deles, a Grã-Bretanha. No caminho, se haviam registrado reações contraditórias entre as bases falangistas e muitos tradicionalistas face à invasão alemã da Polónia católica e face à assinatura do pacto germano-soviético (BOWEN, 2007). Mas essas reservas desapareceram por ocasião da conquista da França pelas tropas alemãs. Católicos praticantes e até mesmo párocos rurais viam na *Wehrmacht* um instrumento divino que, como um novo arcanjo, derrotaria de vez o mal, personificado pela União Soviética e pelo comunismo, mas também daria uma lição inesquecível aos seus aliados democratas. A esperança do ultracatolicismo hispânico residia no fato de, ao ser instrumento da derrota final do *Anti-Cristo*

²⁷ Ver Rivaya (1998, p. 49-82), López García (1996, p. 31-53) e ainda Gallego (2014, p. 510-516, 740-747).

²⁸ Para uma descrição detalhada, ver Tusell (1995).

²⁹ Sobre a Divisão Azul, ver, entre outros, Moreno Julià (2004); Bowen (2000) e Núñez Seixas (2016).

soviético, a ateia Alemã nazista se redimiria do pecado original. Por outro lado, boa parte da oficialidade do exército espanhol partilhava também uma grande admiração pela Alemanha. Esta tinha muito que ver com o entusiasmo perante o que parecia ser uma máquina militar invencível, e a realização de um “ressurgimento nacional” antimarxista e autoritário (CARDONA, 2003, p. 59-64). Vários autores falangistas apresentavam o triunfo alemão na guerra como a oportunidade de uma verdadeira *nova ordem*, muito em linha com os postulados de Berlim, cujos tentáculos se estendiam a vários jornais e ao financiamento de diversas obras panegíricas sobre o nazismo.³⁰ Nomeadamente, a escritora Carmen Velacoracho, ativista católica hispano-cubana que se aproximara do nazismo por causa do seu forte antissemitismo, publicou duas biografias do *Führer*, apresentando-o como um defensor da fé e da civilização cristã (VELACORACHO, 1940; 1943). Federico de Urrutia editou uma coletânea dedicada à “Alemanha eterna”, em que vários autores cantavam as glórias do exército alemão, do III Reich e de Hitler em particular, apresentado como paladino da restauração do poder de uma Germânia excelsa, herdeira dos Nibelungos, mas também campeão da Cruz contra judeus, maçons, capitalistas e comunistas.³¹

As teorias do racismo determinista e biológico-genético, a eugenia e as teorias raciais de Lombroso e a Biopsicologia tiveram influência em alguns psicólogos espanhóis, como o psiquiatra militar Antonio Vallejo-Nájera, quem pretendia conciliar as influências teóricas com a definição espiritual e cultural da Hispanidade, e ao mesmo tempo demonstrar a origem semita da esquerda internacional (ALVAREZ CHILLIDA, 2002, p. 373-375). Alguns grupos recrutados entre as bases militantes falangistas adotaram de forma clandestina a simbologia nazista e, talvez com o apoio velado dos serviços de informação e propaganda alemães, empreenderam algumas campanhas de boicote a cidadãos britânicos ou partidários confessos dos Aliados em várias províncias. Noutras ocasiões, constituíram associações de apoio à “Grande Alemanha”. Porém, na Espanha de 1940-41, não havia nacional-socialistas que fossem nas suas propostas totalitárias além da ortodoxia falangista mais ou menos fundacional.

Considerações finais

A marcha vitoriosa dos exércitos alemães e dos seus aliados no verão de 1941, após a invasão da URSS, elevou a germanofilia e o

³⁰ Ver Alvarez Chillida (2002, p. 381-385). Alguns exemplos de autores falangistas que atuaram como propagandistas da Alemanha nazista foram, por exemplo, Urrutia (1939) ou Estrada (1940a, 1940b).

³¹ Ver Urrutia (1940); ainda Domínguez Arribas (2009, p. 457-461).

hitlerismo de muitos simpatizantes do franquismo, e nomeadamente dos falangistas, ao paroxismo. O que se manteve várias semanas, graças ao clima de mobilização entusiasmante entre os setores pró-falangistas que acompanhou o recrutamento de voluntários para a Divisão Azul.

Porém, mudaram as motivações dos germanófilos convencidos depois da invasão da URSS? Os fascistas espanhóis ratificaram a sua anterior admiração por Hitler e pelo nazismo. Os católicos, tradicionalistas e alguns monárquicos reconfirmaram o que parecia ser a sua convicção anterior: a Alemanha era o instrumento escolhido pela Providência para terminar com a encarnação de Lúcifer no mundo. Atacar o grande inimigo comum, aquele que era acusado de ter invadido Espanha em julho de 1936, contribuía, sem dúvida, para ganhar adesões. Mas as razões explícitas de simpatia pelo III Reich não mudaram muito. O *Führer* não só estaria a bater na União Soviética, mas também nalguns dos inimigos mais tradicionais do conservadorismo e do tradicionalismo espanhol. Tratava-se para eles de uma continuação da guerra civil espanhola. Porém, a guerra no Leste era um conflito muito diferente.

Referências

- ALVAREZ CHILLIDA, Gonzalo. *El antisemitismo en España: la imagen del judío, 1812-2002*. Madrid: Marcial Pons, 2002.
- BENEYTO PÉREZ, Juan. *Nacionalsocialismo*. Barcelona: Editorial Labor, 1934.
- BÖCKER, Manfred. *Antisemitismus ohne Juden: die Zweite Republik, die anti-republikanische Rechte und die Juden; Spanien 1931 bis 1936*. Frankfurt: Peter Lang, 2000.
- BOWEN, Wayne H. *Spaniards and Nazi Germany: Collaboration in the New Order*. Columbia, Mo: University of Missouri Press, 2000.
- _____. “Spain and the Nazi Occupation of Poland, 1939-44”, *International Social Science Review*, v. 82, n. 3-4, p. 135-148, 2007.
- CARDONA, Gabriel. *El gigante descalzo: el ejército de Franco*. Madrid: Aguilar, 2003.
- DOMÍNGUEZ ARRIBAS, Javier. *El enemigo judeo-masónico en la propaganda franquista, 1936-1945*. Madrid: Marcial Pons, 2009.
- ESTRADA, J. J. *Cuando Inglaterra quedó sola*. Madrid: Rubiños, 1940a.
- ESTRADA, J. J. *¿Por qué lucha Alemania? (Cómo ha sido empujado Hitler a la guerra)*. Madrid: Ediciones Rubiños, 1940b.
- FERNÁNDEZ ARIAS, Adelardo. *Hitler, el salvador de Alemania*. Madrid: Editorial Fenix, 1935.
- GALLEGO, Ferran. *Ramiro Ledesma Ramos y el fascismo español*. Madrid: Síntesis, 2005.
- _____. *El evangelio fascista. La formación de la cultura política del franquismo (1930-1950)*. Barcelona: Crítica, 2014.
- GAY FORNER, Vicente. *La revolución nacionalsocialista*. Barcelona: Bosch, 1934.
- GIMÉNEZ CABALLERO, Ernesto. *La nueva catolicidad: teoría general sobre el fascismo en Europa, en España*. Madrid: Ediciones de ‘La Gaceta Literaria’, 1933.
- _____. *Memorias de un dictador*. Barcelona: Planeta, 1979.

- GLIECH, Oliver. Wilhelm Faupel. Generalstaboffizier, Militärberater, Präsident des Ibero-Amerikanischen-Instituts. In: LIEHR, R.; MAIHOLD, G.; VOLLMER, G. (Eds.). *Ein Institut und sein General: Wilhelm Faupel und das Ibero-Amerikanische Institut in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Vervuert, 2003. p. 131-279.
- GONZÁLEZ-RUANO, César. *Seis meses con los 'Nazis'*. Madrid: La Nación, 1933.
- GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London: Pinter, 1991.
- _____. *International Fascism: theories, causes and the new consensus*. London; New York: Arnold; Oxford UP, 1998.
- _____. *Modernism and Fascism: The Sense of a Beginning Under Mussolini and Hitler*. Basingstoke: Palgrave. 2007.
- _____. Studying Fascism in a Postfascist Age. From New Consensus to New Wave? *Fascism – Journal of Comparative Fascist Studies*, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2012.
- HITLER, Adolf. *Mi lucha*. Barcelona: Soraluçe, 1935.
- JANUÉ I MIRET, Marició (Ed.). Las relaciones culturales hispano-alemanas en el siglo XX, dossier. *Revista Ayer*, v. 69, 2008a.
- _____. Un instrumento de los intereses nacionalsocialistas durante la Guerra Civil española: el papel de la Sociedad Germano-Española de Berlín. *Iberoamericana*, v. 31, p. 27-44, 2008b.
- LAQUEUR, Walter. *Fascism: Past, present, future*. New York: Oxford UP, 1997.
- LEDEEN, Michael A. *Universal fascism: The theory and practice of the Fascist international, 1928-1936*. New York: H. Fertig, 1972.
- LEMKE DUQUE, Carlos A. Permanente Pseudo-Morphose und transitive Dekadenz: Kulturkritische Resemantisierung der Kultur- und Geschichtsmorphologie Oswald Spenglers im Echo der Madrider Presse (1920-1936). In: GASIMOV, Z.; LEMKE DUQUE, C.A. (Eds.). *Oswald Spengler als europäisches Phänomen: der Transfer der Kultur- und Geschichtsmorphologie im Europa der Zwischenkriegszeit 1919-1939*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. p. 185-237.
- _____. *Europabild-Kulturwissenschaften-Staatsbegriff. Die 'Revista de Occidente' (1923-1936) und der deutsch-spanische Kulturtransfer der Zwischenkriegszeit*. Frankfurt am Main: Vervuert, 2014.
- LÓPEZ GARCÍA, José Antonio, *Estado y Derecho en el franquismo: El nacionalsindicalismo*: F. J. Conde y Luis Legaz Lacambra. Madrid: CEPC, 1996.
- MERKES, Manfred. *Die deutsche Politik gegenüber dem spanischen Bürgerkrieg, 1936-1939*. Bonn: L. Röhrscheid, 1961.
- MORANT I ARIÑO, Antoni. Estado totalitario y género: el referente alemán para la Sección Femenina de Falange, 1936-1945. *Alcores – Revista de Historia Contemporánea*, v. 13, p. 63-83, 2012.
- MORENO JULIÁ, Xavier. *La División Azul: sangre española en Rusia, 1941-1945*. Barcelona: Crítica, 2004.
- MORODO, Raúl. *Los orígenes ideológicos del franquismo*: Acción Española. Madrid: Alianza. 1985.
- MOSSE, Georg L. *International Fascism: New thoughts and new approaches*. London; Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- NONIS, Ester. Nazionalismo, antiguidadismo e propaganda. Il pensiero incompleto di Onésimo Redondo. *Spagna contemporanea*, n. 32, p. 73-92, 2007.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. *La sombra del César*: Santiago Montero Díaz, una biografía entre la nación y la revolución. Granada: Comares, 2012.
- _____. *Camarada invierno. La experiencia de la División Azul*. Barcelona: Crítica, 2016.

- PAYNE, Stanley G. *Franco y José Antonio: El extraño caso del fascismo español. Historia de la Falange y del movimiento nacional, 1923-1977*. Barcelona: Planeta, 1997.
- PEÑA SÁNCHEZ, Vicente. *Intelectuales y fascismo: la cultura italiana del “ventennio fascista” y su repercusión en España*. Granada: Universidad de Granada, 1995.
- RATO, Ramón de. *Vagabundo bajo la luna: rápida visión de Europa y sus problemas*. Madrid: E.P.C, 1935.
- REDONDO, Onésimo. Teoría Constitucional III. In: GARCÍA SÁNCHEZ, N. (Ed.). *Obras completas de Onésimo Redondo*. Madrid: Publicaciones Españolas, 1955.
- REICHEL, Peter. *Der schöne Schein des Dritten Reiches: Faszination und Gewalt des Faschismus*. Munique: Hanser, 1991.
- RIVAYA, Benjamín. *Filosofía del Derecho y primer franquismo*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1998.
- ROSAGUDO, Manuel. *La guerra secreta de Franco (1939-1945)*. Barcelona: Crítica, 2002.
- RUIZ CARNICER, Miguel Ángel. *El Sindicato Español Universitario (SEU), 1939-1965: la socialización política de la juventud universitaria en el franquismo*. Madrid: Siglo XXI, 1996.
- SCHULZE SCHNEIDER, Ingrid. La propaganda alemana en la Segunda República Española. *Historia y comunicación social*, v. 4, p. 183-198, 1999.
- _____. Alemania y la guerra civil española: información y propaganda. *Spagna contemporanea*, v. 26, p. 57-84, 2004.
- SELVA, Enrique. *Ernesto Giménez Caballero, entre la vanguardia y el fascismo*. Valencia: Pre-Textos/Alfons el Magnànim, 2000.
- SESMA LANDRÍN, Nicolás. Importando el Nuevo Orden. El Instituto de Estudios Políticos y la recepción de la cultura fascista y nacionalsocialista en España (1939-1943). In: GALLEGO, F.; MORENTE, F. (Eds.). *Rebeldes y reaccionarios: intelectuales, fascismo y derecha radical en Europa*. Barcelona: El Viejo Topo, 2011. p. 243-279.
- THOMÀS, Joan M. *Lo que fue la Falange: La Falange y los falangistas de José Antonio, Hedilla y la unificación, Franco y el fin de la Falange española de las JONS*. Barcelona: Plaza & Janés, 1999.
- _____. *La Falange de Franco: Fascismo y fascistización en el régimen franquista, 1937-1945*. Barcelona: Plaza & Janés, 2001.
- _____. *Los fascismos españoles*. Barcelona: Planeta, 2011.
- _____. *El gran golpe: El ‘caso Hedilla’ o cómo Franco se quedó con Falange*. Barcelona: Debate, 2014.
- TOMASONI, Matteo. *Onésimo Redondo Ortega. Vida, obra y pensamiento de un sindicalista nacional (1905-1936)*. Tese (Doutorado) – Universidad de Valladolid, 2014.
- TUSELL, Javier. *Franco, España y la II Guerra Mundial: entre el Eje y la neutralidad*. Madrid: Temas de Hoy, 1995.
- URRUTIA, Federico de. *La paz que quiere Hitler*. Madrid: Blass, 1939.
- _____. *Poemas de la Alemania eterna*. Madrid: Giménez, 1940.
- VELACORACHO, Carmen. *Un caudillo*. Madrid: Imp. Europa, 1940.
- _____. *Dos hombres. Mussolini, Hitler*. Madrid: Editorial Aspiraciones, 1943.
- VELARDE FUERTES, Juan. *El nacionalsindicalismo, cuarenta años después*. Madrid: Nacional, 1972.
- VIÑAS, Angel. *Franco, Hitler y el estallido de la Guerra Civil: antecedentes y consecuencias*. Madrid: Alianza, 2001.

A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)

A Voz de S. Tomé: The official newspaper of colonial regime (1947-1974)

A Voz de S. Tomé: el periódico oficial del régimen colonial (1947-1974)

Augusto Nascimento*

Resumo: O jornal *A Voz de S. Tomé* surgiu após a II Guerra, mais precisamente em 1947. Nascido da pulsão para a propaganda da obra feita, sujeito a censura, redigido por curiosos, o monolítico *A Voz de S. Tomé* tornou-se o único periódico onde, além de pálidos reflexos da vida local, se estampava uma propaganda cinzenta do regime e da metrópole colonizadora. De permeio, o jornal fornecia uma leitura do mundo a ser adoptada pelos ilhéus e pelos colonos. Não será muito arriscado supor que, na prática, *A Voz de S. Tomé* servia para perpetuar o isolamento. Neste texto sobre o jornal *A Voz de S. Tomé* (1947-1974) apresentar-se-ão contributos quer para a compreensão dos condicionalismos políticos sobre a imprensa, quer para a caracterização do seu papel na configuração do espaço público num território micro-insular, colonizado e sujeito a uma ditadura. Em 1970, as ilhas teriam 73.631 habitantes, dos quais 2.391 brancos. Após 1975, condicionalismos políticos similares pesaram na senda do novel país.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; imprensa; colonialismo.

Abstract: The newspaper *A Voz de S. Tomé* (The Voice of St. Thomas) was created after World War II, more precisely in 1947. Subjected to censorship, written by onlookers, the monolithic *A Voz de S. Tomé* became the only newspaper where, in addition to pale reflections of local life, was stamped a gray propaganda of political regime and colonial power. The newspaper provided a reading of the world to be adopted by the islanders and the settlers. It will not be too risky to assume that in

* Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-UL). UID/HIS/04311/2013. É colaborador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Sociologia e Agregado em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. <anascimento2000@yahoo.com>.

practice the *A Voz de S. Tomé* served to perpetuate the isolation of archipelago. This text on the newspaper *A Voz de S. Tomé* (1947-1974) aims to present contributions to understand the political constraints on the press and characterize its role in the configuration of a public space in a colonized small island, subjected to a dictatorship, that, in 1970, has 73631 inhabitants, which 2391 were white. After the independence in 1975, similar constraints had conditioned the evolution of press in new country, São Tomé and Prince.

Keywords: São Tomé and Prince; press; colonialism.

Resumen: El periódico *A Voz de S. Tomé* surgió después de la Segunda Guerra Mundial, más precisamente en 1947. Nacido del impulso para el trabajo de propaganda hecho, sujeto a la censura y escrito por curiosos, *A Voz de S. Tomé* se convirtió en el único periódico donde, además de pálido reflejo de la vida local, se estampaba un sistema de propaganda gris y de la metrópoli colonizadora. En el interior, el periódico ofreció una lectura del mundo a ser adoptado por los isleños y los colonos. No va a ser demasiado arriesgado suponer que, en la práctica *A Voz de S. Tomé* sirvió para perpetuar el aislamiento. Este texto sobre el periódico *A Voz de S. Tomé* (1947-1974) presentará contribuciones tanto a la comprensión de las restricciones políticas sobre la prensa y para la caracterización de su papel en la configuración del espacio público en un territorio micro-isla, colonizado y sujeto a una dictadura. En 1970, las islas tenían 73.631 habitantes, de los cuales 2.391 blancos. Después de 1975 las restricciones políticas similares pesaron en el camino del nuevo país.

Palabras clave: Santo Tomé y Príncipe; prensa; colonialismo.

Situado no Golfo da Guiné, São Tomé e Príncipe era um arquipélago recolonizado pelos portugueses em meados do século XIX. Espaço insular, possuía não só terras férteis, mas também oferecia enormes possibilidades de usura de mão-de-obra africana, que se via sem as escapatórias, que, malgrado a escravização, detinha no continente. O café, oriundo do Brasil, motivou a constituição de grandes fazendas, localmente denominadas *roças*, onde trabalharam escravos e libertos e, depois da emancipação em 1875, quase exclusivamente serviçais, ou *contratados*, das demais colónias portuguesas. Citando a ímpar obra colonizadora levada a cabo em São Tomé e Príncipe – a transformação de terras em pousio havia décadas ou séculos em produtoras de café e, subsequentemente, de cacau, por via da usura extrema da mão-de-obra africana – os fazendeiros ou *roceiros* lograram convencer a metrópole de que o arquipélago era uma colónia, não de povoamento, mas uma colónia-plantação. Esta aparentemente anódina caracterização teria um vasto alcance económico, social e político. Relacionada com a remessa dos lucros para a metrópole e com a ideia da extroversão económica

assente na agricultura intensiva como um destino natural e inescapável para o exíguo arquipélago, impôs-se a ideia da despicienda acumulação interna, dos supérfluos gastos de soberania, aliás, assegurada pela hegemonia das roças. Enraizou-se também a convicção do desperdício da promoção social dos nativos, cujo desaparecimento, à luz dos preconceitos racistas, alguns europeus chegaram a vaticinar. Por fim, impôs-se a ideia do desinteresse na prestação de colonos que não estivessem sujeitos às roças, assim como a da inviabilidade de qualquer vida social e política no meio local. A cidade de São Tomé deveria cingir-se a um ponto de passagem das exportações e das importações das roças.

Proclamada em tempo de crescendo do racismo, a República (1910-1926) ainda possibilitou a expressão política dos colonizados, facilitando a emergência da imprensa nas várias colónias¹. Mas, concomitantemente com o crescendo do racismo, a emergência das soluções políticas autoritárias laboraria no sentido da supressão da atividade política nas colónias e, sobretudo, da dos colonizados. Os ilhéus viram boicotada a sua imprensa, enquanto a dos colonos, amiúde ligada a projetos pessoais, se tornava contingente. A qualquer bulício social e político – traduzível, por exemplo, na reivindicação de qualquer amenidade pública – os roceiros preferiam o silêncio que não questionasse a dicotomia prevalecente nas roças, ao mesmo tempo em que as isentava de contribuir para o progresso material da terra. Por isso, os roceiros foram sempre avessos à publicação de jornais nas ilhas. Recusando-se a trabalhar nas roças, os ilhéus não pereceram, mas empobreceram. Também por isso, tornaram-se o grupo sobre o qual recaía o ónus das dificuldades experimentadas nas roças, entre elas, a da falta de mão-de-obra, quando, afinal, eram os roceiros os interessados na importação de mão-de-obra serviçal.

A hegemonia dos roceiros ganhou novo fôlego com a queda da República, substituída pela Ditadura e, subseqüentemente, pelo Estado Novo. Sem rodeios, este cerceou as liberdades políticas, depreciou ainda mais os colonizados e, até aos anos 40, favoreceu de forma quase irrestrita os roceiros, fazendo recair sobre os serviçais os efeitos da crise económica dos anos 30, diminuindo-lhe os salários e prorrogando-lhes os contratos. O empobrecimento devido às repercussões da crise econômica

¹ Para propósitos comparativos, acerca da imprensa publicada em Cabo Verde, ver Oliveira (1998). Para uma visão de conjunto sobre a imprensa em São Tomé e Príncipe, ver Gonçalves (1965, p.165-376). Para uma visão sintética da conflitualidade política na era republicana (1910-1926) entre ilhéus e colonos ver Nascimento (2005).

mundial e o enquistamento da feição ditatorial do colonialismo nas décadas seguintes cercearam a vitalidade do espaço público.

Em 1950, a população rondava os 60.000 habitantes, entre os quais se terão arrolado 1.152 europeus². Em 1970, as ilhas teriam 73.631 habitantes, dos quais 2.391 brancos³, muitos deles dispersos pelas roças e, tal como a esmagadora maioria da população, despolitizados, embalados pela serôdia convicção de uma superioridade racial que, a seu ver, confirmada quotidianamente, inequivocamente pautaria o mundo. Adiante-se, após a independência, em 1975, ainda que de conteúdo político aparentemente diverso, constrangimentos similares pesaram na senda do novel país.

Recuemos à primeira metade da década de 1930, época em que a Ditadura triunfante em 28 de Maio de 1926 se constitucionaliza no Estado Novo chefiado por Salazar. Em São Tomé, por esses anos, *O Trabalho*, jornal da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura, uma agremiação de assalariados europeus, findou a sua publicação⁴. Depois de revertida a sedição de 1931, levada a cabo por funcionários europeus em protesto contra os cortes da despesa pública geradores de desemprego⁵, em 1935, decapitou-se a última organização política dos ilhéus, o Partido Nacional Africano⁶. Tacitamente apoiado na cristalização da ordem imperial no mundo, que, na década de 1930, parecia eterna, o Estado Novo rejeitava qualquer concertação política com os ilhéus e, até, com os colonos, protegendo apenas os interesses dos roceiros. Nessa década, as autoridades coloniais quase se dispensaram de alardear as construções ideológicas do *império* e da *mística imperial*⁷ no exíguo território insular⁸. Por um lado, os europeus estavam dispersos e sujeitos aos ditames das roças. Por outro, os ilhéus, politicamente

² Conforme censo deste ano, ver Oliveira (1993, p. 101).

³ *Anuário Estatístico 1973*, 1973 (S. Tomé: Instituto Nacional de Estatística. Delegação de S. Tomé e Príncipe, 1973. p. 9 e 26.

⁴ Em Maio de 1934, *O Trabalho* deu conta de que se lhe vinham apondo dificuldades, certamente políticas. Sem esclarecer, dizia que, ao tempo não era fácil a publicação de um jornal que lutasse pelo interesse geral e pelo interesse particular dos oprimidos. Por isso, decidiu suspender temporariamente a publicação, *O Trabalho*, n. 47, 20 de maio de 1934, p. 2.

⁵ Contra as medidas de contração financeira e o conseqüente desemprego, oficiais e funcionários europeus obrigaram o governador a embarcar num vapor para Lisboa; porém, este retornou, suportado por meios navais enviados por Lisboa, ver Nascimento (1998, p. 36-43).

⁶ Em 1935, alguns ilhéus militantes deste partido organizaram manifestações de ilhéus contra o acréscimo de tributação decretado pelo governador. Este mandou prender aqueles ilhéus e, de um só golpe policial, acabou com o PNA e com a contestação social; ver Nascimento (2005).

⁷ Ver Garcia (2011, p. 102).

⁸ Tais motes de propaganda tinham curso na metrópole, onde, a par de uma imprensa devotada à criação de uma mentalidade colonial, se promoveram, em 1934, a Exposição Colonial do Porto e, em 1940, a do Mundo Português, em Lisboa, a qual compreendia uma seção colonial.

destroçados, foram objeto de um velado, mas operante, racismo. O associativismo cultural acabou por ser preterido pelo associativismo desportivo, com que, grosso modo, se replicavam os clubes existentes na metrópole⁹. A par disso, as visitas presidenciais de 1938 e 1939 pareciam bastar para consolidar o vínculo colonial, efeito para que a imprensa se afigurou despidianda. Por esses anos, só se publicaram números únicos, comemorativos e laudatórios dos governantes¹⁰. Alguns ilhéus, poucos anos antes combativos, renderam-se à ordem imperial que parecia tornar-se um pilar do mundo para o horizonte temporal concebível. Aquando do advento da Guerra, mais do que noutras colónias, a ordem política afigurava-se imperturbável e o acatamento da autoridade incontestado.

Parecendo ter deixado as colónias da África subsaariana intocadas, a II Guerra traria, todavia, uma mudança de paradigmas relativos à ordem colonial. Se a clivagem entre os blocos socialista e capitalista ainda relativizou por algum tempo o imperativo do fim do colonialismo, a verdade é que a liberdade das nações já não se podia restringir à Europa e chegaria à África, relativamente à qual as potências europeias pensavam ainda dispor de algum tempo em razão do aparentemente abissal atraso civilizacional das sociedades africanas por comparação com as asiáticas. Para lá desta avaliação equivocada, após a II Guerra, mesmo se formulações como *império* e *mística imperial* quedaram inapropriadas, nem por isso Portugal prescindiria da tentativa de apresentar as colónias como partes do todo lusitano uno e indissolúvel, tal o esforço estrénuo dos governantes portugueses nos anos seguintes nos *fora* internacionais para manter o *status quo* colonial intocado.

Criado após a II Guerra, quando se tentava alterar a feição da política colonial no arquipélago – o que surgia como uma novidade era citado como o resultado da preclara ação de governantes que aplicavam princípios políticos de sempre, antes apenas inobservados por imperativos de circunstância –, o jornal *A Voz de S. Tomé* não precisou alterar referentes simbólicos ou lemas ideológicos. Ainda assim, nos derradeiros anos, o jornal mudaria conteúdos e grafismo, introduzindo

⁹ Em meados dos anos 30, existia em São Tomé uma associação denominada Grémio Africano, que alguns ilhéus quiseram substituir por uma Associação Recreativa de S. Tomé. Porém, por força até das dificuldades económicas, estas associações tinham uma atividade irregular. O governador Vaz Monteiro que decepara o Partido Nacional Africano e que desconfiava dos intentos de promoção da elevação cultural, incentivou a criação de clubes de futebol, entre eles, o Sporting de S. Tomé e o S. Tomé e Benfica, que emulavam os da capital do império, ver Nascimento (2013).

¹⁰ Por exemplo, a 17 de Dezembro de 1939, publicou-se um número único de *A Voz de S. Tomé*, uma iniciativa do Sporting Club de S. Tomé por ocasião do sexto aniversário da governação de Ricardo Vaz Monteiro.

a cor na primeira página. Visando a sagração do regime, durante anos as notícias respeitaram a celebração da história-pátria. No ocaso do colonialismo, a religião cederia o passo aos itens da modernidade, como o desporto, na circunstância, o futebol jogado na terra. E a isto parecia resumir-se a vida coletiva no arquipélago.

Nem o suporte governamental bastava para assegurar a publicação regular. Indício do voluntarismo do empreendimento, o jornal cessou a publicação em 1950, que só retomou a 1 de Fevereiro de 1952, depois de mais de um ano de paragem e da publicação de apenas um número em 1951, dedicado à visita de Gilberto Freyre ao arquipélago em finais desse ano. Tendo começado como quinzenário, acabou como semanário.

Acerca da vida local, todos podiam saber mais do que o jornal dizia. Porém, quase só através deste podiam conhecer, ou intuir, o curso do mundo. Não havia quem falasse competentemente das ocorrências mundiais, como não existiam nem se criavam demandas sociais compagináveis com a evolução do tempo. Para além de transcrever discursos das autoridades, o jornal sublinhava eventos locais como, por exemplo, manifestações de desagravo relativamente às posições da oposição democrática sobre o ultramar ou sessões de propaganda do regime aquando dos atos eleitorais.

Em todo o caso, o desafio político ao colonialismo provinha do exterior e o jornal servia para filtrar notícias e decantar uma leitura do mundo favorável à soberania colonial portuguesa. No primeiro número, sob a epígrafe □O que somos e o que queremos□ lia-se que as ideias professadas eram □caracteristicamente nossas□ e, em jeito de lição, lembrava-se o lastro pesado da importação de experiências estranhas¹¹. Ao invés do que se imediatamente imagina quando se pensa num jornal, *A Voz de S. Tomé* serviu para perpetuar o isolamento ou, talvez, uma autarcia de pensamento face ao mundo, o qual não evoluía conformemente às pretensões dos governantes. Tal resultava da contenção política, mas igualmente da carência de meios materiais e de massa crítica. Os redatores eram indivíduos curiosos, voluntariosos, que se prestavam a escrever opiniões sobre o que se passava na terra enquanto ali viviam. E, sem sombra de inquietação, o imobilismo social no arquipélago sugeria-lhes juízos acerca do mundo, que, afinal, melhor andaria se copiasse a ordem natural cristalizada no arquipélago.

¹¹ *A Voz de S. Tomé*, n. 1, 16 de julho de 1947, p. 1.

Romper com a modorra □

A 16 de Julho de 1947 publicou-se o primeiro número de *A Voz de S. Tomé*, inicialmente um quinzenário dito cultural, noticioso e literário. Propriedade da delegação da União Nacional de S. Tomé¹², o jornal era dirigido pelo padre Martinho Pinto da Rocha. Durante dois anos foi o único jornal da colónia. Mesmo depois, nem a folha católica *Luz do Evangelho*, nem o *Equador*, mensário da Mocidade Portuguesa, ombreariam com *A Voz de S. Tomé*. Monolítico e visado pela censura, tornar-se-ia o periódico onde, além dos ecos da vida local, se estampava a propaganda pardacenta do regime – patente na cobertura das arrastadas comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, comemorações das quais os ilhéus se alhearam – e da metrópole. Sinteticamente, enquanto instrumento de propaganda, o jornal revelar-se-ia cinzento, tal qual a contida propaganda do regime e do colonialismo assente na sacralização da missão colonizadora dos portugueses.

Apesar de o padre Rocha ser tido por fundador do jornal¹³, afirmar-se-á, sem risco de erro, que foi, não apenas com a anuência, mas até por decisão do famigerado governador Gorgulho¹⁴ que surgiu *A Voz de S. Tomé*. Num quadro social imobilista, pouco se fazia sem o impulso de governadores. Nem a delegação da União Nacional fazia política, antes se resumiria ao grupo dos que, tanto por convicção quanto por inércia, se diziam seguidores de Salazar. Chegado ao arquipélago em Abril de 1945, Gorgulho constatara a falta de tudo, assinalando, todavia, o conformismo dos europeus com a mesmice do dia-a-dia.

Em época de mudanças, o jornal nasceu para a propaganda, não forçosamente das políticas do governo central, mas das intenções do governador, da bondade das alterações por ele induzidas nas roças, com

¹² Noutro trabalho valerá a pena indagar os reflexos locais das nuances da evolução política na metrópole e, concretamente, na União Nacional, mas não é crível que se refletissem decisivamente na orientação do jornal. Mais do que atender a sutis mudanças na União Nacional – o partido único criado suportar o regime salazarista –, o jornal já se debatia para sequer conseguir expor uma doutrina perante as mudanças no mundo.

¹³ *A Voz de S. Tomé*, n. 209, 4 de agosto de 1955, p. 2.

¹⁴ Carlos de Sousa Gorgulho foi nomeado governador do arquipélago em 1945. Propôs-se alterar a vida nas ilhas, reanimando a cidade e afrontando os poderosos roceiros, o que inicialmente lhe granjeou o apoio dos são-tomenses. Apesar de ter determinado aumentos de salário dos serviçais, não conseguiu afetar o essencial do poder dos roceiros. A sua política voluntarista de obras públicas desembocou na arregimentação discricionária de ilhéus, equiparável à sujeição dos serviçais. Em fevereiro de 1953, a tensão levou aos desmandos das autoridades contra os ilhéus, eventos conhecidos por *massacre de Batepá*, na sequência dos quais Gorgulho seria discretamente apeado do cargo de governador.

que Gorgulho julgava poder atrair os ilhéus a um putativo mercado de trabalho local¹⁵. Na propaganda da sua ação governativa, Gorgulho fez noticiar medidas como o aumento dos salários dos serviçais. A Gorgulho não bastava que a costumada reverência fizesse respeitar a figura do governador. Mais do que fomentar a adesão ao regime, Gorgulho procurou amplificar o eco das suas realizações para concitar a adesão popular à sua figura, a personificação de Portugal. Durante anos, o jornal foi um instrumento laudatório das medidas do governador. Mais do que captação de adeptos para o regime colonial ou para o Estado Novo, o jornal revelou-se um instrumento de propaganda do governador, noticiando as sucessivas manifestações de homenagem da população à sua figura, manifestações que, naquele contexto de pobreza e populismo, nem sequer demandariam a arregimentação das pessoas.

Na hora de afrontar os roceiros, ensaiando subtrair-lhes o ascendente sobre a mão-de-obra serviçal importada doutras colónias, o governador Gorgulho terá ponderado as vantagens de ter um órgão de comunicação que rompesse o silêncio que protegia os interesses e a hegemonia dos todo-poderosos roceiros. Para Gorgulho, um jornal ajudaria a criar um ambiente local favorável às suas metas, que passavam, igualmente, pela luta contra os mixordeiros, tal, a dado passo, a adjectivação depreciativa dos interessados na prossecução do fabrico de aguardente, entre os quais se contariam alguns roceiros¹⁶. Era um passo de uma guerra mais ampla que o governador julgava poder ganhar aos roceiros. O jornal não bastou, terá sido até de pouca utilidade. Mas, constituindo um índice de progresso e o único meio de propaganda possível, continuou sem que

¹⁵ A intenção seria a de compaginar a prestação de trabalho nas roças com a lei, de forma a atrair os ilhéus ao mercado de trabalho. Por isso, o jornal defendeu que, depois de limadas algumas arestas, as críticas que noutras colónias se faziam ao trabalho nas roças perderiam todo o fundamento (*A Voz de S. Tomé*, n. 1, 16 de outubro de 1948, p. 4). A melhoria das condições dos serviçais não ia necessariamente contra o interesse vital dos roceiros, mas era assim que estes entendiam qualquer medida que entendiam como um desafio ao seu poder, por inércia tornado quase irrestrito.

¹⁶ Por exemplo, *A Voz de S. Tomé*, n. 18, 1 de abril de 1948, p. 3. Ao desafiar os ditos mixordeiros para defenderem abertamente a sua posição nas páginas do jornal em vez de moverem influências em Lisboa, o jornal estava a concitar a adesão popular, incluindo dos colonizados, ao governador. O jornal instituiu-se como plataforma da verdade e boa-fé, quando, na realidade, era impossível confirmar as alusões a manobras dos roceiros interessados no fabrico de aguardente, bem como muitas outras notícias. Nestas circunstâncias, não era possível a defesa pública do tão vituperado fabrico de aguardente nas páginas do jornal. A título de hipótese, diríamos que a demanda da crença na veracidade das notícias do jornal acerca do mundo assentava, por exemplo, no relato de eventos que todos podiam ter presenciado e sabiam ter ocorrido, como a passagem da imagem de N.ª S.ª de Fátima, alvo de uma grandiosa manifestação de devoção (ver *A Voz de S. Tomé*, n. 26, 1 de agosto de 1948, p. 1 e 4). Naquele contexto social e culturalmente limitado, em que a passagem da imagem de N.ª S.ª de Fátima tinha enorme centralidade, não seria difícil suscitar a credibilidade acerca do que, sendo relatado, era distante e, por isso, secundário.

nele aflorasse uma controvérsia ou um rasgo de opinião minimamente dissonante do discurso do regime.

□ **vincando o cinzentismo?**

Em meados do século XX, sufocada pela sacralização do trabalho numa terra dominada pelas roças ou plantações, a vida cultural e associativa na colônia era paupérrima¹⁷. Tendo em conta a exiguidade social, a escassa pluralidade de interesses e o atrofiamento da vida coletiva pela hegemonia das roças, será difícil responder a questões como, por exemplo, a quem chegava *A Voz de S. Tomé*¹⁸. Sabemos que era entregue aos assinantes e posto à venda na Barbearia Moderna, no centro da cidade, mas não mais do que isso. As dificuldades do jornal advinham de várias circunstâncias adversas, entre elas, o baixo nível cultural dos colonos, a fraca interlocução cultural local e a pouca identificação dos colonos com a terra onde estavam de passagem, porquanto o exíguo arquipélago, sem dinâmica de acumulação interna nem diversidade social, continuava a não ser uma colônia de povoamento. Outra questão de difícil resposta: que comportamentos o jornal lograva induzir? Apesar de ser um instrumento político, sua circulação e relevância social deviam quedar-se muito aquém da dos jornais do final da Monarquia e da República, quando em torno deles se mobilizavam grupos e ideias para lutas políticas. Ora, sob o Estado Novo, na impossibilidade de competição política, a utilidade de um jornal quedava amputada.

Em todo o caso, numa colônia onde não existia televisão¹⁹ e a radiodifusão conhecia limites²⁰, enquanto único jornal de amplo espectro temático, *A Voz de S. Tomé* não podia deixar de perorar sobre mudanças por que passava o mundo, devendo, para esse efeito, ir-se refazendo em termos de imagem e de conteúdo. Todavia, faltavam pertinácia e consequência de propósitos, em parte por escassez de meios humanos.

Tanto pela errância e inconsequência de propósitos, quanto pelas alterações sub-reptícias com que se tentava ajustar o tom às inflexões

¹⁷ Em meados de novecentos, só existia, pobre e dependente do governo, o eclético associativismo desportivo, ver Gorgulho (1946, p. 114-115).

¹⁸ Lembre-se que, mesmo entre os colonos, o analfabetismo era elevado. Idem, p. 113.

¹⁹ A televisão apareceu timidamente quando, em 1970, se criou a telescola. Em 1972, o concurso da *miss* São Tomé e Príncipe foi transmitido em circuito fechado no Parque Popular. Em 1971, a alunagem da Apolo 14 fora vista em circuito fechado de televisão.

²⁰ No final de 1973, estavam registrados 2.587 aparelhos receptores, ver *Anuário Estatístico* (1973, p. 83).

da política colonial desenhadas na metrópole, torna-se muito difícil traçar uma visão sintética que não peque por redutora. Uma síntese possível será a de que numa sociedade espartilhada pelas roças e sem interesses próprios, com pouca capacidade de emulação e recriação das novidades do mundo²¹, o impacto do jornal foi mínimo, em congruência com o ambiente cultural rarefeito, o que, veremos, também acarretaria implicações políticas após a independência.

Mais do que expressão do pensamento de um corpo redatorial, que poderá nunca ter existido como tal, o jornal era, sobretudo, o eco do desígnio do chefe ou, com maior precisão, de cada governador. No quadro da rigidez do regime, o jornal obedeceria, por um lado, aos propósitos ou à idiosincrasia dos governadores, por outro, ensaiaria responder às demandas da conjuntura cada vez mais desfavorável ao colonialismo. Sobrava um exercício difícil, típico dos regimes ditatoriais, o de compor uma coerência de percurso, dessa forma se mascarando as tentativas de adaptação política a que, em virtude da crescente pressão internacional anticolonialista, o regime se obrigava. No dizer dos arautos do regime, apesar da natural adaptação às circunstâncias do mundo, as linhas de orientação política seriam as mesmas de sempre, apenas interpretadas de forma diferente pelos sucessivos governadores. Naquele contexto ditatorial, a irrefutável coerência da ação política tornava o regime, se não no único, pelo menos num garante da paz social que beneficiava colonos, ilhéus e serviçais, a dado passo, todos considerados portugueses sem distinção de raça ou religião. O jornal foi repetindo estes motes políticos, que deviam ter cada vez menos acolhimento.

Só praticamente no (impensado) fim do colonialismo, o jornal pareceu despertar para a valia política da mundanidade. Nos anos 60 circulavam em São Tomé revistas da metrópole – por exemplo, *Vida Mundial* – ou de Angola – caso da *Semana Ilustrada* –, incomparavelmente mais apelativas, não só pelo grafismo como pela abordagem menos convencional de temas mundanos e algo mais aberta de matérias políticas, abordagem que *A Voz de S. Tomé* nunca conseguiu sequer imitar²².

²¹ Os serões para trabalhadores das roças em finais da década de 1950 mereceram reportagens no jornal. Tratava-se de mostrar a amenidade das condições de vida nas roças. Também se reportaram peças de teatro de autoria de ilhéus, satíricas de costumes locais, levadas à cena no cinema da cidade.

²² Uma semana antes do 25 de abril, o jornal reproduziu as interpelações de *A Semana Ilustrada*, por exemplo, “Quem está a servir-se de S. Tomé?” Tratava-se de um ataque às roças pelo nulo investimento no progresso das ilhas. Perguntava-se, por exemplo, porque é que as ilhas não eram terra de fixação, cf. *A Voz de S. Tomé*, n. 1129, 16 de abril de 1974, p. 1, 3 e 4.

Mais do que informar²³, o jornal tentava doutrinar, se bem que tal propósito tenha sido prejudicado pela falta de massa crítica e, noutra plano, pela marginalidade de muitos ilhéus e dos serviçais, a quem interessariam pouco ou mesmo nada as ininteligíveis lucubrações acerca de um mundo de que se sentiam apartados. Nalguma medida cingida à terra, *A Voz de S. Tomé* seria, se tanto, uma voz ponderada nas conversas à boca pequena presumidamente ocorridas nas ruas ou paredes adentro. Ao mesmo tempo em que replicava as assimetrias sociais e as lógicas de exclusão colonialista, a que poucos ilhéus escapavam, a espaços o jornal poderá ter sido uma espécie de montra de notoriedade na sociedade local. Decerto, alguns ilhéus apreciariam ser mencionados nas páginas do jornal, tal qual o eram alguns colonos e, evidentemente, os governantes. E tal constituiu um método de reparação, por exemplo, das vítimas dos desmandos de 1953²⁴. Para os ilhéus, figurar no jornal traduzia respeitabilidade e distinção social.

A aspiração à integração dos ilhéus na pertença lusa levou a compagnar letras dissonantes, como as de Alda do Espírito Santo, de exaltação dos *negros* e de África – “O negro vive e sente como nenhum povo de outra raça. Não é inferior”²⁵ –, ecos dos lemas da valorização da *raça negra* dos primórdios de novecentos. Publicou-se igualmente um conto, “... E partiu”, de Onésimo Silveira, no qual a emigração de cabo-verdianos para São Tomé, apresentada como uma tragédia, também não deixava de ser uma escapatória para a maldição da terra cabo-verdiana²⁶. Diga-se, tais textos foram raros e o seu sentido político, além de ambivalente, seria inalcançado, desde logo pela presumida impossibilidade de outro destino para as ilhas que não a soberania portuguesa. Tal era a mensagem subliminar da publicação da conferência sobre questões agrícolas proferida, no âmbito da *Semana do Ultramar*, pelo engenheiro Salustino Graça²⁷, a quem, à boca pequena, se imputariam ambições independentistas. De alguma

²³ Comentou-se que incredulamente não se dera ao jornal a oportunidade de acompanhar de perto os trabalhos da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, tendo apenas podido publicar o discurso de encerramento de António de Almeida e, bem assim, as conclusões e as recomendações do evento (*A Voz de S. Tomé*, n. 256, 8 de setembro de 1956, p. 4 e n. 259, 6 de outubro de 1956, p. 1-4). À margem do lamento inócuo, a interdição espelhava os constrangimentos à construção de um espaço público e, bem assim, a impossibilidade de discussão dos destinos da terra.

²⁴ Por si só, a prestação do jornal antes, durante e depois dos desmandos de 1953 mereceria uma análise sobre a manipulação das notícias e, mais relevante, os silêncios acerca dos eventos, narrados a medo.

²⁵ *A Voz de S. Tomé*, n. 13, 16 de janeiro de 1948, p. 1 e 3.

²⁶ *A Voz de S. Tomé*, n. 249, 30 de junho de 1956, p. 3.

²⁷ *A Voz de S. Tomé*, n. 294, 24 de julho de 1957, p. 2.

forma, tal significava um reconhecimento da distinção social desse ilhéu, mas, simultaneamente, provava-se a sua aceitação, conformada que fosse, da situação colonial, que, de resto, o regime dizia não existir. Aliás, a colaboração de uma figura grada da terra com o jornal parecia comprovar a inexequibilidade dos anseios à independência de alguns ilhéus. Na impossibilidade de luta contra o colonialismo, essa elite, que alimentaria em surdina sonhos independentistas herdados dos progenitores envolvidos nas liças de inícios de novecentos, fincava-se na afirmação da sua distinção social e da diferenciação cultural face aos demais ilhéus. Por outras palavras, tal elite, pretendendo afirmar-se no cotejo com os colonos, acabava apartada dos próprios conterrâneos e, por maioria de razão, dos serviçais.

Religião e desporto, itens de uma (prudente) orientação da vida social

Durante anos, a par dos discursos de governantes, um dos tópicos noticiosos respeitava aos eventos religiosos. Aliás, atente-se na polissemia de *A Voz de S. Tomé*, cuja conotação religiosa seria como que um garante adicional de veracidade do que se escrevia no jornal. Ambiguamente, *A Voz de S. Tomé* compôs um discurso político que, no ocaso do colonialismo, quis ser mundano, apesar da dificuldade em lidar com a mundanidade, sem a qual, todavia, a mensagem política perdia atratividade.

Nos anos 60, o enfoque na religião perdeu parcialmente para a tónica no desporto. Do irregular desempenho do jornal, destaque-se a função de porta-voz dos tutelados órgãos oficiosos, do Conselho Legislativo à Associação Provincial de Futebol. Por exemplo, ao longo de 1968, a par do inconstante acompanhamento dos jogos, também se publicitavam as classificações e as deliberações da Associação Provincial de Futebol sobre a competição futebolística local.

Sinal da inconsequência de propósitos, o aproveitamento da prestação da seleção portuguesa no Mundial de 1966 revelou-se paupérrimo, para não dizer inexistente. Em Julho, em meia dúzia de linhas, sumariou-se o percurso de Portugal no torneio²⁸. Afora o hiato temporal, foi manifesto o desinteresse ou a incapacidade em promover a afeição política dos ilhéus à metrópole colonizadora através do futebol, na circunstância, da seleção multirracial de 1966, o que, presumidamente, tinha mais a

²⁸ *A Voz de S. Tomé*, n. 749, 30 de julho de 1966, p. 4.

ver com o ambiente da terra ou a inépcia no jornal do que com qualquer reserva aos ventos de exaltação da seleção de Eusébio e Coluna soprados da metrópole.

Nos derradeiros anos do colonialismo, o jornal publicou notícias do desporto local, mormente crônicas de jogos e entrevistas com personagens desportivas, assim como notícias do futebol da metrópole e, ocasionalmente, do estrangeiro. Graças à colaboração, a troco de quase nada, de jovens estudantes liceais, pomposamente denominados “Grupo Académico”, em Fevereiro de 1971 o jornal passou a publicar-se às terças-feiras para ter uma página desportiva mais atualizada²⁹, incluindo matéria relevante dos jogos do domingo anterior, designadamente da metrópole, que passaram a merecer pequenas crônicas. Ao tempo, o desporto firmara a sua importância, preenchendo espaços e tempos da sociabilidade local, a que o jornal tentava corresponder. Em síntese, apesar de detonador de paixões e, daí, de conflitos, que importava prevenir ou conter, o desporto constituía a única matéria acerca da qual se exaltava a dissonância de opiniões fortalecedora da interlocução inter-racial. Também por isso, foi substituindo a religião no preenchimento das páginas do jornal³⁰.

Sem ambiente local propício, falho de meios e de competência para ombrear com o mundanismo de outras publicações – compare-se a aposta na manipulação do desejo nas capas da revista angolana *Semana Ilustrada* com a incapacidade de promover um segundo concurso da *miss* São Tomé e Príncipe já nos anos 70 –, o jornal não podia deixar de existir, conquanto mantê-lo fosse um problema para os voluntariosos redatores, desde logo por nem sequer poderem discutir as mudanças sociais a dado passo insinuadas nas ruas. O tom sobre essas mudanças ou, mais concretamente, sobre os costumes, nos quais se intuiria um desafio político, revelava-se serodidamente moralista. A somar ao acatamento das hierarquias, induzido quer por contextos familiares e institucionais, quer por rotinas que disciplinavam corpos e as almas, o jornal perfilava-se como um mecanismo supletivo de codificação de comportamentos no espaço público. Num contexto social contido pela ditadura e pelo imobilismo, o jornal debatia-se perante as novidades do mundo que forçavam a entrada nas ilhas através da conduta de alguns jovens, em vão censurados no jornal. Ademais, a prontidão com que nele se reafirmavam normas de conduta era proporcional à vacuidade

²⁹ *A Voz de S. Tomé*, n. 979, 6 de fevereiro de 1971, p. 6.

³⁰ Acerca da evolução do desporto no arquipélago no tempo colonial, ver Nascimento (2013).

dos apelos à observância das conveniências sociais, entre elas, a da remoção dos pedintes ou a do respeito pelo decoro contra o nudismo, decerto, da garotada local.

Da contrafação da verdade à abordagem moralista da política

Para coadjuvar no aconselhamento das condutas em prol da boa ordem, o jornal tornou-se instrumento da contrafação da verdade. Deixando de lado a conveniente opacidade sobre os trágicos acontecimentos de 1953, foquemos eventos locais a que exiguidade da terra e as barreiras sociais conferiam realce. Em 1958, o suicídio do roceiro Amorim – um facto perturbador quer por pecaminoso e contrário à moral, quer pelo que indiciava de um indizível fim de um mundo – motivou um exemplo dessa contrafação da verdade e do controlo dos sentimentos. Segundo o jornal, causara profunda desolação o súbito falecimento de Humberto Amorim, administrador das roças da Companhia Agrícola Ultramarina. Amorim trabalhara na ilha mais de trinta e cinco anos, gozando de elevado prestígio nos meios social e económico. O enterro tivera numeroso acompanhamento, registando-se consternação geral³¹. Ora, não só se omitia o suicídio, como também que este se devera a uma sentença judicial condenatória que o roceiro tinha por inconciliável com o seu estatuto de mandante na ilha.

A comedida notícia relativa ao passamento de Amorim contrastava com a da morte de Bráulio Esteves, administrador da roça Porto Alegre, especificava-se, barbaramente assassinado à facada³². Neste caso, a par de idêntico silêncio sobre as causas, procurava-se suscitar uma comoção social condenatória da violação das barreiras sociais e raciais perpetrada por um serviçal. Pretendendo referir-se a sentimentos universais, o jornal apenas cuidava da dor de europeus.

Ainda assim, a abordagem da política pautava-se por um registo passível de acolhimento pelos ilhéus. A propósito de uma (alegada) dúvida acerca da inclusão de Eusébio, único jogador de cor, numa seleção europeia³³, imputava-se o racismo a estrangeiros, com o que se o negava na colónia e, presumidamente, em todo o espaço português. Aqui, e para o regime que após a II Guerra trocara o eugenismo e o racismo dos anos 30 pelo luso-tropicalismo, as diferenças decorriam

³¹ *A Voz de S. Tomé*, n. 342, 6 de setembro de 1958, p. 4.

³² *A Voz de S. Tomé*, n. 400, 17 de outubro de 1959, p. 4.

³³ *A Voz de S. Tomé*, n. 640, 30 de maio de 1964, p. 7.

do lugar natural de pessoas e grupos. Esta constatação bastava para cortar cerce qualquer inquietação acerca do futuro, tanto mais que a isso ajudava a condição arquipelágica e a memória do imobilismo social e político.

Ora, a guerra de libertação (na metrópole, chamada guerra colonial) chegou sem aviso³⁴, suscitando o clamor indignado do propalado portuguesismo dos habitantes do arquipélago, colonos e nativos³⁵. Em tempo de guerra contra os “terroristas”, uma propaganda eficaz podia ser, não a dos sucessos no restabelecimento da ordem perturbada pelos “terroristas”, mas a respeitante a universos com que são-tomenses mantinham contatos, mesmo se indiretamente. Por exemplo, não só se aludia à guerra do Biafra – pretexto para o socorro a esqueléticas crianças africanas –, como se destilava propaganda verrinosa acerca da Guiné Equatorial, independente em 1968³⁶. Não é inapropriado concluir que, sem necessidade de recurso a proposições explicitamente racistas, se passava a mensagem de que, entregue a si mesma, África se precipitava num caminho de retrocesso, se não mesmo de barbárie³⁷. Por outras palavras, aduziam-se argumentos para uma tutelada interação de rua, da qual se esperava que todos, mormente os ilhéus, concluíssem pela fortuna de terem nascido portugueses³⁸. Num certo sentido, encareciam-se os ganhos de uma vida previsível.

Escorada na contrafação da verdade, a unanimidade de opiniões era perseguida pela adoção de um tom moralista. A subversão e o

³⁴ A 28 de Janeiro de 1961, no número em que se condenava o assalto ao paquete *Santa Maria (A Voz de S. Tomé*, n. 466, 28 de janeiro de 1961, p. 1), sentenciava-se que a calma em Angola e Moçambique perturbava os chefes da chamada libertação (*A Voz de S. Tomé*, n. 466, 28 de janeiro de 1961, p. 3). Estava-se a dias do 4 de fevereiro em Luanda. A guerra faria esquecer tal desacerto e, num primeiro momento, os levantamentos em Angola pareciam escorar a argumentação portuguesa de ataques perpetrados por terroristas a soldo de interesses estrangeiros.

³⁵ Induzido por constrangimentos da intensa interação pessoal num universo exíguo, esse portuguesismo já fora expresso, por exemplo, nas manifestações de apoio ao governo a propósito dos diferendos com a Índia.

³⁶ Sem esquecer o emblemático caso do Congo belga. Entre outros, os conflitos no Congo seriam usados para sedimentar a ideia de que a entrega dos territórios coloniais aos líderes independentistas só traria a desordem e a barbárie.

³⁷ Conquanto o jornal não tivesse sido criado para tal fim, a verdade é que se veio a revelar útil na divulgação de tais opiniões que, se não convenciam, de alguma forma ajudariam a calar os que, em qualquer dos casos, não podiam contrapor as atrocidades perpetradas pelo colonialismo português, entre elas, as de 1953.

³⁸ Num regime ditatorial e nas circunstâncias de isolamento, como o vivido no arquipélago, as possibilidades de construir uma narrativa deturpada acerca da evolução do mundo e, em concreto, de África era imensa. Até por tal narrativa difusa, assente na constatação preconceituosa do atraso dos Africanos, parece não destoar da realidade. Os são-tomenses socialmente diferenciados, europeizados, católicos, proprietários, mesmo se afetivamente comprometidos com ideias de emancipação da *raça negra* escutadas aos progenitores, tinham dificuldades em contestar a vulgata do ideário do colono.

mal cercavam o arquipélago³⁹, um afortunado cadinho de paz, e ameaçavam o mundo. Inelutavelmente, a desgraça perfilava-se como o destino de quantos trilhavam o caminho do mal. Noticiava-se a desventura dos iludidos, como o nacionalista angolano Viriato da Cruz, ou o arrependimento atempado dos desenganados das promessas dos “terroristas” que debalde atentavam contra a soberania portuguesa. Procurando fomentar a unanimidade, denunciava-se o caminho do mal de que alguns se arrependiam a tempo⁴⁰.

Ao mesmo tempo em que se replicavam notícias, oriundas de Luanda, de conflitos e violências no MPLA⁴¹, não se mencionava o Comitê de Libertação de S. Tomé e Príncipe⁴², nem sequer para aludir a conflitos no seu seio – conducentes à criação em 1965 de um novo CLSTP, em Accra, patrocinado por N’krumah –, sobejamente conhecidos das autoridades. Por outras palavras, evitava-se sequer nomear ilhéus que, independentemente do sucesso ou insucesso da sua militância nacionalista, tinham rejeitado a sujeição colonial⁴³. Esta ocultação de factos relativos à colónia, visível por contraposição à exposição dos conflitos entre angolanos, denota a tentativa de rasurar a oposição local. Tal também equivalia à negação de barreiras internas, comumente associadas ao colonialismo, que, repetimo-lo, se pretextava inexistir nos territórios de soberania lusa.

Ao invés de má política existia, sim, administração preclara de cujo andamento o jornal se fazia eco. Só se dava nota de eventuais demandas políticas e sociais por instigação (caso das críticas aos roceiros no tempo de Gorgulho) ou consentimento dos governadores (caso da reclamação

³⁹ Como hipótese de trabalho adiante-se que, para um grupo assaz restrito, emissões dos independentistas poderão ter quebrado o monopólio da propaganda colonialista. Mas daqui não decorria necessariamente um avultar do sentimento nacionalista, a que não devem ser reduzidas rivalidades com os colonos. Afinal, o assunto principal da interação social de rua poderia ser outro, porventura as vidas pessoais e familiares que dificilmente escapavam ao escrutínio alheio.

⁴⁰ Coteje-se, por exemplo, as declarações de um ex-dirigente da Frelimo in *A Voz de S. Tomé*, n. 985, 23 de março de 1971, p. 1 e 3.

⁴¹ Entre vários artigos deste tipo, veja-se, por exemplo, *A Voz de S. Tomé*, n. 741, 28 de maio de 1966, p. 12 e 15.

⁴² Em 1962, num artigo sobre as organizações independentistas ouvidas no inquérito respeitante aos territórios sob administração portuguesa, mencionou-se o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (*A Voz de S. Tomé*, n. 552, 22 de setembro de 1962, p. 1-2). Subsequentemente, não se terá aludido mais ao CLSTP, nem sequer para o denegrir.

⁴³ O jornal não se deteve na prisão em Lisboa pela PIDE, polícia política do regime ditatorial, de mais uma dezena de são-tomenses, entre os quais Alda do Espírito Santo, por suspeita de actividades subversivas contra a soberania portuguesa. As prisões, que duraram meses, foram conhecidas na ilha de São Tomé sem aparentemente suscitar qualquer sobressalto digno de menção. Tal circunstância dá nota do ambiente político no arquipélago, no qual preponderavam o receio e o alheamento da política; a este respeito, ver Augusto Nascimento, “Alda do Espírito Santo, a distinção social, a militância política e a tristeza” (entregue para publicação).

da instalação da luz elétrica no estádio, uma demanda de progresso a que o governo se decidira a corresponder). Tendia a resumir-se a política à luta entre o bem e o mal, perspectiva desde cedo presente nas menções redutoras e distorcidas a insurgências africanas⁴⁴, animadas pelo mal e, sub-repticiamente, pela barbárie. Nesta ótica, o jornal suscitava e noticiava a (pretensa) unanimidade da sociedade são-tomense contra os □terroristas□ contra o manifesto da oposição de 1965 sobre o ultramar⁴⁵ e, ainda, as manifestações em Londres, em 1973, adversas a Marcelo Caetano⁴⁶.

Apesar de ser um órgão oficioso – publicando orçamentos, discursos, atas de sessões da Câmara e do Conselho Legislativo, além de alguns artigos doutrinários que poucos leriam –, por falta de integração política da população, que as manifestações arregimentadas não desmentiam, o jornal não cumpria o suposto fim de ser veículo de comunicação entre governantes e governados. Em 1970, tinham passado anos desde que, por causa da guerra nas demais colônias, se lançara um programa de desenvolvimento e de assistência social que, de alguma forma beneficiando os colonizados, maquilhara a dominação colonial. Nas ilhas, por força do desempenho assistencialista e da proximidade da presença do governador Silva Sebastião, como que se dissipara algum do ressentimento devido não só à situação colonial propriamente dita como o ainda remanescente dos trágicos eventos de 1953. Por paradoxal que pareça, a contenção imposta pela ditadura num exíguo espaço insular permitia ao regime colonial tornar-se algo atípico. Por outras palavras, sem prejuízo da subsistência de lógicas de exclusão que, interiorizadas pelos colonos, não retrocediam em razão de meros enunciados políticos oriundos da distante metrópole, oficialmente já não se prescreviam posições sociais referidas à cor da pele, como o denotava o início da escolarização massiva, nem se controlavam trajetórias de vida ou o quotidiano de pessoas que não pusessem em causa o laço colonial.

Contudo, e a despeito da distensão política e social, crescente ao longo da década de 1960, iniciativas de cariz administrativo ainda eram passíveis de receios e mal-entendidos. Para preveni-los, pouco antes do

⁴⁴ Veja-se uma menção à revolta dos Mau-Mau (ver *A Voz de S. Tomé*, n. 87, 11 de dezembro de 1952, p. 4), depois, e como muitas outras, sem continuidade noticiosa.

⁴⁵ *A Voz de S. Tomé*, n. 712, 23 de outubro de 1965, p. 1 e 3.

⁴⁶ Em 1973, o governador, a Assembleia Legislativa e a Junta Consultiva protestaram contra a campanha da imprensa inglesa. Previsivelmente, a 18 de julho, a população de São Tomé manifestou ao chefe da província o “desagrado perante as insidiosas calúnias contra nós lançadas□ cf. *A Voz de S. Tomé*, n. especial, 16 de julho de 1973, p. 28 e n. 1097, 24 de julho de 1973, p. 1.

recenseamento da população, a ter lugar à 0 hora do dia 30 de setembro de 1970, *A Voz de S. Tomé* inseriu a declaração taxativa de que os “dados recolhidos não podem servir de base ao lançamento de quaisquer contribuições ou impostos”⁴⁷. Na verdade, num contexto de disjunção social, que os agentes do colonialismo convenientemente explicavam pela idiossincrasia esquiva dos nativos, alegadas perturbações nas operações de recenseamento mostram que o jornal era de pouca valia para contrariar a desconfiança e mais sentimentos devidos à apartação de parte substancial dos ilhéus da vida coletiva. Ao invés do palavreado do regime, não bastava proclamar no jornal que a *Província não é mais do que uma família grande*⁴⁸.

Num artigo eivado de um já desusado racismo – que obriga a inferir que se tinha por adquiridos o conformismo e a anuência dos ilhéus –, o jornal referiu-se à morte de Amílcar Cabral, que trocara a Pátria Portuguesa pela Pátria Marxista. Insinuava-se que ser assassinado era o desfecho de quantos se tornavam incómodos à consecução dos “sinistros objetivos”, pressupõe-se, comunistas. A morte trágica era o corolário das doenças revolucionárias. Afinal, almejando a independência, os países africanos não logravam ser independentes dos interesses inconfessáveis do bloco comunista. Citando-se Marcelo Caetano, dizia-se que Portugal não podia entregar os seus territórios às “mãos dos ódios incontroláveis que traçam o futuro negro, à imagem e semelhança, do figurino de Moscovo e de Pequim”⁴⁹. Atenta a despolitização de parte substancial da população, mais do que eficaz ou ineficaz, esta propaganda seria, sobretudo, inútil. Não necessariamente por ser rechaçada, mas por se referir a algo de remoto, como o eram o comunismo e Moscou quando não representassem a corporificação do mal.

Tal como as manifestações, ditas espontâneas, de apoio ao regime, esta propaganda não modelava, nem a favor nem contra o regime, as afeições dos ilhéus, pautadas, sobretudo, por necessidades e desejos de um quotidiano corriqueiro e, presume-se, conforme ao que eles considerariam a ordem natural do mundo. Nas ilhas, onde dificilmente se equacionava qualquer mudança política, se algo abonava o regime e os seus argumentos era menos a respectiva substância do que o fato de a elite local – incluindo indivíduos perseguidos em 1953 – participar nos órgãos e nas solenidades locais sob a batuta das autoridades. Por isso, quando da visita do presidente Tomás à ilha do Príncipe em 1964,

⁴⁷ *A Voz de S. Tomé*, n. 955, 22 de agosto de 1970, p. 5.

⁴⁸ *A Voz de S. Tomé*, n. 1038, 25 de abril de 1972.

⁴⁹ *A Voz de S. Tomé*, n. 1074, 30 de janeiro de 1973, p. 1.

o jornal podia asseverar que ao “clamor patriótico” não subjazera “o mais leve condicionalismo”⁵⁰. Circunstancialmente, podia ser verdade, conquanto o regime usasse a adesão popular circunstancial para tentar fazer esquecer a existência de colonialismo ou de uma ditadura, tese em abono da qual o regime ainda podia evocar o seu sufrágio nas urnas.

A par da ênfase em medidas benéficas para os assalariados⁵¹, incluindo europeus⁵², os derradeiros anos do colonialismo trouxeram a propaganda – assente nas notícias sobre a inauguração de luz elétrica ou de chafarizes nas vilas, provavelmente fatos de maior impacto do que o aumento do produto *per capita* – destinada à conquista dos corações dos colonizados. Ao longo de anos, os colonos tinham-se treinado nesse exercício dúplice.

Nesses anos, as maiores dificuldades dos colonialistas tinham menos a ver com a rala e contida oposição à *situação* do que com a dificuldade de enquadrar o progresso e as novidades, noções portadoras de uma subliminar carga política que tendia a questionar a modorra local durante decênios induzida pelo conservadorismo do regime ditatorial. Justamente, a maior incomodidade proviria da crescente liberdade de costumes, em suma, de novidades sem as quais não se conquistava a adesão política dos ilhéus, conquanto elas contradissem a moral deduzida do natural ordenamento social na colônia, onde a inescapável contiguidade e a forçosa interação pessoal pareciam tornar mais necessária a preservação simbólica de barreiras sociais.

Notas finais

A respeito do jornal *A Voz de S. Tomé*, diremos ser muito difícil tecer uma visão sintética que não se torne redutora. A síntese possível talvez seja a de que o impacto do jornal foi mínimo, em congruência com o paupérrimo ambiente cultural nas ilhas.

⁵⁰ *A Voz de S. Tomé*, n. 651, 22 de agosto de 1964, p. 1.

⁵¹ Em 1966, escrever-se-ia que a assinatura de um contrato coletivo de trabalho, o primeiro na Província, constituía um marco histórico a honrar as cerimónias do XL aniversário da Revolução Nacional, cf. *A Voz de S. Tomé*, n. 770, 31 de dezembro de 1966, p. 1-2 e 6.

⁵² Em 1957, o jornal aplaudiu a demonstração de interesse por quem trabalhava, concretamente, a implementação da semana-inglesa, não sem lamentar a sujeição dos empregados. Em vez de os beneficiar, a semana-inglesa estava a prejudicá-los, porquanto eram obrigados a trabalhar de porta fechada (*A Voz de S. Tomé*, n. 281, 6 de abril de 1957, p. 1 e n. 286A, 11 de maio de 1957, p. 4, respectivamente). A epígrafe “O Luar segredou...” era significativa quer do descaso das leis, quer da rarefeita opinião pública. O jornal lamentaria que estabelecimentos de comércio, a título de benemerência, admitissem europeus ao serviço, não lhes pagando pelo trabalho e considerando-se desquitados por lhes darem de comer.

Noutras colônias, a imprensa, devidamente recheada de imagens, contribuiu para uma consciência nacional, de que a mentalidade colonial era uma parte importante. Noutras paragens, notícias e fotografias da terra mescladas com as da metrópole eram usadas para incutir uma pertença nacional tendente a iludir a questão colonial.

No arquipélago, o jornal, que décadas a fio não se demarcou de um guião institucional, pouco acrescentou ao que o espaço público eventualmente discutiria em surdina. Desenraizados e dispersos, os europeus alheavam-se da política para evitar os constrangimentos do desemprego, não tendo, aliás, por que se empenhar numa terra com que não se identificavam. Aos ilhéus diferenciados, só tardiamente se proporcionou o desfrute de menções, fotos ou opinião no jornal, através do que se poderia ter aprofundado o apego afetivo à metrópole. Em suma, é difícilimo ter uma ideia precisa do peso do jornal na modelação das consciências e, principalmente, das afeições dos são-tomenses.

No tocante às consequências políticas da hegemonia do cinzentismo na atividade jornalística, repise-se que a política da Ditadura e do Estado Novo cortou uma tradição de dezenas de anos de imprensa militante, livre e cáustica, impondo o silenciamento das opiniões dissonantes de ilhéus e de europeus. E, importa lembrar, os condicionalismos legados pelo colonialismo facetaram a senda do país após a independência.

Enquanto instrumento da ditadura, ao ter fomentado a opacidade e amputado as perspectivas políticas, *A Voz de S. Tomé* serviu para privar o grosso dos ilhéus de ferramentas de reflexão sobre o mundo, tornando-os, assim, mais vulneráveis à ascendência de quem, após o 25 de abril, manipulava com aparente à vontade o novo léxico político, pressupostamente talhado para reger o futuro do arquipélago e do mundo.

Com efeito, a configuração do espaço público mediático no regime colonial de feição ditatorial condicionou o pós-independência. Após 1975, a reincidência nos métodos de imposição do monolitismo ao jornal oficial, tão dúplice quanto no período colonial, não foi só uma decorrência da situação precedente (na medida em que a sociedade desaprendera de lutar contra a imposição do unanimismo, a que se habituara), foi, igualmente, uma escolha conveniente para a preservação do poder na cúpula do MLSTP.

Tal como no colonialismo, e ainda que sob a aparência da mudança radical do cenário político, o voluntarismo dos dirigentes independentistas conduziu à imposição da continuidade de processos e de objetivos à imprensa no arquipélago. Do tempo colonial para o

pós-independência, entre *A Voz de S. Tomé* e o *Revolução*, publicado após a independência, são variados os pontos de contato, malgrado a substituição dos símbolos. O *Revolução* era um jornal do Estado, censurado, monolítico e devotado a realçar os atos dos governantes.

Apesar de situado num quadrante político antagônico ao de *A Voz de S. Tomé*, também o jornal *Revolução* serviu para manter o isolamento, cultivando a opacidade. A leitura do mundo vazada no *Revolução* não era menos monolítica do que a do seu predecessor. Ora, e tal como a espaços sucedera na era colonial, com isso fortaleceu-se a prevalência dos boatos e da *rádio boca-a-boca*, que ajudou a corroer a confiança dos são-tomenses nos seus dirigentes.

Referências

ANUÁRIO Estatístico – 1973. S. Tomé: Instituto Nacional de Estatística. Delegação de S. Tomé e Príncipe, 1973.

GARCIA, Luís Lima. *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo*: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

GORGULHO, Carlos de Sousa. *Relatório anual. Ano 1945*. S. Tomé: Imprensa Nacional de S. Tomé, 1946.

GONÇALVES, José Júlio. A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe in Cabo Verde. Guiné. São Tomé e Príncipe. Lisboa: ISCSPU, 1965.

NASCIMENTO, Augusto. A sedição de 1931 em S. Tomé in *História* n. 1 (Nova Série). Lisboa, 1998.

_____. *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. *Entre o mundo e as ilhas*. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos. São Tomé: UNEAS, 2005.

OLIVEIRA, João Nobre de. *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*. Macau: Fundação Macau, 1998.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa. *A economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: IICT, 1993.

Periódicos:

A Voz de S. Tomé, S. Tomé, 1947-1974 (propriedade da Delegação da União Nacional de S. Tomé).

O Trabalho, S. Tomé, 1933-1934 (propriedade da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura).

Cicatrizes da memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus*

The scars of memory: the presence in museum archives of photographs of people disappeared for political reasons

Cicatrices de la memoria: fotografías de desaparecidos políticos en acervos de museos

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira**
Francisca Ferreira Michelon***

Resumo: A partir das relações entre imagem e presentificação, o texto analisa os sentidos que os retratos de vítimas das ditaduras apresentam quando são instituídos como acervos museológicos. Na análise, consideram-se dois aspectos: a condição documental da fotografia e o processo de musealização do documento ao ser exposto. A trama da análise centra-se nos conceitos de memória. Por meio deles, verifica-se um campo de relações em que o apelo ao sentido temporal da indissociabilidade passado-presente e a expressão de uma violência inesquecível somam-se na figuração de certa continuidade. Desse modo, entende-se a fotografia como uma prática discursiva que, no *lugar* museu (instituição de memória), instala-se como cicatriz: uma marca de sofrimento

Palavras-chave: Museus de memória; fotografia; direitos humanos.

Abstract: Utilizing the relationship between image and presentification, the text analyzes the meanings that portraits of victims of dictatorships acquire when they are presented within museum archives. In this analysis two aspects are considered: the documentary qualities of the photograph itself, as well as the process of exhibiting the photograph within a museum. The analysis is conducted by employing concepts of memory that establish a series of relationships in which the evocation of a

* Este trabalho é um resultado do financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

** Doutora em História PUCRS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. <leticiamazzucchi@gmail.com>.

*** Doutora em História PUCRS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. <fmichelon.ufpel@gmail.com>.

temporal understanding of past-present indissociability as well as the expression of unforgettable violence become combined in the portrayal of certain continuity. In this way, a photograph is understood to be a discursive practice within the space of a museum (an institution of memory), and is presented as a mark of suffering – a scar.

Keywords: Museums of memory; photography; human rights.

Resumen: A partir de las relaciones entre imagen y presentificación, el texto analiza los sentidos que los retratos de las víctimas de las dictaduras presentan cuando son instituidos como acervos museológicos. En el análisis se consideran dos aspectos: la condición documental de la fotografía y el proceso de musealización del documento al ser expuesto. El centro del análisis recae en los conceptos de memoria. Por medio de éstos, se verifica un campo de relaciones en que el apelo al sentido temporal de la indisociabilidad del pasado-presente y la expresión de una violencia imborrable se suman en la configuración de cierta continuidad. De este modo, se entiende la fotografía como una práctica discursiva que, en el *lugar museo* (institución de memoria), se instala como cicatriz: una marca del sufrimiento.

Palabras claves: Museo de memoria; fotografía; derechos humanos.

Ao entrar no Museu da Memória da cidade de Rosário, na Argentina, o visitante depara-se com a obra da artista plástica Graciela Sacco denominada *Entre nosotros*. Nela, reproduzem-se olhares, extraídos de imagens de desaparecidos, de anônimos, de animais através de uma série de placas acrílicas. O objetivo é buscar o encontro entre os olhos captados pela fotografia e aqueles do visitante: um encontro entre a subjetividade do artista e a do receptor sobre o tema do testemunho e sobre a memória visual que constrói nossas recordações.

Neste artigo, busca-se fazer uma reflexão acerca do olhar que é emanado e lançado pela imagem fotográfica nos chamados Museus de Memória. Analisam-se, em particular, duas exposições realizadas em diferentes museus: a exposição *Evidências*, no Museu da cidade de Rosário, na Argentina, e a série de painéis com fotos de desaparecidos, no Museu da Memória de Montevidéu, no Uruguai.

A partir das relações entre imagem e presentificação, o texto analisa os sentidos que os retratos de vítimas de processos políticos vinculados à violência de Estado apresentam quando instituídos como acervos museológicos. Na análise, consideram-se dois aspectos: a condição documental da fotografia e o processo de musealização do documento uma vez exposto. A trama da análise centra-se nos conceitos de memória. Por meio deles, verifica-se um campo de relações no qual tanto o apelo ao sentido temporal da indisociabilidade passado-presente como a expressão de uma violência inesquecível somam-se na figuração de certa

continuidade. Desse modo, entende-se a fotografia como uma prática discursiva que, no *lugar* museu (instituição de memória), instala-se como cicatriz: uma marca de sofrimento.

As formas com as quais a sociedade consegue elaborar a recordação de um passado traumático e, ao mesmo tempo, homenagear simbolicamente as vítimas da violência de Estado manifestam-se no espaço social. Fazem-no através da demarcação de uma topografia do terror: da construção de monumentos, da implantação de uma sinalética que marca locais onde ocorreram episódios de violência e de resistência. Existem, ainda, memoriais e museus destinados a construir uma pedagogia da memória voltada não apenas para o passado, mas também para o futuro¹. Essas ações podem ser definidas como processos de buscas memoriais, que implicam tomar decisões e que incidem na proposição de políticas enfocadas na memória e na preservação de traços e testemunhos de um passado marcado pelo sofrimento coletivo (SCHINDEL, 2009).

Os museus de memória são o eixo da reflexão que apresentamos. Eles compreendem-se como um espaço social, um local de produção de práticas e saberes construídos por um conjunto de agenciamentos técnicos, dispositivos materiais e humanos. Aborda-se a exposição como um *ponto de partida* (DEBARY; ROUSTAN, 2012) para diversas interpretações e apropriações que podem ser suscitadas no observador-visitante. Essa tipologia museológica é resultante de políticas de memória que se vêm implementando em locais onde houve experiências traumáticas a partir de regimes políticos ditatoriais (e outros) caracterizados por transgressões sistemáticas aos Direitos Humanos.

Este texto é resultante da pesquisa que vimos realizando sobre os museus de memória, os quais advêm do trabalho de busca memorial desenvolvido por diferentes atores sociais e convertido em política de memória. Os museus aos quais se refere esta pesquisa são museus públicos, vinculados aos Estados argentino e uruguaio, instituídos para evidenciar a memória traumática de processos políticos vividos naqueles países nas últimas quatro décadas.

¹ É possível afirmar que os museus e memoriais cuja origem são processos de violência coletiva, impetrados pelo Estado ou outros agentes sociais, fundamentam-se na construção de um aprendizado sobre o passado com suas marcas traumáticas, como algo que, mais do que ser superado, não pode voltar a ocorrer. Nesse sentido o museu ou memorial busca a intervenção, através, sobretudo, de práticas educativas, na construção de futuros possíveis.

Os últimos períodos ditatoriais na Argentina² (1976-1983) e no Uruguai³ (1973-1985) foram marcados por violações sistemáticas dos Direitos Humanos. Durante essa época, havia centros clandestinos de detenção, nos quais se levavam a cabo torturas e assassinatos. No caso argentino, ainda, aconteceram sequestros de filhos de prisioneiros políticos, o que originou as *maternidades* clandestinas e o consequente desaparecimento de recém-nascidos, cujos destinos, em grande parte, são desconhecidos até hoje.

As marcas deixadas por essas práticas de violência e terror levam a que se pergunte como é possível a transmissão da memória e da patrimonialização de bens materiais que se relacionam com tais processos. As evidências e marcas desse período são muitas, tanto na Argentina quanto no Uruguai. Agregue-se a isso a busca por reparação que as vítimas dos processos de violência de Estado almejam. Para esses cidadãos, a memória e o patrimônio são importantes aliados e testemunhos. Os centros clandestinos de detenção, por exemplo, são muitas vezes reconstruídos por meio de relatos de sobreviventes a partir de memórias sensoriais, como a audição, os odores, as condições ambientais. Portanto, esses registros transformam-se em peças imprescindíveis nos processos judiciais em curso.

No conjunto do que Andreas Huyssen (2007) denomina como *cultura global da memória*, os diversos suportes nos quais ela pode estar ancorada (como memoriais, espaços públicos, expressões artísticas) desempenham um grande papel. Eles atuam como dispositivos

² No dia 24 de março de 1976 o governo da Presidente María Estela Martínez de Peron foi destituído através de um golpe de Estado comandado pelas Forças Armadas, sendo imediatamente instalada uma Junta de Comando Militar liderada pelo general Jorge Rafael Videla. Um processo autodenominado de Reorganização Nacional é levado a termo com a dissolução do Parlamento e subsequente instauração de um processo de repressão extremamente violento, atingindo vários setores da sociedade e deixando como uma das heranças mais dolorosas cerca de 30.000 pessoas desaparecidas. Sobre o tema: VEZZETTI, Hugo. Pasado y presente: *Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002; ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006; CATELA, Ludmila S. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.

³ No Uruguai, a ditadura militar foi instaurada em dois momentos distintos. Em 27 de junho de 1973, o presidente eleito Juan Maria Bordaberry, aliado aos militares, assume o poder no país através de um golpe de Estado, destituindo o Parlamento e substituindo-o por um Conselho Militar. Em 1976 os militares assumem definitivamente o poder, afastando assim o presidente eleito. Tal como na Argentina, a ditadura foi marcada por uma repressão violenta deixando um saldo de 6000 prisioneiros políticos, mais de 200 desaparecidos e um país destruído social e economicamente. Sobre o tema: PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguay (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado em História/UFRGS, Tomo I. Porto Alegre, 2005. MARCHESI, Aldo. Tupamaros et dictatures. *Vingtème Siècle, Revue d'histoire*, nº 105, 2010, p. 57-69.

fundamentais para que o trauma vivido na perspectiva do sujeito converta-se em memória coletiva. Tal acepção atribui-se a Maurice Halbwachs (1991), autor que aborda as lembranças individuais como situadas num universo de referências socialmente construídas, pelas quais a recordação é processada. São as tramas sociais nas quais se situa o indivíduo, assim, que tornam possível a recordação traduzida em linguagem e compartilhada com aqueles que nos cercam.

Na perspectiva sociológica de Maurice Halbwachs, a lembrança atua como ponto de referência frente à variação dos quadros sociais. Isso explicaria por que, em períodos de maior estabilidade social, a memória coletiva teria menos importância, ao contrário de períodos de crise, nos quais ela assumiria grande relevância. Entende-se, nessa perspectiva, que a memória, ao estabelecer uma seleção de quais elementos do passado são necessários no presente, pode ser tratada como fator de coesão social e identidade.

O compartilhamento da memória, sugerido pelo termo memória coletiva, é questionado pelo antropólogo Joel Candau. Ele adverte sobre o cuidado com o qual se deve abordar o conceito a fim de evitar aderir a uma visão essencialista. Para Candau (2011), a memória coletiva define-se menos pelo compartilhamento real que pela crença de que o mesmo possa ocorrer. Em outras palavras, a memória, construída através de um discurso que viabiliza a crença no compartilhamento, seria um elemento constitutivo de nossa identidade social. O conceito de *metamemória*, formulado por Joel Candau, visa a uma compreensão mais ampla da memória coletiva, sendo definido como uma representação que cada indivíduo faz de sua própria memória e tem sobre ela. Nessa linha de compreensão, algumas memórias são mais fáceis de ser compartilhadas (memórias fortes) e outras não (memórias fracas), sendo, para tanto, relevante o papel daquilo que o autor denomina *sociotransmissores*. Os sociotransmissores são todos aqueles elementos atuantes na construção de discursos memoriais e na sua transmissão, que nos levam a pensar nas políticas de memória e em todos os dispositivos e mecanismos ativados por elas. Os museus seriam, na perspectiva de Candau, poderosos sociotransmissores, uma vez que, através de diferentes recursos com os quais constroem a linguagem expográfica, buscam envolver o observador, levando-o a compartilhar emoções e experiências. Relaciona-se a essa realidade, pois, a ideia formulada por Rancière (2010) de *compartilhamento do sensível*.

Os museus de memória seriam, potencialmente, eficazes sociotransmissores para a formação de memória sobre períodos

traumáticos, fundados em elaborações narrativas que buscam dizer o indizível. Nesse sentido, entender os mecanismos que possibilitam aos museus exercer essa função dentro de um determinado contexto histórico e social leva a que se pergunte: quais formas narrativas são acionadas para representar um passado traumático, uma memória difícil de ser evocada, constituída por sofrimentos individuais e coletivos a que se pode chamar trauma?

É fundamental pensar que o museu, com capacidade midiática expressa na expografia e em outros suportes (DAVALLON, 1992), pode operar como uma das formas sociais de elaborar o trauma. Ele, de fato, converte o trauma em práticas discursivas, compartilhando-o com o universo social representado pelo visitante.

Os museus de memória podem ser classificados como lugares onde a memória ficou cristalizada e materializada no espaço. Como exemplo, há aqueles localizados em cidades que abrigaram atividades associadas à repressão e a atos de violência e transgressão de Direitos Humanos. Existem, também, espaços cuja força memorial provém menos do passado e mais de uma representação através de diferentes mecanismos de linguagens, como a arte, a arquitetura e o tratamento dado às narrativas orais. Dessa forma, vão ao encontro daquilo que Béatrice Fleury e Jacques Walter identificam como mediações memoriais que qualificam e requalificam os lugares (2011, p. 21).

Todas as ações levadas a termo pelos museus de memória parecem estar tensionadas entre uma série de alternativas. Dentre elas, aponta-se a possibilidade ou não da representação do sofrimento e do trauma; a escolha pelo realismo ou pela disponibilização de diversos elementos narrativos que levem a reflexões amplas; a busca pelo equilíbrio entre o direito coletivo à memória e aquele individual ao resguardo da experiência vivida.

Nesta modalidade museológica, o visitante é levado, seja pelo realismo do que é exposto, seja pela amostra através da representação, a exercer um papel mais profundo que o de um simples observador. Torna-se, pela experiência do *fato museal* (RUSSIO, 2010), numa espécie de coparticipante da memória traumática e, logo, num responsável por fazer do passado uma lição para o futuro.

Essa experiência do fato museal é possibilitada pela diversidade de instrumentos narrativos museológicos, tais como a imagem fotográfica e, em particular, o retrato de vítimas da violência de Estado. Esta última manifestação, aliás, pode agir como um indutor da sensibilização dos sujeitos às vivências da dor. Por outro lado, tendo em vista os

atores sociais mais fortemente associados ao trauma, pode colaborar a atenuar a perda ou a presença constante de uma memória controvertida e não pacificada. Nesse sentido, a linguagem artística, presente nos dois museus aqui expostos, sugere que a memória traumática pode se tornar uma obra de arte e, dessa maneira, avançar para uma dimensão universal, ampliando a reflexão para além do representado (VIOLI, 2015).

Os Museus da Memória: Rosário e Montevideú

O Museu da Memória da cidade de Rosário foi criado em 1998 por Portaria emitida pelo Conselho Municipal da cidade. Nesse texto, definem-se claramente os objetivos norteadores da instituição e sua localização espacial:

Que a escolha pelo lugar onde será erguido o Museu da Memória deverá significar mais claramente possível a vontade de impor uma condenação definitiva ao terrorismo de Estado, localizando-se em prédio que represente um novo triunfo da democracia sobre o terrorismo de Estado e sobre aqueles que ainda hoje persistem em ocultar a verdade. [□] Tornando possível converter um lugar de morte em um espaço para a vida (Ordenanza nº 6.506 de la Municipalidad de Rosario).

Em dezembro de 2010, o museu foi transferido para sua atual sede, um prédio projetado por arquitetos italianos em 1928 e conhecido como *Casa de los Padres*. Em finais dos anos 1940, a casa deixou de ser utilizada como moradia familiar e, desde então, passou a ter diferentes usos. Durante muitos anos, sediou a base burocrática e operacional do Comando do II Corpo do Exército, que ali permaneceu até 1983, momento de transição para a democracia. Posteriormente, o imóvel foi utilizado para fins comerciais, o que perdurou até o ano de 2010.

Visto que era uma base de comando militar durante a última ditadura no país, o local recebia, diariamente, pessoas em busca de informações sobre familiares e amigos desaparecidos. Embora não haja registros de que no interior do prédio tenham ocorrido interrogatórios, torturas ou cárceres, ficaram marcados ali os sentimentos de medo e de apreensão, que tomavam conta dos visitantes em busca de seus entes queridos, sem que nenhuma resposta pudesse ser obtida.

Terminadas as atividades militares, e após um período de ocupações diversas, o local sediou um projeto de lazer e entretenimento: o bar *Rock and Feller*³. Descaracterizando o antigo prédio, porém, o bar preencheu com cores e sons um local que, para um grande número de pessoas, havia sido símbolo de sofrimento e de angústia.

A busca pela desapropriação do prédio com fins a alojar o Museu da Memória foi marcada por embates e debates públicos. Tomaram-se posições, senão totalmente antagônicas, pelo menos, contraditórias a respeito de se cabia ou não ao Estado assumir, definitivamente, o projeto do museu. Desde suas origens, objetivou-se promover o acesso ao conhecimento e à pesquisa sobre a situação dos Direitos Humanos e sobre a memória social e política na Argentina.

Conforme o diretor da instituição, Rubén Chababo⁴, assumiu-se, desde finais de 2011, que o museu não deve existir apenas para sobreviventes ou para antigos prisioneiros políticos. Chababo defende, com convicção, que se devem formular cada vez mais perguntas e elaborar novas e diferentes estratégias de comunicação para que suas mensagens não se esvaziem ao longo do tempo e pelas gerações futuras.

Mais recentemente, através do Decreto Presidencial 379/2015, o museu foi declarado como lugar histórico nacional por indicação da Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos. O Decreto ressalta que “neste edifício, durante os anos da última ditadura cívico-militar, foi planejado o genocídio que se levou a termo em seis províncias argentinas: Santa Fé, Entre Rios, Corrientes, Misiones, Formosa e Chaco” (Decreto 379/2015).

O dilema sobre o que e como representar as memórias dolorosas do último período ditatorial na Argentina perpassa as opções expográficas do museu. A arte, como linguagem e expressão, aparece no museu como uma possibilidade de composição entre a cultura visual e os relatos memoriais. Busca, assim, imprimir no visitante reflexões que derivam menos do impacto emotivo e mais da necessidade de compreensão da mensagem, nem sempre explícita, no objeto museal. Nesse sentido, as obras artísticas que ocupam os dez espaços expográficos do museu remetem, ao mesmo tempo, para elas em si, como inscrições autorais e artísticas e para a memória dos processos de violência

⁴ Entrevista realizada por Maria Leticia Mazzucchi Ferreira no dia em 12 de junho de 2014, no Museo de La Memoria de Rosario. O arquivo de áudio desta entrevista constitui parte do acervo documental do Projeto “Museus de memória: a (in)comunicabilidade da dor e os limites do dizível”, financiado pelo CNPq e FAPERGS.

que transparece discursivamente em cada uma. As obras de artistas locais estão distribuídas interna e externamente ao prédio e compõem o acervo de longa duração do museu: *Memora*, de autoria do artista plástico Dante Taparelli, pela qual se pode ler atos de violência de Estado ao longo da história latino-americana; *Nos queda la palabra*, de autoria da equipe de profissionais do museu, pela qual se escutam relatos de sobreviventes, militantes e familiares de desaparecidos e vítimas da violência na Argentina; *Lectores*, obra dos artistas Federico Fernández Salaffia e Lucrecia Moras, na qual o livro passa a ser um vetor discursivo da memória e da ausência; *Reconstrucciones*, uma espécie de cartografia dos centros clandestinos de prisão e tortura na Argentina, com videoinstalação da artista Julieta Hanono; *Ronda-la ardiente paciencia*, obra de Daniel García, que alude às rondas das Mães da Praça de Maio, com áudio projetado por Hector De Benedictis; *Justicia Perseguirás*, em que se faz uma vídeo-projeção da trajetória de lutas pela verdade e justiça, elaborada por Pablo Romano; *Pilares de la Memoria*, com ideia do artista Dante Taparelli e desenho de dez colunas metálicas por Martín Gatto, sobre as quais estão inscritos os nomes de vítimas do terrorismo de Estado; *Entre Nosotros*, de autoria de Graciela Sacco, instalação feita com espelhos e placas acrílicas nas quais estão impressos olhares de pessoas e de animais, como evocação aos testemunhos; *Evidencias*, instalação feita pelo artista Norberto Puzzolo a partir de imagens cedidas pelas avós da Praça de Maio, na qual se evoca a constante busca de reconstituição de identidades de crianças que foram retiradas de suas famílias biológicas durante o período da ditadura militar, e cujos destinos, em parte, perderam-se nesse processo de violenta desconstrução da memória, mas vêm sendo recuperados pelas pesquisas genéticas e pela ação sistemática dos órgãos de Direitos Humanos no país. As exposições citadas têm catálogos? Eles devem aparecer como fontes consultadas ao final do texto.

O Centro Cultural e Museu da Memória (MUME), inaugurado em 10 de dezembro de 2007, está localizado na cidade de Montevidéu e é formalmente vinculado ao Departamento de Cultura da Intendência da capital uruguaia. Situado fora do eixo central da cidade, o museu ocupa um prédio que, no passado, foi propriedade do ditador Máximo Santos (1874-1889), um dos representantes do militarismo uruguaio do século XIX.

Conforme material de divulgação do local, o museu destina-se a recuperar a memória do terrorismo de Estado e da resistência à ditadura

vigente entre os anos 1973 e 1985. Como coordenador desde a fase de projeto da instituição, está o arquiteto Elbio Ferrario: uma das próprias vítimas da violência perpetrada pelo Estado contra a população civil.

No museu, são realizadas atividades artísticas, educativas, culturais e de pesquisa. A exposição de longa duração organiza-se em diferentes eixos temáticos: a instauração da ditadura militar; a resistência popular; as prisões e os centros clandestinos de detenção; o exílio; os desaparecidos; a recuperação democrática e a luta pela verdade e justiça; histórias inconclusas e novos desafios. O tema dos Direitos Humanos e a participação de associações organizadas de familiares de desaparecidos, sobreviventes, ex-prisioneiros e militantes conferem ao museu o caráter de um local voltado, mormente, a esses atores sociais e com imperioso dever cívico de memória.

Tal como no Museu da Memória de Rosário, os arquivos documentais do MUME vêm sendo consultados, principalmente, por pesquisadores e familiares de pessoas que sofreram violência de Estado no período em questão. Por sua vez, o acervo museológico provém, fundamentalmente, de doações feitas por familiares de desaparecidos e por ex-prisioneiros políticos. Os objetos que compõem o museu são de diferentes tipologias: desde documentos diversos, incluindo aqueles produzidos dentro dos cárceres, até registros de entrevistas orais e fotografias. Conforme afirma Ferrario (2008), na perspectiva museológica que rege as atividades no MUME, os objetos são entendidos como portadores de diferentes significados, como versões de múltiplas interpretações do passado, que caracterizam o museu, portanto, como um espaço potencial de conflitos e de reivindicações memoriais.

Evidências e Carteles de los desaparecidos: arte, fotografia e memória

A obra *Evidencias* faz parte do catálogo de exposições de longa duração do Museu da Memória de Rosário. Ela foi elaborada pelo artista plástico Norberto Puzzolo em resposta a uma demanda do museu para uma obra que tivesse, como tema organizador, o processo de apropriação e de assassinato de crianças durante a última ditadura militar na Argentina. O espaço de criação foi um pátio interno do edifício, que comporta uma claraboia pela qual a luz é filtrada ao entrar na peça, uma escadaria em mármore com seis degraus e uma fonte localizada no centro do lugar.



Figura 1

Fonte: Arquivo visual do Museu da Memória de Rosario.



Figura 2

Fonte: Arquivo visual do Museu da Memória de Rosario.

Conforme apresenta Chababo (2012), o projeto utilizou o espaço simulando uma praça pública, na qual se encontram corpos, vozes e olhares. Junto à associação Avós da Praça de Maio foram obtidas as fichas das crianças que ainda são procuradas pela organização e daquelas que já foram resgatadas ou cujo destino já é conhecido. A ideia de um quebra-cabeças, imagem associada à infância e às tramas da memória, tornou-se o suporte para exibir diversas amostras ao visitante. Nele, há em torno de quatrocentas fichas, algumas contendo nomes de pais biológicos vitimados pela ditadura, além de uma série de informações de crianças que, provavelmente, faleceram em partos realizados sob condições precárias nos cárceres. Nas fichas, no espaço destinado às fotografias das crianças, há um vazio extremamente eloquente.

Na parede oposta, há um conjunto de pouco mais de cem fichas, contendo o nome e a fotografia do rosto de uma criança ou de um jovem. Nessa sequência de imagens, as peças se encaixam, indicando que essas crianças (agora adultos) foram já identificadas e reencontraram suas

famílias biológicas. É uma obra inacabada, porém, com o trabalho do banco de dados genéticos, com as ações das Avós da Praça de Maio e com os órgãos dos Direitos Humanos, aumenta a possibilidade de identificação de crianças desaparecidas. Objetiva-se, pois, reparar, de alguma forma, a perversa prática de fragmentação de identidades e vidas levada a cabo pela última ditadura militar no país.

A exposição conta com uma gravação na qual, simulando a tomada de presença em uma sala de aula, são enunciados os nomes de cada uma das crianças desaparecidas.

No museu da memória de Montevidéu (MUME), algumas peças do acervo, dispostas em um pequeno espaço, chamam a atenção do olhar visitante: são dezenas de fotografias ampliadas e fixadas em hastes de madeira, suspensas por fios invisíveis. Essas peças são identificadas por uma legenda: *carteles de los desaparecidos* (cartazes dos desaparecidos). São fotografias de desaparecidos durante a última ditadura militar que assolou o país, cedidas ao museu por familiares e amigos e que representam a resistência da memória do ausente frente à ação do tempo e do esquecimento público.

Esses cartazes compõem o acervo de longa duração do museu, sendo, até o ano de 2014, retirados do seu espaço e de sua condição de objeto museológico, sobre o qual incidem todos os processos de conservação preventiva, todo dia 20 do mês de maio. Nesse dia, familiares de desaparecidos utilizam-nos para sua incursão nas ruas da cidade, na manifestação denominada *Marcha do silêncio*, que reivindica verdade e justiça e frente à qual os rostos estampados nos cartazes são, ao mesmo tempo, memória e denúncia.



Figura 3

Fonte: Acervo pessoal de Ana Paula Brito.

Fotografia, ausência e a memória irreparável

Na prosa poética de Jorge Luis Borges, as figuras bíblicas de Abel e Caim encontram-se após a morte⁵. Passados alguns momentos, o fraticida lembra-se do próprio crime, pedindo perdão ao irmão, que responde não saber do ocorrido. Assim, Caim constata que já foi perdoado, porque “esquecer é perdoar”. No conto infantil de C.S. Lewis *O sobrinho do mago*, os personagens encontram “o bosque entre dois mundos”, um lugar mágico onde quanto mais se fica, mais se esquece, até não saber quem se é; onde o tempo para e a eternidade torna-se apenas presente contínuo, morte completa. A pena de *damnatio memoriae*, infligida pelos romanos antigos a graves traidores do império, por sua vez, implicava o confisco das propriedades do condenado (já morto ou a ser) e a eliminação do seu nome e de sua figura de qualquer suporte que pudesse registrar sua existência. Na literatura, na arte, na história, portanto, o esquecimento é redenção ou tormento e a memória é castigo ou recompensa. Em ambas as situações, os suportes mantêm a lembrança sobre marcas e vestígios, em um lugar de resguardo para o passado.

É sobre vestígios que se está a pensar e que, neste texto, são tidos como equivalentes a marcas: o resultado de uma ação, intencional ou não, sobre um suporte que permanece para além do fato que registra. Esta é uma definição possível de aplicar à fotografia: um suporte para a memória. No entanto, não é bem claro como isso ocorre. Há de se perguntar se esse é um potencial da fotografia, se é uma condição que emerge ou se notifica em determinado evento, se vem a ser em decorrência de um contexto ou se constitui um elemento estruturante da imagem fotográfica. Em caso de que seja esse último, há de se perguntar se poderia ser uma característica geral de qualquer fotografia.

Os elos e os contornos que definem a experiência estética e sensorial que o visitante tem ao se encontrar com as duas exposições desta análise são uma possibilidade de resposta. Primeiro, percebe-se o fato do esquecimento que destitui de materialidade mesmo a vivência mais densa. Ilustra bem a cena imaginada por Borges de Abel e Caim, reencontrando-se no deserto, no vazio, no local onde tudo remonta à serenidade do desimportante e, de igual modo, à figura do bosque entre mundos. Esse lugar, o *nada*, é uma alegoria da ausência completa, um possível sentido, profundo e integral, do desaparecimento. No entanto,

⁵ BORGES, Jorge Luis. Lenda. Elogio da Sombra. *Obras Completas de Jorge Luis Borges*. São Paulo: Globo, 1999. v. 2.

mesmo sendo o desaparecimento a tragédia, conhecê-lo é a proteção que se tem sobre a maior penalidade: o desvanecimento conceitual, o nome retirado da pedra, os bustos desfeitos. É no sentido da permanência que ingressa a fotografia e, neste caso, o retrato.

De tal gênero fotográfico, fala-se sempre a partir de uma estética da representação que enuncia não somente o modo da imagem, mas também aquilo que Serén (1997, p.10) observou como a gramática técnica, estética e social de um discurso (visual) que se rodeia do simbólico, porque, nele, o sentido mais profundo é irrepresentável. O desaparecimento é de difícil representação, ainda mais na fotografia. A fotografia, como as imagens em geral, é mais eficiente em mostrar que em enunciar; em expressar que em descrever: essa é a sua fraqueza e, na mesma intensidade, a sua força, porque não o fazendo, instaura-se no espectador o estímulo pelo sensível, um apelo para a imaginação. Em um ambiente em que mesmo a imagem se explique (um retrato, enquanto presença referida de um ausente, não demanda outra explicação a não ser referi-lo), o conteúdo do sentimento não se estabelece na lógica de argumentos palpáveis e explicáveis. Neste, a fotografia passa a operar como um vetor que induz o pensamento pelas conexões que estabelece e pela excitação que o sentimento de realidade e de documentação produz na enervação da trama dos estímulos sensoriais (a palavra escrita, a voz, o ruído, a forma, a luz, a sombra).

Assim, todo retrato parece ser um depósito da pessoa que retrata. O retrato de alguém, portanto, dentro dessa lógica das aparências, faz saber que é possível imaginar aquele que ali está a partir de um grau de irrepresentabilidade, mas não nos permite, apenas pela imagem, saber de quem é (o que equivaleria a saber quem é).

Trata-se de um paradoxo que se conhece de muitos modos, a exemplo das quatro fotografias feitas em Auschwitz, de modo inimaginável, por membros do Sonderkommando, e sobre as quais Didi-Huberman (2004) devota sua análise. Essas imagens mostram pessoas sendo encaminhadas às câmaras de gás e foram tiradas, possivelmente, por prisioneiros em situação de perigo extremo, chegando à Resistência polonesa e divulgando-se a público apenas após o término da guerra. Da forma e nas condições em que foram feitas, são imagens débeis, que não dimensionam o horror do que acontecia. No presente, são exemplares do modo como pode a imagem fotográfica apresentar e surpreender, uma vez que sua potência não reside no que mostram, mas no fato de terem sido feitas. A dimensão do extermínio não era representável, mesmo que houvesse condições para que alguém fotografasse detalhes das câmaras, dos corpos empilhados,

das esqueléticas prisioneiras, totalmente despidas e empurradas para a *solução final*. Nesse caso, o testemunho que a fotografia fornece é raquítico se for considerada a quantidade e a qualidade da informação que consta na imagem. Não obstante, sabendo-se o que foi o Holocausto e a origem dessas fotografias, ocorre o seguinte fenômeno: sem representar e apresentando pouco, desvela-se o portal da imaginação. Assim, as fotografias são enviadas do tempo, certificadoras de fatos e coisas que perderam a sua materialidade, mas que podem, através das imagens, ser imaginadas. O *noema* de Barthes (1984) ainda aflige; “isto foi”. No entanto, tal condição não diminui o paradoxo inerente à fotografia: a sua mudez não recalca o efeito do ato de apresentação, que também lhe é próprio.

O que as situações analisadas, *Evidências* e *Carteles de los desaparecidos*, utilizam como veia pulsante de uma estrutura de estímulos relacionados, é o retrato fotográfico de vítimas de perseguições políticas, desaparecidas ou reaparecidas. Cada retrato é uma história e todas as histórias conectam-se pela condição que lhes foi impingida e, agora, pela monumentalidade que formam em conjunto. São duas realidades que merecem ser analisadas pelo que as aproxima e pelo que as particulariza. Em ambas, o detonador das significações é a ausência como resultado de perda. É pelo sentido de perda que se aciona a expressão imaginativa e o mergulho nas águas profundas de um sofrimento irreparável. Águas profundas e reprodutivas. Uma vez estabelecido o nexos primordial – a presença da imagem, a ausência do retratado –, os outros sentidos abundam vertiginosos pela contaminação dos recursos (o texto, a voz, o ruído, a forma, a luz, a sombra, como já dito). São infecções propagadas pelas imagens que se acumulam sem libertação possível. A angústia da irreversibilidade traduz-se na impossibilidade da reparação. As crianças e os seus pais não estão ali. Expostos em um suporte de sentido já determinado (as peças de um quebra-cabeça), eles não dizem nada sobre o que apresentam (as pessoas nas imagens) ou dizem pouco (uma criança e um casal adulto: filho e pais). Portanto, não há dramaticidade nesses retratos (alguns retratados até sorriem). A tragédia não se insurge nessas fotos, nem por elas, mas também não se constituiria tal como se constitui se outro suporte ou meio tivesse sido utilizado, em vez do retrato.

O local da exposição *Evidências* é um átrio sereno, simétrico e ordenado, uma área arquitetonicamente cenográfica pela luz filtrada e difusa que ingressa através da claraboia. O texto é sumário e a narração (a voz da professora chamando cada aluno pelo nome) é prosaica. Isoladamente, esses componentes não sugerem a macabra ocorrência das

violações às quais se referem no conjunto; assim como a metáfora, o sentido advém da concessão de adjetivos que um elemento faz a outro. A articulação é contínua, portanto, o espectador deve parar para perceber os sentidos; deve olhar, ler, escutar, aproximar-se e afastar-se das paredes que contêm os painéis. Deve movimentar-se num cemitério falsamente idílico de lápides com inscrições e fotos tumulares (ver essa cena é opcional ao visitante), deve enxergar as formas que as peças do quebra-cabeça formam. Se assim o fizer, sua recompensa será o tempo da lembrança, que é tão sua quanto o é da humanidade: a perda a todos pertence.

Os *Carteles de los desaparecidos* pertencem a outro âmbito expositivo, tão mais surpreendente quanto original. Colocados dentro de um museu, musealizaram-se como acervo (na atualidade, em definitivo), mas, ao longo dos anos, continuaram a servir ao fim para os quais foram feitos. Tiveram, pois, a oportunidade de pertencer a uma dupla circunstância: objeto de manifestação, resistência e memória, quando saíam às ruas; peça museológica, quando se circunscreviam ao espaço do museu. Embora não fossem realidades discordantes, a princípio, as circunstâncias favoreceram um lado. A cada retorno ao museu, intensificou-se o sentido simbólico dos cartazes, que, progressivamente, passaram a significar não o objeto da reivindicação (a localização dos entes desaparecidos), mas o fato integral do desaparecimento, da repressão e da violência do Estado ditatorial. E, ainda, as reproduções que agora voltam às ruas no dia 20 de maio, poupando os originais da inevitável degradação que o uso lhes impingia, intensificam a sua condição de acervo, assegurando-se de valor histórico. Indo às ruas, os cartazes substitutos adensam o processo de significação que resguarda aqueles que lhes deram origem. São apenas retratos. No entanto, na exiguidade de sua existência, sem eles, não se poderia ver os rostos que não existem mais e também, conseqüentemente, não se poderia ter noção sobre a perda.

Em ambos os casos, esses retratos estão sujeitos a dois vetores que operam o processo de musealização. O primeiro é a singularidade. No retrato evidencia-se a identidade, ainda mais quando o retratado não é ilustre. A identidade do sujeito, decorrência da unicidade que não se subjugava ao desconhecimento, é o vetor de impacto que faz saber que aquela imagem refere um ser real. Portanto, sendo ou não exemplar único, o retrato é, via de regra, o conteúdo da imagem: é único. O segundo vetor é a representatividade. O objeto museológico representa um período, um saber, uma expressão de cultura. Pelo objeto, há a possibilidade de *remontar-se* um tempo (de origem e de uso funcional), de supor os modos do existir suplantados ou transformados. Os objetos

de museus funcionam como pistas, como documentos, como vestígios etc., sugerindo a investigação e a verificação. Os retratos são objetos dóceis no processo de musealização, mas estes retratos em si operam no conjunto. Assim, não se envolve docilidade e sujeição, mas persuasão.

O conjunto, nele mesmo, significa. Quem perde, sofre a dor solitária, mas esse tipo de perda tem um sentido coletivo. Aquele que foi perdido é a história do ser, mas o contexto da perda é a história da nação. Portanto, a narrativa dessas exposições e desses acervos musealizados é sempre narrativa de contexto, ainda que a história individual não se dilua. A fotografia de um desaparecido produz reflexão e pode sensibilizar determinado espectador; as fotos de muitos desaparecidos, colocadas lado a lado, impactam quantos estiverem frente a elas. É uma relação dimensional que participa de um princípio de referência para o espectador: identificar-se com o singular ou imaginar-se no plural. Mais fácil, o segundo.

No conjunto, sem nada representar, a fotografia acusa. A conjunção dessas imagens, seja qual for o suporte que lhes deem, evoca a cena de um cemitério com os esquifes abertos. Não vem a ser esta uma propriedade do retrato, mas um resultado do contexto e que não se inscreve apenas nas aparências, mas no sentido das relações entre as coisas. As coisas são o espaço, a palavra, a finalidade dos museus (que, na sua forma, cumprem a missão de ser museus *dos* ou *para* os direitos humanos), a sua representatividade, o seu discurso e o público. Há de se ter em conta que, em um museu, o público é um agente da exposição, que pode, e consequentemente, ressignificá-la. Retratos de desaparecidos contêm um elemento adicional no sentido da singularidade: a tragédia. Talvez por essa razão suscitem a encenação, ou seja, a justaposição de recursos que, recorrentemente, constituem o fato expositivo: a cenografia, o arranjo espacial, a teatralização e a narrativa metafórica. Assim, são um apelo aos sentimentos dos espectadores. A experiência estética vem precedida pela tragédia intuída, sensação de dor irreparável. O sentimento dos muitos rostos registrados pela fotografia estimula-se pelo desterro e pelo desaparecimento. Esperável que isso aconteça em um museu, porque esses retratos são gemidos da memória, que atravessam os tempos como cicatrizes, que não podem desaparecer enquanto existir o corpo que as carrega.

Considerações finais

A imagem fotográfica pode ser abordada como o resultado de uma ação intencional: fixar o momento, torná-lo permanente frente à impermanência do curso da vida. Associando a intenção do fotografado, o olhar de quem fotografa e a leitura interpretativa de quem observa, a

imagem fotográfica é um suporte memorial, uma evidência do passado e, simbolicamente, a presença do ausente.

A fotografia, como peça de acervo pessoal ou coletivo, tem uma visibilidade e expressividade que lhe é concedida pelo contexto no qual se encontra e mobiliza, pela percepção do mundo que podemos ter a partir dela, pelas emoções e pelos sentimentos que se articulam a partir da memória visual. Uma fotografia num cartaz pode ser a grande denúncia da violência e transgressão dos Direitos Humanos, percebida e interpretada a partir das referências da violência dos processos políticos que a memória identifica. Esse reconhecimento, indicador da *memória feliz*⁶ abordada por Ricoeur (2007), possibilita que um olhar, um retrato fotográfico, uma cena prosaica da vida cotidiana, transformem-se em percepções de um passado doloroso.

A musealização da dor, nessa abordagem, busca fazer, a partir de uma memória íntima e individual, outra coletiva na perspectiva do compartilhamento metamemorial. Essa patrimonialização através do ingresso de objetos, de relatos e de outros materiais como acervo museológico, pressupõe um trabalho do luto, um tempo para reinventar o sentido da vida, uma outra maneira de dizer o que está no campo do indizível.

A transmissão, ponto de partida e objeto da ação patrimonial, quando se refere a essa herança da violência e da transgressão dos Direitos Humanos, é a estratégia levada a termo pelas ações museológicas. Por meio dela, permite-se repassar às gerações futuras a capacidade de reconhecer o passado não apenas como uma dívida para com aqueles que vivenciaram o sofrimento, mas também como uma pedagogia para a vida presente com as inúmeras violências aos quais estão submetidas nossas sociedades.

Referências

- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BORGES, Jorge Luis. Lenda. Elogio da Sombra. *Obras Completas de Jorge Luis Borges*. São Paulo: Globo, 1999. v. 2.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CATELA, Ludmila S. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.
- CHABABO, Rubén. *Norberto Púzzolo: antes y después del naufragio-Catálogo de la muestra Evidencias*. Rosario: Museo de la Memoria, 2012.

⁶ Conforme Paul Ricoeur, *memória feliz* seria “o reconhecimento de uma coisa lembrada, percebido como uma vitória sobre o esquecimento”, logo “é preciso nomear o esquecimento para falar em reconhecimento”. Assim, “encontrar é reencontrar, e reencontrar é reconhecer, e reconhecer é aprovar, logo, julgar que a coisa reencontrada é exatamente a mesma que a coisa buscada e, portanto, posteriormente considerada como esquecida (2007, p. 110).

- DAVALLON Jean. *Le musée est-il vraiment un média?* Publics et Musées. N^o 2. Presses Universitaires de Lyon, 1992. p. 99-123.
- DEBARY, Octave; ROUSTAN, Mélanie. *Voyage au musée du Quai Branly*. Anthropologie de la visite du plateau des collections. Paris: La Documentation Française, 2012.
- DIDI-HUBERMAN, George. *Imágenes pese a todo: Memoria Visual del Holocausto*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2004.
- FERRARIO, Elbio. Da luta pela liberdade, democracia e justiça social. In: BEZERRA, Rafael Zamorano; CHAGAS, Mário; BENCHETRIT, Sarah. (Org.). *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. v. 1, p. 53-70.
- FLEURY, Béatrice; WALTER, Jacques. *Memorias de la piedra*-Ensayos en torno a lugares de detención y massacre. Buenos Aires: Ejercitar la memoria Editores, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1991.
- HUYSSSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido*. Cultura y memoria en tiempos de globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economía, 2007.
- LEWIS, C. S. *As crônicas de Nárnia*. O sobrinho do mago. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1.
- MARCHESI, Aldo. Tupamaros et dictatures. *Vingtième Siècle – Revue d’histoire*, n. 105, p. 57-69, 2010.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguay (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Tomo I.
- RANCIÈRE, Jacques. *Estética e Política*. A Partilha do Sensível. Porto: Dafne, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- RUSSIO, W. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, M. C. O. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v. 1, p. 123-126.
- SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. *Políticas culturales*, México, n. 31, enero 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422009000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2015.
- SERÉN, Maria do Carmo (Introd.). *Murmúrios do tempo*. 2. ed. Porto: CPF, 2002.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- VIOLI, Patrizia. Quand l’art rencontre la mémoire. Le musée pour la Mémoire d’Ustica par Christian Boltanski. *Actes Sémiotiques*, n. 118, 2015. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/5370>>. Acesso em: 10 maio 2015.

Fontes

- Decreto 379/2015 de 5/3/2015 de la Presidencia de La Nación.
- *Museo de la Memoria*. Disponível em: <<http://www.museodelamemoria.gob.ar/page/institucional/>>.
- Ordenanza n^o 6.506 de 26/02/1998 da Municipalidade de Rosario.

A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet*

*The radical right in Portugal:
from the Carnation Revolution to the internet age*

*La derecha radical en Portugal:
de la Revolución de los Claveles hasta la era de internet*

Fábio Chang de Almeida**

Resumo: O presente artigo busca revisitar o desenvolvimento da direita radical em Portugal, desde a queda do regime autoritário (1974) até a era da internet, com ênfase no período entre os anos de 1984 e 2012. A análise abordou dois eixos fundamentais: a criação de organizações culturais e políticas de direita radical e a organização de grupos violentos de conotação racista e xenofóbica.

Palavras-chave: direita radical; extrema direita; Portugal.

Abstract: This paper analyzes the development of the radical right in Portugal, since the fall of the authoritarian regime (1974) until the internet age, with emphasis on the period from 1984 until 2012. The research emphasizes two main aspects: the creation of radical right cultural and political organizations; and the organization of violent racist and xenophobic groups.

Keywords: radical right; extreme right; Portugal.

Resumen: Este artículo pretende revisar el desarrollo de la derecha radical en Portugal desde la caída del régimen autoritario (1974) hasta la era de internet, centrándose en el período de 1984 hasta 2012. El análisis aborda dos ejes fundamentales: la creación de organizaciones políticas y culturales de derecha radical e la organización de grupos violentos racistas y xenófobos.

Palabras clave: derecha radical; extrema derecha; Portugal.

*Este trabalho é um resultado do financiamento do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDEE/CAPES).

**Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com estágio (*Junior Visiting Fellow*) junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL). Professor de História na rede municipal de ensino de Porto Alegre (SMED-POA). <changbrasil@gmail.com>.

Uma nova direita?

Michael Minkenberg propõe um conceito para a expressão “radicalismo de direita” (ou direita radical), segundo o qual o termo define uma ideologia política ou tendência baseada em ideias ultranacionalistas direcionadas contra a democracia liberal. O núcleo ultranacionalista do pensamento de direita radical consiste na construção de uma filiação nacional onde critérios étnicos, culturais ou religiosos específicos, de inclusão ou exclusão, são acentuados e condensados em ideias de homogeneidade coletiva, e normalmente ligados a modelos políticos autoritários. Pode-se considerar a “extrema-direita” como sendo um subgrupo da direita radical. Conforme Minkenberg, a diferença da expressão “radicalismo de direita” para o termo “extremismo de direita” consiste no fato de que este inclui, necessariamente, o elemento anti-constitucional: o extremista de direita posiciona-se contra a ordem constitucional democrática, apelando mais para a violência do que para a militância político-partidária. Nesta subcategoria são incluídos os grupos violentos estruturados de maneira autônoma ou em redes e ligados a determinadas subculturas¹ (MINKENBERG, 2011, p. 38-40).

O número de incidentes violentos relacionados à extrema-direita vem crescendo na Europa desde os anos 1990 (LANGENBACHER; SCHELLENBERG, 2011, p. 11-25). Ao mesmo tempo, os grupos extremistas ganharam uma importante ferramenta de divulgação com a popularização da internet. Na última década, a rede mundial de computadores configurou-se como o principal meio de comunicação da direita radical. Ferramentas mais simples para a criação de *sites* foram disponibilizadas, aumentando drasticamente o número de pessoas que se aventuram na construção de páginas na internet (ALMEIDA, 2011b, p. 9-30). Dessa forma, grupos e indivíduos ligados ao radicalismo de direita utilizam os recursos da internet para construir uma organizada rede de comunicação: *blogs*, páginas em redes sociais, canais em *sites* de compartilhamento de vídeos e fotos, enciclopédias *online* e outros recursos se interligam formando a teia virtual da nova direita radical (ALMEIDA; CALDEIRA NETO, 2012).

¹ Uma subcultura pode ser entendida como um conjunto de crenças, práticas culturais e estilos que diferenciam um grupo de indivíduos de uma coletividade cultural maior, à qual pertencem. O conceito de subcultura foi desenvolvido a partir dos anos 1970, para caracterizar as manifestações culturais juvenis surgidas após a Segunda Guerra, tais como aquelas representadas pelos *rockers*, *mods*, *teddy boys*, *punks*, *hippies* e *skinheads*. Na concepção de Hebdige, as subculturas são formas de resistência que expressam uma tensão fundamental entre os detentores do poder e os indivíduos subordinados de “segunda classe”. Ver: Hebdige, 1991, p. 132-133.

Conforme Roger Griffin, essa nova direita radical², quando comparada com o radicalismo de direita tradicional, caracteriza-se por uma série de modificações (ideológicas, organizacionais e táticas) que são profundas o suficiente para caracterizarem um novo gênero político. Um exemplo de modificação ideológica reside no fato da nova direita radical caracterizar-se mais pela “islamobobia” do que pelo antisemitismo. A geração anterior não dava tanta ênfase à questão islâmica. A discriminação contra os muçulmanos era apenas mais uma dimensão da xenofobia, não merecendo ser considerada como uma característica básica da direita radical, mas sim uma componente do discurso anti-imigração. Todavia, especialmente após o 11 de setembro de 2001, a “ameaça islâmica” tornou-se um assunto prioritário dentro do discurso da direita radical europeia e a defesa contra a *islamização* virou ponto principal de seu ideário político (ZÚQUETE, 2011, p. 654).

A esta nova configuração da direita radical, Roger Griffin chama de □direita grupuscular□³ Trata-se de um conjunto de pequenas entidades políticas, geralmente com poucos membros, pouca visibilidade e escasso (ou inexistente) apoio público. Apesar disso, a direita grupuscular adquire importância através da facilidade com que suas organizações conseguem criar redes e se associar com outros pequenos grupos. Tais grupos são suficientemente alinhados tática e ideologicamente para complementar as atividades uns dos outros (GRIFFIN, 2003, p. 29-30). A importância da direita radical grupuscular não deve ser medida em função do seu potencial para arrematar uma massa de seguidores e se tornar uma força eleitoral ou revolucionária, mas sim pela capacidade de se alinhar com outros grupos e formar uma rede coesa, além de eventuais participações em episódios violentos.

A direita radical portuguesa após a Revolução dos Cravos

Portugal nunca possuiu um partido político verdadeiramente fascista. Dentre todos os grupos e grupelhos que a direita radical conseguiu criar durante o regime de Salazar, o Movimento Nacional-Sindicalista (N/S) de Rolão Preto configurou a expressão mais significativa de um movimento fascista em Portugal (PINTO, 1994, p. 16). Foi através do N/S que Portugal testemunhou o conjunto orquestrado de propaganda, uniformes, desfiles paramilitares, canções nacionalistas, ritualização do

² Roger Griffin prefere utilizar a expressão “extrema direita” ao invés de “direita radical”.

³ Não sendo, entretanto, a islamofobia uma característica apenas da direita grupuscular, mas da nova direita radical europeia em geral.

culto ao líder e os confrontos de rua, típicos dos movimentos fascistas dos anos 1920 e 30 (PINTO, 2010, p. 46). Para além do Nacional Sindicalismo, a direita radical portuguesa ocupou uma posição política periférica durante o Estado Novo. Suas principais organizações ocorreram nos meios universitários de Coimbra, Lisboa e Porto (MARCHI, 2009a, p. 109-110; 2009b; e 2009c).

Após a Revolução dos Cravos em 1974 e a queda do regime autoritário, a direita radical portuguesa buscou rearticulação através de diversas organizações. De acordo com Riccardo Marchi, a reação da direita pode ser dividida em três subperíodos, entre 1974 e 1980. Uma primeira fase, delimitada entre 25 de abril de 1974 e 11 de março de 1975, é caracterizada pela tentativa da direita radical de criar partidos políticos. A segunda fase, delimitada entre 11 de março e 25 de novembro de 1975, (período entre duas fracassadas intencões), é caracterizada pela passagem da direita radical (aqui já como extrema-direita) à clandestinidade, pela utilização do terrorismo e pelo apoio às revoltas anticomunistas no norte de Portugal. A terceira fase é iniciada em 25 de novembro de 1975, sendo caracterizada pela retomada das ambições eleitorais da direita radical, que serão frustradas nas eleições legislativas de outubro de 1980 (MARCHI, 2012a, p. 168-169).

Inicialmente, no imediato pós-Revolução, houve a tentativa fracassada de criação de partidos políticos que reunissem as forças de direita ainda ativas e dispostas a uma reação. Embora fracassadas, tais tentativas constituíram a resposta mais imediata da direita após a Revolução dos Cravos. Com o insucesso da primeira fase, foram criados grupos clandestinos visando o combate direto às organizações de esquerda. Ações de guerrilha, bloqueios de estradas e atentados terroristas eram algumas das táticas utilizadas pelos grupos extremistas de direita do período. Em função disso, foi cunhada a expressão “verão quente de 1975”, em referência ao grande número de ataques à bomba perpetrados por tais grupos. Uma das principais organizações de extrema direita dessa fase foi o Plano Maria da Fonte. Criada por Valdemar Paradela de Abreu, o Maria da Fonte procurava aproveitar a estrutura logística da Igreja Católica em Portugal para “combater os comunistas”. Possuía seu epicentro na diocese bracarense, mas estendeu-se a seis dioceses. Muitas das ações terroristas de 1975 foram reivindicadas pelo Movimento Maria da Fonte. Considera-se que a organização tenha sido responsável por mais de cem ataques a sedes do PCP e outras instituições ligadas à esquerda (ALMEIDA, 2012, p. 199).

O Exército de Libertação Português (ELP) foi outra importante organização do período. Possuía ligações com os Comitês de Defesa da Civilização Ocidental (CODECOs). O ELP possuía membros militares e civis, e era comandado por Barbieri Cardoso, ex-subdiretor da PIDE/DGS.⁴ O ELP era treinado no norte de Portugal e na Espanha, sob a convivência do regime de Franco. O grupo teve suas lideranças identificadas e passou a sofrer repressão do Estado em 1975. Muitos de seus membros foram detidos e a organização perdeu força (ALMEIDA, 2012, p. 198). Muitas vezes o ELP atuou de maneira orquestrada com o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), liderado pelo exilado general António Spínola, a partir da Espanha e do Brasil. A associação do ELP com o MDLP gerou uma onda de violência terrorista contra alvos relacionados à esquerda política de Portugal. Em 21 de julho de 1975, tiveram início os ataques contra sedes do PCP, MDP, e outros partidos e organizações da esquerda portuguesa. Apesar de dissolvido o MDLP em 1976, há indícios de participação de ex-membros da organização no atentado terrorista que matou o primeiro ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da defesa, Adelino Amaro da Costa, em 1980 (RATTNER, 2006).

Após a repressão e conseqüente diminuição e encerramento das atividades terroristas, a direita radical buscou novas formas de organização. Entre 1976 e 1980, foram criadas diversas organizações políticas e culturais de direita radical em Portugal. Não é objetivo deste artigo listar todas estas organizações, mas alguns destaques podem ser feitos.⁵ No âmbito da política partidária, foram três organizações principais de direita radical⁶ a atuar nesse período: o Partido da Democracia Cristã (PDC), a Frente Nacional (FN), de existência quase insignificante, e o Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN). Este, fundado em 1977 pelo prestigiado General Kaúlza Oliveira de Arriaga⁷, direcionou sua propaganda para o público jovem, buscando atingir parte da militância nacionalista que naquele momento não se via estimulada pela ala mais velha da direita

⁴ Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia política do Estado Novo português.

⁵ Para uma análise mais detalhada do período, ver: Marchi, 2012a.

⁶ Muitos dos membros da direita radical entrariam na militância política através de partidos da direita tradicional, como o Partido Popular Democrático (PPD) e o Centro Democrático Social (CDS). O aporte de parte da direita radical portuguesa contribuiu para o sucesso eleitoral da coalizão anti-socialista Aliança Democrática, formada em 1979 pelo CDS, Partido Social-Democrata e Partido Popular Monárquico (PPM) (MARCHI, 2010, p. 50).

⁷ Sob o regime salazarista, Arriaga havia sido uma figura de destaque, comandante das Forças Terrestres em Moçambique durante a Guerra do Ultramar.

radical (MARCHI, 2012b, p. 101). Nas eleições de 1980, o MIRN participou de uma coalizão batizada Direita Unida (DU), juntamente com outras pequenas organizações posicionadas na direita mais radical do espectro político português daquele momento. A DU era formada pelo MIRN (renomeado então como Partido da Direita Portuguesa); PDC e Frente Nacional.⁸

Dentre os órgãos de “imprensa militante” pode-se destacar o surgimento do semanário *A Rua* (MARCHI, 2012a) e da revista *Futuro Presente*, esta editada por Jaime Nogueira Pinto, e fortemente influenciada pela *Nouvelle Droite* de Alain de Benoist. A *Futuro Presente* foi pioneira em Portugal no sentido de buscar uma renovação na ideologia e no vocabulário da direita radical, transformando-se no movimento mais importante, em termos culturais, da direita radical após o período autoritário. (MARCHI, 2012b, p. 102-103).

Uma figura destacada do período foi António da Cruz Rodrigues, fundador do Círculo de Estudos Sociais Vector (CESV), ainda em 1970. Organizado por Cruz Rodrigues e outros católicos conservadores, o CESV surgiu como reação às mudanças resultantes do Concílio Vaticano II. Os idealizadores do CESV organizaram-se em torno da *Revista Resistência*, cujo primeiro número data de julho de 1968. A maior inspiração para a criação do CESV veio do *Office International des Oeuvres d'Action Civique Selon le Droit Naturel et Chrétien*, também conhecida como *Cité Catholique*, organização anticomunista francesa criada em 1946 por Jean Ousset, um ex-integrante da *Action Française*, que fora secretário particular de Charles Maurras.⁹ Após a Revolução dos Cravos, durante os meses do PREC¹⁰, o CESV orientou-se essencialmente para o combate ao comunismo e ao *progressismo* católico, este considerado esquerdista por “excesso de benevolência, de estupidéz ou de ingenuidade” (RODRIGUES, 2006-2). De acordo com António da Cruz Rodrigues,

A atitude de muitos de nós, a partir do 25 de Abril, não podia, por isso, deixar de ser de resistência muito activa, fundamentalmente e decididamente contra a ameaça que de imediato se revelara e

⁸ Os resultados eleitorais da coligação foram insignificantes (23.819 votos, o que configurou 0,4% do total), tendo o MIRN sido extinto em 1984. Dentre todos os partidos políticos que conseguiram reunir parte da militância da direita radical, o único que manteve-se ativo por mais tempo foi o PDC, que conseguiu 0,69% dos votos em 1983 (39.180 votos), 0,72% em 1985 (41.831 votos) e 0,56% (31.667 votos) em 1987 (MARCHI, 2012b, p. 102).

⁹ Sobre a *Cité Catholique*, ver: Scirica, 2007, p. 119-135.

¹⁰ “Processo Revolucionário em Curso”.

pusera em marcha contra Portugal: a ameaça do comunismo internacional, totalitário e ateu, representada e expressa pelo PCP (...) (RODRIGUES, 2006-2). (...) O PCP só compreendia a força, só tremia diante da resistência activa, e essa foi-lhe oferecida, sem temor nem hesitações, pelas grandes massas de católicos e simpatizantes católicos, militantemente anti-comunistas, educados nos quarenta anos anteriores pela Igreja e pelo Estado. (RODRIGUES, 2006-3)

Após as eleições de 1975, quando o PCP obteve uma votação muito abaixo das projeções que assustavam o imaginário da direita radical, o Vector mudou sua estratégia política, buscando infiltração nos meios acadêmicos. Muitos professores universitários ligados ao regime autoritário haviam sido afastados de suas funções após o 25 de Abril de 1974. Reunindo alguns desses *saneados*¹¹, o CESV criou em 1977 a Universidade Livre, uma alternativa educacional para o ensino público, que a direita radical considerava contaminado pela ideologia marxista. A Universidade Livre, que viria a possuir sedes em Lisboa e no Porto, configurou-se mesmo como instituição pioneira no Ensino Superior privado em Portugal. Antes dela, todas as universidades do país eram administradas pelo Estado (DAMÁSIO, 2007). A Universidade Livre funcionou até 1987, quando encerrou suas atividades em função de problemas financeiros e judiciais. Após o fechamento da Universidade Livre, António Cruz Rodrigues e outros personagens ligados ao Vector decidiram criar em 1989, centenário de nascimento de Salazar, um centro de estudos em sua homenagem. Dessa forma surgiu o Núcleo de Estudos Oliveira Salazar (NEOS).

Os anos 80 também testemunharam o surgimento de novos personagens no panorama da direita radical portuguesa. Uma das organizações mais importantes nesse sentido foi o Movimento de Ação Nacional (MAN). As articulações que dariam origem ao MAN remontam ao ano de 1984, quando foi lançada a revista *Vanguarda Nacional*. Sob direção de Pedro Miguel Correia e de propriedade de José Luís Paulo Henriques, a revista caracterizava-se por uma ideologia de direita radical revolucionária, crítica do regime movido por *homens corruptos e sem princípios ético-políticos* (O homem novo. *Vanguarda*

¹¹ A Junta de Salvação Nacional afastou muitos professores universitários, em vários casos de forma sumária e sem embasamento legal. Isso fez com que alguns membros da Comissão de Saneamento do Ministério da Educação pedissem demissão, em protesto. Em outros casos, os estudantes, mesmo sem o aval da Comissão, impediram a entrada nas Universidades dos professores e funcionários considerados suspeitos de colaboração com a polícia política. Ver: Pinto, 2006, p. 47-49.

Nacional, n. 3, set.-out. 1984, p. 2). O editorial do primeiro número da revista fazia referência aos tempos do Império Ultramarino, falando com saudosismo de uma Pátria que “*irmanava de todas as raças e harmonizava culturas e credos*”. (A nossa filosofia. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio 1984, p. 2). Porém, no mesmo número da revista, um artigo reclamava a falta de um “*espírito europeu*” que permitiria manter os povos europeus intactos.¹²

Em 1985, José Luís Paulo Henriques, Vítor Santos, Manuel Andrade, Alexandre Freire e Paulo Sequeira fundaram a Associação Cultural Acção Nacional, em seguida rebatizada como Movimento de Acção Nacional. Foi um passo decisivo para organizar politicamente o grupo reunido em torno da revista *Vanguarda Nacional*. Descontente com o regime político implementado em Portugal após a Revolução dos Cravos, o grupo apresentava-se como uma alternativa à “*falácia democrática*” em nome das “*aspirações do povo e da Nação*”. Seus fundadores, todos jovens, pregavam uma luta contra a “*partidocracia*” comandada por “*canalhas e traidores*” e associada à injustiça, corrupção, e miséria. (HENRIQUES, 1986, p. 2). O MAN apresentava-se como uma “*terceira atitude*” em oposição ao capitalismo e ao socialismo.¹³ O grupo definia-se como um “*movimento cultural e político, de caráter nacionalista, revolucionário e popular*”. Assim era definido, em um manifesto de 1985, este “*nacionalismo popular revolucionário*” pregado pelo movimento:

Um Nacionalismo Popular, porque assente num Povo inteiro e não numa parcela ou numa classe ou na utópica igualdade. Um Nacionalismo Revolucionário, porque indissolúvel do mandato e da continuidade históricos e não dependente de maiorias momentâneas, de minorias desenraizadas, de votos instáveis, de individualismos interesseiros, de particularismos desinseridos. (Pontos Programáticos do Movimento de Acção Nacional)

Afirmavam-se contra o Estado de Direito, por isso não teriam aspirações político-partidárias (PEIXOTO, 1989, p. 21): “*Não somos embrião de qualquer partido político*.” (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1). Visto que não mostravam interesse em

¹² “O caos geral, a ausência de paz e de amor (...) são também (...) o alvo da guerra psicológica dos grandes banqueiros contra a Europa e a raça branca. (...) Falta-nos um “*espírito europeu*” □ O espírito e as esperanças que permitem manter os povos europeus intactos.” (ERLACH, 1984, p. 9).

¹³ “O Movimento de Acção Nacional é uma organização caracterizada por uma Terceira Atitude que se coloca em total oposição ao Capitalismo e aos Socialismos “*de esquerda*” □ (Acção, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 3).

participar de eleições, no imaginário do MAN o poder seria conquistado, algum dia, pela via revolucionária. “*Queremos o poder todo*”, afirmava seu presidente Luís Paulo Henriques, então com 26 anos, em entrevista de 1989 (PEIXOTO, 1989, p. 21). Uma vez atingido o poder, o modelo de governo pregado pelo movimento assemelhava-se ao corporativismo salazarista. Um governo formado pelos “*mais competentes*” e onde a participação popular seria efetivada através dos sindicatos e das “*organizações populares de base*.” Por Salazar, o MAN nutria admiração e saudosismo. Em texto alusivo ao sexagésimo aniversário do Golpe de 28 de Maio de 1926, fica evidente o culto à figura do ex-ditador:

... SALAZAR. Só à simples menção do seu nome, um vivo frémito de emoção nos assalta, pois que, graças a ele — e sobretudo a ele — é que nós já hoje nos podemos gabar — com toda a honra, com todo o orgulho e sem nenhum proveito — de ter pertencido à era do combate e não à do debate; à idade do duelo e não à do diálogo; à geração da guerra e não à do cessar-fogo. (EMÍLIO, 1986, p. 1)

Durante os primeiros três anos desde sua fundação (1985-1987), o movimento limitou-se a algumas atividades isoladas, como a distribuição de panfletos e colagem de cartazes, principalmente na cidade de Amadora (MARCHI, 2010, p. 51-52). Também nesse período inicial, o MAN lançou sua primeira publicação oficial, o jornal *Acção* (1986), um “*jornal nacionalista de combate ao sistema*”¹⁴ O discurso do MAN, através do seu jornal oficial, era especialmente dirigido ao público jovem. Seria no “*corpo e no espírito da gente moça*” que residiria a esperança da restauração autoritária:

Nos é certo que pouco ou nada pudemos contra o 25 de Abril; mas o 25 de Abril também nada pôde nem poderá contra nós. Enganaram-se os que dizem, pois, que a Revolução Nacional dorme em paz. Não dorme tal. Não. Ainda mexe. Mais: prepara-se para palpar de novo, e de vez, no ânimo, no corpo e no espírito da generalidade da gente moça. (EMÍLIO, 1986, p. 2)

O MAN apelava à tomada de uma postura ofensiva e reacionária daqueles descontentes com a democracia portuguesa. Em meio a ilustrações utilizando a iconografia da cruz celta, os textos do *Acção*

¹⁴ Frase presente ao lado do título do jornal.

descreviam um panorama político desolador e caótico: Portugal atravessava □ *tempos decadentes e envelhecidos*. □ (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1). Os artigos do jornal condenavam duramente a posição de □ *índiferença, apatia ou passividade* □ diante desse cenário político pessimista e buscavam incentivar um alinhamento ideológico e ações anti-sistêmicas:

Impunemente, os políticos corruptos e corruptores continuam o saque à Nação. Não se vislumbra, nos tempos mais próximos, uma alternativa real, porque o problema não se resolve por meio do voto. No entanto, existem sinais de reação e um erguer de cabeça, por parte dos que se negam a tornar-se cúmplices deste sistema e a pactuar com este regime. Para lá dos instalados e dos acomodaticios, perfilam-se os jovens e muitos outros patriotas, que desejam passar à ofensiva, absolutamente necessária e justa, tendo sempre em mente o futuro de Portugal. (...) Por todo o país, pequenos grupos acordam para a luta política (...). O nosso pensamento, que implica um espírito de acção (...) tornar-se-á o meio mais eficaz para servir aquilo em que acreditamos, o que o povo português, mesmo que obscura ou intuitivamente, deseja, a saída do poço onde todos estamos afundados. (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1)

Em contraposição ao cenário de caos que caracterizaria o presente de Portugal, o MAN buscava referências em um passado mítico glorioso, cuja herança deveria ser defendida e preservada.¹⁵ O povo português, ameaçado, era caracterizado como descendente das antigas civilizações europeias e elemento de vital importância para a evolução da humanidade em função das Grandes Navegações.¹⁶ Os textos do jornal do Movimento de Acção Nacional imaginavam a nação como homogênea em termos culturais e raciais. A identidade da nação portuguesa estaria diretamente vinculada aos valores e tradições de seu povo, que na construção discursiva do MAN, seria um povo branco e homogêneo. A influência de outras “raças” na construção da identidade nacional não era considerada:

¹⁵ □ *Organizamo-nos para defender o que resta desta Nação gloriosa*. □ (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1).

¹⁶ □ *O nosso povo, que tem uma história bem definida há mais de oito séculos e que se lançou na prodigiosa epopeia dos Descobrimentos, que foi de vital importância para a evolução da humanidade, teve as suas origens nas antigas civilizações europeias, e por isso não pode desaparecer*. □ (TAVEIRA, 1986, p. 1).

Qualquer país, esteja ele situado onde estiver, é constituído por uma população que representa uma própria cultura, uma raça e todo um conjunto de valores que constituem a Nação (...) um povo com características específicas e com uma cultura e tradições completamente distintas de todos os outros. É no conceito de raça, que reside a causa determinante das diferentes culturas humanas. Consequentemente, toda a cultura duma nação é o produto do povo que a ergueu. (TAVEIRA, 1986, p. 1)

Os textos do MAN davam muita ênfase ao suposto elemento racial na formação da cultura nacional. Tendo por princípio verdadeiro o mito da homogeneidade racial portuguesa, consequentemente é pregada a defesa da população contra a contaminação estrangeira, pois *“para manter preservada a nação, é preciso preservar o povo”* (TAVEIRA, 1986, p. 1):

(...) de alguns anos a esta parte, têm aumentado gradualmente e assustadoramente as populações africanas e asiáticas no nosso país. Estas crescentes situações promovidas pelas populações alienígenas põem Portugal em perigo, no que respeita à sua manutenção como país de brancos. (TAVEIRA, 1986, p. 1)

O MAN foi pioneiro no rompimento com o paradigma nacionalista universalista, introduzindo em Portugal o discurso exclusivista do nacionalismo etnocêntrico (COSTA, 2011, p. 772). O discurso típico do Estado Novo, que caracterizava Portugal como um grande império multirracial, é substituído pelos argumentos racistas. Tratou-se de uma radicalização do discurso, em comparação com a fase da revista *Vanguarda Nacional*. Se naquele momento ainda se falava em harmonia de *“raças, culturas e credos”*, agora o paradigma é racialista. Supostamente, os portugueses teriam sido sempre brancos¹⁷ e tal status definiria a pureza biológica da Nação.¹⁸ No discurso do MAN, a identidade nacional do povo português estaria ligada de maneira natural com a *“pureza da raça”*. De tal pressuposto, intrinsecamente ligado aos argumentos racistas, derivam os argumentos xenofóbicos:

¹⁷ *“Os portugueses sempre foram, são e continuarão a ser brancos, não mestiços.”* (TAVEIRA, 1986, p. 1).

¹⁸ *“(o repatriamento de negros, indianos e outros não-europeus) é a única hipótese para a sobrevivência da Nação, da cultura e da identidade do nosso povo: um povo branco e europeu. Isso significa manter puro o corpo biológico da Nação portuguesa.”* (TAVEIRA, 1986, p. 1).

... a mestiçagem é a maior inimiga dum povo (e da sua cultura) porque representa o fim irreversível e definitivo desse mesmo povo e de todas as suas raízes naturais. (...) a solução do problema só pode estar no repatriamento das populações africanas e asiáticas que vivem no nosso país. (TAVEIRA, 1986, p. 1)

É interessante notar como a percepção da nova configuração da Nação Portuguesa (antes um Império Ultramarino, agora um “pequeno país no canto da Europa □”) está ligada à adoção do paradigma racista. Para a direita radical portuguesa, a perda das colônias foi um episódio doloroso e de difícil superação. Desde a revista *Vanguarda Nacional*, esse trauma já era visível: □*No fim do sonho voltamos a encontrar-nos aqui, encurralados neste rectângulo pequeno e mesquinho, depois de destruída a Nação que queríamos.*” (A nossa filosofia. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio 1984, p. 2) No Movimento de Acção Nacional, o complexo de humilhação e o recalçamento em relação ao assunto mostram-se ainda presentes: “É sempre aborrecido, (...) *imensamente humilhante, termo-nos considerado o umbigo do mundo e ver, às tantas, que não somos senão as suas glândulas lacrimais.* □ (EMÍLIO, 1986, p. 1). A forma de lidar com esse problema será adotar uma mudança ideológica. Se agora Portugal tornou-se um país pequeno, ao menos continuariam lutando para que fosse um país de brancos. Essa era a missão do Movimento de Acção Nacional.

O “nacionalismo revolucionário” do MAN buscava combater o sistema democrático através de núcleos organizados de difusão de propaganda. Ações de distribuição de panfletos, venda de jornais e pichações de muros eram realizadas em estações de trem, praças e escolas. Tais eventos eram divulgados através de notas no *Jornal Acção*. Contudo, na prática, a atuação de alguns militantes do MAN não se restringiam a eventos pacíficos. Entre os anos de 1988 e 1990, ao mesmo tempo em que radicalizava seu discurso, o MAN conseguia novos adeptos. Foi nesse período que o nome do movimento acabou por ser associado a diversos episódios violentos. De maneira geral, os militantes do MAN eram jovens trabalhadores de classe baixa ou estudantes de classe média de Lisboa e cidades próximas, e também do norte do país. Muitos destes jovens faziam parte de grupos *skinheads* de extrema-direita.¹⁹

¹⁹ A partir deste momento, sempre que se utilizar a expressão *skinheads* dentro do contexto dos acontecimentos aqui relatados, se estará fazendo referência ao *skinheads* de extrema-direita. Sobre as origens do movimento e as diferentes orientações políticas que diferenciam os *skinheads*, ver: Almeida, 2014, p. 99-103.

Em Portugal, havia importantes núcleos do movimento *skinhead* nas cidades de Almada, na margem sul do Rio Tejo, Amadora, Lisboa e Porto. Desde o início dos anos oitenta, a subcultura *skinhead* marcava presença nos subúrbios das principais cidades portuguesas, principalmente nas escolas secundárias (MARCHI, 2010, p. 51-52). Na falta de outra organização política de direita radical, o MAN atraiu a atenção das organizações *skinheads* com um discurso nacionalista, xenofóbico e anticomunista.²⁰ Para os líderes do MAN, os *skinheads* eram vistos como ativistas em potencial, sendo necessário atraí-los para a estrutura da organização e doutriná-los politicamente (MARCHI, 2010, p. 52). A aproximação entre o Movimento de Ação Nacional e a subcultura *skinhead* tornou-se evidente através de diversas publicações. Fanzines direcionados ao público *skin* (*Combate Branco*, *Vanguarda Nacional*, *Vento do Norte*) passaram a fazer propaganda do MAN em suas páginas. De forma análoga, o jornal oficial do MAN, o *Acção*, passou a abrir espaço para textos relacionados à subcultura *skinhead* (MARCHI, 2010, p. 52). Em uma edição do boletim *Vento do Norte*, fanzine da cidade de Amadora, ilustrado com fascios, runas²¹ e cruzes celtas, tentava-se angariar novos militantes ao MAN junto ao público *skinhead*:

O Skinhead, onde quer que exista, é Nacionalista (...) parte deste movimento encontra-se inserido em organizações de índole Nacional Revolucionária em todo o Continente, militando activamente (...). Em Portugal há uma aderência positiva de Skins ao MOVIMENTO DE ACÇÃO NACIONAL (M.A.N.), organização à qual eu orgulho-me de pertencer, tentando dar o meu melhor, como Nacional Revolucionário (...) o Skinhead Português é um elemento de grande valia (...) o que é necessário é consciencializar o movimento, organizá-lo e uni-lo no seio duma postura resoluta no combate político, dar a entender que Skinhead implica entrega, contra a passividade e a inactividade. (LIMA, 1988).

²⁰ Em um panfleto de propaganda do MAN é possível identificar esses principais argumentos de forma objetiva: *“NÃO ao regime da mediocridade e da corrupção; à influência marxista no ensino; à legalização da imigração; ao desemprego dos portugueses; à tolerância com o tráfico de droga; à impunidade dos criminosos. SIM ao nacionalismo; a um Portugal forte e independente; à destruição do liberalismo e do marxismo; à defesa do ensino livre; ao repatriamento progressivo e definitivo dos imigrantes; à prioridade de emprego aos portugueses.*” (Face à miséria e à corrupção, um novo Portugal. *Panfleto de propaganda do MAN*, sem data).

²¹ Sobre a utilização de runas e a influência da mitologia nórdica em alguns grupos de direita radical, ver: Almeida, 2008, p. 222-223.

A entrada em cena dos *skinheads* em Portugal foi amplamente acompanhada pela imprensa no final dos anos 1980. A vinculação do MAN à subcultura *skinhead*, propiciou à organização significativa visibilidade na mídia. Diversos artigos sobre o Movimento de Acção Nacional foram publicados em jornais e revistas do país. A clara vinculação entre o MAN e os *skinheads* não era bem vista pelos outros setores da direita radical portuguesa. Em 11 de maio de 1989, a Força Nacional-Nova Monarquia (FN-NM) promoveu no Hotel Roma, em Lisboa, uma conferência com Blas Piñar, histórico líder da direita radical espanhola. Compareceram ao evento alguns membros do MAN, que interromperam o discurso do conferencista em vários momentos. Para eles, a posição política de Blas Piñar não estava suficientemente à direita. Após os incidentes no Hotel Roma, o líder da FN-NM, Miguel Castelo Branco, caracterizou o MAN como “*um grupo de provocadores nazi*” (SOUSA, 1989, p. 24).

Na transição para a década de 90, houve envolvimento de *skinheads* em diversos atos de violência racista, que culminaram no assassinato do militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR) José Carvalho, em Lisboa, no ano de 1989.²² Sob pressão da opinião pública, as autoridades portuguesas rastream as conexões entre grupos *skinheads* e o MAN. A organização passou a ser investigada, ao mesmo tempo em que se fragmentava internamente e diminuía suas atividades. Alguns de seus membros deixaram o MAN e fundaram uma nova organização, a Frente de Defesa Nacional. Entre 1993 e 1994, o MAN foi julgado pelo Tribunal Constitucional, sob a acusação de organização de ideologia fascista. Em uma decisão controversa, o Tribunal indeferiu o pedido do Ministério Público que pleiteava a extinção do movimento, argumentando que o mesmo já se encontrava extinto antes do requerimento ter sido apresentado.

As condenações advindas do caso José Carvalho (onde apenas um envolvido recebeu pena significativa) e a dissolução do MAN não foram suficientes para acabar com os grupos *skinheads* violentos. Entre 1989 e 1995, ao contrário de enfraquecer-se, o movimento fortaleceu-se. Intencionalmente, durante este período, houve uma mudança estratégica no movimento, que buscou intervenções mais discretas, sem grandes concentrações públicas, substituindo-as por jantares em cidades como Cacilhas, Espinho, Almada, Gaia, Coimbra, Porto, Faro, Maia e Lisboa (DAMASO, 1995, p. 12).

²² Sobre o assassinato de José Carvalho, ver: Almeida, 2014, p. 191-209.

A violência *skinhead* viria a explodir novamente em 10 de junho de 1995, Dia de Portugal, quando Lisboa testemunhou um ataque generalizado de conotação racista e xenofóbica sem precedentes. Naquela data, um grupo de *skinheads* promoveu um ataque generalizado no Bairro Alto, em Lisboa. Os alvos eram pessoas negras, que eram cercadas e espancadas. Doze jovens negros foram encaminhados para as emergências dos hospitais. O jovem cabo-verdiano Alcindo Monteiro viria a falecer no dia seguinte, em consequência dos múltiplos ferimentos sofridos no crânio e na coluna.²³

Dezoito pessoas foram indiciadas no processo (ver Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça), que foi julgado em junho de 1997. Com mandados de busca e apreensão, a polícia encontrou em poder dos réus grande quantidade de material de propaganda de direita radical, com slogans como: “*A nossa religião é a nossa raça*”, “*Orgulho Branco*”, “*Poder Branco*”, “*Imigração não, obrigado*”, “*Portugal livre de pretos*” (Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, p. 4). Os *skinheads* admitiram serem contrários à presença de estrangeiros em Portugal e contra a união de brancos e negros. Buscando demonstrar a retidão de conduta característica do imaginário *skin*, afirmaram serem contra o uso de drogas e contra a prostituição. Consideravam-se “patriotas” e “nacionalistas” e admitiram também que utilizavam a iconografia nazista, considerada “*gira*” (COELHO, 1997, p. 51-55).

O julgamento dos acusados foi amplamente acompanhado pela imprensa, inclusive internacional. Os réus foram acusados, em coautoria material e concurso real, na forma consumada de: um crime de genocídio; dez crimes de ofensas corporais; e um crime de homicídio qualificado. (Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça). Foi um caso de grande repercussão, e as sentenças, anunciadas em junho de 1997, foram consideradas duras para os padrões portugueses. (ver acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça). Tratou-se de um episódio emblemático devido à magnitude do ataque e à ineficiência das forças de segurança pública no sentido de prevê-lo e reprimi-lo. O 10 de junho de 1995 marcou o auge da atuação da segunda leva *skinhead* portuguesa. Quando do assassinato de José Carvalho em 1989, o então ministro da Justiça, Fernando Nogueira, havia afirmado que o problema seria “*cortado pela raiz*” enquanto seu colega da Administração Interna, Manuel Pereira, apontava como prioridade “*impedir que estes bandos se organizem*” (DAMASO, 1995, p. 12). Entretanto, apesar da

²³ Sobre o assassinato de Alcindo Monteiro, ver: Almeida, 2014, p. 210-222.

desestruturação do Movimento de Acção Nacional, o país foi ineficiente em impedir a reorganização da extrema-direita em novas organizações *skinheads*. Ainda mais violenta do que a primeira leva, os *skins* de 1995 caracterizavam-se pelo racismo e xenofobia explícitos, além da aberta adesão à estética nazista e à ideologia da supremacia branca.

Após o assassinato de Alcindo Monteiro e as condenações dos *skinheads* envolvidos, a direita radical portuguesa assumiu uma nova configuração. Novos grupos políticos surgiram e a cena *skinhead*, após um breve período de silêncio, voltou a se manifestar. Surgiram novas lideranças e ocorreu a associação, dentro de certos limites, entre a vertente política e a “tropa de choque” formada pelos *skinheads* de extrema-direita. Dentre os novos grupos de direita radical criados, pode-se citar a Acção Fundacional Nacionalista (AFN), a Aliança Nacional (AN) e, mais tarde, a Causa Identitária (ALMEIDA, 2014, p. 223-232).

Para além dessas organizações de direita radical, a vertente mais violenta buscou reorganização em outros grupos. A extrema-direita infiltrou-se em torcidas organizadas de futebol, e simbologia nazista passou a ser vista nos estádios portugueses. Outros grupos que conseguiram algum destaque foram a “Ordem Lusa”, o “Orgulho Branco” e a “Irmandade Ariana”. Relativamente pequenos, tais grupos recebiam pouca atenção da mídia. O Orgulho Branco pautava sua atuação em campanhas sazonais de propaganda, como a colagem de adesivos e cartazes, distribuição de panfletos (normalmente à noite, colocando-os nos para-brisas dos carros) e a realização de pichações. O grupo ganhou algum espaço na imprensa no ano de 1998, quando se tornou público o funcionamento de uma linha telefônica criada pela organização. Através de um número de telefone celular, era possível ouvir mensagens gravadas de caráter racista e xenofóbico. Na ocasião, a Assembleia da República chegou a manifestar-se a respeito do caso, através de uma menção de protesto aprovada por todas as bancadas dos partidos com representação na casa. Em 30 de dezembro de 1988, a linha telefônica foi bloqueada por força de uma ordem judicial e a organização diminuiu suas atividades tendendo ao desaparecimento (ALMEIDA, 2014, p. 234-235).

A nova direita radical em Portugal

O final da década de 1990 coincidiu com a popularização do uso da internet como meio de comunicação. A direita radical utilizou

esse recurso de maneira eficaz, tanto para recrutar novos membros, como para estabelecer contatos internacionais. Embora os antigos meios de comunicação não tenham sido totalmente abandonados, (panfletos, adesivos e pichações continuaram a ser utilizados), a internet potencializou a criação de uma rede de direita radical interconectada em escala nacional. Os fanzines fabricados de forma artesanal nas décadas de 1980 e 1990 deram lugar aos *sites*, especialmente os *blogs*, muito utilizados pelas organizações de direita radical a partir dos anos 2000. A Ordem Lusa foi um dos grupos portugueses pioneiros na utilização da internet.

Disputas internas no movimento *skinhead* levaram a Ordem Lusa a entrar em confronto direto com a Irmandade Ariana. Esta organização fora criada entre os anos de 1995 e 2000, nos presídios de Lisboa e Caxias, por *skinheads*, muitos dos quais cumpriam pena pelo assassinato de Alcindo Monteiro. O grupo Irmandade Ariana adquiriu consistência e alcançou as ruas na medida em que os *skinheads* presos eram libertados. A Irmandade Ariana operava em uma estrutura de células, sem uma liderança central (*leaderless resistance*) (FERNANDES, 2010, p. 52). O retorno às ruas dos condenados no caso Alcindo Monteiro tornou a Irmandade Ariana hegemônica na cena *skinhead* portuguesa. Utilizando a violência, os outros grupos, como a Ordem Lusa, foram reduzidos ou mesmo suprimidos. Essa terceira leva *skinhead* portuguesa tinha aspirações internacionais. No início dos anos 2000, a Irmandade Ariana estabeleceu contato com a *Hammerskin Nation* (HSN), buscando criar uma sucursal portuguesa daquela que é uma das principais organizações racistas dos Estados Unidos. A HSN prega a teoria da supremacia branca como forma de resistência ao multiculturalismo. A organização recruta principalmente jovens do sexo masculino, que de alguma forma não se sentem integrados numa sociedade multicultural. O grupo recebe esses jovens integrando-os na subcultura *skinhead* e doutrinando-os ideologicamente a partir de uma perspectiva racista. Dessa forma, a organização fornece uma identidade de grupo para seus membros, baseada em princípios étnico-raciais. A HSN autoriza a abertura de sucursais (chamados *chapters*) fora dos EUA. Atualmente, existem *chapters* da *Hammerskin Nation* em onze países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Hungria, Itália, Nova Zelândia, Portugal, Espanha, Suécia e Suíça. A utilização da internet foi fundamental para a internacionalização da organização. Em 2005, a Irmandade Ariana conseguiu a incorporação oficial à *Hammerskin Nation* estadunidense, ganhando a denominação de *Portugal*

Hammerskins (PHS). Os *hammerskins* intitulam-se como a elite do movimento *skinhead*:

Qualquer um pode chamar-se ou ser um Skinhead mas não é qualquer um que se pode intitular Hammerskin. A intenção de Hammerskins é ser a nobreza e a elite do movimento skinhead, longe de drogas, criminalidade banal, e combater a falta de solidariedade, camaradagem, e outros atributos relacionados com o movimento skin. Num mundo em que os skinheads representam o que há de melhor na sociedade, nós somos o que de melhor existe nos skinheads! (Comunicado n. 1 da PHS)

Assim como outras organizações racistas, os *hammerskins* utilizam iconografia e simbologia que os identificam. Declaram-se seguidores das 14 palavras de David Lane.²⁴ Usam códigos de letras e números com significado particular. Costumam utilizar números que correspondem a letras do alfabeto, formando siglas ou palavras. Por exemplo, o número 8668 corresponde à sigla HFFH (“H” é a 8ª e “F” é 6ª letra do alfabeto), que significa *Hammer Forever Forever Hammer*. De forma análoga, 38 (3ª e 8ª letras do alfabeto) significa *Crossed Hammers*; 838 significa *Hail Crossed Hammers*, etc. Também gostam de utilizar a sigla POW, que significa *Prisoners of War*, referindo-se aos “camaradas” que estão presos.

Contudo, apesar da reorganização do cenário *skinhead*, ao final dos anos 90 Portugal ainda não contava com um partido político claramente identificado com a direita radical.²⁵ Tal □lacuna□ seria preenchida no ano 2000, com a criação do Partido Nacional Renovador (PNR). A maioria dos partidos de direita radical enfrenta dificuldades para se estabelecer legalmente. Estas dificuldades dizem respeito às proibições ideológicas de cunho legal, bem como à dificuldade em conseguir o número mínimo de assinaturas para a legitimação do partido. Nesse sentido, a estratégia para a criação do PNR foi simples, engenhosa e efetiva. Os fundadores do partido apropriaram-se de uma agremiação já oficializada (o Partido Renovador Democrático, PRD),

²⁴ A frase de quatorze palavras de David Lane é muito utilizada como *slogan* por grupos de orientação *White Power*: □*We must secure the existence of our people and a future for white children.*” (“Devemos assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as crianças brancas.”)

²⁵ Embora diversos pequenos grupos de direita nacionalista, além dos citados anteriormente, tenham sido criados, como a Acção Fundacional Nacionalista (AFN), a Frente de Direita Nacional (FDN), o Centro Nacional de Estudos (CNE), a Aliança Nacional (AN), a Nova Monarquia (NM), a Acção Fundacional Nacionalista (AFN), entre outros. A maioria teve existência efêmera.

infiltrando-se nas fileiras do mesmo e ascendendo aos seus órgãos diretivos.²⁶ A seguir, alteraram seu nome, sua sigla e sua iconografia. O símbolo principal do partido, que antes era uma balança, passou a ser uma chama azul e vermelha. Em 2010 o partido renovou seu símbolo, modernizando o desenho da chama. A chama estilizada do PNR é muito semelhante a outros símbolos, historicamente vinculados a partidos de conotação fascista. A iconografia da chama já foi utilizada pelo Movimento Social Italiano (MSI), pelo *Movimento Sociale Fiamma Tricolore* (MS-FT) da Itália, pelo *National Front* inglês (NF) e pelo *Front National* francês (FN), entre outros.

O PNR aproximou-se dos setores *skinheads*, órfãos de uma organização política desde a dissolução do MAN. Fato que ilustra claramente isso é a distinção em 2005 de Mário Machado – o líder da *Portugal Hammerskins* – como “militante ativista do ano” pela direção do partido. (CABRAL, 2008). Em entrevista ao *Jornal Sol*, reproduzida no site do PNR, José Pinto-Coelho, o presidente do partido, afirmou: “Sou amigo do Mário, é um excelente nacionalista. Aprovo todos os tipos de nacionalismo, de toda a gente que ama a sua pátria. O Mário foi a face mais visível da fase impulsionadora do nacionalismo.” (CÂMARA; GUERREIRO, 2007, p. 14). Em 2007, Pinto-Coelho disse: “Sou muito amigo de *skinheads*. Acho que eles são de uma fidelidade a toda prova e pintam-nos pior do que são.”²⁷ (PINTO, 2007, p. 66).

Nos meses de março e abril de 2007, o PNR ganhou atenção da mídia, quando posicionou um *outdoor* de caráter xenofóbico na cidade de Lisboa, próximo à rótula do Marquês do Pombal. A peça de propaganda, instalada em local de grande movimento e alta visibilidade, mostrava o presidente do partido, José Pinto Coelho, com os dizeres “*Basta de imigração. Nacionalismo é solução. Façam boa viagem. Portugal aos portugueses.*” De acordo com a página do partido na Internet, o *outdoor* desejava boa viagem “aos imigrantes que cometem crimes, aos ilegais e aos subsídio-dependentes.”²⁸ Mais tarde, José Pinto-Coelho viria a admitir que a colocação do cartaz foi, em parte, patrocinada pela

²⁶ O PRD fora criado em 1985 e obteve um relativo sucesso em seus anos iniciais, especialmente nas eleições legislativas de 1987, porém enfrentando declínio a partir dos anos 90. No final da década, o PRD estava desestruturado, endividado e completamente decadente. O partido tinha abandonado sua sede por não mais conseguir pagar o aluguel e havia dois anos que não apresentava suas contas ao Tribunal Constitucional. Foi nesse momento, quando o PRD encontrava-se à beira da extinção legal, que membros da Aliança Nacional (AN) se aproximaram do partido, com a intenção de tomá-lo por dentro. Sobre a fundação e as disputas internas nos primórdios do PNR, ver: Almeida, 2014, p. 248-259.

²⁷ A aproximação entre o PNR e os *skinheads* viria a ser rompida posteriormente.

²⁸ PNR (4).

Portugal Hammerskins (MARQUES; SIMÕES, 2007, p. 5). O cartaz recebeu a condenação de todos os partidos com assento parlamentar, inclusive do CDS-PP, o partido mais à direita com representantes na Assembléia da República: “*Não aceitamos qualquer tipo de radicalismo, venha de direita ou de esquerda*”, afirmou o deputado do CDS-PP, Nuno Magalhães (BRANCO, 2007, p. 11) Nos dias seguintes o *outdoor* do PNR foi vandalizado por pessoas não identificadas. No lugar dele o partido posicionou outro, com a inscrição: □*As idéias não se apagam. Discutem-se.*” De acordo com o partido, uma “*resposta à intolerância de que é vítima o PNR por parte dos auto-proclamados □defensores da liberdade de expressão□que tentam a qualquer custo pulverizar e eliminar as suas idéias*”²⁹

Em setembro de 2008, o PNR voltou a patrocinar um *outdoor* anti-imigração em Lisboa. Desta vez o cartaz mostrava uma ovelha branca com o símbolo do partido expulsando seis ovelhas negras do mapa de Portugal. Apareciam as frases: □*Imigração? Nós dizemos não! Portugal aos portugueses.*” Conforme nota oficial do partido sobre o assunto, □*o PNR transmite mensagens politicamente muito incorrectas. Sem medo! Diz aquilo que muitos portugueses pensam e dizem baixinho.*”³⁰ O *outdoor* foi removido pela Câmara Municipal de Lisboa, por iniciativa do vereador José Sá Fernandes. A retirada foi criticada pelo então presidente da Ordem dos Advogados de Portugal, Marinho Pinto, por considerar que as questões relacionadas com a □liberdade de expressão□ deveriam ser decididas exclusivamente pelos tribunais. Na realidade, o *outdoor* do PNR de 2008 era praticamente uma cópia de um cartaz de 2007 do Partido do Povo Suíço (SVP), onde uma ovelha branca expulsava uma ovelha negra sobre a bandeira da Suíça. No cartaz suíço aparecia a inscrição □*sicherheit schaffen*”, que em português significa □criar segurança□ O cartaz suíço já havia sido copiado em 2008 pelo NPD alemão, o que gerou um processo por plágio movido pelo SVP. (MINKENBERG, 2011, p. 39).

Oficialmente, o PNR não se considera racista ou xenofóbico, mas “nacionalista” e “anti-sistema”. Um dos slogans mais repetidos pela propaganda do partido é “nacionalismo é solução”: “O PNR afirma-se nacionalista, entendendo que a Nação é o prolongamento natural da família.”³¹ Define-se como um partido “pró-Pátria, pró-família e pró-vida”, “*porque deve ser defendida uma cultura da vida, (...) contrária*

²⁹ PNR (1).

³⁰ PNR (2).

³¹ PNR (3).

às políticas actuais que promovem uma cultura de morte, baseada no individualismo e na promoção do comportamento destrutivo (droga, aborto, lobi-gay, etc).³² No discurso oficial, o partido também não se considera extremista. Afirmar-se acima do espectro político baseado nos conceitos de direita e esquerda. São nacionalistas, *“nem esquerdas, nem direitas: os Portugueses primeiro”* O combate à imigração, como se viu, é um tema principal do discurso do PNR. Em um folheto de propaganda do partido distribuído por ocasião da campanha às eleições europeias de 2004, lê-se que *“o número de crimes dispara, verificando-se uma violência crescente nas ruas. Os portugueses sofrem na pele as consequências de uma lei demasiado branda e de uma política permissiva e laxista, incapaz de combater eficazmente a droga, a miséria e a imigração.”*³³ Também a *“ameaça islâmica”* é um tema que preocupa o PNR, que assim alinha-se à tendência islamofóbica da nova direita europeia³⁴ (ZÚQUETE, 2011, p. 654).

Considerações finais

Quando da primeira *“vaga skinhead”*, ocorrida próxima ao assassinato de José Carvalho, o Ministro da Administração Interna de Portugal, Manuel Pereira, afirmou que as atividades da extrema-direita seriam combatidas com toda a determinação pelas autoridades, com o objetivo de defender os *“princípios de multirraciedade que distinguem a alma portuguesa”* (*Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1990). Partindo dessa afirmação, algumas perguntas podem ser formuladas: como Portugal passou de um contexto onde cultivava o mito da sociedade multiétnica e inclusiva (MONTEIRO; PINTO, 2004, p. 61-62; e ROSAS, 2001, p. 1035) para um panorama onde grupos de direita radical ganham espaço político? Como foi possível transformar o paradigma da comunhão de diversas culturas e *“raças”* diferentes, em um cenário onde são recorrentes manifestações de racismo e xenofobia? Por mais paradoxal que possa parecer, é possível que a direita radical tenha encontrado

³² PNR (3).

³³ Folheto do PNR referente às eleições europeias de 2004.

³⁴ Conforme o presidente do PNR, em texto de setembro de 2014: *“O perigo que representa a expansão islâmica e a sua invasão da Europa, não só para a nossa segurança mas também para a nossa Civilização e modo de vida, tornou-se recentemente óbvio até mesmo para os mais desatentos. Da nossa parte, há muito que vínhamos alertando para esta situação. (...) o crescimento das populações islâmicas que já estão na Europa é assustador, tratando-se de gente portadora de uma cultura que se revela quase sempre hostil, pelo que todas as suas vertentes que não se mostrem em conformidade com os valores e a cultura europeia têm que ser erradicadas urgentemente.”* (PINTO-COELHO, 2014).

melhores condições para o seu desenvolvimento nos anos democráticos pós 1974, do que durante o Estado Novo de Salazar?

A resposta a essas questões deve levar em conta que a idealização multiracial, criada pela propaganda do salazarismo, certamente mascarava eventuais problemas de caráter étnico existentes na sociedade portuguesa do Estado Novo. Todavia, deve-se levar em conta que o fluxo migratório para Portugal aumentou muito após o regime autoritário. Vários fatores se conjugaram para isso ocorrer, especialmente a partir de 1980. Em um contexto internacional, o padrão tecnológico baseado na informática valorizou o □capital pensante□ nos países centrais, acelerando a desigualdade com a exclusão dos países periféricos, envoltos na crise do endividamento externo (HAESBAERT, 1998, p. 17). Como consequência, aumentou a imigração dos países periféricos para os países centrais. Apesar de não estar entre os países mais ricos da Europa, Portugal gozava do status de país central no sistema formado com as suas antigas colônias, como Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, o que implicou no aumento da imigração oriunda destes países.³⁵

Também é significativa nesse panorama a assinatura do Acordo de Schengen, em 1985, que permitiu a livre circulação de pessoas entre os países signatários. É condição para todos os países membros da União Europeia aceitarem as condições do Acordo de Schengen. Portugal aderiu ao acordo em 1991, abrindo assim suas fronteiras para a circulação de cidadãos europeus e também de turistas que tenham ingressado na Europa a partir de outro país do espaço Schengen. O aumento do aporte de cidadãos europeus, turistas e imigrantes viria a contrastar com a □identidade mítica□pregada pela direita radical, que caracterizava Portugal como um país homogêneo em termos linguísticos, culturais e religiosos (CABECINHAS, 2002, p. 73-74).

³⁵ Desde 1980, as estatísticas apontam um crescimento contínuo do número de estrangeiros residentes no país. Além das antigas colônias, também aumentou o número de imigrantes oriundos do Leste Europeu, sobretudo de ucranianos, russos, búlgaros e romenos. Também é significativo o aporte de asiáticos vindos de países como China, Índia e Bangladesh. Conforme os dados coletados nos últimos censos, o número de estrangeiros residentes em Portugal passou de 127.370, em 1991, para 232.695, em 2001, o que representou um crescimento de aproximadamente 83% e contribuiu em 22% para o acréscimo populacional observado no país na década de 1990. Estes números levam em consideração apenas as □autorizações de residência□fornecidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, portanto, não estão contabilizadas as □autorizações de permanência□nem os imigrantes ilegais. Conforme a própria Presidência da República Portuguesa, □*trata-se de uma evolução subestimada dada, em particular, a existência de um número considerável de autorizações de permanência e indeterminado número de imigrantes ilegais, ou seja, efectivamente residentes, mas sem autorização administrativa de residência.* □ (Presidência da República, 2006).

A marginalização da direita radical durante os anos de Salazar, também contribuiu para a diluição das ideias mais extremistas, que não encontravam canais adequados para serem manifestadas politicamente. Uma particularidade do nacionalismo salazarista dizia respeito à ausência de mobilização política das massas. Tratava-se de um regime de *“neutralização da vida política”* que pretendia *“fazer das massas um sujeito passivo de inculcação e nunca um sujeito ativo da vida política”* (CRUZ, 2000, p. 39). Ao contrário de seus contemporâneos nacionalistas italianos e alemães dos anos 20 e 30, o regime do Estado Novo português buscava a apatia das massas, e não a sua agitação. Salazar foi relutante em convocar as multidões para as ruas (BIRMINGHAM, 1998, p. 159). De acordo com Salazar, seu regime era popular, mas não de massas. A relação do salazarismo com estas era de *“fazer diminuir a febre”*, *“arrefecer a vida política”* e *“acalmar os espíritos”*. A política era responsabilidade do governo, e não do povo (CRUZ, 2000, p. 39). As relações entre o Nacional-Sindicalismo e o governo de Salazar, por exemplo, sempre foram distantes. Embora nos seus primórdios o N/S demonstrasse apoio à ditadura, a recíproca nunca foi verdadeira. Salazar procurou ignorar o N/S o quanto pode. Quando o movimento cresceu de forma significativa, o ditador buscou afirmar seu afastamento em relação à organização e tornou-a ilegal em setembro de 1933 (ALMEIDA, 2014, p. 151). Nas décadas seguintes, também não houve uma ressonância direta entre as diversas organizações de direita radical e o governo salazarista. O que havia, em alguns casos, eram conexões entre membros do regime e os movimentos de direita, conivências em relação à censura de suas publicações e às suas manifestações, etc. (GUARDIÃO, 2012, p. 8-9). Assim, percebe-se que a ala mais extremista da direita radical esteve sempre sob vigilância durante o regime autoritário.

Todavia, após a Revolução dos Cravos, o desmantelamento das instituições salazaristas de inteligência e vigilância permitiu aos setores de direita mais extremistas um ímpeto maior para ações diretas. Também a branda aplicação da legislação existente para punir alguns dos chamados *“crimes de ódio”* com conotação racial ou xenofóbica, constituiu um fator importante na rearticulação da direita radical. É possível perceber que há uma continuidade entre as levas *skinheads* dos anos oitenta, noventa e também no século XXI (ALMEIDA, 2014). Outro ponto fundamental para a organização da direita radical no período democrático foi a revolução tecnológica nos meios de comunicação. Os recursos da rede mundial de computadores foram (e são) amplamente utilizados pelos grupos de direita radical, tanto para doutrinação e propaganda, quanto

para arregimentação de novos membros. Por outro lado, a cobertura da imprensa portuguesa, em grande parte sensacionalista, auxiliou a transformar membros da direita radical, como Mário Machado e José Pinto-Coelho, em personagens conhecidos nacionalmente.

A ênfase dada neste trabalho à atuação da direita radical não significa que o racismo e a xenofobia constituam uma tendência na sociedade portuguesa. Sem dúvida, as manifestações da direita radical vêm crescendo nos últimos anos, mas isso não implica necessariamente em uma aceitação de suas ideias por parte significativa da população. A análise dos votos da população portuguesa no único partido de direita radical disponível indica que a adesão do cidadão comum ao discurso da direita radical é pequena. Apesar de um crescimento constante, o desempenho eleitoral do PNR continua insignificante.³⁶ A atuação da direita radical em Portugal se restringe a grupos numericamente pequenos que, todavia, recebem uma constante atenção da mídia. Mesmo sendo numericamente pouco expressivas, tais organizações tornam-se relevantes em função de suas ações violentas ou do considerável espaço que a imprensa portuguesa reserva para seus personagens.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de. *A direita radical no Portugal democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974-2012)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____. A “Nova” Extrema-Direita: o caráter grupuscular das organizações neofascistas em Portugal e na Argentina. In: *Locus (UFJF)* – Revista de História (periódico do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora), v. 18, p. 187-208, 2012.

_____. *A serpente na rede: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. Neofascismo, Internet e História do Tempo Presente. In: SILVA, Michel Goulart; SOUSA, Fernando Pontes de (Orgs.). *Ditadura, repressão e conservadorismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011a.

_____. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos* – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 8, jan.-jun. 2011b.

ALMEIDA, Fábio Chang de; CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo e novas mídias: uma análise sobre a “Ação dos Blogs Integralistas”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira. SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012. v. 2.

³⁶ Por exemplo, nas eleições para a Assembleia da República: Em 2001, o PNR conquistou 4712 votos, o que representou 0,09% do total. Em 2005, 9374 votos, 0,16% do total. Em 2009, 11503 votos, 0,20% do total. Em 2011, 17548 votos, 0,31% do total. (dados do Portal do Eleitor)

BIRMINGHAM, David. *A Concise History of Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CABECINHAS, Rosa. *Racismo e etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2002.

COSTA, José Mourão da. O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa. In: *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLVI, n. 201, 2011.

CRUZ, Manuel Braga. Nacionalismo e autoritarismo no Estado Novo. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Dir.). *25 de Abril: Textos científicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, 2000.

DAMÁSIO, Manuel de Almeida. *Contributos para a história do ensino superior em Portugal: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/298>>. Acesso em: jun. 2012.

FERNANDES, Maria de Fátima Carrilho. *O neonazismo em Portugal: real e virtu@l – estudo exploratório*. Dissertação (Mestrado em Guerra da Informação) – Direção de Ensino, Departamento de Estudos Pós-Graduados, Academia Militar, Lisboa, 2010.

GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*, Londres: Routledge, v. 37, n. 1, 2003.

GUARDIÃO, Ana Filipa. *Nacionalismos de oposição* □ comunistas e radicais de direita no período do Estado Novo Salazarista. Working paper n. 18 – Observatório Político. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2012/10/Workin-Paper-Ana-Guardi%C3%A3o_Formatado-1-2.pdf>. Acesso em: maio 2015.

HAESBAERT, Rogério. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 1998.

HEBDIGE, Dick. *Subculture: the meaning of style*. Londres: Routledge, 1991.

LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta. Introduction: An anthology about the manifestations and development of the radical right in Europe. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta (Eds.). *Is Europe on the “right” path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe*. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acessado em: jan. 2014.

MARCHI, Riccardo. A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia (1976-1980). In: *Locus (UFJF)* – Revista de História (periódico do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora), v. 18, p. 168-186, 2012a.

_____. At the roots of the new right-wing extremism in Portugal: the National Action Movement (1985-1991). *Totalitarian Movements and Political Religions*, v. 11, n. 1, março de 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14690764.2010.499670>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. A direita radical em Coimbra (1945-1974). *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLIII, n. 3, 2008.

_____. As direitas radicais no Estado Novo (1945-1974). *Ler História*, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, n. 57, 2009a.

MARCHI, Riccardo. *Folhas ultras: as idéias da direita radical portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009b.

_____. *Império, Nação, Revolução: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Alfragide: Texto, 2009c.

_____. The Portuguese radical right in the democratic period. In: GODIN, Emmanuel; JENKINS, Brian; MAMMONE, Andrea (Eds.). *Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe: From Local to Transnational*. New York: Routledge, 2012b.

MEDINA, João. *Salazar e os fascistas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1978.

MINKENBERG, Michael. The radical right in Europe today: trends and patterns in East and West. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta (Eds.). *Is Europe on the "right" path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe*. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project "Combating right-wing extremism". Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acessado em: jan. 2014.

MONTEIRO, Nuno G; PINTO, António Costa. A identidade nacional portuguesa. In: PINTO, António Costa (Coord.). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

PINTO, António Costa. "Caos e ordem": Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. In: SILVA, Giselda Brito et al. (Orgs.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos*. Recife: UFRPE, 2010.

_____. O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia, 1974-2004. In: LOFF, Manuel; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (Coords.). *Portugal, 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: UP, 2006.

_____. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914 - 1945)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Lisboa: ICS-UL, v. XXXV, n. 157, 2001.

SABINO, Catarina et al. *The making of policies of immigration control in Portugal*. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_2_2010.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

SCIRICA, Elena. Educación y guerra contrarrevolucionaria: una propuesta de Ciudad Católica-*Verbo, Clío & Asociados*: La Historia Enseñada. n. 11. Facultad de Humanidades y Ciencias. UNL: Santa Fe, Argentina, 2007.

ZÚQUETE, José Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão. *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLVI, n. 201, 2011.

Fontes

Periódicos diversos:

BRANCO, Sofia. Procuradoria considera que cartaz do Partido Nacional Renovador não é ilícito. *Público*, Lisboa, 30 mar. 2007.

CABRAL, Luís Manuel. O líder do movimento "skinhead" português. *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1006000&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em: jan. 2015.

CÂMARA, Ana Cristina; GUERREIRO, Pedro. PNR ao ataque. *Semanário Sol*, 14 abr. 2007.

COELHO, Sofia Pinto. Odiados e orgulhosos. *Expresso*, 7 jun. 1997.

CORREIO da Manhã. Ministro promete dar guerra aos “skin-head”. *Correio da Manhã*, 11 jan. 1990.

MARQUES, José Carlos; e SIMÕES, Sônia. Judiciária prende skins. *Correio da Manhã*, 19 abr. 2007.

PEIXOTO, Jorge. Nacionalistas sim! Fascistas... não.” *Revista Sábado*, n. 33, 4 fev. 1989.

PINTO, Nuno Tiago. Conhece este homem? *Revista Sábado*, 4 abr. 2007.

RATTNER, Jair. □Português confessa ter feito bomba que matou premiê□ *BBC Brasil*, 29 nov. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061129_portugal_aviao_dg.shtml>. Acesso em: ago. 2014.

REDAÇÃO/JF. PNR: só um juiz pode ordenar remoção de cartaz. *Portugal Diário*, 7 out. 2008. Disponível em: <<http://diario.iol.pt/politica/pnr-pinto-coelho-marinho-pinto-cartaz-lisboa-sa-fernandes/999598-4072.html>>. Acesso em: ago. 2014.

SOUSA, Rui Ferreira e. A força velha. *Revista Face*, 25 maio 1989.

“Skinheads” do Porto mataram militante do PSR. *Diário de Notícias*. Lisboa, 25 jul. 1990. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1007222&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em: jan. 2015.

Fanzines e jornais da direita radical:

□*Jornal Acção*

Acção, n. 2, p. 3. mar.-abr. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Acessado em: set. 2012, <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>.

EMÍLIO, Rodrigo. O nosso 28 de Maio. *Acção*, n. 3, p. 1, maio-ago. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Acessado em: nov. 2012, <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>.

HENRIQUES, Luis Paulo. Um ano depois: a luta continua. *Acção*, n. 3, p. 2, maio-ago. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira, acessado em: jan. 2015, <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>.

O nosso combate. *Acção*, n. 2, p. 1, mar.-abr. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em: nov. 2012.

TAVEIRA, Jorge Manuel. Imigração: o princípio do fim. *Acção*, n. 2, p. 1, mar.-abr. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em: nov. 2012.

□*Vanguarda Nacional*

O homem novo. *Vanguarda Nacional*, n. 3, set.-out. 1984, Amadora, p. 2. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

A nossa filosofia. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio 1984, Amadora, p. 2. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

ERLACH, Otto. Socialismo, nacionalismo, biologismo. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio de 1984, Amadora, p. 9. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa.

□*Vento do Norte*

LIMA, Carlos. Skinheads Portugal. In: *Vento do Norte*, n. 2, primavera de 1988, Amadora. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

Panfletos e cartazes:

MAN. “Face à miséria e à corrupção, um novo Portugal”. *Panfleto de propaganda do MAN*, sem data. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

PNR. *Folheto referente às eleições europeias de 2004*. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa.

Sites da direita radical:□ *Blog Aliança Nacional*

RODRIGUES, António da Cruz. O que foi o Círculo de Estudos Sociais VECTOR? (2) Texto publicado em 13 de março de 2006 no *blog* Aliança Nacional – Nação & Liberdade. Disponível em: <http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com.br/2006/03/o-que-foi-o-crculo-de-estudos-sociais_13.html>. Acesso em: mar. 2012.

RODRIGUES, António da Cruz. O que foi o Círculo de Estudos Sociais VECTOR? (3) Texto publicado em 14 de março de 2006 no *blog* Aliança Nacional – Nação & Liberdade. Disponível em: <http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com.br/2006/03/o-que-foi-o-crculo-de-estudos-sociais_14.html>. Acesso em: mar. 2012.

□ *Blog Homem Lobo*

Comunicado n. 1 da PHS, publicado no *blog* Homem Lobo, de autoria de Mário Machado, em 31 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://homemlobo.blogspot.com.br/2005/01/hammerskins-portugal_31.html>. Acesso em maio de 2012. Texto também reproduzido no fórum Stormfront em 09 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.stormfront.org/forum/t520375>>. Acesso em: maio 2012.

□ *Site Causa Nacional*

“Pontos Programáticos do Movimento de Acção Nacional”. Disponível em: <<http://www.causanacional.net/index.php?itemid=155>>. Acesso em: mar. 2015.

□ *Site do PNR*

PINTO-COELHO, José. A ameaça do Islão e os verdadeiros culpados. Texto publicado no *site* do partido em 12 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/mensagem-do-presidente/ameaca-islao-os-verdadeiros-culpados>>. Acesso em: maio 2015.

(1) PNR. “Novo cartaz: As ideias não se apagam, discutem-se.” Texto publicado no *site* do partido em 13 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/2007/04/13/novo-cartaz-as-ideias-nao-se-apagam-discutem-se>>. Acesso em: jan. 2015.

(2) PNR. “Novo “outdoor” do PNR.” Texto publicado no *site* do partido em 28 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=547&Itemid=119>. Acesso em: ago. 2010.

(3) PNR. “Perguntas mais frequentes”. Texto publicado no *site* do partido em 25 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=103>. Acesso em: ago. 2010.

(4) PNR. “PNR coloca novo cartaz em Lisboa contra a imigração”. Texto publicado no *site* do partido em 30 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=412&Itemid=15>. Acesso em: ago. 2010.

Outros documentos:

Acórdão nº 97P1203 do *Supremo Tribunal de Justiça*. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/dd1cc4e3936ccd49802568fc003b7da0?OpenDocument>>. Acesso em: jan. 2013.

Conclusão, 10.10.96, parágrafos 7º ao 14. *Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa*. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

Portal do Eleitor. *Histórico de resultados das eleições em Portugal*. Disponível em: <<http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/HistoricodeResultados.aspx>>. Acesso em: maio 2015.

Presidência da República. *Diagnóstico: os números possíveis da imigração em Portugal*. Página oficial da Presidência da República Portuguesa. Outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=24&idi=1743&idl=2>>. Acesso em: maio 2015.

A rebeldia dos Bragança no Rio da Prata: redes comerciais e laços parentais portugueses na Buenos Aires seiscentista*

*The rebelliousness of the Bragança at the River Plate:
portuguese commercial networks and familiar ties
in Buenos Aires (17th Century)*

*La rebeldía de los Braganza en el Río de la Plata:
redes comerciales y lazos parentales portugueses
en la Buenos Aires del Siglo XVII*

Rodrigo Ceballos**

Resumo: Este artigo contém breve apresentação seguida de transcrição de trecho de processo judicial, presente no Arquivo Geral das Índias (Sevilha), em defesa dos lusitanos expulsos da cidade de Buenos Aires em 1643. No ano de 1641, logo após a Restauração portuguesa, marinheiros lusitanos fugiram para o Rio de Janeiro, levantando na região austral suspeitas de traição de moradores do Rio da Prata ao monarca espanhol.

Palavras-chave: história da América Colonial; redes sociais; comércio.

Abstract: This paper presents a brief discussion followed by a transcription of a source kept at the General Archive of the Indies (Seville) about the expulsion of Portuguese from Buenos Aires in 1643. At the year of 1641, soon after the Portuguese Restoration, Lusitanian sailors fled to Rio de Janeiro raising the suspicious about the existence of betrayers residents in the River Plate against the Spanish monarchy.

Keywords: Colonial American history; social networks; commerce.

Resumen: Este artículo contiene una breve presentación seguida de trecho transcripto de un proceso judicial presente en el Archivo General de Indias (Sevilla), en defensa de los lusitanos expulsos de la ciudad de Buenos Aires en el año de

*Este trabalho é um resultado do financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Professor Adjunto de História da América na Universidade Federal de Campina Grande. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. <rcovruski@gmail.com>.

1643. Em 1641, pouco después de la Restauración portuguesa, marineros lusitanos huyeran para Rio de Janeiro, provocando en la región austral sospechas de la traición de residentes del Río de la Plata al monarca español.

Palabras clave: historia de la América Colonial; redes sociales; comercio.

Nos primeiros dias de abril de 1641 um navio de aviso, vindo da Bahia, surgiu no horizonte do Rio da Prata. Trazendo alguns soldados e, certamente, mercadorias sob responsabilidade de seu mestre e capitão, o bergantim alcançou o porto de Buenos Aires sem maior problema.

A presença de embarcações vindas do Brasil colônia não era estranha. Em 1594, o lusitano e futuro *vecino* da cidade¹, Diego de Vega, transportou mercadorias a Buenos Aires em dois navios: um deles era justamente um navio de aviso, isto é, um ágil bergantim responsável pela comunicação da costa do Brasil colônia com cidades hispano-americanas.² Para esta transação comercial foi registrado o nome do comerciante português Diego Lopez de Lisboa, que se tornaria em 1596 *vecino* da cidade de Córdoba □ um importante ponto de ligação entre o porto rio-platense e o interior da região □ e que estava ligado através das redes de parentesco com Vega.³

A fundação de Buenos Aires coincidiu com o ano de união das Coroas ibéricas, em 1580. A partir de então, a proximidade comercial estreitou-se ainda mais entre negociantes dos dois reinos, cristalizando redes de cumplicidade entre moradores das colônias hispano-americana e portuguesa de difícil desmembramento mesmo após a Restauração portuguesa.

Mas para além dos tratos e contratos lusitanos em Buenos Aires, a notícia trazida pelo navio vindo da Bahia naquele ano de 1641 não

¹ Para obter o direito de *vecindad* era necessário, através de petição ao Cabildo, ter *casa poblada*, possuir armas e cavalos, residir na cidade há alguns anos, oferecer-se a sustentar a cidade de acordo com os preceitos do Cabildo, em caso de ausência deixar um representante armado e com montaria para que mantenha sua *vecindad* até seu retorno. De qualquer forma era uma condição praticamente decisiva ao candidato afirmar ser casado com “hija o nieta de conquistador y primer poblador” (MACHAIN, 1931, p. 47).

² Diego de Vega foi membro de uma família formada por banqueiros cristãos-novos portugueses na corte de Madri. Costumou transitar principalmente no circuito comercial de tráfico de escravos: Lisboa □ Luanda □ Rio de Janeiro □ Buenos Aires, mantendo constantes contatos com governadores e contratadores de Angola (MOUTOUKIAS, 1988) (ALENCASTRO, 2000, p. 81-89, 110, 201 e 365)

³ Diego Lopez de Lisboa chegou ao Rio da Prata por volta de 1600 e cinco anos depois era *encomendero* em Córdoba. Era pai de António de León Pinelo, futuro jurista, organizador da *Recopilación de Leyes de las Indias* e defensor do comércio de Buenos Aires com Brasil, Angola e Sevilha (MOLINA, 1950-1951).

foi animadora para uma cidade portuária voltada para o Atlântico e o comércio com o Brasil e Angola.

É-nos difícil afirmar, por meio da documentação pesquisada, como o aviso sobre o *alsamiento* dos Bragança no reino de Portugal foi recebido em uma cidade cuja presença lusitana era corriqueira. Ao que nos parece, a “rebeldia dos Bragança” provocou uma certa apreensão ao governador interino do Rio da Prata, o *teniente* Pedro de Roxas y Azevedo □ substituto direto do recém falecido governador Ventura de Muxica.⁴ Receoso, ordenou o imediato levantamento do número de portugueses solteiros, sem residência fixa que se encontravam na cidade.

Esta lista, a primeira que teria sido elaborada para os lusitanos de Buenos Aires pós-Restauração, não foi encontrada por nós nos arquivos espanhol e argentino. Mas o relato do capitão de infantaria do porto, Pedro de Giles, testemunha da elaboração deste levantamento, impressiona: no momento em que se soube da Restauração portuguesa haveria em torno de 500 pessoas estantes na cidade. Desse total, 270 seriam portugueses de *mar en fuera*, sem contabilizar os mais de 70 lusitanos com *vecindad*. Outro oficial militar, o *sargento mayor* Medel de Camos, o tesoureiro real da cidade dom Juan de Vallejo e o padre Melchior Martin de Mesa relataram a existência entre 200 a 250 *portugueses sueltos* em Buenos Aires. (AGI, Escribanía 892C).

Para uma localidade que não passaria dos 2.000 habitantes neste período, os números citados mostram-nos uma proporção significativa de lusitanos em Buenos Aires. No ano de 1664, o censo da cidade e de sua jurisdição registrou a presença de 210 *vecinos* com *casa poblada* e família, chácaras e fazendas, servindo ao bem da *república* e ao rei com suas armas e cavalos. Segundo a historiadora Susana Frías (1999, p. 110), o número de *vecinos* em Buenos Aires no ano 1622 chegou a 212, aumentando 40 anos depois para 267 chefes de família. Em estudo desenvolvido na década de 1930, Machain (1931) □ baseado especialmente no *padrón* de 1664 e na lista do desarme de lusitanos de Buenos Aires realizada em 1643 □ defendia que ao menos 15% da população fixa ou da primeira geração era constituída por portugueses.

De qualquer forma, apesar do alarde da Restauração, a vida no porto seguiu seus dias sem maiores percalços no início do ano de 1641. Certamente o receio do governador não repousava sobre uma ameaça

⁴ Em janeiro de 1641 o novo governador dom Ventura de Muxica faleceu. Foi substituído interinamente por Pedro de Roxas y Azevedo até a chegada de Andrés de Sandoval. Como Muxica, este governador faleceu meses depois de sua chegada, sendo nomeado no final do ano de 1641 o governador dom Gerónimo Luis de Cabrera. (AGI, Escribanía 892B).

militar lusitana, mas no fim de uma lucrativa rede ultramarina comandada há décadas por portugueses e moradores da região. Mesmo com as humildes iniciativas do governador Roxas y Azevedo e do Cabildo, nenhuma ação efetiva foi tomada para evitar a presença lusitana no porto. Neste mesmo período arribou ao porto rio-platense a embarcação do capitão Domingo Thomé. No ano anterior, em 1640, este lusitano recebera licença real para partir de Buenos Aires para transportar, desde Lisboa, padres da Companhia de Jesus. Seu retorno previa, de acordo com o vedor geral da gente de guerra de Portugal, Fernando Alvia de Castro, a passagem pelo Rio de Janeiro.

Os lusitanos sem residência fixa permaneceram em Buenos Aires. Alguns deles, inclusive, mantiveram algumas *tiendas* para negociar mercadorias trazidas por um outro navio sob responsabilidade do comerciante português Antonio Martinez Piollino.

Este último navio foi um dos que acompanharam a frota que o novo vice-rei do Brasil Jorge de Mascarenhas, o marquês de Montalvão, montou em 1640 desde Lisboa para tomar posse de seu cargo na Bahia. Com o consentimento do vedor Alvia de Castro, também seguiu com o vice-rei do Brasil o então nomeado governador do Rio da Prata, dom Ventura de Muxica.⁵

Além do novo governador, Piollino trouxe alguns passageiros da Bahia e uma série de mercadorias sem licença □açúcar, sal e tecidos□ legalizadas logo após a sua chegada mediante o pagamento de 11.000 pesos em *publica almoneda*. Ou seja, na prática □certamente com o consentimento de Roxas y Azevedo, o tesoureiro Vallejo e o próprio governador recém-chegado Muxica—, Piollino pagou uma “multa real” pela legalização de uma mercadoria que lhe viria lucrar até 60.000 pesos.⁶ Junto com o capitão Piollino, os lusitanos Pedro da Silva e Manoel Rodrigues Lente iniciaram as vendas □tendo como sócio o capitão Alonso Guerrero, um influente comerciante na rota Potosi-Buenos Aires □até pouco mais da chegada do navio de aviso da Bahia no primeiro semestre de 1641.

Ainda uma outra embarcação alcançaria o porto no ano de 1641. O governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides □com conhecidas ligações comerciais e parentais com as regiões de

⁵ Esta não era a primeira vez que Piollino trazia autoridades ao Rio da Prata. Em 1637 chegou a Buenos Aires com o governador recém nomeado Mendo de la Cueva y Benavides, assim como clérigos para as províncias do Rio da Prata e do Paraguai. (AGI, Escribanía 892B).

⁶ As mercadorias trazidas por Piollino seriam consideradas, posteriormente, como ilegais. Segundo denúncia realizada no ano de 1643 pelo defensor da *real hacienda*, também pertenciam ao vice-rei do Brasil, o marquês de Montalvão.

Paraguai, Tucumán e Rio da Prata □ certamente com o intuito de sondar a situação em que se encontrava o porto de Buenos Aires e a maneira como seu governador havia recebido a notícia da Restauração, decidiu enviar um navio de aviso com alguns soldados.

Desta vez, por algum motivo, a recepção em Buenos Aires foi cautelosa. O piloto Juan Blanco, o capitão Antonio Lopez Mealla e toda a sua tripulação foram proibidos de desembarcar no primeiro dia de chegada. Mas a ordem foi desobedecida ao anoitecer: em uma lancha, alguns soldados, o capitão Mealla e o piloto Blanco tentaram alcançar a praia.

Segundo denúncias que viriam à tona anos depois, estes lusitanos vindos do Rio de Janeiro traziam cartas de Salvador Correia de Sá e Benevides dirigidas a Roxas y Azevedo. É-nos difícil afirmar que ambos se conheciam, mas não seria de estranhar que possuíssem interesses comerciais comuns. Afinal, a esposa do governador interino de Buenos Aires era uma das filhas do poderoso comerciante lisboeta e morador citado no início deste artigo: Diego de Vega.

Vega iniciou ligações comerciais no Rio da Prata mantendo contatos com lusitanos que residiam na região e realizando sociedades com espanhóis com importantes cargos locais.⁷ Como membro destas redes comerciais no porto, pode-se entender a delicada situação em que se encontrou o genro de Diego de Vega quando da chegada da notícia da Restauração portuguesa. Ainda mais quando um navio, em nome do governador Benevides, arribou ao porto.

Salvador Correia de Sá e Benevides era o marido de *doña* Catalina de Ugarte y Velasco, neta do ex-governador de Tucumán e, posteriormente, do Rio da Prata e Paraguai, dom Juan Ramirez de Velasco (anos de 1586-1593 e 1595-1597); e também parente de dom Luis de Velasco, vice-rei da Nova Espanha e, posteriormente, do Peru (respectivamente em 1590-1595 e em 1607-1611). (BOXER, 1952).

Não temos indícios suficientes, mas supomos que este matrimônio selou uma poderosa aliança com comerciantes e funcionários régios desde Potosí até Buenos Aires. Ao casar-se com *doña* Catalina, o futuro governador do Rio de Janeiro herdou as propriedades do falecido Diego de Graneros de Alarcon, influente *encomendero* da região. Obteve o título

⁷ O sócio mais conhecido de Vega foi o sevilhano Juan de Vergara. Tornou-se, a partir de 1605, escrivão, assessor e conselheiro do governador (e futuro rival pelo comércio e poderes locais) Hernan Arias de Saavedra. Com forte influência na região, foi ao longo das primeiras décadas do século XVII tabelião do Santo Ofício, tesoureiro da Santa Cruzada, *teniente de governador*, *alcalde* de primeiro voto e *regidor* perpétuo do Cabildo. (MOLINA, 1950-1951, p. 64).

simbólico de Almirante da Costa do Sul do Rio da Prata, foi *maestre general de campo* (em expedições contra nativos rebelados), e pôde dar continuidade ao longo da década de 1630 às redes de cumplicidade antes constituídas por Alarcon. (AGI, Escribanía 880B).

Roxas y Azevedo mostrou-se cauteloso com a chegada da embarcação vinda do Rio de Janeiro. Por um lado, nada o motivara até aquele momento de prender ou expulsar da cidade os portugueses *suetos*. Alguns, inclusive, estavam praticando comércio com o seu consentimento. Por outro lado, receber soldados enviados por Benevides poderia pô-lo perigosamente em cumplicidade com “lusitanos rebeldes”.⁸

Teria sido esse o motivo da desobediência do capitão Antonio Lopez Mealla? Teria Mealla se arriscado a entregar aos lusitanos presentes em Buenos Aires ou mesmo ao governador interino uma carta do governador Benevides? Anos depois denúncias confirmariam a existência de uma missiva do governador do Rio de Janeiro, naquele ano de 1641, escondida debaixo de uma pipa de sal de um dos navios lusitanos que arribara ao porto para comerciar. Este documento, entretanto, ou se perdeu ou jamais existiu. Restaram apenas as denúncias.

O que se relata a documentação é a imediata atitude do governador interino contra os “rebeldes” desobedientes do navio recém-chegado. Testemunhas afirmaram que o capitão e o piloto foram presos e levados à força; e os soldados que os acompanhavam detidos e expulsos para o Chile. Os navios lusitanos que se encontravam no porto foram apreendidos e levados rio acima sob responsabilidade do capitão Nicolás de Montaña, dono de um navio de armada que havia chegado ao Prata antes da Restauração portuguesa trazendo o novo governador do Paraguai.

Apreensões, desterramentos e prisões seguidas de morte deixaram apreensivos os lusitanos sem *vecindad* ou sem algum tipo de vínculo local. Um pequeno grupo de marinheiros organizou-se e, no dia de Páscoa, escaparam para o Rio de Janeiro em um batel no momento em que toda a cidade encontrava-se na igreja matriz.

⁸ Em 5 de janeiro de 1641 enviou-se comunicado madrileno ao Brasil sondando a possibilidade do seu vice-rei manter-se fiel ao rei Felipe IV da Espanha. A pressão dos jesuítas, entretanto, levou Mascarenhas a pender para o lado de dom João IV quando um navio, em fevereiro de 1641, trouxe de Lisboa a notícia da Restauração. Logo depois, sob responsabilidade de um inaciano, o aviso partiu para o Rio de Janeiro. Após encontro privado com Correia de Sá e Benevides em março de 1641 e, provavelmente, com reticências deste governador e seu estudo das possíveis vantagens que poderia adquirir com a emergência da coroa bragantina, decidiu jurar fidelidade ao novo monarca (BOXER, 1952, p. 119, 147-148), (VALLADARES, 2000).

Mas não nos precipitemos. Antes ou depois deste incidente, e mesmo com a provável execução dos enviados do governador Salvador Correia de Sá e Benevides, a notícia da Restauração não trouxe uma perseguição desenfreada aos lusitanos da cidade. Principalmente as famílias que já possuíam *vecindad* continuaram atuantes no porto, fazendo parte de sua milícia, cavalaria ou mesmo perseguindo uma embarcação lusitana vinda da Bahia que se aproximara em demasia da cidade sem nenhuma permissão.

A posição de moradores do Rio da Prata em relação à presença lusitana ganhou novos contornos apenas com a chegada do governador dom Gerónimo Luis de Cabrera, neto de um dos primeiros conquistadores da região tucumana e fundador da cidade de Córdoba. Cabrera passou a interferir nos espaços de atuação portuguesa no final do ano de 1641. Proprietário de terras na região e com parentes em Santa Fé e Córdoba, o governador exerceu lentamente uma estratégia de aproximação e repulsão dos portugueses que residiam na cidade.

Em 1643, com anuência do vice-rei, marquês de Mancera, Cabrera realizou o levantamento dos portugueses residentes em Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes para desarmá-los e expulsá-los da costa. Foi um momento em que se iniciaram as acusações e perseguições contra alguns desafetos, inclusive famílias espanholas ligadas aos lusitanos. Entre elas, a do próprio governador (interino) que o antecedeu.

Mesmo com a execução dos “traidores lusitanos”, Roxas y Azevedo não se viu livre de suspeitas. Foi acusado até mesmo pelo ex-governador Mendo de la Cueva y Benavides e o seu filho, provavelmente parentes do governador do Rio de Janeiro, de cúmplice e facilitador dos portugueses.⁹ Além de prata e mercadorias, os marinheiros teriam levado informes ao governador do Rio de Janeiro.¹⁰

Este redemoinho de acontecimentos e acusações contra portugueses pertencentes a redes de cumplicidade no ano de 1641 é ainda mais

⁹ Segundo Boxer (1952, p. 120 e 145), Salvador Correia de Sá e Benevides era parente do ex-governador dom Mendo de la Cueva y Benavides (governou o Rio da Prata entre os anos de 1637 a 1640) e de dom Juan Bernardo (ou Fernando?) de la Cueva y Bena(e)vides, capitão de infantaria do forte e *teniente general* de Buenos Aires na época do governo de seu pai. Em 1641 Cueva y Bena(e)vides distribuiu cartas acusatórias sobre o procedimento tomado por Roxas y Azevedo quando da fuga de marinheiros lusitanos do porto. (AGI, Escribanía 892B).

¹⁰ Da mesma forma que Roxas y Azevedo, o governador Cabrera não exerceu uma perseguição desmensurada aos portugueses. Se por um lado expulsou lusitanos *sueltos*, sem *vecindad*, dependeu de um piloto português para enviar couros e comunicados à Espanha sob responsabilidade do capitão Montañón. Um parente de Cabrera levou consigo, nesta mesma embarcação, um mameluco que viera do Brasil. Nas *piezas* presentes no legajo (AGI, Escribanía 892C) percebe-se que Cabrera decidiu perseguir e expulsar apenas lusitanos *avecindados* que mantinham redes comerciais e que, provavelmente, não se aliaram ao seu interesse.

complexo de analisar. Isto porque grande parte desta documentação sobre o *alsamiento* dos Bragança e sua repercussão em Buenos Aires data de mais de três anos após o ocorrido, durante o período do governo de dom Gerónimo Luis de Cabrera, quando do seu *juicio de residencia* movido no fim do seu governo.

O *juicio de residencia* era um amplo processo judicial em que se faziam críticas e elogios ao governador quando da chegada de um novo eleito do rei. O juiz da *residencia* costumava ser o próprio substituto do governador. Era um momento singular, com ampla participação dos moradores, em que surgiam as mais variadas denúncias: perseguições políticas, ameaças, assassinatos, contrabando, excesso de autoridade do governante. Estas denúncias faziam parte de um ritual em que todos os moradores sabiam que o governador, cedo ou tarde, viria a passar. Antes mesmo de sua chegada formavam-se redes de interesses para abraçá-lo, assim como quando da sua saída, outras redes de cumplicidade formavam-se para atacá-lo no momento de sua *residencia*. Esta documentação é valiosa por informar a existência de disputas locais do porto, ameaças dos governadores contra seus desafetos e as denúncias contra sua pessoa por dar facilidades comerciais a determinados agentes sociais.

O documento transcrito abaixo compõe trecho de *residencia* contra o governador Cabrera. Data do início do ano de 1643, localizado no Arquivo das Índias, Sevilha (Archivo General de Indias, Escribanía de Cámara y Justicia del Consejo de Indias, Residencias de la Audiencia de Buenos Aires, 892B – “Buenos Ayres = sello tercero. El capitán Niculas de Montaña, natural de San Juián de Musques, del señorío de Viscaya en los reynos de España [□]□ folhas 84 a 87 verso).

A denúncia contra o governador tornou-se possível devido à saída de dom Juan de Avalos y Benavides, primo de Salvador Correia de Sá e Benevides do Rio de Janeiro rumo a Buenos Aires após a Restauração portuguesa¹¹. A então viúva de Roxas y Azevedo aproveitou a presença destas testemunhas para defender a inocência de seu falecido marido contra acusações que surgiram contra ele após a fuga dos marinheiros portugueses do porto em 1641.

¹¹ Na defesa de Roxas y Azevedo, *doña* Maria de Vega também levantou outras testemunhas vindas na mesma embarcação do primo de Salvador Correia de Sá e Benevides. Todos viviam no Rio de Janeiro, com tratos no porto. Um espanhol mantinha comércio com Angola e um outro era lusitano, *vecino* de Buenos Aires, e decidiu retornar à sua família.

* * *

[na margem superior direita da folha 84 lê-se: “Información por donde consta que el batel que hizo fuga de este puerto el año de 41 no fue ayudado despachado ni fomentado por ninguna persona□

[na margem superior esquerda da folha 84 lê-se: “Petz^{on}□

Doña Maria de vega Biuda del general Pedro de rroxas Y azevedo que gobernó estas provincias del rrio de la plata por muerte de don bentura de muxica cavallero de la horden de santiago que las gobernava por titulo de su majestad, (dios le guarde) ante Vm^d pareseo y digo que governando el dho mi marido por el año de seiscientos Y cuarenta Y uno se tubo noticia en este puerto (por que la dio Un navio que vino de la bahia del salvador, de que el el reyno de Portugal abia faltado a la lealtad de vida a nuestro rey Y señor natural y la dha provincia del bracil, y porque el dho mi marido, prosedio, assi contra los pilotos, capitanes, Y maestros del dho navio, como contra otro capitan Y piloto que se aprehendieron en una lançha: de hun navio que vino de; rrio de genero Y los condeno a muerte. Y trató de rremittir los demas marineros Y soldados al rreino de chile con lo qual sinco o seis marineros de los otros navios que estavan en este puerto atemorizados como gente de poco discurso Y rrason, el dia de pascua despiritu santo del dho año se metieron en un batel estando toda la xente del pueblo en la catedral Y el dicho mi marido con el cavildo, se salieron del rriachuelo Y se fueron sin poder ser detenidos a ampararse del dho navio del rrio de genero de la qual ocaçion tomo motivo don mendo de la cueba y Benavides que avia governado estas provinçias, enemigo capital del dho mi marido para escribir a diferentes partes que el dho batel y marineros que en el fueron avia hecho la dha fuga con consentimiento Y ciencia del dho mi marido, y que el dho batel avia llevado Plata, y avisos, Y porque lo rreferido es contra la verdad, Y toca tanto asi a la presunsion del dho mi marido que con tanta lealtad sirvio a su magestad en la rreferida ocaçion y que por el ymfatigable cuydado con que prosedio en la guardia y custodia deste puerto se le azelero la muerte, como a la de los hijos que de nuestro matrimonio an quedado, conbiene asi a my derecho, como al suio dellos cuya curadora soy hazer informaçion [fim da folha 84]

[folha 84v] con las personas que a este puerto an venido del dicho rrio de genero huyendo del dho puerto por no asistir en parte donde se avia faltado a la lealtad de su rrey Y señor natural, para que judicialmente digan Y declaren lo que bieron Y supieron de los diçhos marineros en el dho rrio de genero si llevaron plata alguna o cartas para algunos particulares quien los avió en este puerto, o, dio favor Y ayuda para su fuga Y si el dho, mi marido, o, otro algun ministro de su magestad, o, sellos mismos movidos del dicho temor y por pareserle que no prodrian salir deste puerto por

rason del dho alzamiento del rreino de portugal y costa del braçil y fha la dha imformación por el ynterrogatorio de preguntas que con esta presente se me manden dar los traslados que me fueren nesarios para rremittir a los tribunales donde conste la verdad Y la inosençia que en el casso tubo el dho mi marido portanto = a Vmd, pido y suplico aya por presentada esta mi petiçion e interrogatorio de preguntas para que por el se exsaminen los testigos que presentare y fha la dha ymformacion se me den los testimonios de ella que pidiere en los quales Y cada uno dellos Vmd ynterponga su autoridad y decreto judicial para que hagan fee en juicio Y fuera del pido Justicia y para Ello R^a doña maria de vega. En la ciudad de Trinidad puerto de buenos ayres a dos días del mes de junio de mil Y seiscientos Y quarenta Y tres años ante el almirante Don Luis de aresti teniente general de governador desta provincia del rrio de la plata se leió esta peticion que presente la contenida en ella con el ynterrogatorio que en ella se refiere = Y [na margen esquerda da linha 26 da folha 84v lê-se: “auto”] vista por el dcho teniente general y el dicho ynterrogatorio la hubo por presentada, y mando que por el tenor de las preguntas del se exsaminen los testigos que la parte presentare y lo firmo en este papel común por mando de la justicia y rregimiento desta ciudad por averse cumplido los dos años del papel sellado y no aver venido otro papel a esta ciudad don Luis de aresti ante my Ju^o [fim da folha 84v]

[folha 85] Antonio calbo escribano de su magestad.

Por las preguntas siguientes se examinen los testigos que fueron [na margem esquerda da linha 2, folha 85, lê-se: “interrogatorio”] presentados por parte de doña maria de vega biuda del general pedro de rroxas Y azevedo en la provança que pretende hazer sobre las cartas que con siniestra Relación se escribieron a diferentes partes ^{afirmando} que de la huída que hizieron çiertos marineros portugueses en un batel el dia del espiritu santo el año de cuarenta y uno, el dho general y otros ministros fueron savidores Y que el dho batel llevó mucha plata cartas R^a

1 □ Primeramente sean preguntados por el conosimiento de las partes Y notiça desta causa, digo, del casso

2 – Yten si saven que los marineros que se huieron en el dho batel no tubieron otro motivo ni movedor a ello, mas del miedo que consivieron [sic] dever que el dho general Pedro de rroxas Y azevedo avia condenado a muerte a dos pilotos Y al cappitan Y maestre del dho navio de la baya que truxo la nueva del alzamiento de portugal, y costa del braçil, Y al capitan y piloto que fueron aprehendidos en la lança del navio del rrio de genero, Y que a los demas soldados y marineros los avia desterrado al rreyno de chile y que con este temor y berse ympusibilitados de salir deste puerto, se rresolvieron ha azer la dicha fuga sin que nadie les ayudase fomentase ni diese con

sentimiento, sabenlo los testigos por averlo oydo a si a los dhos marineros en el rrio de genero donde los trataron y comunicaron familiarmente digan

- 3 yten si saven que en el dho batel no fue ni se llevó, oro, ni plata, ni otra cosa de balor, antes por la priesa que los dhos marineros tubieron en hazer la dha fuga no llevaron ni ropa ni caxas digan
- 4 – Yten si saven que en el dho batel no fueron cartas ningunas de ninguna persona ni en el dho rrio de genero, demas de que asi se lo dijeron a los testigos los dhos marineros, hubo noticia alguna de carta que deste puerto fuese mas de tan solamente las rrelaçiones que hazian los dhos marineros de palabra [fim da folha 85] [folha 85v] Y esto lo saven los testigos por averles dho los dhos marineros muchas veces que fue su rresolucion tan açelerada que con nadie la comunicaron ni tubieron ayuda ni favor de persona alguna digan
- 5 – Yten si saven que todo lo rreferido es publico Y notorio publica bos Y fama en el dho rrio de genero = doña maria de vega

En la ciudade de la trinidad puerto de buenos ayres a dos días del mes de junio de mil y seiscientos Y cuarenta Y tres años ante el almirante don Luis de aresti teniente general ^{de governador} deste puerto y provinçia del rrio de la plata se leyó este ynterrogatorio de preguntas que presento la contenida en el = Y vista por el dicho teniente general dixo que lo admitia y admitio en quanto es pertinente Y mando que por el tenor de las preguntas del se examinen los testigos que la parte presentar y lo firmo en este papel comun y por aver se pasado los dos años en que su magestad manda se huse del papel sellado Y por mandado de la justicia Y rregimiento desta çiudad, por no aver venido otro papel sellado = don Luis de aresti ante my Juan antonio calbo escrivano de Su mag^d. Ynformacion de doña maria de vega Biuda del capitan pedro de rroxas y azevedo teniente general Y Justicia mayor que fue desta prov^a [na margem esquerda, linha 20 da folha 85v, lê-se: “tto. D. Ju^o de avalos y benavides□].

En la ciudad de la santissima trinidad puerto de buenos ayres a dos días del mes de junio de mil y seisçientos y cuarenta y tres años doña maria de vega vezina desta ciudad viuda del general pedro derroxas y azevedo teniente general y justiça mayor que fue desta provincia por muerte de don ventura de muxica cavallero de la horden de santiago governador que fue della para la ynformacion que tiene ofreçida y le está mandada dar sobre las cartas que por siniestra rrelaçion se escrivieron a diferentes partes afirmando que de la huida que hisieron desta ciudad siertos marineros portugueses en un batel el día del espiritu santo del año pasado de mil y seiscientos y cuarenta y uno = ante el almirante don Luis de aresti teniente general de governador deste puerto y provinçias, presentó por testigo al capitan don Juan de abalos y Benavides vezino de la ciudad del [fim da folha 85v] [folha 86] Rio de genero en la costa del braçil y dueño de yngenios de moler asucares con

yndios de encomienda en el dho puerto, residente al presente en esta ciudad del qual se resivio juramento por dios nuestro señor y por una señal de cruz⁺ em forma de derecho, y aviendo lo hecho cumplidamente preguntado por las preguntas del ynterrogatorio dixo lo siguiente.

- 1 □ de la primera pregunta dixo que conose a la dcha doña maria de vega muger del dho general pedro derroxas y azevedo por averla comunicado despues que este testigo llegó a esta ciudad y tubo noticia del dho general su marido y asi mismo la tiene desta causa por aver oydo tratar de la huida del dho batel muchas veses y porque se habló en el rrio de genero quando llegó el navio que fue deste puerto el dho año de cuarenta y uno en que fueron los marineros que se huieron en el dicho batel y esto responde
- g^l □ de las preguntas generales de la ley dixo que es de edad de veinte y sinco años poco mas o menos y que no le toca las generales y esto responde
- 2 □ de la segunda pregunta dixo que como dho tiene este testigo se halló en el rrio de genero costa del brasil en casa de salvador correa su primo gobernador del, quando llegó al dho puerto un navio que fue desta ciudad año pasado de seiscientos y cuarenta y uno y vido que el ayudante del dho puerto que lo avia hidorreconocer por mandado del dho governador llevo al capitán del dicho navio y sinco o seis marineros y grumetes los quales le dijeron al dho governador em presencia deste testigo que avia huido em um batel deste puerto y metidose en el dho navio que estava dado fondo en el un dia que haçia una gran fiesta en la yglesia mayor desta ciudad y que le dieron rrason de como el general pedro de rroxas y azevedo justicia mayor desta ciudad avia condenado a muerte el capitán y piloto de un navio de la baya que avia venido a traer la nueva del alzamiento, y al capⁿ y piloto de otro navio que se despachó del dho rio de genero con el mis= [fim da folha 86] [folha 86v] mo aviso, que los coxieron en una lancha con otros soldados del dho navio, y que viendo que a los dhos pilotos y capitanes los avia condenado a muerte, y a los soldados desterrados para chile, se determinaron a tomar un batel que estava y hallaron solo en el riachuelo por que toda la gente se avia ydo a la fiesta, y con el se fueron a meter en el dho navio temiendose de que el dicho general pedro de roxas y azevedo no los desterrase tambien a ellos y quedasen ympusibilitados al bolverse al braçil porque era tanto el rigor que el dho g^l pedro de roxas y azevedo usava y las otras hordinarias diligencias que hacia sobre el dicho alzamiento y averiguar la verdad del que temieron muchos de los portugueses que aca estavam = y de oirles hacer la dicha relación vido este testigo que se quisieron inquietar algunos portugueses del rio de genero contra los castellanos que alli avia, disiendo que

pues acá tratavan tan mal a los portugueses que de allá avian benido, que porque se havia de hazer buen tratamiento a los castellanos que alli estaban y en tanta menera se ynquietaron que fue menester que el dho governador salvador correa de sá los hablase = y quietasse, y save este testigo que los dichos hombres que fueron desta ciudad en el dho batel y navio no dieron ninguna carta al dho gobernador ni otra ninguna persona ni el dho governador en muchas conversaciones que con este testigo tubo sobre el casso xamas le dixo que se la hubiesen llevado, ni que ninguna persona desta ciudad = les hubiese dado consejo ^{ni ayudado} a la dcha huida y este testigo habló con los dichos hombres para que le informasen de la forma y como se avian huido y que personas les avian dado ayuda y de como se avian tomado acá la nueba del alzamiento, y otras cosas particulares y de todo le dieron Razon, y enquanto a la huida le dijeron que nadie les avia ayudado ni fomentado ni llevado cartas de nadie y lo mismo le dijeron dos soldados que avian sido de la compañía deste testigo en el dicho rio de genero, que en aquella [fim da folha 86v] [folha 87] ocaçion fueron en el dho navio = y nunca este testigo supo ni oyo desir en publico ni en secreto en el dho rio de genero ni en el puerto de san bisente ni otros de la dcha costa que los dhos hombres que se hulleron desta ciudad, llevasen ningunas cartas al dho governador ni a otra ninguna persona, y si las llevaran fuera ympusible dexarlo de saber este testigo por la mucha comunicacion que en materia deste y otros negocios tubo con el dho governador su primo y esto responde

- 3 de la tercera pregunta dixo que sabe que los dhos marineros que se huyeron en este batel deste puerto quando llegaron al puerto del rio de genero no llevaron plata ni ropa ninguna, antes los vido este testigo saltar con unos calsoncillos de lienço como suelen andar de hordinario, y les oyó desir muchas veses que por la priesa de huirse se avian dexado su ropa y esto responde a esta pregunta
- 4 de la quarta pregunta dize que dize lo que dho tiene en la segunda pregunta y que no llevaron los dicho hombres que huieron en el batel carta de ninguna persona a esta ciudad, ni otra ninguna Relacion por escrito y que si llevaran lo supiera este testigo porque allá se hisiera grande estimacion de la persona que las escribiera y fundaran sobre ello muchas quimeras y milagros = y que las rrelaciones y declaraciones que hisieron los dhos hombres por escrito quando llegaron al dicho rio de genero las trahia este testigo autorisadas con los demas autos que sobre el lebantamiento se hisieron para entregarlos a los consexos por mandado del dho governador salvador correa de sá su primo las quales con los demas sus bienes y rropa las bolbio a llevar el navio quando a este testigo echó en tierra y por ellas no

constava ni parecerá en ningun tiempo que llevasen ninguna carta a esta çiu^d ni que ninguna persona les diese ayuda para la dcha fuga y esto responde a la pregunta

- 5 – De la quinta Pregunta dixo que todo lo que a dho y delcarado es la verdad. Y lo que save y vido publico y notorio publica voz y fama so cargo del juramento que tiene fho en se afirmo y rratifico siendole leido [fim da folha 87] [folha 87v] Y lo firmo con el dho teniente general = don luis de aresti, don juan de abalos y Benevides = ante my Juan Antonio calbo escrivano de su magestad.

* * *

De pouco vale deter-nos sobre a veracidade do relato envolvendo a inocência de Roxas e Azevedo perante a acusação de traição ao monarca espanhol. As falas das demais testemunhas que desembarcaram em Buenos Aires junto a Avalos e Benevides se repetem na pena do escrivão.

A vasta historiografia sobre o tema e conhecidos documentos envolvendo a presença lusitana no Rio da Prata apresentam-nos a proximidade comercial e parental entre moradores do Rio de Janeiro e Buenos Aires (ALENCASTRO, 2000) (BOXER, 1952). A preocupação dos Benevides no Brasil com o *alzamiento* dos Bragança e a necessidade de sondar a decisão dos moradores do porto rio-platense sobre os últimos acontecimentos em Portugal são notórias.

O desejo de integração do Rio da Prata com as Capitanias do Sul foi um objetivo claro dos Benevides. A retomada de Angola em 1648, ocupada pelos holandeses, foi uma tentativa dos Sá em reavivar o comércio da prata potosina e o tráfico de escravos através do porto de Buenos Aires. Ou ainda, de forma mais clara, a defesa e o projeto do agora conselheiro ultramarino de tomar Buenos Aires por meio de expedições militares mostra a importância desse sítio para o Império ultramarino português.

Por sua vez, o caso do português Juan Rodrigues Baez, *hombre de mar*, *vecino* e morador de Buenos Aires que também desembarcou no navio que trouxe Avalos e Benevides do Rio de Janeiro e foi mais uma testemunha contra Cabrera, mostra-nos que os interesses dos lusitanos em manterem-se na cidade, apesar da Restauração e possíveis perseguições, envolviam redes mais complexas.

O próprio governador acusado pela viúva de Roxas y Azevedo chegou, nos anos de 1641 e 1642, a armar lusitanos no forte de Buenos Aires e a montar uma cavalaria portuguesa para defesa da cidade contra

piratas e possíveis tentativas de invasão vindas do Brasil. Em carta endereçada Gonzalo Álvarez □ *vecino* lusitano proprietário de ilhas no Delta do Paraná e ligado a influentes redes de comércio interioranas –, o governador Cabrera chegou a permitir-lhe o uso de mão-de-obra indígena em suas chácaras, portanto que se lembrasse de que “[...] amigos pueden mucho con el sin decirle del señor gobernador palabra, porque si se lo dijera, si no le que le excusara el, que es señor gobernador □ (AGI, Escribanía 892B, fl. 3v).

Quando do início do levantamento do número de portugueses na cidade de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes (a chamada “lista do desarme □ criada para a futura expulsão, o segundo semestre de 1643 resumiu-se mais ao cerco de Cabrera e de seu *bando* aos portugueses que mantinham redes de influência locais sem a necessidade de recorrer aos “favores do senhor governador”.

O vice-rei do Peru, marquês de Mancera, e Felipe IV da Espanha, também tatearam pela manutenção de algumas redes de privilégios com lusitanos.

[□] y sin embargo de que yo tenia mandado que a los portugueses que se hallasen en mis reinos no se les hiciese agravio ni vejación, pues por la tiranía del duque de Bergança no habían perdido los que merecieron naciendo vasallos míos y que los dichos sus hermanos estaban casados con mujeres castellanas les havia desquitado las armas y prohibido el uso de ellas tratándoles como si fueran cómplices en la dicha tiranía y no hubieron merecido con su lealtad y servicios ser honrados y favorecidos como naturales españoles pues su mayor estimación había sido y seria siempre el uso de las armas para emplearse con ellas en mi servicio suplicome fuese servido de mandar despachar mi real cedula para que vos [marquês de Mancera] y demás virreyes que os sucedieren y cualesquier ministros y justicias de esas provincias no hagan agravio ni molestia a los dichos Antonio de Sosa Hurtado, Gerónimo de Sosa y Manuel de Sosa, sus hermanos, ni les quiten ni prohíban el uso de las armas que le son permitidas a los castellanos honrándolos y favoreciéndolos como a españoles verdaderos y naturales vasallos y habiéndose visto por los de mi consejo Real de las Indias y considerándose pues *justo tratar bien a los que procedieren como leales vasallos míos me a parecido ordenaros y mandaros como lo hago en conformidad de las órdenes que sobre esto se os han enviado dispongáis lo que en razón de ella tuvieredes por más conveniente y honrando y haciendo merced a los portugueses que lo merecieren*. Hecha en Zaragoza a doce de abril de 1645 años. Yo El Rey. (AGI, Escribanía 892B, fls. 19 e 19v)

O monarca e seu Conselho aprovaram com discrição que os vice-reis e governadores das Índias, caso assim desejassem, deslocassem os portugueses para o interior e aumentassem a vigilância das costas. Mas proibiu a expulsão ou apreensão dos seus bens. Atitude que poderia provocar uma revolta interna.

Da mesma forma, segundo Valladares (2000), muitos lusitanos vislumbraram na sua reincorporação à monarquia espanhola uma possibilidade de troca de privilégios, como o uso da mão-de-obra indígena.

Na Espanha, o monarca espanhol buscou reforçar uma centralidade simbólica sobre o reino português. Na primavera de 1641 a Corte recebeu com pompas nobres lusitanos que não se uniram à causa dos Bragança (tendo à frente Diogo Soares, secretário do Estado de Portugal), concedendo-lhes mercês: “era una generosidad calculada por parte de quien jugada a ser aún rey de Portugal en su palacio madrileño donde por aquellas fechas se recibía con mejor semblante a los portugueses que a los castellanos” (VALLADARES, 2000, p. 46). Apesar das redes clientelares com o reino português se desestruturarem, o monarca espanhol continuou a distribuir títulos lusitanos como sua graça real. Praticamente todo o alto clero e a fidalguia lusitana interessados pela continuidade de privilégios obtidos ao longo da união das Coroas mantiveram apoio ao monarca espanhol.

Este cuidado não foi diferente nas Índias, onde vice-reis e governadores cuidadosamente tatearam por espaços de aproximação com alguns lusitanos e de seus descendentes. Desta forma podemos compreender as ações de Roxas y Azevedo □ diretamente ligado a *bandos* compostos por lusitanos □ ou do recém-chegado Luís de Cabrera que, numa primeira impressão, pode-nos parecer dúbica e vacilante, mas que com maior atenção percebemos as suas tentativas de inserção em um influente grupo que há décadas esteve inserido em redes de privilégios locais e supralocais, construtor e mantenedor de uma importante poupança social no porto.

Não nos deve causar estranheza, portanto, a continuidade da presença de influentes lusitanos no Prata ou de seus descendentes, como o neto do perseguido Diego da Vega e filho de Pedro de Roxas y Azevedo, o capitão do forte Amador de Roxas y Azevedo. Entre os anos de 1674 e 1678 controlou, junto com o então governador Andrés de Robles e comerciantes, a prata enviada ao *presidio* (forte de Buenos Aires e, geralmente, casa do governador). Com seu título militar e o controle local do comércio voltado tanto para o ultramar

como para o interior da região, além de ser proprietário de terras rio-platenses, Amador continuou a interagir sem problemas na dinâmica do porto. Um jogo de privilégios que não se baseava necessariamente no apoio simbólico a Madri e na rejeição à chamada “rebeldia dos Bragança” mas antes de tudo na manutenção do que Moutoukias (1988) denominou de uma extralegalidade comercial e na autotransformação social por que passou a sociedade rio-platense durante décadas, quando da união das Coroas ibéricas, com uma forte e conhecida presença lusitana.

Referências

Fontes

ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. Sección Escribanía de la Cámara y Justicia. Escribanía de Cámara y Justicia del Consejo de Indias. Comisiones de la Audiencia de Buenos Aires (Código: Escribanía 880B).

ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. Sección Escribanía de la Cámara y Justicia. Escribanía de Cámara y Justicia del Consejo de Indias. Residencias de la Audiencia de Buenos Aires (Código: Escribanía 892B). Piezas: 2, 3, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 20, 21 e 22.

ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. Sección Escribanía de la Cámara y Justicia. Escribanía de Cámara y Justicia del Consejo de Indias. Residencias de la Audiencia de Buenos Aires (Código: Escribanía 892C).

Periódicos e Livros

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola (1602-1686)*. London: University of London Press, 1952.

FRÍAS, Susana R. La expansión de la población. In: *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1999.

MACHAIN, Ricardo de Lafuente. *Los portugueses en Buenos Aires (siglo XVII)*. Madrid, 1931.

MOLINA, Raúl A. António de León Pinelo y su vida en América. Su testamento y su obra; Juan de Vergara, señor de vidas y haciendas en el Buenos Aires del siglo XVII. *Boletín de la Academia Nacional de Historia*, Buenos Aires, v. XXIV-XXV, p. 453-504, 1950-1951.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arcos, 2000.

Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império*

*Representations of associativism between workers
mutual societies in the Court of the Empire*

*Representaciones del asociativismo entre las mutuales
de trabajadores en la Corte del Imperio*

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida**

Resumo: O presente artigo lança luz sobre a cultura associativa entre trabalhadores na Corte do Segundo Reinado através de estatutos de sociedades de mútua ajuda e pareceres emitidos pelos conselheiros de Estado da Seção dos Negócios do Império. Toma particularidade aqui, abordagens que remetem às representações identitárias e os significados de moralidade, altruísmo e nobilitação do trabalho no interior das redes de sociabilidade e da importância a elas creditadas pelos sujeitos históricos em evidência.

Palavras-chave: mutualismo; trabalhadores; Corte do Império.

Abstract: This paper sheds light on the culture of partnership between workers of the Court of the Second Empire through mutual aid statutes and opinions issued by State counselors of the Empire Affairs Section. This article also deals with approaches that lead to identity representations and meanings of morality, altruism and ennoblement of work within the social networks and the importance credited to them by historical subjects in evidence.

Keywords: mutualism; workers; imperial court.

*Este trabalho é um resultado do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

**Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Investigador Estrangeiro da Rede REMESSAS □ Emigração Europa do Sul/América do Sul ligada ao Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto (CEPESE/UP). Professor da Faculdade Redentor e da Secretaria de Educação de Minas Gerais. <mathist@ig.com.br>.

Resumen: Este artículo arroja luz sobre la cultura asociativa entre los trabajadores de la Corte del Segundo Imperio a través de estatutos de ayuda mutua y pareceres emitidos por consejeros de Estado de la Sección de Asuntos del Imperio. Toma particularidad aquí los enfoques que llevan a las representaciones de identidad y los significados de la moralidad, el altruismo y el ennoblecimiento del trabajo dentro de las redes de sociabilidad y de la importancia asignada a ellas por sujetos históricos en evidencia.

Palabras clave: mutualismo; trabajadores; corte imperial.

Esta associação tem por fim promover o gosto e o amor ao trabalho em proveito do País, e progresso das artes, e reputação dos artistas brasileiros.

(Estatutos da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade)

O processo de construção da identidade classista e da cultura política entre os trabalhadores, no percurso de suas organizações coletivas, compõe um campo privilegiado da história do trabalho. Tendo em vista a temática, já consideravelmente percorrida pela historiografia¹, este artigo apoia-se na literatura sobre o tema e toma como base documental, pedidos de consulta a estatutos enviados à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado pelas sociedades de mútua ajuda de ofícios ou categorias profissionais entre 1860 e 1882.

Nesse espectro, as interações promovidas entre o poder público e os grupamentos civis das classes laboriosas fornecem elementos relacionados às dinâmicas e estratégias associativas, às culturas identitárias, à disposição e pluralização do espaço público, à moralidade do trabalhador, sua formação técnica e intelectual, à nobilitação do trabalho, à proteção contra as inseguranças sociais e à concorrência no mercado de trabalho. A formação de uma aristocracia entre os trabalhadores, as práticas de exclusão societária e a qualificação técnica e intelectual proporcionada pela instrução também são passíveis de discussão com base na documentação produzida pelo

¹ Desde a década de 1990 uma vasta literatura sobre o tema do mutualismo vem se constituindo. Especificamente sobre mutuais de trabalhadores ou por ofícios merecem destaque: Cadernos AEL (1999); Fortes (1999); Lacerda (2011); Batalha (1992; 1999; 2004); Mac Cord (2009); Nomelini (2007); Silva Jr. (2004), entre outros. Recentemente um amplo repertório sobre o mutualismo foi publicado dedicando especial atenção às experiências mutualistas dos trabalhadores no século XIX e XX (Mac Cord; Batalha, 2014).

governo². Por essa lógica, é possível tecer interpretações acerca das práticas características de uma cultura classista ou laboral, e de outras ainda que não se diferenciam dos traços comuns dos demais tipos de sociabilidade inscritos naquele mesmo contexto histórico.

A proposta, portanto, não consiste em traçar uma análise sistematizada sobre a cultura de classe dos trabalhadores dentro das sociedades de auxílio mútuo, tal como a própria condição das mutuais na formação da classe operária, mas sim extrair das fontes elencadas entendimentos a respeito das práticas e ações dos trabalhadores no campo associativo, dialogando com a literatura sobre as linguagens e identidades forjadas em seu interior, a construção de valores morais, o significado da proteção social e a forma como se relacionavam com o poder público e este concebia os trabalhadores e suas formas coletivas de organização.

Civilizar e moralizar para proteger

Segundo Silva Jr. (2004), as sociedades de ofícios surgiam como entidades □protetoras□ e □auxiliadoras□ dos interesses de seus sócios, para dar assistência àqueles que porventura clamassem por ela, ou ainda cumprir com outra função ainda mais importante que proteger: a de proporcionar o sentimento de proteção, atendendo ao seu objetivo primordial de segurança, ou seguridade. Esse diferencial semântico, proteger ou sentir-se protegido, compunha um dos elementos centrais das sociedades de ajuda mútua e/ou beneficentes relacionadas diretamente à sua ação objetiva, à sua finalidade básica: remediar as inseguranças materiais e físicas de seus associados, sobrepor-se às calamidades que entregavam esses sujeitos históricos ao □estado de pobreza□ e de se apresentarem como redes de solidariedade voltadas ao combate dos riscos sociais.

Dentro da dinâmica associativa, conforme ilustra a quadro abaixo, as mutuais por ofício ou categoria profissional contabilizaram um

² Trata-se de pareceres emitidos pelo governo imperial, especificamente a 2ª Secretaria do Ministério dos Negócios do Império e da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, sobre pedidos de sociedades civis requerendo autorização das autoridades públicas para funcionar ou manter suas atividades legalmente. Em 1860 o governo imperial promulgou a Lei 1.083 de 22 de agosto, seguida do Decreto 2.711 de 19 de dezembro, que condicionou quaisquer tipos de sociedades civis a requerer das autoridades competentes em cada província e na capital um pedido de consulta aos seus estatutos para obter reconhecimento jurídico e legal. Na Corte, o órgão responsável por emitir os pareceres anuindo ou não o funcionamento das sociedades foi a Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, composto por três membros. A Lei e o Decreto foram revogados em 1882.

número significativo de associações no Rio de Janeiro, cuja finalidade voltava-se, em muitos casos, para questões além daquelas atribuídas ao seu caráter imediato: a proteção e seguridade social. Almejavam também a valorização das artes, das identidades laborais, da moralidade e do altruísmo. Desempenharam, portanto, um papel relevante na configuração das redes de sociabilidade no espaço público carioca no percurso dos oitocentos e no estreitamento de laços de solidariedade forjados no interior de sociedades destinadas à mútua ajuda.

Quadro 1. Sociedades de mútua ajuda por ofício ou categoria profissional no Rio de Janeiro (1834-1880)

Nome	Fundação	Categoria/Ofício
Sociedade Musical de Beneficência	1834	Músicos
Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente	1835	Diversos ofícios e artes
Imperial Associação Tipográfica Fluminense	1853	Tipógrafos
Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha da Corte	1856	Construção naval
Sociedade dos Seculares Empregados da Igreja	1857	Diversos ofícios
Sociedade Beneficente dos Artistas da Construção Naval	1858	Artífices da construção naval
Sociedade Filantrópica dos Artistas	1858	Artes cênicas
Associação Beneficente Artes, Comércio e Indústria	1860	Diversos ofícios
Caixa Auxiliadora das Corporações das Composições Dramáticas e Musicais	1860	Artes cênicas e músicos
Associação de Socorros Mútuos e Montepio dos Empregados da Estrada de Ferro D. Pedro II	1861	Transporte
Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives	1838	Ornamentação
Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade	1852	Diversos ofícios
Sociedade dos Socorros Mútuos Comércio	1861	Guarda-livros, empregados e empregadores do comércio
União Beneficente Comércio e Artes	1863	Comércio
Associação dos Compositores do Jornal do Comércio	1868	Tipógrafos
Sociedade Beneficente Protetora dos Chapeleiros do Rio de Janeiro	1869	Chapeleiros
Associação Beneficente dos Guarda-Livros	1869	Comércio
Montepio dos Artistas da Corte	1870	Diversos ofícios
Liga Operária	1872	Diversos ofícios

Continua

Quadro 1 (conclusão)

Nome	Fundação	Categoria/Ofício
Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional	1873	Tipógrafos
Sociedade Beneficente dos Maquinistas	1873	Transporte
Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabelereiros	1869	Barbeiros e cabelereiros
Sociedade Beneficente 31 de Outubro Amor ao Trabalho	1874	Vários ofícios
Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas no Rio de Janeiro	1875	Carpinteiros e marceneiros
Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão	1870	Diversos ofícios
Sociedade dos Artistas Alfaiates	1876	Alfaiates
Sociedade Montepio Artístico Familiar	1876	Diversos ofícios
Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Profissões Correlativas	1875	Sapateiros
Club Beneficente dos Guarda-Livros	1876	Comércio
Sociedade Protetora dos Artistas Dramáticos	1877	Artes cênicas
Associação de Beneficência Socorros Mútuos dos Despachantes da Alfândega do Rio de Janeiro	1878	Despachantes/ funcionários públicos
Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro	1880	Comércio
Sociedade Beneficente dos Empregados da Gazeta de Notícias	1880	Imprensa
Sociedade Beneficente de Socorros Mútuos dos Empregados das Capatazias da Alfândega de Corte	1880	Transporte
Sociedade de Socorros Mútuos e Montepio dos Maquinistas	1880	Transporte
Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro	1881	Professores
Sociedade Beneficente dos Empregados no Fumo	1881	Fumo
União Beneficente Protetora dos Cocheiros	1881	Transporte
Sociedade de Socorros Mútuos União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados	1881	Comércio
Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte	1881	Professores
Corpo Coletivo União Operária	1880	Diversos ofícios

Fonte: (BRASIL. Fundo da Seção de Negócios do Conselho de Estado, 1860-1882); (BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1860-1882); (BRASIL. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1844-1888). Esses dados sofrem variações em pesquisas e levantamentos realizados sobre mutualismo no Rio de Janeiro no contexto em foco, a saber: Fonseca (2008); Jesus (2009); Lacerda (2011).

As sociedades de trabalhadores, em geral, constituíam alguns tipos básicos: de classes profissionais ou ofícios, de trabalhadores artífices, de funcionários públicos e militares da Guarda Nacional, de ramos da indústria e do comércio, de artistas cênicos e músicos, entre outros. Todas elas conservavam a finalidade precípua do auxílio mútuo, como também da defesa de interesses forjados na afirmação de suas categorias profissionais, alocadas em um ambiente cuja diversidade de sujeitos e grupamentos sociais configurava um campo adequado às representações simbólicas e representações identitárias. Tais construções perpassavam também pelo olhar do outro e pela forma como esse olhar caracterizava esses significados. Assim, os comportamentos, valores e condutas seguiam padrões de uma moralidade pautada na civilidade com vistas à disciplinarização dos corpos, à honestidade das ações, à vida regrada, aos bons costumes, à dedicação e valorização do trabalho manual, do operário e do artesão.

A Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade, fundada em 1861, em seus estatutos garantia o compromisso de “unir em uma só e grande família os filhos do trabalho”. Para fazer parte dessa “grande família”, uma porção de requisitos era solicitada ao candidato: em primeira instância, ocupar-se ou já ter se ocupado em algum ofício ou arte, gozar de “honesta reputação” e ter ao menos 18 anos de idade. A associação propunha a defesa dos interesses dos artistas brasileiros, numa equação com resultados para além das atividades exclusivamente voltadas para os socorros mútuos, incluindo a valorização do trabalhador por meio de seu enaltecimento técnico e intelectual. Prevalencia um espírito de união e proteção, esta propiciada pelas cotas pecuniárias de cada sócio, ao se ampararem mutuamente como “irmãos” e “filhos do trabalho” nas adversidades e calamidades da vida.

O exemplo da sociedade Trabalho, União e Moralidade reforça a tese, atualmente bem endossada por referências na historiografia social do trabalho, da importância das mutuais na afirmação de uma linguagem ou de linguagens identitárias entre os trabalhadores, a partir da segunda metade do século XIX. Dentro desta perspectiva Cláudio Batalha salienta que em um contexto de mudanças progressivas processadas nas relações sociais de produção, os sentidos atribuídos ao trabalho passavam ao mesmo tempo por uma redefinição simbólica: “Esta é uma dimensão central na linguagem das sociedades mutualistas: o esforço de [re]abilitação do trabalho, que precede a articulação do discurso classista” (1999, p. 64).

Por outro lado, isso não quer dizer que, por pertencer a certa sociedade de auxílio mútuo e/ou beneficente de trabalhadores ou de categoria profissional, o operário se sentiria ainda mais operário ou o artesão ainda mais artesão que os seus pares não filiados. Porém, essas associações cumpriam o papel de fortalecer os laços de solidariedade, reconhecimento e valorização da profissão, do trabalho e do trabalhador. A capital abrangia um número considerável de associações constituídas em torno de ofícios manuais na segunda metade do século XIX. Resultado da própria diversificação das atividades artesanais e manufactureiras, acrescida ainda da diminuição da presença dos trabalhadores escravos na economia urbana e o crescimento demográfico que afetavam as condições de vida e trabalho da maioria da população carioca.

Nesse movimento, diferentes categorias de artífices e de operários encontravam, nas sociedades de socorros mútuos, uma possibilidade de buscar suporte material e de criar mecanismos de proteção social, articulando valores culturais referenciados na ética do trabalho e na imagem positiva do trabalhador (JESUS; LACERDA, 2010, p. 135).

As adversidades enfrentadas pelos trabalhadores, em grande parte, eram produzidas pela desqualificação do valor do trabalho manual, pela economia escravista, pelas condições de vida e pela concorrência e composição social do mercado de trabalho, dada a participação cada vez mais crescente de trabalhadores imigrantes, sobretudo portugueses, na Corte do Império. Por outro lado, o sentido do trabalho adquiria outros contornos no percurso dos oitocentos, inserido no processo de transformação e crise da economia senhorial escravista, com o crescimento do trabalho livre e assalariado, o crescente ideário de modernização e o adensamento demográfico do espaço urbano. Passava a ser compreendido também como um emblema de bom caráter, moral e dignidade, contra aqueles que se entregavam ao ócio, à prática de atividades condenáveis, como a mendicância, jogatina, capoeira, prostituição e a vagabundagem.

É, portanto, em torno da noção de trabalho que se inicia a distinção entre □bons cidadãos□ e □classes perigosas□ nas sociedades capitalistas. O trabalho vem impregnado de uma conotação positiva associada àquele que incorpora a ética do trabalho: o ‘bom operário’, laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro (BATALHA, 1992, p. 119).

Além disso, o ofício manual, acompanhado do conhecimento e da habilidade técnica e desempenhado por artistas ou artífices, investia-se de uma posição privilegiada na hierarquia laboral, forjando uma espécie de aristocracia do mundo do trabalho. Todavia, a condição privilegiada não os eximia de sofrer com as iminentes calamidades da vida e seus riscos sociais, que podiam se abater sobre qualquer classe ou grupo social e demandavam a implementação de mecanismos eficazes de proteção social.

Encontravam-se imbricados, portanto, de um lado, concepções e juízos disseminados no tecido social e, de outro, demandas circunstanciais da vida cotidiana, que projetavam os sujeitos históricos rumo à organização coletiva, na busca de soluções para remediar os riscos sociais, sem, contudo, deixar de reproduzir as idiosincrasias causadas pelas diversas identidades associadas ao trabalhador pobre, ao seu ofício, sua condição econômica, sua cor e nacionalidade. Trabalhadores escravos, livres e libertos, nacionais e estrangeiros, compunham, portanto, uma coletividade bastante heterogênea do tecido social e da organização do trabalho na capital do Império. A presença marcante dessa diversidade constituía um campo fértil para a afirmação de elementos identitários, que ensejavam nas sociedades de mútua ajuda um ambiente por vezes ajustado às manifestações representativas e simbólicas de grupos que compartilhavam determinadas experiências e carregavam consigo certos valores e costumes em comum.

A Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates ao expor seus objetivos, no Capítulo 1, Artigo 1º, dos seus estatutos, se comprometia a: “Oferecer pensões para herdeiros dos associados, sanar suas enfermidades e civilizar aqueles que exerciam a arte de alfaiate bem como defender os preceitos de moralidade, civilização e humanidade para minorar e aliviar os males de seus associados” (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE AUXILIADORA DOS ARTISTAS ALFAIATES, 1876). Ao antecipar valores subjetivos aos fins securitários, a entidade reforçava o grau de importância dispensada às representações e valores de comportamento aos quais seus membros deveriam guiar-se. Parecia ser fundamental para os alfaiates elevar certas regras de conduta com o propósito de assegurar uma boa impressão sobre sua profissão e sobre o caráter daquele que a exercia, como ao próprio enaltecimento da agremiação perante a sociedade em geral. No âmbito simbólico, o trabalho adquiria outros emblemas, bem diferentes daquele tom pejorativo e humilhante da atividade braçal do escravo, considerada indigna de uma pessoa livre. Passava agora a ser exemplo

de moralidade, civilização, união, modernidade, entre outras virtudes amplamente difundidas pelas sociedades por ofícios mecânicos, manuais e liberais espalhadas pela Corte.

Assim, não só ao auxílio e o amparo mútuo artífices de associações como a dos Artistas Alfaiates se dedicavam. Sua missão consistia em algo de maior magnitude, servindo de instrumento de mobilização e dignificação do trabalho, de altruísmo e de nobilitação de suas habilidades. Elas passavam, desta forma, a cumprir um papel pedagógico, professoral, de congregar e guiar os artistas da Corte rumo à insígnia moralizante do labor, como é possível notar também nos estatutos da sociedade Trabalho, União e Moralidade e ao prescrever em seus fins:

Art. 3º Moralizar e instruir pelo exemplo, pelos conselhos, e pela doutrina escrita aos artistas e operários para que tenham no país, a reputação e importância social de que gozão seus irmãos nos países ilustrados.

Art. 4º Para complemento de tão justos fins, a associação se esforçará para conseguir que todos os artistas se alistem sob a bandeira social, Trabalho, União e Moralidade (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ARTISTAS BRASILEIROS TRABALHO, UNIÃO E MORALIDADE, 1862).

Sua missão de guiar os trabalhadores à bandeira da moralidade, da união e do trabalho implicava também fornecer instrução primária e ensino técnico aos filhos órfãos dos artistas empobrecidos. Sendo assim, o Artigo 7º, que ampliava as obrigações da sociedade, previa em seus parágrafos que, tão logo a entidade reunisse condições, construiria uma oficina destinada à instrução dos sócios e seus filhos que desejassem enveredar pelo ofício das artes, como também erguer uma enfermaria para o atendimento dos sócios, disponibilizando um médico para cada freguesia atendida pela associação.

Ainda dentro do campo simbólico, as representações religiosas perdiam cada vez mais espaço nas práticas e nos discursos dos trabalhadores, sobretudo a partir da década de 1850, quando as Irmandades passaram a concorrer com as sociedades de auxílio mútuo nas atividades de amparo social, pelo menos no contexto da capital do Império. Mesmo assim, elas não sucumbiram ao surgimento das mútuas e beneficentes de caráter laicizado; conviviam no mesmo espaço público, sendo possível supor que muitos trabalhadores membros de mútuas pertencessem também a irmandades religiosas. Em se tratando

dos sapateiros, uma das únicas irmandades ligadas a um ofício em 1870 na Corte era a Irmandade de São Chrispim e São Chrispiniano.

No dia 10 de maio de 1875, na residência do Sr. Manoel Pereira D'Ávila, à rua da Alfandega, 330, região central da cidade, diversos artífices, convidados pelo Sr. Antônio Augusto Botelho, se fizeram presentes em assembleia geral no intuito de instalar uma sociedade de classe representativa de seus interesses [sob a invocação de seu patriarca São Chrispim e São Chrispiniano] para socorrê-los em momentos de indigência. Depois de aprovada a proposta por todos os presentes, seguiu-se a eleição da Diretoria provisória, composta por um presidente e um vice, 1º e 2º secretários, um tesoureiro, um procurador e um Conselho de 12 membros. Assinaram a ata 16 pessoas com seus respectivos endereços residenciais. Constituiu-se na Corte a Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Profissões Correlativas.

Semanas depois, concluído os trabalhos de organização da sociedade e formalização de suas leis sociais, encaminharam ao governo o pedido de consulta aos seus estatutos com o objetivo de vê-los aprovados pelas autoridades competentes. Na ocasião, ao interpor parecer sobre o requerimento, Campos de Medeiros, Chefe da 2ª Secretaria do Ministério dos Negócios do Império, depois de enumerar dezenas de substitutivos a vários dispositivos dos estatutos, para em seguida encaminhá-lo à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, concluía:

A máxima parte destas emendas estão por sua natureza explicadas. Quase todas tendem a definir ou garantir melhor os direitos dos sócios, cercear o desmedido arbítrio das administrações, facilitar as reuniões da assembleia geral dos sócios e suprir certas formalidades substanciais exigidas pela lei (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS PROTETORA DOS ARTISTAS SAPATEIROS E PROFISSÕES CORRELATIVAS, 1877).

Com os papéis em mãos, a Seção seguia a mesma rotina burocrática: ratificar a maioria das emendas propostas pela Secretaria, além de propor outras mais. Não obstante, chama a atenção uma discordância dos conselheiros José Pedro Dias de Carvalho, Jeronymo José Teixeira Júnior e Paulino José Soares de Souza em relação ao parecer de Medeiros, permitindo perceber significados que reforçam as experiências em comum de certos segmentos de trabalhadores, à revelia de qualquer esfera legal ou administrativa, a qual cabia ao governo legislar, mas

essencialmente ligados às antigas manifestações identitárias das corporações de ofício e das Irmandades que ainda se reproduziam. Tratava-se de uma substituição na letra do Art. 23 indicada por Campos de Medeiros, no seguinte teor: “No Art. 23 depois de – posse – diga-se: da mesa da assembleia geral e da Comissão de contas poderá ser em ato contínuo à eleição; a da diretoria, porém, e dos vogais do conselho.” Originalmente o artigo prescrevia: “A posse [da diretoria] deverá ter lugar no dia 25 de outubro (Dia de São Chrispim).” Os conselheiros relatores discordaram da alteração proposta pelo secretário, sugerindo que se mantivesse no documento o teor original do artigo: “O Art. 23 deve ficar como está redigido. A sociedade quer lembrar o dia do santo invocado como seu patrono pelos sapateiros porque se lhe há de tolher esta recordação?” (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS PROTETORA DOS ARTISTAS SAPATEIROS E PROFISSÕES CORRELATIVAS, 1877).

No campo simbólico, mantinham-se algumas representações das antigas corporações de ofício ou de irmandades ligadas aos ofícios manuais, como homenagens aos santos padroeiros, mesmo que sob outra linguagem, distante do peso religioso, mas não totalmente distanciada deste emblema. Nota-se a importância dada à figura do patrono pelos fundadores da sociedade ao clamarem pela proteção de São Chrispim e São Chrispiniano no ato da criação da associação e na celebração da posse dos novos diretores, não no dia de sua eleição, como queria Campos de Medeiros em sua interposição, mas exatamente na data de comemoração do patrono, como prescrevia o texto original dos estatutos em seu Artigo 23. Apregoava, inclusive, em seu parágrafo único, que e a festividade da posse se realizaria junto com a do santo padroeiro, aclamando a nova diretoria sob seu amparo e proteção.

À medida que novas formas organizativas dos ofícios manuais e operários se desenvolviam, categorias de representação eram constituídas e absorvidas, substituindo tradições seculares, ou ajustando as expressões simbólicas ainda persistentes nas expressões culturais dos trabalhadores.

Como todos os grupos de seres humanos, as coletividades de trabalhadores, quer sejam oficialmente organizadas ou não, ocasionalmente entregaram-se a práticas formalizadas associadas a objetos e símbolos apropriados. [...] é muito curioso que para cada tipo de ofício surja, nos artífices que os exercem, um caráter específico, um temperamento especial. (HOBSBAWM, 2000, p. 99/149)

Para Hobsbawm, a história apresenta os sapateiros como uma classe propícia à mobilização, organização e militância política em razão de seu temperamento alegre e festivo. Sem deixarmos de considerar as peculiaridades dos contextos históricos, a organização desses profissionais ao longo de todo o século XIX somava-se a outras categorias de ofícios, cujos trabalhadores possivelmente existiam em número mais elevado, tais como alfaiates, marceneiros e carpinteiros, gráficos e trabalhadores da construção civil, por exemplo.

Evidentemente, não se trata de conceber a Sociedade Protetora dos Sapateiros e Profissões Correlativas como uma entidade de resistência ou de mobilização política dos artífices de São Crispim, reunidos em uma mutual. Nem sequer há indícios dessas práticas na documentação pesquisada ou menções na historiografia que permitam inferências sobre esse tipo de mobilização por parte dos sapateiros na capital do Império. Não é o caso, por exemplo, dos compositores tipográficos, que declararam greve em 1858. O movimento desencadeado pelos tipógrafos, reunidos em sua maioria na Associação Tipográfica Fluminense, fundada na Corte em 1853, registraria um dos primeiros indícios de uma mobilização política voltada para a luta direta contra os abusos dos patrões, com a peculiaridade de ser organizada por uma associação mutualista. (VITORINO, 1999, p. 72). Outrossim, trata-se de considerar e constatar a importância das sociedades de mútua ajuda na constituição da cultura associativa dos trabalhadores, cujas experiências podem ser notadas em várias conjunturas históricas, bem como a importância do papel dos ofícios manuais na formação das classes operárias ao longo do século XIX.

Nobilitar as artes e dignificar os artífices

A imagem da sociedade também estava em jogo e, portanto, a primazia deveria ser a integridade moral de seus membros na defesa do interesse coletivo. Por isso mesmo, para qualquer proposto ser aceito em seu quadro associativo, logo em seu artigo primeiro, a Sociedade de Beneficência 31 de Outubro Amor ao Trabalho estatuiu: “[...] será composta de ilimitado número de sócios sem distinção de classes que a ela quiserem pertencer, reconhecida que seja a sua honestidade. □ (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE BENEFICENTE 31 DE OUTUBRO AMOR AO TRABALHO, 1877). Percebe-se o tom da conduta moral extensiva não só ao indivíduo como também à sua classe, salvo as ambiguidades que o termo pudesse sugerir.

No campo da linguagem, o que se observa dos elementos da cultura entre os trabalhadores deriva do próprio processo de democratização verificado nas mutuais de ofício ou categoria profissional se contrastadas com as antigas corporações de ofício. Elas se tornam nitidamente mais abertas e sem o rigor estrito das hierarquias laborais, contribuindo para a ampliação das experiências coletivas dos trabalhadores. Desta forma, os artífices e suas redes horizontais de sociabilidade exclamam uma maneira de ampliar sua participação política e sua integração no tecido social, como é possível perceber nas dinâmicas associativas contempladas neste texto. Ao passo que as transformações ocorridas nas relações de produção traziam consigo incrementos na tecnologia do trabalho, redefinindo o campo das técnicas e habilidades profissionais, os espaços de sociabilidade relacionados às artes e aos ofícios se pluralizavam. Com isso, sua natureza fechada esmaece à medida que as associações de auxílio mútuo e, mais tarde, os sindicatos adquirem um perfil mais aberto em relação aos níveis de qualificação profissional exigidos, permitindo figurar entre seus sócios uma gama diversificada de talentos.

O mutualismo entre os trabalhadores não se restringia, portanto, somente a um fim em si mesmo, ou seja, à sua natureza exclusivamente assistencial. Poderia traduzir também instrumentos de ação autônoma dos trabalhadores e de defesa de outros interesses, ora muito próxima à prática sindical, ora disposta a perpetuar ritos das antigas corporações de ofício e irmandades: formas imbricadas de continuidade e ruptura no interior de organizações comuns às diversas categorias de trabalhadores a partir da segunda metade dos oitocentos, forjadas no interior das sociedades de auxílio mútuo (BATALHA, 1999). As mudanças e permanências das formas associativas entre os trabalhadores ao longo do século XIX, sobretudo em seu perfil, partem, destarte, de uma postura mais fechada para uma posição mais aberta à incorporação de variados segmentos de trabalhadores, embora discriminadamente, identificados com a profissão ou profissões filiadas à associação pretendida.

A ampliação dos espaços de sociabilidade dos trabalhadores dentro das sociedades de categorias profissionais poderia também suscitar desconfiças com relação aos modos de mobilização e atividades relacionadas às práticas sindicais, proibidas pela legislação imperial. A própria experiência da associação de tipógrafos servia como exemplo. A suspeita dos conselheiros da existência de propósitos sindicais em certas associações, a partir do exame dos pedidos de aprovação ou reforma de seus estatutos, poderia motivar a sua reprovação caso percebessem

objetivos outros, alheios aos fins aos quais se credenciavam: o auxílio mútuo e/ou a beneficência. Mesmo não havendo um universo documental suficiente para decifrar as práticas internas dessas sociedades, a preocupação dos conselheiros de Estado com determinadas atividades relativas ao âmbito do corporativismo profissional e do sindicalismo, manifesta em seus pareceres, acusa a possibilidade de que essas ações fossem difundidas em seu interior. Para Batalha,

[...] existem diversos exemplos de sociedades de socorros mútuos de trabalhadores, que não restringem sua atuação à prestação de auxílios. Se sociedades como a Liga Operária não chegam a constituir casos típicos, na maioria das sociedades de trabalhadores, atividades como a formação profissional, a educação tradicional, a busca de colocação dos associados no mercado de trabalho, são indícios de que a adoção do auxílio mútuo constituem, em grande medida, a fórmula encontrada pelos ofícios para constituírem organizações legais. (BATALHA, 1999, p. 56)

A excepcionalidade da Liga Operária, fundada na Corte em 1870, consistia em agregar às suas atividades fins mais dilatados que extrapolavam o campo meramente securitário. Segundo o autor, além de defender o aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho, a associação instituía um tipo de organização interna aos moldes das futuras federações operárias, através de representações por ofício que se encontrasse inscrito na Liga. Quanto a esse modelo organizacional, o capítulo 7º dos estatutos, denominado "Das Classes Operárias" estipulava:

Art. 29. Cada classe de operários será dirigida por uma Diretoria, composta de um Presidente que fará parte de uma Diretoria Central e de dois Deputados. Estes últimos reunidos aos de todas as outras classes, constituirão a Assembleia Geral da Associação. Não poderá constituir classe um número inferior a 10 membros de cada profissão; neste caso se reunirá a outra classe mais semelhante, podendo desligar-se dela desde que contenha o número acima previsto (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS LIGA OPERÁRIA, 1872).

Esta disposição da assembleia geral, em sessão que seria formalizada pela presença da maioria dos deputados das classes operárias, e não do conjunto dos sócios, foi considerada pelos conselheiros de Estado como

um tipo de “organização aristocrática”, porém admissível, conquanto aprovada pela maioria dos sócios reunidos em assembleia. Mesmo que figurasse como um modelo sindical, a sua aprovação por parte do governo com a publicação do Decreto nº 5.353, de 23 de julho de 1873, não permite compreender suficientemente o quanto determinadas práticas sindicais no interior das mutuais poderiam ser de fato censuradas. A greve dos tipógrafos em 1858, na qual a Associação Tipográfica Fluminense esteve envolvida, não resultou em seu fechamento ou nenhuma outra punição por parte do governo por descumprir a lei e por se envolver em atividades que não condiziam aos seus fins.

As fontes também não permitem afirmar se eles próprios, tanto os fundadores e demais sócios da Liga como os conselheiros de Estado, percebiam tal organização como um modelo constituído aos moldes de uma federação operária. Fato é que a divisão em classes de operários de acordo com sua profissão poderia facilitar a própria administração e representação dos interesses das diversas categorias profissionais presentes na sociedade, formadas pela “reunião de todos os operários e artistas, nacionais e estrangeiros” conforme anunciava o artigo primeiro de seus estatutos. E não parecia ser pouco o número de integrantes da Liga Operária, tomando por base os associados presentes nas duas assembleias gerais para deliberar a respeito das leis sociais da entidade e encaminhar ao governo o pedido de aprovação de seus estatutos.

No dia 10 de março de 1872, cerca de 800 sócios, de um montante de 1.500 inscritos para participar da assembleia geral da Liga Operária, se reuniram no salão do Teatro D. Pedro II para tratar de assuntos relativos à avaliação dos capítulos e artigos do projeto dos estatutos da entidade. A sessão foi encerrada às 15 horas e retomada no dia 17 do mesmo mês às 7 horas da manhã, contando agora com 900 presentes, no mesmo local da primeira assembleia. Percebe-se um número considerável de membros presentes nas duas reuniões, permitindo inferir que a organização por representatividade de classes profissionais poderia facilitar o encaminhamento de demandas concernentes aos seus interesses especificamente. Ademais, os propósitos da Liga não se restringiam aos socorros, almejando também o “auxílio moral” de que pudesse dispor, além de “procurar, por todos os meios ao seu alcance, melhorar a sorte das classes operárias, introduzindo melhoramentos em todos os ramos do trabalho artístico e industrial” (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS LIGA OPERÁRIA, 1872), inclusive com investimentos na instrução de seus membros.

O ensino primário e o técnico em muitos casos compunham os regimentos das entidades, como é possível identificar no parágrafo 3º do Artigo 2º dos estatutos da Liga Operária: “Propagar a instrução, como o meio mais eficaz de esclarecer quer o operário, quer o artista, tanto na invenção, como na prática do trabalho manual.” Princípio que despertou a atenção do conselheiro relator ao ratificar sua condição de entidade de socorros mútuos, e não de beneficência, pois se destinava não só a socorrer os sócios, como também a melhorar sua instrução, os trabalhos artísticos e industriais. Além disso, a Liga incumbia os sócios-diretores de doar cada qual um livro para a biblioteca da agremiação, tão logo tomassem posse em seus cargos, no intuito de “criar uma biblioteca com os recursos de que trata o art. 5º § 3º, e com aqueles de que puder usar em bem da Associação” E a Diretoria Central de “trabalhar por todos os meios a seu alcance, e dentro das forças da Associação, para criar aulas, onde os associados se possam instruir” (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS LIGA OPERÁRIA, 1872).

Com a demora em ver aprovadas suas leis orgânicas, a Diretoria da Liga enviou, em 16 de novembro de 1872, um requerimento ao governo pedindo maiores informações sobre o andamento do processo de legalização da associação, visto que, após a solução das pendências indicadas pela Seção dos Negócios, de nada mais haviam sido informados seus signatários. Uma das justificativas do apelo era que, sem o seu reconhecimento como sociedade anônima pelo governo, não poderiam ministrar aulas noturnas aos associados, tampouco aplicar os recursos financeiros obtidos pelos depósitos aplicados pelos sócios.

Enaltecimento a condição intelectual e habilitar pela instrução

A preocupação em instruir os trabalhadores não era uma exclusividade das sociedades de mútua ajuda espalhadas pelo país, muito menos da Corte. Tratava-se de um fator da cultura associativa entre trabalhadores. Instruir significava elevar a condição intelectual do operário ou artífice, implicava caracterizar o trabalhador especializado, distinguido pela técnica e habilitado ao ofício. Portanto, as associações cumpriam o papel da nobilitação do ofício para diferenciar o artífice qualificado daquele considerado um intruso, aventureiro, sem preparo para as artes manuais dentro do mercado de trabalho. O próprio sucesso e reconhecimento da associação relacionava-se à sua capacidade de arremeter em seu seio membros de reconhecida qualificação e,

ao mesmo tempo, representar um lugar de valorização de seu ofício, preservação de sua identidade e defesa de seus interesses.

Ainda a respeito da prerrogativa de subsidiar a formação e crescimento intelectual e técnico de seus associados e dependentes, a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade se comprometia a “mandar a Europa de três e três anos, um dos artistas associados ou filhos destes, para aperfeiçoar-se na arte ou ofício de sua escolha, a qual será na sua volta, mestre e diretor da respectiva oficina da associação” (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ARTISTAS BRASILEIROS TRABALHO, UNIÃO E MORALIDADE, 1862). Contudo, pela ótica do conselheiro relator Bernardo de Souza Franco, agregar tantas funções em uma sociedade de socorros mútuos desviava o sentido de sua existência, além de sacrificar os cofres da entidade com demandas não condizentes aos seus fins. Assegurava, entretanto, não se tratar de uma investida do governo contra a organização de sociedades de classe, e sim de ressaltar a importância de tais agremiações para os trabalhadores. Pelo menos na ordem do discurso, tais alegações ganhavam respaldo.

São merecedoras de animação as Sociedades de Socorros mútuos de artistas, e já, entre outras, estão aprovadas na Corte do Império as de que tratam os Decretos no. 2753 e no. 2759; e não menos os são as que tendam a promover o desenvolvimento das artes, e bom gosto de suas obras; são elas porém de difícil direção quando abraçam ao mesmo tempo ramos ou objetos diretos como socorros aos artistas e as suas famílias, prestadas em moeda, com o estabelecimento de oficinas, de hospitais, de pensões para viagens. Reúnem-se assim fins diversos, e complicados, que exigem condições especiais de organização, direção, e fiscalização, aos quais faltando não podem desenvolver seus fins (CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ARTISTAS BRASILEIROS TRABALHO, UNIÃO E MORALIDADE, 1862).³

Para o conselheiro, transferir recursos provenientes da arrecadação de todos os sócios para beneficiar os filhos de alguns com viagens dispendiosas à Europa consistia num ato injusto, ou seja, de privilegiar

³ Os decretos a que se refere o conselheiro relator na citação tratam-se da aprovação dos Estatutos da Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal da Marinha, Decreto 2.753 de 23 de fevereiro de 1861, e da Sociedade Filantropia dos Artistas, Decreto 2.759 de 9 de março de 1861.

uns poucos por conta dos esforços de muitos trabalhadores que ansiavam, com suas sofridas contribuições ao caixa da entidade, poder contar com ela em momentos de necessidade. Isso parecia ter sentido na visão dos conselheiros. Por outro lado, no entendimento da associação, os trabalhadores filiados teriam a possibilidade de se aproximar das experiências vivenciadas pelos artífices europeus, para o enaltecimento dos ofícios e das artes praticadas pelos artistas brasileiros.

Tais interesses tencionavam favorecer a existência de um espaço de sociabilidade adequado ao convívio e à troca de experiências entre aprendizes brasileiros na afirmação de suas identidades através da absorção de valores da cultura laboral de trabalhadores europeus. Parece que não era suficiente compartilhar essas experiências com os artistas imigrantes presentes na Corte ou até mesmo fortalecer as trocas entre as diversas sociedades. Paradoxalmente, os conselheiros chamavam a atenção dos signatários da sociedade por não permitir a admissão de trabalhadores imigrantes e libertos nos estatutos da entidade, cujas cláusulas nesse sentido deveriam ser prontamente eliminadas. Criticavam a postura da entidade em não conceber escravos como operários — mesmo que pela lei não pudessem se associar — combinada com a exclusão dos operários estrangeiros da possibilidade de filiarem-se à sociedade. No entendimento do relator, não se ajustava à natureza associativa de trabalhadores, criar obstáculos à filiação de outras nacionalidades ou até mesmo de artistas negros.

A solidariedade entre os artistas estaria circunscrita aos brasileiros brancos e/ou pardos, sem considerar a possibilidade de ingresso de negros e imigrantes. Desse modo, a censura à identidade operária do escravo, que não tinha o direito de associar-se em agremiações civis, com exceção das confrarias e irmandades, pode ser interpretada como uma forma velada de impedir o ingresso de —homens de cor— na sociedade. Isso em decorrência de discriminações étnicas e raciais, mas também pode ser interpretado como uma forma de defesa do trabalhador brasileiro livre perante a concorrência do mercado de trabalho. Escravos encontravam-se empregados em vários ofícios na praça carioca, concorrendo com trabalhadores livres com o incremento cada vez mais acentuado de artistas e operários estrangeiros. Assim, para valorizar a figura do trabalhador brasileiro, muitas eram as iniciativas que a sociedade pretendia colocar em curso na intenção declarada de projetar o artista nacional. Pretensão essa frustrada pelos conselheiros relatores da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, ao não aprovarem os seus estatutos.

Considerações finais

As mutuais e beneficentes de trabalhadores abrangiam categorias profissionais dos mais variados ofícios, tais como alfaiates, barbeiros, sapateiros, maquinistas, artífices, professores, além de servidores públicos, empregados do comércio e outros serviços. Muitos trabalhadores, no esforço de valorizar sua profissão face à natureza depreciativa que a escravidão conferia ao trabalhador braçal, eram capazes de forjar culturas associativas entre si, no intuito de fortalecer vínculos e criar uma identidade positiva perante a sociedade. Frente ao impedimento de outras formas associativas comuns à cultura operária, os trabalhadores recorriam às sociedades de socorros mútuos como modelo mais ajustado de organização coletiva para estabelecer vínculos de solidariedade, garantir seus interesses no mercado de trabalho e ratificar a importância de seu ofício, das artes mecânicas e liberais.

A valorização do trabalho e das representações simbólicas do universo laboral é presenciada de forma considerável nos estatutos das sociedades de ofícios ou categorias profissionais, sempre louvadas pelos signatários das elites políticas da Corte, neste caso específico, os conselheiros da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado. Esse discurso, longe de produzir uma ideologia de luta de classes, de rivalidades existentes entre o patrão e o empregado e da resistência à exploração do capital, defendia o conceito de um trabalhador e de seu ofício voltados a promover e valorizar a dignidade, o altruísmo e a moralidade.

Em se considerando a importância do papel dos artífices no campo das relações políticas vigentes na segunda metade do século XIX, os interesses em jogo variavam e projetavam deslocamentos distintos dentro de um mesmo propósito: adquirir reconhecimento social e político no espaço público por via de estratégias privadas de público interesse, nesse caso, a proteção social.

Referências

BATALHA, Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set. 1991-ago. 1992.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da classe operária. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 41-68, 1999.

_____. Cultua associativa do Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas*

de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004. p. 95-119.

CADERNOS AEL. Campinas, v. 6, n. 10/11, 1999.

FONSECA, Vitor M. M. da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2008.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade a assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 171-218, 1999.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da Monarquia: Escravos, Operários e Abolicionistas na Corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

JESUS, Ronaldo Pereira de; LACERDA, David. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 126-142, ago.-dez. 2010. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>. Acesso em: 03 mar. 2011.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.

MAC CORD, Marcelo. *Andaimos, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. (Org.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Unicamp, 2014.

NOMELINI, Paula Christina. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1931)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2004.

VITORINO, Arthur José Renda. Escravismo, proletários e a greve dos compositores de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 69-108, 1999.

Fontes

BRASIL. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Universal Laemmert, 1844-1888. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860-1882. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

BRASIL. Fundo da Seção de Negócios do Conselho de Estado, 1860-1882. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos □SIGA.

CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE BENEFICENTE 31 DE OUTUBRO AMOR AO TRABALHO. 18 de setembro de 1877. Conselho de Estado do Império do Brasil. Seção dos Negócios do Império. Cf.: BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Caixa 555, pac. 2, env. 1, doc. 18. Rio de Janeiro, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos □SIGA.

CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS LIGA OPERÁRIA. 28 de junho de 1872. Conselho de Estado do Império do Brasil. Seção dos Negócios do Império. Cf.: BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Caixa 551, pac. 1, env. 1, doc. 8. Rio de Janeiro, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos □SIGA.

CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ARTISTAS BRASILEIROS TRABALHO, UNIÃO E MORALIDADE. 22 de setembro de 1862. Conselho de Estado do Império do Brasil. Seção dos Negócios do Império. Cf.: BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Caixa 532, pac. 1, env. 5, doc. 25. Rio de Janeiro, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos – SIGA.

CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE AUXILIADORA DOS ARTISTAS ALFAIATES. 18 de julho de 1876. Conselho de Estado do Império do Brasil. Seção dos Negócios do Império. Cf.: BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Caixa 554, pac. 1, env. 3, doc. 11. Rio de Janeiro, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos □SIGA.

CONSULTA SOBRE OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS PROTETORA DOS ARTISTAS SAPATEIROS E PROFISSÕES CORRELATIVAS. 13 de abril de 1877. Conselho de Estado do Império do Brasil. Seção dos Negócios do Império. Cf.: BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Caixa 555, pac. 1, env. 2, doc. 9. Rio de Janeiro, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos – SIGA.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE BENEFICENTE DOS ARTISTAS DO ARSENAL DA MARINHA. Decreto 2.753 de 23 de fevereiro de 1861. BRASIL. *Colecção das Leis do Império*. Tomo XXIV, Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1861/indice2.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE FILANTROPIA DOS ARTISTAS. Decreto 2.759 de 9 de março de 1861. BRASIL. *Colecção das Leis do Império*. Tomo XXIV, Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1861/indice2.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

Recebido: 15 de maio de 2015

Aprovado: 24 de maio de 2015

Aspectos da desordem urbana: imigrantes ibéricos e a contravenção no Rio de Janeiro republicano (1880-1930)*

*Aspects of urban disorder:
Iberian immigrants and the laws of chance in
Rio de Janeiro of the First Republic (1880-1930)*

*Aspectos de desorden urbano:
los inmigrantes ibéricos y la contravención en
Rio de Janeiro republicano (1880-1930)*

Érica Sarmiento**
Lená Medeiros de Menezes***

Resumo: A imigração ibérica no Rio de Janeiro do período da Grande Imigração (1880-1930) ocupou lugar de destaque nas principais freguesias da cidade. Nos espaços populares e nas tensões cotidianas que faziam parte do cenário urbano, os espanhóis criaram assentamentos étnicos e concentraram-se em determinados ofícios e profissões, formando redes de solidariedade. Sua participação em atividades consideradas ilícitas, de caráter eminentemente popular, como o jogo do bicho, demonstra o entrosamento desses grupos com a sociedade carioca e a sua inserção e adaptação no cotidiano da cidade. Através de fontes históricas como os processos policiais e os processos de expulsão, esse estudo busca reconstruir algumas histórias de encontros e conflitos, apoio e repulsão, que envolveram os imigrantes ibéricos

Palavras-chave: imigração ibérica; contravenção; Rio de Janeiro; Primeira República.

* Este trabalho é um resultado do financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

** Professora adjunta de História de América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira e Jovem Cientista Nosso Estado-FAPERJ. Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela, com Pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <domecelle@hotmail.com>.

*** Professora Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pesquisadora CNPq. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, com Pós-Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <lenamenezes@hotmail.com>.

Abstract: The Iberian immigration in Rio de Janeiro in the period of the First Massive Immigration (1880-1930) occupied a prominent position in the main districts of the city. In the popular spaces and everyday tensions that were part of the urban scene, Portuguese and Spanish have created ethnic settlements and concentrated in certain trades and professions, forming networks of solidarity. The participation in activities deemed illegal, eminently popular character, as the Brazil's Clandestine Lottery, demonstrates the interplay of these groups with Rio society and their integration and adaptation in the city. Through historical sources as the police processes and expulsion procedures, this study seeks to rebuild some stories of encounters and conflicts, support and repulsion, which involved the Iberian immigrants.

Keywords: Iberian immigration; laws of chance; Rio de Janeiro; First Republic.

Resumen: La inmigración Ibérica en Río de Janeiro en el período de la Gran Inmigración (1880-1930) ha tenido relevancia en los principales barrios de la ciudad. En los espacios populares y en las tensiones cotidianas que formaron parte de la escena urbana, españoles y portugueses han creado asentamientos étnicos y concentraronse en determinados oficios y profesiones, formando importantes redes de solidaridad. Su participación en actividades de carácter popular, consideradas de delito menor, como el popular juego de los animales, lotería típicamente brasileña, demuestra la interacción de estos grupos con la sociedad de Río y su integración y adaptación en el cotidiano de la ciudad. A través de las fuentes históricas como los procesos policiales y los de expulsión, este estudio busca reconstruir algunas historias de encuentros y desencuentros, el apoyo y la repulsión, que involucró a los inmigrantes ibéricos.

Palabras clave: inmigración Ibérica; delito menor; Rio de Janeiro; Primera República.

A tendência da História em registrar os sucessos tem como resultado o esquecimento lançado sobre empreendimentos mal sucedidos e sobre as trajetórias descritas nos bastidores. Dessa forma, ela acaba por reforçar estereótipos e mitos, como o do imigrante português enriquecido pelo comércio e transformado em comendador.

Certamente muitos foram os que conseguiram ascender socialmente □ e até enriquecer □ fora de sua terra natal, mas também é verdade que outros amargaram derrotas ou enveredaram pelo mundo do crime e da contravenção. Muitos imigrantes buscaram, nos jogos de azar, o caminho da sobrevivência ou o sonho, por um golpe de sorte, de garantir uma vida de maiores facilidades.

No caso de muitos destes contraventores, a circulação pelas delegacias policiais tornou-se rotina, em um jogo de delito e perseguição crivado por distanciamentos sociais que acabavam penalizando os que jogavam nas esquinas ou através de estratégias de ocultamento em

quiosques e pequenas casas comerciais, em detrimento daqueles que apostavam em estabelecimentos de luxo que reproduziam o requinte da burguesia europeia; caso das corridas de cavalo.

No caso dos jogos populares, dispersos por toda a cidade, como denunciavam os jornais de época, um importante elemento a destacar é, justamente, a participação de portugueses e espanhóis, em especial de galegos, como apostadores, apontadores ou banqueiros.

Portugueses e galegos: solidariedade, distanciamentos e tensões

A relação entre portugueses e galegos no Rio de Janeiro é anterior ao período da Grande Imigração (1880-1930), embora deva ser considerado que, na segunda metade do Oitocentos, tornou-se visível que os espaços de solidariedade representavam um instrumento de defesa em um mercado de trabalho que se tornava cada vez mais competitivo e instável. Garantir melhores condições de vida significou, para muitos portugueses e galegos, monopolizar determinados nichos de mercado. Em tal empreendimento, os imigrantes contavam com a influência de redes de parentesco, compadrio e amizade para obter créditos na praça, comprar imóveis em sociedade e conseguir cartas de boa conduta com comerciantes de prestígio. O comportamento corporativo dos imigrantes portugueses e galegos deu origem, assim, aos assentamentos étnicos e à concentração da coletividade em determinados ofícios e profissões (SARMIENTO, 2013, p. 119-130).

Após terem se estabelecido no Brasil, os imigrantes pioneiros chamariam parentes ou conhecidos oriundos da mesma localidade para trabalharem em seus estabelecimentos, alimentando dessa forma, através do que se convencionou denominar cadeias migratórias os fluxos. Esses precursores passaram, assim, a garantir o assentamento espacial e laboral dos patricios que chegavam a um país desconhecido, sobre o qual, muitas vezes, só tinham as informações que estes lhes forneciam. As cadeias migratórias funcionavam, dessa forma, como um mecanismo integrador, capaz de atrair e introduzir o imigrante no mercado de trabalho. As próprias leis do comércio, bem como as hierarquias estabelecidas no universo comercial, moviam-se através de critérios extraeconômicos, como as relações interpessoais e a confiança que o credor tinha naquele que lhe pedia empréstimos ou favores.

Em uma análise diacrônica, é possível dizer que o mercado ambulante foi um dos espaços ocupados pelos pioneiros ibéricos que se

fixaram na cidade do Rio de Janeiro, antes do período de deslocamento dos fluxos massivos que caracterizaram a virada do século XIX para o XX. Vendendo produtos pelas ruas da cidade, portugueses e galegos se beneficiavam dos laços de solidariedade que os uniam, exercendo ora a função de fiador, ora a de ambulante, como exemplifica o caso abaixo:

Antonio Ferreira da Cunha, português, morador a Ladeira do Seminário, nº 45, freguesia de São José quer licença para andar ao ganho. Apresenta para seu fiador Domingos da Silva Manahu, estabelecido com quiosque, nº 114, morador na Rua Santo Antonio, nº 5.¹

Os portugueses e espanhóis/galegos ambulantes, no contexto histórico do Rio de Janeiro da segunda metade do Oitocentos, concentravam-se, majoritariamente, nas freguesias centrais da cidade, especialmente nas freguesias de São José e Santo Antonio. O fiador acima mencionado, por exemplo, era dono de um quiosque no Largo da Carioca (freguesia de Santo Antonio) e tinha sob sua tutela dois ambulantes espanhóis e um português. Na Ladeira do Seminário, onde residia o português que solicitava licença para “andar ao ganho”, viviam, também, quatro espanhóis e seis portugueses.² Exemplos emblemáticos, os dois imigrantes são demonstração inequívoca das estratégias de sobrevivência e de inserção na sociedade carioca.

As relações entre os imigrantes ibéricos e o mundo do trabalho podem, também, ser analisadas através de uma fonte rica em elementos do cotidiano: os processos policiais. Depositados no Arquivo Nacional, situado na cidade do Rio de Janeiro, esses processos relatam o grau de tensão e violência que permeava as relações no mercado de trabalho, bem como os embates travados entre a polícia e entre as classes populares em um contexto de transformação da capital brasileira em uma cidade disciplinar.

Os casos de violência no interior do mercado de trabalho, em especial, são importantes para o estudo das relações de dominação cotidiana. Dentre outros aspectos, porque, além de motivações materiais, elas contêm motivações subjetivas no contexto de relações permeadas pela violência (MEDEIROS, 2014). Dessa forma, o cotidiano aparece

¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-1-49, ganhadores livres, agosto de 1879, p. 125.

² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 44-1-49, ganhadores livres, agosto de 1879.

como a dimensão que homogeniza e unifica a experiência do grupo, como no caso dos galegos e dos portugueses que se apropriaram do espaço urbano carioca, concentrando-se em determinados bairros e atuando no pequeno comércio. Os processos policiais instaurados contra alguns transformam-se, assim, em fontes históricas que nos permitem compreender, através da atuação da polícia, o comportamento das elites e as imagens relativas aos imigrantes. Outrossim, os processos possibilitam visualizar as interpretações que cada grupo elaborava a respeito dos mecanismos de dominação social.

Em sua obra *Proletários de Casaca, Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*, Fabiane Popinigis, analisa 1.112 processos de ofensas físicas e homicídios. Ao analisar o pequeno comércio das áreas centrais do Rio de Janeiro, a autora, inevitavelmente, depara-se com a presença ibérica, majoritária na cidade (POPINIGIS, 2007). Um dos processos analisados pela autora refere-se às desavenças ocorridas, no ano de 1901, entre o caixeiro espanhol José Cavenhago Pumar, de 19 anos, e o caixeiro português Alberto da Silva Peixoto, de 28 anos. Ambos trabalhavam nos arredores da Freguesia de Santo Antonio, um dos espaços de grande concentração de imigrantes provenientes da Península Ibérica. Assim, portugueses e galegos reelaboravam o cotidiano e construíam suas estratégias de sobrevivência.

Jogos de azar: prática do cotidiano

A inserção do imigrante na terra de acolhida ultrapassava, porém, o estereótipo do estrangeiro honesto e trabalhador, tendo em vista os espaços ocupados nos mundos da contravenção e do crime. Era o caso, por exemplo, do envolvimento de imigrantes portugueses e galegos nos jogos de azar. O ritual inerente ao jogo fomenta sempre uma relação de reciprocidade, onde podem ser verificados valores como os de compromisso e lealdade, envolvendo apostadores e banqueiros

No Brasil, a repressão a alguns dos jogos considerados de azar surgiu com a República e, nesse combate, as diferenciações sociais tiveram papel de relevo, principalmente com relação aos jogos populares, situados à margem da ordem constituída. Observe-se que as relações travadas no universo dos jogos populares implicam sempre valores de compromisso e lealdade entre o apostador e o banqueiro É isso que assegura a confiabilidade e sustenta o processo. Esses valores podem ser demonstrados pela prisão em flagrante e os autos do processo que envolve cinco imigrantes portugueses e um de origem galega. Segundo

esses autos, no dia 26 de julho do ano de 1902, em um sobrado localizado na Rua Visconde do Rio Branco, n. 39, no centro da Cidade,

foi dada busca na casa e apreendidos: uma pequena lata com um orifício na tampa em que se achava na mesa formada para o jogo, diversos baralhos de cartas que também se achavam sobre a mesa formada para o jogo, um macho, uma taboa, dois cavaletes e tais bancos...³

A polícia deteve e encaminhou à delegacia todos os presentes, acusados de praticarem jogos ilícitos. Eles encontravam-se, segundo os investigadores, jogando o chamado □jogo do monte□ Segundo os autos, o galego Benito Pouza foi encontrado com um baralho de cartas servindo de banqueiro do referido jogo, em uma casa de propriedade de um português, natural de Villa Real, chamado Antonio Joaquim Oliveira.

Durante o interrogatório, o galego José Benito Pousa e o português Francisco Rodrigues construíram seus depoimentos com base nos mesmos argumentos. Ambos alegaram que não participavam do jogo e que eram simples expectadores da partida. Justificando sua inocência, os imigrantes afirmaram não haver qualquer motivo para serem levados à delegacia. Outro acusado, por outro lado, Manuel Ferreira da Silva, defendeu-se com a argumentação de que havia se dirigido ao local somente para buscar uns amigos. O depoimento do quarto imigrante envolvido, Antonio Joaquim Gomes, foi, no mínimo, surpreendente, pois, para se livrar da acusação, explicou que estava □à procura de uma meretriz que residia neste local e que havia sido informado que ela havia mudado de residência justamente naquele dia□ O último acusado a depor, José Pereira Gomes, negou estar no recinto e alegou ter sido preso pela polícia quando estava caminhando pela rua. Verdadeiras ou falsas, todas as declarações negavam o envolvimento dos imigrantes nos jogos de azar. Com exceção de um dos portugueses, nenhum dos demais declarou conhecer os acusados, como estratégia para evitar a detenção, alegando que se protegiam, dessa forma, da perseguição policial.

Vale ressaltar que, nos primeiros decênios do século XX, no contexto do combate amplo aos imigrantes considerados indesejáveis (MENEZES, 1996), a polícia carioca perseguiu todos aqueles que se envolvessem em atos de desordem, em prol de uma limpeza moral e material condizente com o projeto de civilização que a república queria empreender. Segundo Marcos Bretas, parte da população carioca,

³ BR. Arquivo Nacional. Processos criminais. 5ª Pretoria, Freguesia de Santo Antonio, 01 703.

pelo menos, aderira às cruzadas morais em defesa da ordem pública, e apresentava suas queixas contra vagabundos envolvidos em apostas ou em jogos de futebol (BRETAS, 1997).

Na segunda fase do processo que vimos relatando, somente dois réus compareceram: Antonio José Pereira Gomes e Antonio Joaquim de Oliveira, ambos soltos após pagarem fiança. É importante frisar que, apesar de, nas primeiras declarações dos envolvidos, não constar a relação que os unia para além do jogo, a situação parece ter mudado nos autos de defesa. As testemunhas arroladas eram formadas, também, por imigrantes: um italiano e dois portugueses. Em seus depoimentos, todas confirmaram que os acusados – os portugueses e o galego – não viviam do sustento do jogo, sendo, ao contrário, homens laboriosos e bem empregados. Quem eram, porém, essas testemunhas? Todos eles eram negociantes na Rua Visconde do Rio Branco, a mesma rua onde os acusados foram pegos em flagrante. Após as testemunhas se pronunciarem, o processo foi encerrado, e os réus absolvidos. Percebemos, assim, comportamentos que tendem a se repetir, como por exemplo, a proteção aos patrícios e as vantagens de ter boas relações na praça. Palavras como “honradez”, “honestidade”, quando proferidas por um conceituado comerciante, transformavam-se em defesa valiosa para um estrangeiro acusado. Poderia valer a sua absolvição, considerando os perigos que rondavam as classes populares frente à verdadeira cruzada em que se constituía a caça aos vadios e vagabundos que “contaminavam”, com sua presença, a “saúde” social. Nesse sentido, as redes de solidariedade eram importantes enquanto mecanismos de defesa, funcionando como espaços de proteção da hostilidade do país receptor.

O problema das jogatinas e a perseguição aos imigrantes, ao longo de toda a chamada Primeira República (1889-1930), com destaque para os ibéricos, continuaram a ser responsáveis pela instauração de muitos processos, no contexto da repressão à vadiagem, assim como da definição do trabalho como valor social.

“Jogo do bicho”: o mais popular dentre os jogos de azar

Uma nova modalidade de jogos de azar foi criada no final do século XIX: o “jogo do bicho”, idealizado, em 1892, por João Baptista Vianna Drummond, conhecido como o Barão de Drummond, proprietário do zoológico do Rio de Janeiro, localizado no bairro de Vila Isabel e fundado em 1884. Os sorteios e as apostas atraíam multidões, que

passaram a difundir o jogo para além das portas do zoológico. O ritual da aposta se projetou no imaginário urbano, originando uma rede de intermediários para o seu financiamento. O jogo ganhou as ruas e passou a ser □apontado□ em pequenos estabelecimentos da cidade, surgindo, então, a figura dos “banqueiros do bicho” (“bicheiros”), contraventores que se enraizariam na sociedade carioca.

Nos pequenos estabelecimentos, a população jogava através de curiosas estratégias e anotações nos cadernos de dívidas do estabelecimento, narradas por Luís Edmundo ao descrever o Rio de Janeiro □do seu tempo□

Quem paga o bicho é a patroa, porque, quando elas chegam à casa, não esquecem de dizer:

□ Qual esse *seu* Manoel da esquina está ficando cada vez mais careiro! Veja só se isso está direito, patroa, olhe só para estes quatro de alhos e quatro de cebolas! Não falam no dinheiro que apostam, incluído, também, no preço daquilo que comprara (EDMUNDO, 1967, p.873-4).

Observe-se que, no caso acima ilustrado, o jogo foi feito por uma empregada doméstica, que lançou os custos do jogo por ela feito nas dívidas da patroa. O local de registro do jogo é um estabelecimento de víveres, de propriedade de um português ou de um galego: seu Manoel; um dentre tantos imigrantes de igual nome espalhados pelas □esquinas□ da cidade. A estratégia de ocultamento, por outro lado, explicava-se não apenas pela intenção da criada em não arcar com os custos do vício, mas, também, devido à proibição e perseguição policial que fazia, muitas vezes, com que os apostadores, literalmente, engolissem suas apostas, de modo a escapar do flagrante.

A primeira proibição do □bicho□ data de 1895, e foi explicada pela concorrência do jogo □extremamente popular □ com o sistema de loterias federais, este legalizado. Por outro lado, □jogar no bicho□ tornou-se ação definidora de vagabundagem, o que reproduzia, em última instância, estereótipos e preconceitos com relação às classes populares (CHAZKEL, 2011). A popularidade do jogo, entretanto, era tanta que ele se tornou ato cotidiano entre as classes populares que, diariamente, passaram a apostar no □bicho□

A relação de portugueses e galegos com o jogo do bicho é antiga, tendo sido iniciada em época que antecedeu a sua proibição. Ao que tudo indica, o precursor da venda de bilhetes foi um imigrante galego chamado Manoel Cavanelas. Segundo entrevistas realizadas com

patrícios e contemporâneos de Cavanelas, esse galego, que alcançou uma importante ascensão socioeconômica na primeira metade do século XX, chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1894, com somente 17 anos de idade. A partir desse momento, começou a vender bilhetes do jogo do bicho a encargo de seu patrão, o Barão de Drummond. Quando Cavanelas passou a gerenciar as lojas de loterias do Barão, sua ascensão econômica foi surpreendente. Os dois se tornaram muito amigos, e o Barão pediu ao galego que abrisse uma casa de loteria na Praça Olavo Bilac, número 9. Anos mais tarde, com o progresso dos negócios, Cavanelas comprou todo o edifício. A partir daí, abriu outros tipos de comércio, como o negócio de luvas; comprou lojas e outros imóveis, passando a viver de rendas.⁴

A história de Cavanelas, fundador da casa de repouso do Recreio dos Anciãos⁵, e sua inserção no jogo do bicho, foi preservada na memória de imigrantes que compartilharam trajetórias, mantendo-se vivas até o presente. Nesse, como em outros casos, as informações que os depoimentos revelam, outros documentos também comprovam. Percorrendo fontes históricas sobre a freguesia de Santo Antonio, bairro com grande índice de imigração galega e portuguesa, por exemplo, deparamo-nos com um processo instaurado no ano de 1905, referente ao galego Romão Villanova e ao português João Bento, presos em flagrante à rua do Riachuelo:

os Réus presentes João Bento e Romão Villanova foram presos em flagrante pelo Doutor Delegado por serem encontrados a jogar o denominado jogo do "bicho" sendo que João Bento era o banqueiro e Romão Villanova comprava o jogo, isto é, era o jogador".⁶

João Bento, português, e Romão Villanova, galego, foram presos "por estar bancando o jogo denominado do bicho" No caso do espanhol, também ocorreu a prisão pelo fato do imigrante "estar jogando ou comprando o referido jogo" Segundo os autos do referido processo,

esse jogo é uma rifa que corre anexa à loteria da Capital Federal, determinando o grupo que ganha o final do primeiro prêmio da referida loteria com os denominantes de Antigo Rio Moderno e

⁴ Entrevista realizada no ano de 2000 a M. B. A identidade do imigrante foi preservada.

⁵ Funciona até os dias atuais, localizada no bairro da Tijuca, ainda sob a gerência de imigrantes e descendentes galegos.

⁶ BR. Arquivo Nacional. Processos criminais. 5ª Pretoria, Freguesia de Santo Antonio, 01 1264. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Salteado, como se verifica das listas encontradas em poder do réu João Bento e que são as mesmas que lhe são apresentadas nesta ocasião.⁷

Romão Villanova tentou se justificar perante as autoridades, alegando que tinha domicílio certo e profissão honesta, levando à delegacia duas testemunhas para atestar a sua condição de imigrante trabalhador. Ambas eram de origem estrangeira: um espanhol e um italiano. O primeiro deles, Pedro Martinez, espanhol de trinta e dois anos, casado, negociante, morador à rua do Lavradio cento e vinte e nove, sabendo ler e escrever, declarou o seguinte: □que conhece o prontificante, Ramon Villanova, há cerca de dez anos como homem sério e trabalhador, sendo atualmente empregado como pespontador e morador à Rua do Lavradio cento e sessenta e nove□⁸ Segundo o depoimento do acusado, ele entrou no negócio do português “a fim de tomar um □alcoólico□ visto a casa ser um depósito de bebidas□

Os réus foram absolvidos, pois, segundo a defesa, as irregularidades do processo eram evidentes, o que determinou seu encerramento por falta de prova da existência da contravenção e por insuficiência das declarações daqueles que haviam testemunhado o flagrante. Nesse sentido, o processo se justificaria pela tentativa de incriminar o português dono da venda e o espanhol que lá ia consumir um □alcoólico□ Na falta de auto de apreensão das listas do jogo e devido ao fato dos depoimentos não terem sido lidos às testemunhas, os réus foram considerados inocentes.

Torna-se evidente, assim, que o jogo do bicho demonstra um controle do território que se apresenta como área de força, fazendo surgir diferentes redes de solidariedade e apoio. A implantação da ordem sobre os espaços ligados ao comércio popular levou à criminalização de práticas já enraizadas no cotidiano da cidade (CHAZKEL, 2011, p. 50). No caso do processo crime acima relatado, os imigrantes presos mostram-se representantes das tensões étnicas e sociais existentes, utilizando as possibilidades e atividades marginais que lhes eram oferecidas.

Vale ressaltar a popularidade do jogo bicho e a inserção de galegos e portugueses em um jogo que, mesmo ilegal, desafiou as proibições e despertou o interesse em diversos trabalhos acadêmicos. É o caso de

⁷ Idem.

⁸ Idem.

Esmeralda Broullón Acuña, em artigo sobre os espanhóis no Brasil. A autora relata o romance de Jorge Díaz, intitulado *Los números del elefante*. A trama de Díaz aborda a história social do jogo do bicho e apresenta, como protagonista, a Bernardo, imigrante espanhol que chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1954. Ele se converteu em vendedor de bilhetes do jogo do bicho. O autor do livro aborda a questão das máfias controladas por galegos: a máfia da venda de bilhetes de loterias do jogo do bicho (BROULLON ACUÑA, 2012). Na tese intitulada *Brazil's clandestine lottery and the making of urban public life* (2011), da já citada autora Amy Chazel, são analisados vários processos-crimes, todos vinculados a jogos ilícitos, chamando a atenção para a presença de imigrantes portugueses acusados de atuarem como “banqueiros do jogo do bicho”. Da mesma forma que no processo referente ao galego Romão Villanova e o português João Bento, acima analisado, os imigrantes, analisados por Amy Chazel, também foram absolvidos, ao alegarem em sua defesa, serem comerciantes, terem boa conduta e viverem há muito tempo na cidade Rio de Janeiro.

Todos eram “galegos”

Os processos analisados reúnem elementos valiosos para compreender não só aspectos do cotidiano dos imigrantes, mas também as formas pelas quais eles se integraram à sociedade de acolhida. A sobrevivência, adaptação ou modificação das culturas de origem possibilitava que os imigrantes modificassem os seus hábitos a fim de melhor se adaptarem à nova organização e especialização da cidade que os acolhia. No caso dos ibéricos, os laços horizontais e verticais existentes entre eles reproduziam inúmeras formas de associação e solidariedade; solidariedade que, como em todas as relações sociais, admitia hierarquias. Entretanto, o seu viver não representava uma “cópia” da sociedade de origem, mas readaptações surgidas no país estrangeiro, respeitando às instituições e à forma de viver dos brasileiros.

No tocante às hierarquias, podem ser citadas: a que se formava dentro das redes étnicas e aquela que já estava estabelecida na sociedade receptora; círculos intercomunicantes de sistemas de valores distintos, que se confrontavam ou caminhavam paralelamente na cotidianidade das ruas do Rio.

Quando se fala em galego no Rio de Janeiro, por outro lado, devemos levar em consideração alguns “deslizamentos” de sentido, que

explica que o vocábulo “galego” deixe de ter relação com o indivíduo procedente da Galiza, abrangendo, também, indivíduos originários das terras portuguesas.

A questão do significado do “ser galego” tem origens históricas, que remontam às querelas e aos conflitos do início da República brasileira. O termo “galego”, por exemplo, foi muito utilizado no Jacobinismo⁹, movimento antilusitano estreitamente vinculado à recém-consolidada República, e liderado por grupos que pertenciam às camadas médias urbanas emergentes. Utilizava-se, então, a expressão “*galego vai para tua terra!*” como uma forma de rechaço à população portuguesa, que, além de ter a sua postura política associada ao monarquismo, também provocava a inimizade dos nativos da terra, devido ao monopólio de muitos setores do pequeno comércio da sociedade carioca, estreitamente ligados às classes populares, como pensões, bares e botequins ou padarias. Aos antigos colonizadores, eram atribuídos, assim, vários males pelos quais a jovem República passava.

O sentido que prevaleceu no imaginário da cidade foi o do “galego português”, inserido majoritariamente no setor do comércio, em contato direto com a população em geral. Esse imaginário, contextualizado em um âmbito histórico específico – o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX – pode ser apreendido no processo movido contra os galegos Manoel Facal Peres e Laureano Taboada.

Segundo os autos do processo, os fatos teriam iniciado na casa de pasto de propriedade de um espanhol. Entre brigas e ofensas, o galego insultou o português, chamando-o de “galego!”

pediu o prato da cozinha da casa de pasto onde é empregado a Rua Visconde do Rio Branco, ao cozinheiro Manoel Facal Peres, um caldo especial para servir a um freguez da casa, que havendo demora elle declarante dirigio-se a porta da cozinha e pedia novamente do cozinheiro Manoel o caldo, que Manoel lhe dirigio pesado insulto e em seguida disse: “seu *gallego*¹⁰ leve isso lá para fora” apresentando-lhe o caldo; ...

Assim como no primeiro processo analisado, vinculado ao jogo de cartas, esses galegos estavam diretamente vinculados aos imigrantes portugueses, na conhecida Rua Visconde do Rio Branco, sendo, assim,

⁹ O tema da emigração portuguesa e do jacobinismo está bem desenvolvido no livro de Ribeiro (1987, p. 51).

¹⁰ BR. Arquivo Nacional. Processos criminais. Depoimento da testemunha Joaquim Gomes dos Santos. 5ª Pretoria, Freguesia de Santo Antonio, 01 2346. Grifo nosso.

mais um caso envolvendo imigrantes ibéricos no espaço comercial carioca do período da Primeira República.

No dia 7 de agosto de 1909, os réus Manoel Facal Peres e Laureano Taboada foram indiciados por ofensas físicas, após terem agredido o português Joaquim Gomes dos Santos. Em seu depoimento, Gomes fez questão de enfatizar que o espanhol utilizou a palavra "galego" para insultá-lo, e isso não teria sido por acaso, pois o português era consciente do peso que a palavra tinha no imaginário dos trabalhadores galegos e portugueses.

A frase "*seu galego leve isso lá para fora*" fora enfatizada no momento em que Joaquim estava pedindo ao cozinheiro (Manoel) que agilizasse o serviço. A tensão se iniciou quando Manoel, na posição de caixeiro, exigiu melhores serviços do cozinheiro galego. Não nos interessa analisar qual dos depoimentos apresenta maior veracidade e poder de convencimento, mas sim remarcar a ofensa de um galego a um português, ao insultar a este de "galego". Assim, quando Manoel Esteves "xingou" o português Joaquim Gomes de "galego", ele estava reproduzindo elementos do imaginário que afetava os portugueses no cotidiano carioca do começo do século XX.

No processo acima analisado, apresentaram-se três testemunhas e dois acusados, todos estrangeiros. O dono do estabelecimento era o espanhol Indalecio Quintelo, que interferiu na confusão armada por seus empregados, os já citados cozinheiros Manoel Facal, Laureano Taboada e o caixeiro Joaquim Gomes. A primeira testemunha é um português, de 33 anos, lavador de prato da casa de pasto. A versão que predominou em todos os depoimentos foi a de que, após uma acirrada discussão, os cozinheiros galegos arremessaram pratos no português, causando-lhe graves ferimentos. Concluímos, então, que na casa de pasto, da Rua Visconde do Rio Branco, n. 17, havia uma pequena rede de emigrantes da península ibérica, inseridos no comércio carioca. Para os brasileiros, todos eram "galegos".

O jogo como motivação para a expulsão

Em alguns casos, os jogos clandestinos constituíram motivo para a instauração de processos de expulsão, conforme determinavam as leis que regulamentavam a entrada e a permanência de estrangeiros no país.¹¹

¹¹ Vejam-se os decretos nº 1641 de 7 de janeiro de 1907 em 4247 de 6 de janeiro de 1921. BR. Coleção das Leis da República de 1907 e 1921.

No conjunto de processos de expulsão analisados no livro *Os Indesejáveis* (MENEZES, 1996), embora os processos contra jogadores, apostadores e □banqueiros□ representem pequeno número frente a outras contravenções e crimes, eles trazem importantes indícios para análise. Em primeiro lugar, destaca-se a constatação da maioria dos processados estar constituída por imigrantes portugueses (apenas um era italiano e um era argentino, possivelmente naturalizado). Em segundo lugar, sobressai o fato de apenas um dos casos referir-se a outro tipo de jogo que não o jogo do bicho. Finalmente, deve-se ressaltar que os processados acabaram escapando da expulsão, apesar do caráter inquisitorial dos processos que, em última instância, tinham decisão praticamente predeterminada.

As justificativas para a restituição da liberdade, por outro lado, reproduzem o exposto em outros processos: tratar-se de proprietário de casa comercial ou trabalhador, ao que se acrescenta o fato do indivíduo já estar respondendo a processo instaurado pelo mesmo motivo. Como aparece na defesa de um dos processados, □em virtude da independência dos poderes, a faculdade outorgada ao Executivo de expulsar os estrangeiros não pod[ia] ser exercitada quando este [o indivíduo] se acha[sse] sob a ação direta do Judiciário□¹²

Serafim Augusto de Almeida, português de Coimbra, foi processado com a idade de 49 anos, no ano de 1930, quando intensa repressão era desencadeada contra o □bicho□ Morador na Lapa, ele era solteiro e alfabetizado, e havia chegado ao Brasil no ano de 1911, quando tinha 28 anos. Acusado de infringir o artigo 31 da Lei nº 2321, foi qualificado como “bicheiro”. Preso e processado, constituiu advogado que impetrou habeas corpus no qual alegava □a improcedência da prisão vista a quantidade de pessoas que jogavam no bicho□ 30 milhões, segundo o advogado, que acrescentava, em sua petição, o fato de, □nas campanhas policiais que de vez em quando [eram] postas em prática□ com vistas a □sufocar os jogos de azar□ elas serem dirigidas não contra os □compradores□ mas apenas □contra os vendedores□ o que, segundo ele, era um absurdo.¹³

Português de Viseu, Antonio Gonçalves de Moraes era empregado no comércio, casado e tinha 30 anos quando foi processado em 1930. Vivía no Rio de Janeiro desde os 13 anos, e já fora preso processado outras vezes pelo mesmo motivo: o jogo do bicho. Como possuía vários

¹² BR. Arquivo Nacional. Setor do Poder Judiciário (SPJ), módulo 101, pacotilha IJJ7148.

¹³ BR. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ7148.

bens no Brasil e estava casado há cinco anos com brasileira, provando, também, ser trabalhador, escapou da expulsão.¹⁴

Sapateiro por profissão, casado, analfabeto (só assinava o nome), Anibal Serrano, natural de Lisboa, tinha 39 anos quando foi processado em 1930, tendo entrado no Brasil com apenas 12 anos. Nos autos do processo, consta um número da *Revista Criminal*, datada de fevereiro de 1929, que traz a notícia da prisão, com vistas à expulsão do estrangeiro, e contesta a ação da polícia, declarando que ela era ilegal, tendo em vista que o acusado era proprietário de uma casa comercial, não podendo, portanto, ser considerado vadio e estar sob ação da justiça. Serrano acabou sendo posto em liberdade, em 14 de abril do ano do processo: 1930.¹⁵

A análise destes processos aponta para duas questões importantes. Em primeiro lugar, o fato do jogo do bicho, por ser popular, possuir grande capilaridade entre a população, encaminhando várias formas de resistência. Por outro lado, as tensões permanentes entre aqueles que estavam envolvidos com o bicho e a polícia, não raras vezes constituída por agentes que também gostavam do jogo, fingiam não ver a jogatina, espalhada por toda parte, ou cobravam propina para não realizarem sua tarefa, acobertando a prática que se tornara generalizada.

A partir dessas observações, é possível dizer que

também no Brasil, coexistiram diferentes atitudes perante o jogo ou, segundo as reflexões e palavras de Thompson, ‘persistiram atitudes populares em relação ao crime [e a contravenção], chegando a constituir um código não escrito totalmente diferente das leis do país’. Para Thompson, a ‘distinção entre o código legal e o código popular não escrito’ pode ser observada em qualquer época [Thompson, 1987, p. 62], razão pela qual – guardados os devidos distanciamentos temporais – consideramos que a existência paralela desses dois ‘códigos’ – o não escrito e o legal – se manifesta no tocante à permanência do jogo do bicho como arma popular de resistência nos séculos que se seguiram a sua popularização.¹⁶

A coexistência acima enunciada mostra-se presente, também, nas formas pelas quais os jornais cariocas – destaque para o *Jornal do Brasil* – davam dicas¹⁷ à população sobre o bicho do dia (MEIRA, 1995),

¹⁴ BR. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ7132.

¹⁵ BR. Arquivo Nacional. SPJ, módulo 101, pacotilha IJJ7132.

¹⁶ Menezes (No prelo para publicação).

¹⁷ Corruptela de “indicações”.

dispersando desenhos de animais pelas páginas do jornal, relatando sonhos, propondo adivinhações e outras tantas estratégias de disfarce, amplamente conhecidas pelos adeptos do jogo, que corriam às bancas de jornais, em busca dessas indicações; hábito tornado diário em uma cidade em que 30 milhões de pessoas jogavam, segundo o advogado de Serafim de Almeida.

Na cenografia da marginalidade, incluindo o jogo, amplamente difundido na cidade, a polícia brasileira tornava os imigrantes o alvo privilegiado da repressão. Os enfrentamentos entre os estrangeiros e a sociedade de acolhida eram frequentes, como demonstraram os diferentes casos acima analisados. A participação daqueles em atividades consideradas ilícitas remarcava o seu entrosamento com a sociedade carioca e, ao mesmo tempo, sua adaptação nos usos e costumes da cidade.

Muitos dos imigrantes espanhóis e portugueses, assim, estabeleceram e criaram nos espaços populares redes de solidariedade a partir de assentamentos étnicos e da sua inserção em determinados ofícios e profissões. As tensões cotidianas no cenário urbano carioca eram parte do lado obscuro – até pouco tempo silenciado pela historiografia – do processo migratório e do “Fazer a América”.

Referências

- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BROULLON ACUÑA, Esmeralda. Transculturación narrativa y retornos migratorios. In: GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda; HERNANDO MERINO, Asunción (Eds.) *De ida, vuelta y doble vuelta*. Nuevas perspectivas sobre emigrantes, inmigrantes y retornados en España y América. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012, p. 235-263.
- CHAZKEL, Amy. *Laws of chance clandestine*. Brazil □ clandestine lottery and the making of urban public life. New York: Duty University Press, 2011.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1967. 5 v.
- MEDEIROS, Simone. *Resistência e rebeldia nas fazendas de Café de São Carlos (1880-1914)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- MEIRA, Selena de Mattos. *O papel da imprensa no jogo do bicho, Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1995.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis*. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Portugueses no Rio de Janeiro: histórias, lugares e trajetórias*. [Rio de Janeiro. Original digitado, no prelo para publicação, Editora Ephesus].

POPINIGIS, Fabiana. *Proletários de Casaca: Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha*. Dissertação (Mestrado, em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

SARMIENTO, Érica. Convívio e conflito nos trópicos: portugueses e galegos no Rio de Janeiro. In: ARRUDA, Jobson; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos; SOUZA, Fernando (Coords.). *De colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 119-130.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa* □I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido: 11 de abril de 2015

Aprovado: 03 de maio de 2015

Festa popular e identidade nacional nos dois lados do Atlântico durante o século XX*

Popular feast and national identity in both margins of the Atlantic during the twentieth century

Fiesta popular e identidad nacional a ambas orillas del Atlántico durante el siglo XX

Daniel Melo**

Resumo: Neste texto reflete-se sobre as relações entre festa popular e identidade nacional no Brasil e em Portugal durante o século XX, partindo da análise comparativa de duas manifestações culturais centrais nos dois países: o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro e as marchas populares de Lisboa. O exercício, sustentado num conjunto relevante de estudos sobre cada um dos casos, justificou-se pela riqueza de similitudes no processo histórico, no conteúdo, na estrutura e na organização destes desfiles populares urbanos. Nele se realçou ainda a importância dos períodos ditatoriais para a construção e centralidade dessas festas urbanas.

Palavras-chave: identidade cultural; nacionalismo; política cultural.

Abstract: This text reflects on the relationship between national identity and popular feast in Brazil and Portugal during the 20th century, from a comparative analysis of two nuclear cultural events: the samba schools' parade in Rio de Janeiro and the popular marches of Lisbon. The exercise, held in a relevant set of studies on each of the cases, is justified by the substantive set of similarities both in the historical process, the content, the structure, and the organization of those urban popular parades. In it we noted the importance of the dictatorial periods for construction and urban centrality of these parties.

Keywords: cultural identity; nationalism; cultural policy.

*Este trabalho é um resultado de financiamento concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), sob a forma de bolsa de pós-doutoramento.

**Investigador integrado do CHAM (Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar/Portuguese Centre for Global History), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. <daniel.melo@fchsh.unl.pt>.

Resumen: Este texto reflexiona sobre la relación entre la identidad nacional y la fiesta popular en Brasil y Portugal durante el siglo XX, a partir del análisis comparativo de dos eventos culturales nucleares en ambos países: el desfile de las escuelas de samba en Río de Janeiro y las marchas populares en Lisboa. El trabajo, apoyado en un conjunto relevante de estudios sobre cada uno de los casos, se justifica por las similitudes substantivas en el proceso histórico, el contenido, la estructura y la organización de los desfiles populares urbanos. En él se puede comprobar la importancia de los periodos dictatoriales para la construcción y la centralidad de estas fiestas urbanas.

Palabras clave: identidad cultural; nacionalismo; política cultural.

Este texto propõe uma reflexão sobre as relações entre festa popular e identidade nacional no século XX, comparando a evolução registada no Brasil e em Portugal. Tendo essa centúria sido marcada contraditoriamente pelas forças do cosmopolitismo e do nacionalismo, os casos brasileiro e português são assaz relevantes, pois, a vigência, nestes países, de ditaduras com lastro e de forte pendor nacionalista possibilita estudar de modo mais aprofundado similitudes e diferenças de políticas culturais e relacionamentos socioculturais e ideológicos entre Estado e sociedade civil organizada sob distintos regimes políticos. Esta é uma problemática que tem tido um acolhimento especial na literatura académica das últimas décadas. Contudo, o grosso dos estudos centra-se em cruzamentos ou tentames comparativos entre os regimes europeus de “terceira via” mais proeminentes no período de entre guerras (nazismo, fascismo, franquismo) ou entre algumas das ditaduras latino-americanas do período da Guerra Fria¹. Estão em crescendo os estudos comparando os regimes ditatoriais brasileiros e português no campo político, cultural, etc., daí também a pertinência desta proposta².

Dada a ausência de consenso académico quanto a uma definição única de nacionalismo, procura-se aqui perspectivá-lo a partir dos debates atuais. Nesse sentido, afigura-se operativa a proposta de Anthony D. Smith, para o qual o nacionalismo é o “movimento ideológico que procura alcançar e manter a autonomia, unidade e identidade para uma

¹ A título de exemplo e para os regimes de “terceira via”, ver: Milza, 1991; Mann, 2004; Paxton, 2005; Pinto, 2010. Para a América Latina, ver: Bethell, 2005; Palacios, 2008; Beired; Capelato; Prado, 2010. Na confluência dos dois tipos de regimes, conferir: Pasetti, 2006; Torgal e Paulo, 2008; Hauser, 2011.

² No campo cultural cabe destacar: Paulo, 1994; Lopes, 1998; Fiuza, 2005 e 2006; Guimarães, 2009; Costa, 2010; Sarmento e Guimarães, 2010. Cobrindo um arco temporal e espacial maior, Carneiro, 2001. Para o presente tentame comparativo inspiro-me em Bloch, 2006.

população que alguns dos seus membros pensam constituir uma ‘nação’, atual ou potencial” (1991, p. 73 e 71-72 apud SOBRAL, 2003, p. 1103). Nação essa que é um conjunto histórico dotado de carácter étnico e simbólico-cultural, consubstanciada numa “dada população humana que habita um território histórico e que partilha mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública e de massas, uma economia comum e os mesmos direitos e deveres legais para todos os seus membros” (SMITH, 1991, p. 43 apud SOBRAL, 2003, p. 1101).

Daqui decorre uma identidade nacional dinâmica, em permanente reconstrução como “resposta a determinadas necessidades, interesses e percepções, embora sempre dentro de determinados limites”, tornando relevantes os processos de recorrência, continuidade e reapropriação no nexo entre passado e presente (SMITH, 1999, p. 17 apud SOBRAL, 2003, p. 1103). Processos esses que, adita Sobral, são “diversos consoante as classes e grupos sociais” (2003, p. 1121).

Esta perspectiva permite perceber melhor o lugar das festas, em particular das que são o objeto do presente artigo, e a sua relevância em termos de construção da nação e duma identidade nacional. Ora, se essa identidade nacional se vai transformando ao longo do tempo, mais interesse tem analisar o contributo das festas nacionais, bem como a sua evolução interna, nas principais dimensões estruturantes. A relevância desse estudo torna-se assim independente de saber em que época emergiu uma identidade nacional para cada um dos países em apreço, pois se se pode concordar que “a generalização da consciência da identidade nacional pela totalidade da população portuguesa” se torna um fato em 1890-1926 (MATTOSO, 1998, p. 21 apud SOBRAL, 2003, p. 1110), tal não obvia a que se deva estudar a evolução dessa mesma identidade, para surpreender continuidades e transformações relevantes. O que é extensivo ao Brasil. Como aduz Sobral (2003, p. 1121): “Conjunturas específicas [...] devem ser articuladas com a manutenção de estruturas de longa duração para compreender como é que a identificação com uma nação – um produto da história – se torna algo da ordem do *natural*”.

Ademais, entre os principais fatores para essa tomada de consciência contam-se “a intervenção do próprio Estado, envolvido na criação de uma cultura nacionalista assente na escola, na instituição de rituais coletivos, na generalização das relações com a política através de uma maior participação nos seus processos, tudo associado à ação de uma imprensa de massas” (SOBRAL, 2003, p. 1110). É no âmbito dos rituais coletivos, e do seu fomento pelo Estado, que se pode inscrever o papel das festas populares.

De modo a poder contribuir para esse aprofundamento no espaço curto dum artigo, propõe-se um olhar cruzado sobre duas festas populares centrais no século XX de cada país: o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro e as marchas populares de Lisboa. Embora com diferenças relevantes (por exemplo, de quadra festiva), tais festejos têm um conjunto de afinidades e homologias no respeitante ao processo histórico (festa nacional e nacionalista) e à sua essência (conteúdo, estrutura e organização). Isso mesmo procurarei demonstrar seguidamente. Nesse sentido, o presente texto permite prolongar a análise dos processos de criação de cultura popular urbana e de intercâmbio cultural entre estes dois países ao nível das danças e cantos populares na contemporaneidade.³

Processo histórico: símbolos de cultura nacional e nacionalista

O desfile de samba carioca e as marchas populares lisboetas representaram a dada altura do seu percurso no século XX (e representam ainda na atualidade) as festas nacionais por excelência dos respectivos países. Não quer dizer que sejam festas cívicas patrióticas, ao jeito do Dia da Independência nos EUA, mas sim festividades culturais mais simbólicas. Tal não significa também que sejam exclusivistas (há outros símbolos e festividades relevantes), mas sim que atingiram uma dimensão mais central, mais abrangente, porque a isso almejaram. Com efeito, estes eventos foram *oficialmente* viabilizados e tornados centrais como contrapartida para o fato de terem assumido o repto de festa nacional, a festa nacional. Isto sucedeu durante um período histórico de grande fervor nacionalista, que muito influenciou a sua evolução.

Os processos históricos em apreço tiveram o seu início após a I Guerra Mundial, no contexto dum movimento de recuperação da cultura folclórica/folclorização (sobretudo no caso luso) e da preocupação de correntes sociais/culturais com a construção duma identidade nacional integradora, ambos fenómenos culturais da modernidade ocidental⁴.

No Rio, as escolas de samba resultaram da inspiração, mistura e transformação de ranchos, blocos, cordões de rua e do samba-de-roda baiano que se exibiam na quadra carnavalesca. Embora parte destas

³ Ver: Tinhorão, 1994, p. 9-10.

⁴ Para o caso brasileiro, ver: Vianna, 1995 e Augras, 1998; para o caso português: Melo, 2001. Para a compreensão do quadro internacional da consolidação do processo de folclorização ver: Cavazza, 1997 e Castelo-Branco; Branco, 2003, p. 1-21.

manifestações populares culturais já viesse de finais do século XIX (um dos ranchos pioneiros, Reis de Ouro, foi fundado em 1893, o samba-de-roda baiano foi levado por baianos radicados no Rio nos fins de oitocentos), só se consolidaram e consagraram no século seguinte (AUGRAS, 1998, p. 17). O mesmo sucedeu com as marchas populares de Lisboa, que recuperaram antigos folguedos populares dos santos de junho e os mesclaram com influências das cegadas carnavalescas, dos arraiais, da animação dos mercados públicos, das *marches aux flambeau* e do teatro de revista (MELO, 2001, p. 279).

A invenção da tradição

O primeiro desfile de samba deu-se num concurso informal organizado por Zé Espinguela, em 20/1/1929, onde competiram o Conjunto Oswaldo Cruz (futura Portela), a Mangueira e o Estácio. Cada qual exibiu dois sambas, mas a polémica da classificação comprometeu a sua continuidade imediata. Só retomaria em 7/2/1932, por iniciativa do jornal *Mundo Sportivo*, também na Praça Onze. Participaram então 19 escolas, mas só 5 destas foram premiadas, por um inédito júri formado por jornalistas e intelectuais. Em 1933 surge o primeiro samba-enredo (pela Unidos da Tijuca), isto é, uma canção específica com letra ligada ao tema (enredo) do desfile (da cenografia-coreografia) da escola. Doravante, o desfile do samba será enquadrado pela Prefeitura do Rio (com apoio financeiro da Secção de Turismo do DIP- Departamento de Informação e Propaganda), obedecendo a um regulamento rígido e minucioso. No ano seguinte, as escolas foram subsidiadas pelo desfile pago no dia do padroeiro S. Sebastião, embora recebessem uma porção diminuta face às grandes sociedades, aos ranchos e aos blocos carnavalescos então participantes. Em poucos anos, portanto, o desfile de samba tinha não só elaborado a sua estrutura básica como sido reconhecido e integrado pelas autoridades (AUGRAS, 1998, p. 25-38).

A primeira exibição das marchas populares lisboetas deu-se num concurso organizado pelo animador cultural e cineasta Leitão de Barros, em 1932, numa encomenda estival para o popular recinto de espetáculos Parque Mayer, apoiada por jornais e empresas⁵. Participaram 3 marchas bairristas (dos bairros Campo de Ourique, Bairro Alto e Alto do Pina), então ainda designadas por ranchos, pois era o termo mais em voga

⁵ Leitão de Barros era então um dinamizador cultural ligado aos modernistas, director de suplementos culturais como *O Notícias Ilustrado*, o que lhe permitia estar a par do que ocorria no mundo, Brasil incluído.

para designar os agrupamentos festivos (tal como ocorrera no Brasil). O nome de marchas derivou muito provavelmente do concurso se ter chamado “Marcha dos ranchos” e de futuramente estas desfilarem ao som de um tambor (ou caixa). Cada marcha foi organizada por uma associação cultural-recreativa bairrista⁶. O êxito foi tal que se organizou uma 2.^a edição nesse mesmo mês, com o dobro dos grupos participantes. Logo a partir de 1934, o concurso, já em desfile e regulamentado, estará a cargo do município de Lisboa (o equivalente à prefeitura no Brasil). Assim, também em poucos anos, o desfile das marchas foi estruturado, reconhecido e integrado pelas autoridades (MELO, 2001, p. 278-288).

Outro aspecto relevante é que também em ambos os casos a sua essência foi definida como sendo algo de enraizado localmente e, portanto, folclórico. No caso brasileiro, a genuinidade carioca é sobretudo realçada no período getulista: segundo a imprensa coeva, “as escolas de samba se apresentarão com enredos e com músicas característicos, com letras e ritmos nascidos lá no morro”⁷. No caso luso, ainda antes da estreia, o evento foi promovido como tradição festiva local, antevendo-se “a revivescência das velhas marchas populares que, de cada bairro da cidade, nas noites festivas dos Santos Populares se encontravam no chafariz da antiga Rua Formosa [atual Rua do Século, no Bairro Alto]”⁸. A imprensa arregimentada fez eco deste ‘reencontro’ com as raízes, ou melhor, da ‘recriação’ da tradição, em textos onde se assinalava o carácter genuíno e popular do evento. Os jornais ampliaram também a opinião do júri do concurso, que constituía um verdadeiro programa de intenções: “lançaram-se os fundamentos para uma grande festa anual, tipicamente portuguesa e popular, a organizar com extensão e superior critério, e que a Câmara Municipal devia tomar a si”⁹.

Pode assim considerar-se que estas festividades representativas da cultura nacional são o resultado de complexos, mas rápidos, processos de *invenção de tradições* (na formulação de HOBBSAWM; RANGER, 1994). Ou seja, representam um “conjunto de práticas, normalmente sustentadas por regras tacitamente ou abertamente aceites e de natureza ritual ou simbólica, que procura inculcar certos valores ou normas de comportamento pela repetição, o que automaticamente implica

⁶ Foram elas, seguindo a mesma ordem: Sociedade Filarmónica Verdi (com o apoio do grupo de jazz “Os Galos”), Club União Ciclista do Rio de Janeiro (note-se o reenvio para o Brasil) e Club Musical União.

⁷ Cit. do artigo “Inabalável, a praça 11”, do jornal *A Noite*, 14/2/1942 (AUGRAS, 1998, p. 52). Sobre a ênfase getulista no carnaval como folclore ver: AUGRAS, 1998, p. 51-52.

⁸ *O Notícias Ilustrado*, Lisboa, 05 jun. 1932, p. 15.

⁹ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 13 jun. 1932, p. 6.

continuidade com o passado”, e que foram inventadas, construídas e formalmente instituídas, ainda por cima num período curto e datável (HOBSBAWM; RANGER, 1994, p. 1, *tradução livre*). Tal não impediu que tanto o desfile de carnaval como as marchas populares convocassem mecanismos da cultura de massas, nos seus aspectos mais ligados à divulgação massiva¹⁰ e ao espetáculo moderno: o destaque para a cenografia, o recurso a técnicos do meio teatral, a reprodução na rádio, no disco, no cinema, na televisão, etc.

Com efeito, nas décadas de 1930 e 1940 assiste-se à generalização gradual de fenómenos culturais criados ou adoptados pelas camadas mais desfavorecidas da população brasileira. O samba e o carnaval são apenas alguns desses fenómenos incorporados na cultura de massas e na cultura erudita à escala nacional.¹¹ No caso português, destacam-se o teatro de revista, o fado e as marchas populares (MELO, 2004).

Neste contexto, a ação do Estado na arena cultural tem que ser perspectivada enquanto intervenção de um dos vários atores participantes, ao lado de intelectuais e artistas, de grupos sociais populares e das classes médias, de certos *media*, entre outros.¹² A invenção dos desfiles das escolas de samba e das marchas populares foi assim o resultado dum complexo de interações, interesses e aspirações, onde a negociação teve papel central, assente numa *circularidade* (intercâmbio) cultural entre elites e povo, entre segmentos especializados e grupos populares, entre cultura erudita, popular e de massas, numa atualização da teoria de Mikhail Bakhtin¹³.

A oficialização como passaporte: sob o signo nacionalista

Após a oficialização, ambas as festividades se enraizaram, atingindo uma certa regularidade durante o cômputo global do século XX, sobretudo no caso do desfile das escolas de samba. Este só faltou em 1930-31 e 1952 (69 anos com desfile em 72 anos possíveis, ou c. de 96% dos anos; total de 76 edições, dadas as repetições em 1934, 1937, 1946 e 1949-51). Nas marchas, as interrupções foram maiores (38 anos com desfile em 69 anos possíveis, ou c. de 55% dos anos; total

¹⁰ Através dos vários tipos de imprensa: de massas, especializada, de circulação nacional e/ou popular.

¹¹ Ver capítulos de Mônica Velloso e de Rachel Soihet em FERREIRA, 2007, p. 287-350.

¹² Ver: Vianna, 1995; Melo, 2001; Fernandes, 2001; Ferreira, 2007.

¹³ Debate sobre o tema em Fernandes, 2001, Melo, 2004 e Agostinho, 2014. Estes textos têm abordagens distintas mas que se complementam, articulando e refletindo sobre as noções de mediação, inovação, autonomia cultural e/ou controle social e ideológico.

de 39 edições), mas mesmo assim todas as décadas estão pontuadas, tendo o maior hiato (de 6 anos: 1941-46) surgido numa conjuntura excepcional marcada pela II Guerra Mundial¹⁴.

Embora a oficialização tenha ocorrido sob regimes políticos distintos (democracia no Brasil, ditadura em Portugal), grande parte do período de consolidação destas festividades decorreu sob regimes ditatoriais (ou de exceção) em ambos os países, partilhando inclusivamente designações. Assim, em Portugal, à Ditadura Militar (1926-33) sucedeu o duradouro Estado Novo (1933-74); no Brasil, ao Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-34) sucederia pouco depois o também apodado Estado Novo (1937-45) e, mais tarde, a Ditadura Militar (1964-85).

A contrapartida para a aceitação destas festividades pelas autoridades foi a sua adequação a um certo figurino oficial, independentemente do regime político. Tal implicou uma regulamentação muito rígida da sua organização e funcionamento. Além disso, a conciliação entre um ambiente político-social assaz nacionalista até meados dos anos 1970 (em Portugal) ou 80 (no Brasil) e o carácter ultranacionalista das ditaduras dos dois países, determinou grandemente que o nacionalismo se tornasse uma característica intrínseca destas festividades numa dada fase (até a II Guerra Mundial no caso brasileiro, até 1973 no caso luso). A confluência destes fenómenos (regulamentação rígida, nacionalismo/ultranacionalismo) contribuiu decisivamente para a consagração do carácter nacional dos desfiles. A influência oficial foi assim uma constante, determinando a evolução dos eventos e a sua configuração básica (AUGRAS, 1998 e MELO, 2001, respectivamente). Neste ponto em concreto, divirjo das interpretações de Graça Índias Cordeiro e de Roberto Da Matta, por preconizarem uma desconexão do carnaval brasileiro face ao poder político.¹⁵ Estas características, comuns ao desfile de samba do Rio e às marchas populares de Lisboa, conferem-lhes grande singularidade no panorama internacional. Como sintetiza, de modo pertinente:

Tudo deixa supor que a transformação progressiva do desfile, da estrutura das escolas de samba e, particularmente, a importância cada vez maior do samba-enredo, caminham *pari passu* com a expectativa oficial. Não se trata de um processo linear de repressão e dominação, mas sim da construção mútua de nova modalidade de expressão popular (AUGRAS, 1998, p. 35).

¹⁴ Para os desfiles de samba ver: Augras, 1998, Amaral, 2000 e Fernandes, 2001; para as marchas populares ver: Melo, 2001, p. 282-283 e espólio particular de José Ramalho (cópia dos documentos originais depositada no Gabinete de Estudos Olissiponenses da Câmara Municipal de Lisboa).

¹⁵ Ver para ambos: Cordeiro, 1997, p. 323.

Quanto às marchas populares, basta mencionar que em duas ocasiões foram reativadas por motivos comemorativistas de índole nacionalista (em 1940 para celebrar a independência nacional, em 1947 para celebrar a tomada de Lisboa aos mouros de 1147), além do “Grande Desfile Popular do Mundo Lusíada” em 1973, que celebrava o Império colonial português sob o manto diáfano do luso-tropicalismo¹⁶.

Note-se ainda que, até aos anos 1970-80, o nacionalismo teve muito consenso nestes países, pois estava bastante imbuído nas próprias sociedades, daí não ter sido necessário recorrer à imposição de temas nacionalistas. O nacionalismo, na sua faceta mais fechada (ou ufanista), afrouxa devido a processos de democratização política, social e cultural subsequentes ao fim das ditaduras (em Portugal em 1974-75, no Brasil em 1985), os quais consagrarão, gradualmente, um modo mais aberto de relacionamento entre nação e mundo, influenciando num perfil mais aberto de festividade, inclusive na sua formatação e regulamentação.

No caso português, apesar dos temas terem, no cômputo global de amostra representativa, menos referências nacionalistas diretas (segundo um estudo pessoal das letras das canções vencedoras entre 1932 e 1999), dado o seu enquadramento obrigatoriamente microlocal (exceto na “grande marcha”, canção cantada por todos os agrupamentos de marchantes, criada em 1935 e renovada em cada edição), enquadraram-se amiúde em celebrações nacionalistas, como atrás exemplifiquei, ou então continham alusões visuais nos arcos dos marchantes, como a Ponte Salazar (num tributo ao ditador¹⁷). Ademais, a “grande marcha” tinha um pendor mais nacionalista, e, por regra, maior visibilidade que as restantes canções. E as letras das canções de cada bairro procuravam amiúde tipos populares ou figuras históricas da tradição cultural (Santo António ou os marinheiros da epopeia, em Alfama¹⁸; a fadista Severa, para a Mouraria; o fado no bairro Alto, por causa da boémia e das casas de fado; os saloios de Benfica; o padroeiro S. Vicente no bairro homónimo), indo ao encontro da ideologia salazarista. Outra dimensão recorrente do agrado do regime remete para as inúmeras referências à cristandade, não só ao Santo António, como a S. Vicente, a Deus em abstrato, ao povo cristão (lisboeta ou português) ou à sua forte

¹⁶ Sobre a instrumentalização da teoria de Gilberto Freyre pelo salazarismo ver Castelo, 1999.

¹⁷ Esta ponte foi inaugurada a 06 ago 1966 e renomeada Ponte 25 de Abril após a queda do regime ditatorial.

¹⁸ Bem exemplificado na letra da canção respectiva de 1955: “Ai que linha Alfama/ Da marinhagem,/ Velha equipagem/ das antigas naus,/ Página de ouro/ Da nossa História,/ Degraus de glória/ São os teus degraus/ Altares de sonhos/ De quem se preza/ Lâmpada acesa/ Pelas mãos da Fé,/ Lisboa é tua,/ E assim, doa a quem doa/ Minha Alfama, olha Lisboa/ Que linda que ela é!”.

crença religiosa¹⁹. Cristandade essa que significa não só um espaço de religiosidade como um referente histórico que acompanha a construção da nação portuguesa e do seu povo em armas auxiliado pelos cruzados e templários na “reconquista cristã” peninsular.

Embora o espaço físico destas celebrações seja local, a sua recepção é planetária e são vistas sobretudo como representativas da cultura desses países. Os milhões de pessoas que fora do Brasil consomem imagens ou relatos sobre o desfile de samba do Rio identificam-no imediatamente com o Brasil; aliás, esse é um dos estereótipos do Brasil, ciclicamente, anualmente, reiterado pelos meios de comunicação social, sobretudo pela televisão. Além disso, existem alguns indícios seguros: a sua influência ou imitação noutras festividades e certas características do seu espetáculo.

Da nação para o mundo: replicações e internacionalização

No caso brasileiro, as emulações serão várias, embora na bibliografia compulsada só tenha deparado com o exemplo de São Paulo.²⁰ Ainda segundo Sebe, o “modelo carioca de escola de samba tem sido a matriz básica, reproduzida em diferentes quadrantes do país” para o “nivelamento do carnaval brasileiro” (1986, p. 75; também FERREIRA, 2004, p. 352). Talvez o contributo mais importante do desfile de samba carioca seja o fato de servir de inspiração para a organização ou funcionamento de certos aspectos doutros festejos carnavalescos: avanço como hipótese o caso de São Salvador da Bahia, que embora tenha um Carnaval centrado no “trio elétrico”, foi grandemente estruturado e profissionalizado nos anos 1990, quando o do Rio já há muito estava disciplinado e ‘profissionalmente’ organizado, pronto a servir de modelo. Além disso, o Carnaval baiano teve desfile de escolas sambistas até 1976²¹.

¹⁹ Leia-se o estribilho da grande marcha de 1955: “Esta Lisboa bendita,/ Feita cristã p’ra viver,/ É a menina bonita/ De quem tem olhos p’ra ver! [parágrafo] Moira sem alma nem lei,/ Quis dar-lhe o céu cor e luz./ E o nosso primeiro rei,/ Deu-lhe nova grei/ E o sinal da cruz!/[par.º] Nas airosas caravelas,/ Tempo após, com génio profundo./ Cruz sangrando sobre as velas/ – Portugal dilatou o mundo! [par.º] E a Lisboa ribeirinha./ Ao impor sua cruz na guerra,/ Foi então a gentil rainha/ Ante a qual se curvou a Terra”.

²⁰ Desfile criado em 1936, oficializado em 1967. Ver: Sebe, 1986, p. 82-83.

²¹ Na internet, está disponível um quadro ordenando escolas de samba por localidade, no Brasil e no mundo, mas nada refere quanto a possível emulação da fórmula do Rio de Janeiro ou se, fora do Rio de Janeiro, realizam desfile colectivo e competitivo (Lista de escolas de samba, 2012). Daí a minha opção por só apresentar um quadro próprio para as marchas populares de Lisboa, pois para estas existe informação suficiente e fidedigna.

No caso luso, a situação ainda é mais evidente, com replicações para todos os gostos. Além das marchas se terem exibido amiúde fora do *habitat* natural, tendo desfilado no Estoril logo em 1932,²² nas Caldas da Rainha em 1940 (MELO, 2001), etc., também exportaram o seu modelo a todo o país (ver quadro anexo).

Assim, ao desfile noturno de 1939 para recepção ao Presidente da República em Lourenço Marques (atual Maputo), segue-se-lhe novamente a mesma cidade (em 1946), a participação no desfile de Lisboa de 1947 numa marcha da cidade vizinha de Almada e desfile na cidade nortenha de Viana do Castelo. Nota-se uma adesão crescente desde os anos 1950, alastrando por todo o país metropolitano, por algumas das suas principais cidades, incluindo das colónias. Depois da revolução de 1974, salienta-se a consolidação de marchas próprias nos concelhos contíguos à capital portuguesa. Estimo que existam marchas em praticamente todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa ausentes do quadro anexo, mas não foi ainda possível reunir prova documental. Em praticamente todos os casos existiu uma colaboração entre poder político local (municipal) e associativismo voluntário local. A edição lisboeta de 1979, que recuperou as marchas após o anátema revolucionário (subsequente ao golpe militar de 25/4/1974), foi centrada nas 12 marchas oriundas de freguesias dos concelhos de Mafra e Loures, dada a redução da componente propriamente lisboeta a uma “grande marcha”. Também surgiram marchas populares na diáspora lusa (promotores associativos já identificados: Clube Português A Família, no Reino Unido; Kemblawarra Club, de Port Kembla, Austrália).

Em termos de influência das marchas noutras festividades populares, esta é provável no caso das rusgas de Braga, por exemplo, pois não existiam de modo tão organizado e com elementos característicos das marchas populares de Lisboa – pelo exemplo da Rusga de S. Vicente, com desfile e arco com figuras desde 1965, pelo menos (RUSGA DE SÃO VICENTE DE BRAGA, 1990, p. 11 e 27).

Ambos os eventos tiveram ainda a virtude de se terem internacionalizado em termos de *performance*, pois houve escolas de samba e marchas que se exibiram fora dos seus países. Assim, como exemplos lisboetas registem-se o convite da Câmara Municipal de Lisboa a jornalistas estrangeiros para acompanhamento da edição de 1990 e a atuação da marcha de Alfama nas cidades japonesas de Osaka, Ikeda e Sacai, em 1993 (MIRANDA, 1996, p. 42 e ANÓNIMO, 1993,

²² *Diário de Lisboa*, Lisboa, 24 jun. 1932, p. 2.

respectivamente). Como exemplo carioca, e para além da já aludida potente difusão televisiva planetária durante o período carnavalesco, registre-se a participação da escola de samba Beija-Flor no desfile das marchas populares de Lisboa, em 1981²³.

No sentido oposto, uma das divergências mais relevantes é a importância atribuída à ruralidade e ao cruzamento entre rural e urbano no caso das marchas populares de Lisboa, sem paralelo no caso carioca.

Conteúdos, estrutura e organização: onde a brasilidade e a portugalidade se tocam

Quanto ao conteúdo do desfile de samba, importa salientar a importância dos temas de âmbito não local ou referências afins na letra do samba-enredo. Assim, a análise de conteúdo de Augras (1998, p. 107-169) para a quase totalidade dos sambas-enredo premiados entre 1948-75 demonstra a centralidade das referências ao Brasil, através do elogio do país, da nação, de seus “vultos”, de sua história, da sua natureza. Exemplificando: só os conjuntos de história (categorias “tempo e memória” e “eventos e personagens”), nação (categorias “nação brasileira” e “regiões e estados do Brasil”) e natureza (categoria homónima) constituem c. de 35% do total de menções.²⁴ Augras (1998, p. 91-92) refere que os temas ufanistas e patrióticos prevaleceram até ao início dos anos 60, tendo começado a ceder a primazia para a temática “afro-bahia” a partir de 1962 (sob a influência pioneira da escola do Salgueiro). Ainda assim, mesmo esta temática é grandemente exterior ao contexto carioca. Embora desde os anos 1970 predomine a fantasia nos sambas-enredo, as referências nacionais subsistem: segundo a análise de Augras para 1997 – que abarca os sambas-enredo das 16 escolas do “grupo especial” (isto é, dos concorrentes ao pódio) – quase 23% das menções são para o Brasil, nas vertentes assinaladas²⁵.

Quanto ao conteúdo das marchas populares de Lisboa, importa referir desde logo a sua estreia em 1932 com trajes representando tipos populares tradicionais de vários cantos do país. Assim, a marcha vencedora da 1.^a edição apresentou-se com o traje à moda do Minho, a

²³ Já em 1973 houvera um antecedente, com a participação da “Escola de Samba Vapores do Rego”, mas esta era formada por estudantes universitários brasileiros radicados em Portugal (MIRANDA, 1996, p. 41).

²⁴ Ver: Augras, 1998, p. 292.

²⁵ Esta análise baseia-se na tese de doutoramento de Maria Laura Cavalcanti, de 1993 apud Augras, 1998, p. 294.

seguinte com vestes de tricana de Leiria e de camponeses estremenhos, e a última com indumentárias regionais do Douro e Estremadura. A imagética regionalista, de fundo rural e campesino, revelava-se na alacridade dos tecidos e invulgaridade da ‘convocação’ de regiões tão diversas. Era, portanto, uma indumentária de traço folclórico, mas que nada tinha a ver com o folclore local, isto é, de Lisboa (MELO, 2001, p. 280). O folclore nacional será depois substituído pelo pretensamente local, mas mesmo aí as referências são também parcialmente nacionais: as peixeiras do bairro da Madragoa vêm da povoação nortenha de Ovar (daí serem designadas por varinas, corruptela de ovarinas), os saloios de Benfica, ou bairros vizinhos, provêm originariamente da região da Estremadura. Além disso, também as letras das canções das marchas revelam esses estereótipos, como explanei atrás.

As afinidades entre estes desfiles não se esgotam no conteúdo nacionalista (e ufanista) dos temas e das letras das canções. Assim, anote-se nas principais similitudes organizativas: 1) a “diferenciação moral” das escolas de samba e das marchas populares em relação a manifestações culturais populares anteriores²⁶, como modo de se legitimarem e de se imporem; 2) o regulamento que formata o evento, estabelecendo não só as regras do concurso como instruindo sobre o tipo de organizações que podem participar e em que condições; 3) o centrar da festividade num desfile; 4) o concurso com avaliação segundo um conjunto de quesitos (em torno da canção, do tema, da música/ músicos, cenografia, coreografia, etc.); 5) a divisão de cada grupo concorrente em várias secções, incluindo uma para as coqueluches (no Rio, o “mestresala” e a “porta-bandeira”; em Lisboa, o “padrinho”, a “madrinha” e, eventualmente, as “mascotes”, ou seja, um par de crianças, e o “porta estandarte”).

A este nível, uma das principais diferenças reside na duração do evento central: no Rio, dura duas longas noites (desde os anos 70), dispondo cada escola de samba entre 65 e 80 minutos de tempo de exibição; em Lisboa, dura uma curta noite, tendo cada marcha direito a c. de 15 minutos de desfile. Daqui decorre toda uma série de consequências relativas ao tipo de *performance*, ao número de participantes, ao montante do investimento, etc.

²⁶ Por exemplo, das escolas face aos cordões e grupos desordeiros apontados por Jotaefegê (ver: Gonçalves, 2003, p. 96 e 100-101) e das marchas face às deambulações de grupos informais e dançantes de sociedades recreativas e das cegadas carnavalescas (ver: Melo, 2001). O termo “diferenciação moral” é empregue por Gonçalves, 2003, p. 96.

Debates sobre política e cultura

Outros pontos comuns desaguam em divergências: assim, uma mesma discussão sobre se estes eventos podiam ser considerados manifestações folclóricas teve intensidades bem variadas. Com efeito, enquanto no Brasil uma série de folcloristas questionou o carácter folclórico das escolas de samba nos anos 1960 (GONÇALVES, 2003, p. 98), em Portugal as marchas foram menos criticadas nesse âmbito durante a ditadura, dada a existência doutros pomos de discórdia mais duradouros – caso do fado, com legiões de defensores e detratores desde inícios de Novecentos²⁷ – ou com maior alcance, como foi o caso da “autenticidade” dos “ranchos folclóricos”, cuja institucionalização e homogeneização a nível nacional pela rede corporativa de “casas do povo” do Estado Novo levou certos folcloristas a lamentar a sua perda de pureza e vínculo tradicional (MELO, 2001, p. 194). Ainda assim, do interior do regime surgiram algumas críticas, com António Ferro, dirigente da propaganda e política cultural, lançando-lhes o anátema da impureza etnográfica, em 1949²⁸, e o próprio Leitão de Barros alertando, em carta a Salazar de 1953, para a sua perda de vitalidade artística e obsolescência face ao “moderno” turismo cultural e de massas (MELO, 2001, p. 292/293). Com a queda da ditadura, a organização das marchas populares é suspensa em Lisboa por decisão das coletividades de cultura e recreio da capital, secundada por um período de forte contestação das mesmas, que só regressam em 1979. Forte animosidade essa que se estendeu ao fado, em ambos se denunciando a sua dimensão alienante e a sua colagem ou instrumentalização pelo regime ditatorial (DIONÍSIO, 1993, p. 391-392 e 330-51, respectivamente).

Este movimento tinha suas raízes na denúncia, surgida nos anos 1960, do modelo cultural oficial por parte da oposição anti-salazarista, um modelo que operava a “manipulação da consciência cívica dos portugueses” e que seria designado de modo irónico por “Fado, Fátima e futebol” ou os “3 Efes”.²⁹ Como refere ainda o mesmo estudioso:

²⁷ Ver: Nery, 2004.

²⁸ Com efeito, Ferro organiza então um Concurso dos Ranchos Folclóricos da Beira Baixa, contra-ofensiva no “sentido da purificação das nossas canções e danças populares”, porquanto estas estariam a ser “*abastardadas* pelo gosto ou desgosto das revistas, *pelo vicio* das fitas, das pandeiretas e *das marchas com as mãos na cintura*” (apud Melo, 2001, p. 292).

²⁹ Ver: Nery, 2004, p. 241.

Descobrimo o potencial do Fado como veículo de afirmação propagandística, e em cuja poética – desde a implementação da censura em 1926 – ganhou expressão uma postura cívica de conformismo, de aceitação passiva da realidade social e política como dados de um destino inelutável, o Salazarismo rapidamente transformaria o Fado na ‘canção nacional’. [...] Esclareça-se que este contexto político-ideológico geral não implica necessariamente qualquer política de arregimentação directa do Fado ou dos fadistas por parte do regime, mas antes uma colagem estratégica das autoridades salazaristas a um género cuja popularidade atingiu manifestamente o auge e cujos conteúdos poéticos tradicionais, após um quarto de século de condicionamento censório, se revelam de uma utilidade política da maior conveniência... Tal como se procurará colar, no plano internacional, à imagem de prestígio crescente de Amália Rodrigues. (NERY, 2004, p. 238-239)

Em jeito de conclusão

Os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro e das marchas populares de Lisboa, ângulo do presente estudo, constituíram-se no século XX como festividades centrais nos respectivos países. Originalmente manifestações populares urbanas locais, cedo se tornaram reflexo da projecção duma cultura ‘nacionalizada’ no/pelo país e no/pelo exterior. Foram o resultado de complexos processos históricos de invenção de tradições, interagindo com processos mais vastos de folclorização, e de complexas negociações entre seus atores principais e as autoridades públicas para a sua viabilidade, reconhecimento e centralidade. Ademais, a recuperação ou suposta criação de cultura popular de inspiração tradicional (seja pela ligação à quadra carnavalesca ou juniana, seja pela ligação a festividades anteriores) foi realizada convocando também mecanismos da cultura de massas, nos seus aspectos mais ligados à divulgação e ao espetáculo moderno, cada vez mais presentes à medida que se avança no século XX.

Este processo negocial conduziu não só a uma disciplinação dos eventos e à sua padronização rígida como também ao reforço das componentes nacional e nacionalista. Tal desenlace está fortemente relacionado com a existência de ditaduras durante grande parte do período de génese e consolidação dos eventos, com seus interesses de edificação duma política cultural assente num nacionalismo cultural e com o ambiente social fortemente nacionalista vigente em ambos os países, ambiente este que se dilui no quarto quartel do século XX,

primeiro em Portugal, com a revolução de 1974, e no Brasil, com o fim da Ditadura Militar, em 1985.

Os desfiles que comparámos neste estudo ficaram assim intrincados na construção duma identidade nacional integradora (porventura mais saliente no caso brasileiro, e apesar do formato de competição) e conciliadora – por isso se podem considerar enquanto desfiles da nação. Contudo, vozes críticas houve que debateram a sua autenticidade etnográfica, cuja intensidade foi mais evidente, ou mais precoce, no caso brasileiro. Já no caso português, o período imediatamente pós-ditatorial (de 1974 em diante) não só pôs em causa o carácter popular e sadio das marchas populares (e do fado) como levou ao cancelamento da sua organização durante vários anos, chamando mais uma vez a atenção para a porosidade das ligações entre festa, sociedade civil e Estado (ditatorial). Tal porosidade afigura-se ter particular incidência em festividades susceptíveis de incorporar aspectos básicos dum ideário ultranacionalista como os preconizados pelas ditaduras, daí a especial atenção dos poderes públicos para com os casos estudados no presente artigo. Nesta análise procurou-se inventariar e analisar as principais homologias de processo histórico, de conteúdo, de estrutura e organização entre estes dois desfiles populares urbanos. Tais similitudes foram suficientemente fortes para justificar uma abordagem comparativa.

Ao propor-se uma análise mais detalhada do papel do Estado na construção duma festa nacional não se pretendeu desvalorizar a relevância do papel doutros atores sociais centrais, como as elites letradas e os grupos sociais desfavorecidos ligados ao evento (ao carnaval, ao samba e/ou ao desfile de samba, no caso do Brasil; às marchas populares, ao fado e ao teatro de revista, no caso de Portugal), até porque são estes atores (e ainda segmentos das classes médias) que elaborarão o cerne duma partilha cultural nacional de pendor integrador, a partir da ideia duma identidade nacional baseada (ou fatora) numa certa tradição (ainda que inventada), na coesão social e na mestiçagem (no caso brasileiro), e da incorporação nessa ideia do contributo de segmentos segregados e/ou desfavorecidos, como o das comunidades negras e das favelas, novamente para o caso brasileiro, e de grupos/ elementos rurais, no caso português. O que se buscou foi aprofundar o conhecimento da negociação entre Estado, sociedade civil organizada, *media* e outros atores sociais e verificar o impacto das distintas conjunturas políticas e culturais na evolução das dinâmicas da circularidade e da identidade culturais. Com efeito, no período temporal abarcado, o Estado (central e local), juntamente com grupos das elites (das artes, letras e *media*),

torna-se também ele regulador e mediador político-cultural nesse processo de incorporação e negociação do contributo de grupos sociais populares na reelaboração da identidade cultural nacional, em especial no quadro de festas populares que ganharam âmbito nacional e projeção internacional.

Quadro da replicação das marchas populares de Lisboa (século XX)

Data	Local	Caracterização
1939, 1946, 1958 e 1966-67	Lourenço Marques (actual Maputo, Moçambique)	desfile de 12/8/1939 para recepção ao presidente da República, organizado por casas regionalistas e associações Indo-Portuguesa e dos Naturais da Colónia, com c.20 mil assistentes; mais afim ao figurino lisboeta foi a edição de 1946, com concurso de canções para marchas votado pelo público emitido pelo Rádio Clube de Moçambique e desfile no estádio do Clube Ferroviário, na quadra carnavalesca, verão local (também colaboraram o diário <i>Notícias</i> e várias associações)
1947	Almada	1 marcha para participar no desfile de Lisboa
1949	Viana do Castelo	desfile de marchas (1 marcha continuará a exhibir-se nos anos 50)
1950	Oeiras	1 marcha celebra a elevação a vila (1759); regressa nos anos 1980
1952-55	Évora	1 associação desportiva assegura continuidade entre 1953-55
1953	Estremoz	concurso com 5 marchas
1954-	Alcácer do Sal	concurso de marchas, com 30 anos em 1984
1954	Covilhã	concurso de marchas, org. pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, depois 'reconvertido' para "ranchos folclóricos" (exclusivo para os seus "centros de recreio popular" locais)
1956	Montijo	Festas de S. Pedro integram 1 marcha do Bairro dos Pescadores local
1956-57, 1966 e 1968	Porto	"concurso de rusgas populares" (org. do <i>Diário do Norte</i>), depois "marchas sanjoaninas", para freguesias portuenses (org. inicial dos Postos Emissores Reunidos e <i>Jornal de Notícias</i>) em 1957, 1966 e 1968, pelo menos
1957	Moçâmedes (Angola)	desfile no Estádio Comandante Fragoso de Matos a 16 e 26/IX, seguidas de verbena (org. pelos jornais <i>Sul</i> e <i>O Namibe</i> e com a participação de clubes desportivos locais)
1962 e 1969	Nova Lisboa (actual Huambo, Angola)	desfile de 1962 no campo do Sporting local, integrado nas comemorações do 50.º aniversário da cidade, com c. 8 mil espectadores e uma marcha extra vinda do Bailundo
1963-71	Lobito (Angola)	mentor principal foi o compositor e coreógrafo António Branco Pedreira, maestro e acordeonista do Rancho Folclórico da Casa do Ribatejo local, apesar de ser minhoto de naturalidade
1964 e 1971	Sá da Bandeira (Angola)	desfile com trajes folclóricos campestinos da metrópole, arcos com figuras minhotas, motivos florais, mapa de Angola, etc.; em 1971 também houve uma marcha especial, ou "Grande Marcha"
1966	Gaia	1 marcha para participar no Porto
1966	Fundão	concurso de marchas, até 1990

(continua)

Quadro da replicação das marchas populares de Lisboa (século XX) (conclusão)

Data	Local	Caracterização
197?	Setúbal	concurso de marchas, retomadas em 1985
1970	Amarante	concurso de marchas nas Festas de S. Gonçalo, até 1972 e retomadas em 1980
1979	Mafra	participação na “Grande Marcha de Lisboa”; desfile de 25 freguesias em 1982, sob a égide de Beatriz Costa, antiga jurada e madrinha nas marchas lisboetas
1979	Loures	Participação na “Grande Marcha de Lisboa”; concurso de marchas desde 1994, pelo menos
198?	Cascais	concurso de marchas
198?	Oeiras	desfile de marchas
198?	Almada	desfile de marchas
1985	Sesimbra	desfile de marchas, pelo menos desde então
1994	Pombal	edições contínuas desde 1994, organizadas pela associação Os Amigos de Santo António e o município local
1999	Barreiro	desfile de marchas, pelo menos neste ano

Fontes: Melo, 2001, p. 293/294; Melo, 2007, p. 10-13 (para as ex-colónias); relatórios de 1957, 1958 e 1967 da Federação das Colectividades do Distrito do Porto de Educação, Recreio e Desporto (para Porto e Gaia); Comissão Organizadora, 1990 (para Fundão); Anónimo, 1983 (para Mafra); Anónimo, 1993 (para Loures, Oeiras e Almada nos anos 1970/80); Garcia, 1981/82 (para Cascais); Anónimo, 1986a, Anónimo, 1986b e Anónimo, 1988 (para Sesimbra); Anónimo, 2011 (para Pombal); Anónimo, 1999 (para Barreiro).

Referências

- AGOSTINHO, Zilmar Luiz dos Reis. O debate entre a cultura popular e a cultura erudita no carnaval carioca. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 67-89, nov. 2014.
- AMARAL, Pedro. *Trinta anos de samba-enredo*. Rio de Janeiro: ZFM, 2000.
- AUGRAS, Monique. *O Brasil do samba-enredo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Org.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis; São Paulo: FCL-Assis-UNESP Publicações e Laboratório de Estudos de História das Américas da USP, 2010.
- BETHELL, Leslie (Dir.). *A América Latina após 1930*. V. VI-VIII, São Paulo: Edusp, 2005.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: BECKER, Annette; BLOCH, Étienne (Comp.). *Marc Bloch: l'histoire, la guerre, la résistance*. Paris: Gallimard, 2006. p. 347-380.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- CASTELO, Cláudia. □*O modo português de estar no mundo*□ o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, BRANCO, Jorge Freitas (Orgs.). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- CAVAZZA, Stefano. *Piccole patrie*. Bolonha: Il Mulino, 1997.
- CORDEIRO, Graça Índias. *Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

- COSTA, Cristina. *Teatro e censura*: Vargas e Salazar. São Paulo: Edusp, 2010.
- DIONÍSIO, Eduarda. *Títulos, acções, obrigações (a cultura em Portugal, 1974-1994)*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.
- FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do Carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba*: sujeitos celebrantes e objectos celebrados. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- FIUZA, Alexandre Felipe. “Censura en España, Brasil y Portugal: esa cámara de torturar palabras y sonidos durante las dictaduras en las décadas de 1960 y 1970”, *Especulo: Revista de estudios literarios*, Madrid, 2005. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero30/censura.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- _____. *Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis: UNESP, 2014.
- GONÇALVES, Renata de Sá. Cronistas, folcloristas e os ranchos carnavalescos: perspectivas sobre a cultura popular. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 89-105, 2003.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et al. (Org.). *Afinidades atlânticas*: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- HAUSER, Claude et al. (Dir.). *La diplomatie par le livre*. Paris: Nouveau Monde, 2011.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Ed.). *The invention of tradition*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LOPES, Cláudia Neves. *Les relations éditoriales entre le Brésil et le Portugal*. Paris: Universidade Paris VII, 1998 (tese doutorado).
- MANN, Michael. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MELO, Daniel. Nelson da Nóbrega Fernandes, Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados, Rio de Janeiro, 1928-1949, *Análise Social*, Lisboa, v. XXXIX, n. 170, p. 194-200, 2004. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705284L7iPH4er1Tt49YW1.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.
- MELO, Daniel. Out of sight, close to the heart: regionalist voluntary associations in the Portuguese empire. *e-Journal of Portuguese History*, Providence e Porto, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2007. Disponível em: <https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue9/html/dmelo_main.html>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- _____. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- MILZA, Pierre. *Les fascismes*. N. ed. Paris: Seuil, 1991.
- MIRANDA, António. Ai! Vai Lisboa!... com as marchas populares. In: ALVES, Maria da Trindade Mexia et al. *O santo do menino Jesus: Santo António*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1996. p. 35-44.
- NERY, Rui Vieira. *Para uma história do fado*. Lisboa: Público, 2004.
- PALACIOS, Marco (Dir.). *Historia general de América Latina*. Paris: UNESCO/Editorial Trotta, 2008. v. VIII.
- PASETTI, Mateo (Dir.). *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*. Roma: Carocci editore, 2006.
- PAULO, Heloísa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.
- PAXTON, Robert O. *The anatomy of fascism*. New York: Penguin, 2005.

PINTO, António Costa (Ed.). *Rethinking the nature of fascism*. Londres e New York: Palgrave Macmillan, 2010.

RUSGADE SÃO VICENTE DE BRAGA. *25 anos 1965-1990 Rusga de S. Vicente Braga*. Braga: Rusga de São Vicente de Braga – Grupo Etnográfico do Baixo Minho, 1990.

SARMENTO, Cristina Montalvão; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Coord.). *Culturas cruzadas em português: redes de poder e relações culturais (Portugal-Brasil, séc. XIX-XX)*. Coimbra: Almedina, 2010.

SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Ática, 1986.

SOBRAL, José Manuel. A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXVII, n. 165, p. 1093-1126, 2003.

TINHORÃO, José Ramos. *Fado: dança do Brasil, cantar de Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

TORGAL, Luís Reis, PAULO, Heloísa (Coord.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor e Editora UFRJ, 1995.

Fontes

ANÓNIMO. Barreiro. *Elo associativo*, Lisboa, n. 7, jan.-mar. 1999, p. 5.

ANÓNIMO. Beatriz Costa relembra desfiles. *A Capital*, Lisboa, 24 maio 1983, p. 13.

ANÓNIMO. Marchas de Santo António desfilam por Pombal. *Tinta Fresca*, Pombal, n. 128, 8 jun. 2011, s.p.

ANÓNIMO. Marchas populares. *Boletim Informativo da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio*, Lisboa, n. 41, dez. 1993.

ANÓNIMO. Sesimbra. *Movimento Cultural*, Setúbal, n. 2, jan. 1986a, p. 124.

ANÓNIMO. Sesimbra. *Movimento Cultural*, Setúbal, n. 3, dez. 1986b, p. 157.

ANÓNIMO. Sesimbra. *Movimento Cultural*, Setúbal, n. 5, dez. 1988, p. 116.

COMISSÃO ORGANIZADORA. *Marchas dos santos populares do Fundão*. Fundão: Gráfica União da Beira, 1990.

Diário de Lisboa, Lisboa, 13 jun. 1932, p. 6.

Diário de Lisboa, Lisboa, 24 jun. 1932, p. 2.

Lista de escolas de samba. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_escolas_de_samba#BRASIL>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GARCIA, Bela. Trajos típicos saloios de 1900. *Arquivo de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal, n. 4, p. 121-122, 1981/82.

FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DO PORTO DE EDUCAÇÃO, RECREIO E DESPORTO. Relatório e contas, Porto, 1958.

FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DO PORTO DE EDUCAÇÃO, RECREIO E DESPORTO. Relatório e contas, Porto, 1959.

FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DO PORTO DE EDUCAÇÃO, RECREIO E DESPORTO. Relatório e contas, Porto, 1968.

O Notícias Ilustrado, Lisboa, 05 jun. 1932, p. 15.

A trama autoritária: direitas e violência no Uruguai

The authoritarian plot: rights and violence in Uruguay

La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay

RESENHA DE:

BROQUETAS, Magdalena. *La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay* (1958-1966). Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2014. 280p.

Somos os derrotados provisórios de um destino injusto

Com essa frase endereçada a Lucien Febvre, Marc Bloch fez uma triste, porém correta reflexão da queda da França diante da Alemanha nazista. Uma afirmação que poderia ser aplicada às Ditaduras de Segurança Nacional da América Latina, ou, para ser mais correto, à derrota das esquerdas diante da ascensão das direitas radicais na segunda metade do século XX. É um processo que atingirá em maior ou menor grau praticamente todos os países, principalmente no Cone Sul do continente.

Logicamente, devemos compreender os contextos internos e externos que redundaram em tais processos. Do ponto de vista externo, precisamos levar em consideração a Guerra Fria que polarizava em blocos opostos Estados Unidos e União Soviética, deixando pouco espaço para qualquer ação independente desses polos. A Revolução Cubana acirra ainda mais as disputas dentro do continente, fazendo com que os Estados Unidos “retomem” a “velha teoria” do *big stick* do século XIX e comecem a agir de forma a valer seus interesses pela força das armas, financiando e organizando golpes de estado,

como sendo fundamentais na construção de toda uma rede de terrorismo de Estado. Isso servia aos interesses de Washington para retomar o controle e fazer a manutenção daquilo o que consideravam o “seu quintal”.

Internamente, o fenômeno do populismo latino-americano, iniciado nas décadas de 1930 e 1940, cristalizava-se nas décadas de 1950 e 1960, gerando a ascensão social, política e econômica de operários e camponeses nos países do continente. Embora tal fato expandisse o capitalismo local, assustava as elites tradicionais, historicamente temerosas de uma ascensão popular que pudesse romper com as barreiras do *status quo* de seu domínio social.

Este é um fenômeno característico que se multiplicou na segunda metade do século XX, cujos reflexos permanecem latentes nas “veias abertas da América Latina”. A partir da década de 1990, a questão da direita começou a chamar a atenção dos historiadores em seus respectivos países e com temáticas distintas. Uma parcela de tais estudos centralizou-se em uma análise das esquerdas, em oposição a uma noção difusa da *Doutrina de Segurança Nacional*, que guiava as ditaduras dentro de uma lógica na qual o inimigo interno era tão perigoso como o inimigo externo.

De forma simplista tais processos passaram a ser explicados. Porém, grandes lacunas ficavam abertas, que precisavam – e ainda precisam – ser elucidadas. Ou seja, em nossa historiografia latino-americana existe uma grande necessidade de compreensão da ação da direita, tanto na gestação como nos golpes, no financiamento e na condução dos governos ditatoriais.

Uma das obras que busca suprir tal necessidade de elucidação sobre o pensamento e a práxis da direita é a obra *La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966)* da historiadora uruguaia Magdalena Broquetas. Docente e pesquisadora da *Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación de la Universidad de la República*, dedica-se ao estudo da história recente uruguaia.¹

A partir de uma extensa e heterogênea documentação em arquivos de seu país e do exterior, a autora consegue, de forma magistral, tecer um rico panorama da ação da direita uruguaia que posteriormente

¹ Magdalena Broquetas também faz parte da *Rede Internacional de Investigación □Direita, História e Memória□* grupo sediado no Brasil e que busca convergir pesquisadores de vários países que se dedicam ao estudo da Direita. Endereço do sítio eletrônico: <<http://www.direitashistoria.net>>

culminaria, na década de 1970, na ditadura iniciada por Juan María Bordaberry.²

O primeiro capítulo da obra é destinado a uma maior compreensão da gestação da direita uruguaia no século XX. Inicia tentando compreender o que é a “direita” no campo político de seu país e quais são as suas faces e suas inter-relações. Aliás, logo de início a autora apresenta uma das angústias que atingem muitos dos pesquisadores que se dedicam a analisar as direitas:

Dos enunciados encuentran consenso entre los historiadores que en la actualidad se dedican al estudio de las derechas: en primer lugar el hecho de que, apesar de la presencia constante que estas han tenido en los procesos históricos de América Latina y Europa durante el siglo XX, no han concitado el mismo interes social ni generado el atractivo de otros objetos de investigación y, en segundo lugar, dentro del ambito historiográfico, la conformación de un campo de análisis específico es reciente y se encuentra en contrucción. (BROQUETAS, 2014, p. 29)

A partir disso, a autora compreende como se estabeleceram os marcos teóricos e como poderia ser feita a análise em uma perspectiva histórica das *direitas*. Partiu dos autores que em âmbito global tentaram refletir sobre a questão, tais como Sandra McGee-Deutsch e Ernesto Bohoslavsky, e compreenderam a necessidade de identificar os diversos atores sociais vinculados à direita, assim como suas fontes intelectuais, valores e aspectos de suas representações simbólicas. Também, refletirá a partir de Sergio Morresi – que foi influenciado por Pierre Bourdieu – a pensar não na *direita* como um fenômeno no singular, mas conceber o termo no plural, ou seja, em *direitas*. Dessa forma, pode-se perceber que as *direitas* são mais complexas e multifacetadas.

Ainda no presente capítulo, Broquetas resolve um *nó górdio* do estudo das direitas: a reflexão do aspecto mais amplo, entre setores conservadores, liberais, autoritários e democráticos dentro do âmbito da direita. No caso específico, o texto foi construído de forma cronológica, explicitando como ocorreu a formação do fenômeno do surgimento das diversas “vertentes” da direita uruguaia e como se organizavam

² A autora não aborda a ditadura civil-militar (1973-1985) em sua obra, porém, nos instrumentaliza com uma excelente base para compreender o processo que culminaria no período ditatorial. Como nos apresenta a autora: “Com el retorno de la democracia y la recuperación de las libertades públicas, hace casi treinta años, se instaló en Uruguay un pleito por el relato de los procesos de la década de 1960 el período previo al golpe de Estado de 1973” (BROQUETAS, 2014, p. 15).

na primeira metade do século XX. Logicamente, tal resgate tem por objetivo contextualizar o leitor para compreender como estava o “estado da arte” das direitas uruguaias entre os anos de 1958 e 1966 – recorte temporal da pesquisa.

O segundo capítulo será destinado para a compreensão contextual da Guerra Fria na América Latina, centralizando principalmente no Uruguai. O texto analisa o impacto dos conflitos exógenos e como repercutiam localmente, principalmente, como refletiam nas diversas vertentes que compunham a “trama autoritária” da direita uruguiaia. Nesta parte, inicia com a mudança de “paradigma” na transição da década de 1950 para a década de 1960, na qual o tradicional Partido Colorado foi superado nas urnas pelo Partido Nacional – inicialmente chamado de *Partido Blanco*. Com isso, ascendeu uma aliança entre setores da oligarquia agrária que ansiava pela desestruturação de uma estrutura urbana e industrial, defendiam um liberalismo radical com o fim do controle de câmbio e a intervenção estatal na economia. Tal fato redundou em uma reestruturação do Executivo uruguai, que passou a tomar medidas que se aproximavam com os postulados dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional para a América Latina.

Segundo a autora, tais fenômenos redundaram em uma crise econômica profunda, gerando cada vez mais endividamento externo. Quanto mais profundos se tornavam os problemas financeiros, maior dependência. Fatos que colocavam a elite governante uruguiaia em uma situação complicada. Nas eleições de 1962, o Partido Nacional repetiu o triunfo de 1959. O novo governo levou ao aprofundamento da crise econômica, que teve grande impacto sobre a sociedade e, principalmente, sobre os trabalhadores e organizações sociais. No mesmo capítulo ainda é abordado o papel da América Latina na Guerra Fria, tendo destaque a questão da Revolução Cubana e as respectivas ações de Washington sobre os governos locais – principalmente os de esquerda e centro esquerda. Tais ações redundam nos golpes de estado no Brasil e República Dominicana. Finaliza refletindo sobre a ingerência estadunidense nos interesses internos do Uruguai e as operações ilegais da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) em operações contra a esquerda uruguiaia e também da própria ação política da embaixada ianque na mobilização das direitas uruguaias na década de 1960.

O terceiro capítulo tem um papel fundamental na organização da obra: mostra como se estruturou a ação da direita conservadora e o surgimento do anticomunismo, como uma reação ante uma possível organização popular diante da crise e da desestruturação social advinda

dela. Nesse ponto percebe-se como os setores conservadores e liberais agiram diante da reação popular. O anticomunismo surgia como um mecanismo de defesa das elites tradicionais, mesmo que a esquerda comunista, não tivesse forças para a real tomada do poder. A adoção do discurso anticomunista da Guerra Fria, atrelado à “defesa do Ocidente”, foi a arma ideológica que as direitas uruguaias se valeram para a manutenção no poder. O discurso do “caos comunista” externo encarnado na URSS e na China Maoísta aparecia não como um fenômeno distante, mas uma “ameaça real” a partir da construção ideológica sobre a Revolução Cubana.

Este conglomerado anticomunista alertaba a la ciudadanía, pero además mantuvo una actitud exigente y fiscalizadora ante los gobernantes y los poderes públicos. (BROQUETAS, 2014, p. 102)

A pressão social dos diversos setores da direita uruguia levou não apenas a um anticomunismo coeso como também ao surgimento de um clima de violência latente, ou seja, não apenas estavam preparados para o discurso, mas também para a prática repressiva contra a sociedade.

En 1960 varias manifestaciones desembocaran en hechos de violencia. El 16 de agosto, con finalidad de ‘enjuiciar la conducta del actual Gobierno cubano’, El MEDL organizo un acto en las inmediaciones del Ateneo de Montevideo, cuyo edificio fue aprovechado para colgar dos grandes banderas nacionales. La manifestación, a la que adhirieron varios movimientos anticomunistas, coincidió con un mitin, organizado por el Plenario Obrero Estudiantil en la Explanada de la Universidad de la República, seguido de una manifestación que desembocó en las calles Agraciada y Colonia. Tras la finalización de acto de Plenario Obrero Estudiantil, un grupo tomó por 18 de Julio coreando ‘Cuba si, yankis no’. Al llegar AL Ateneo arrancaron los carteles de MEDL, y dieron inicio asi a una serie de episodios confusos y violentos. (BROQUETAS, 2014, p. 107)

O capítulo é finalizado com uma reflexão sobre as limitações do regime democrático diante da ação das direitas e sua ação sobre a população. Logicamente, diante das fragilidades criadas pelos próprios setores conservadores e liberais, a resposta era a repressão sobre a população. Como bem demonstra Magdalena Broquetas,

diante da reação popular, ocorreu um recrudescimento pelo Estado da repressão.

No quarto capítulo centraliza suas atenções em um movimento de direita chamado de Legião Artiguista (*Legión Artiguista*). Este grupo estava no meio termo entre as duas “correntes” da direita uruguaia: manteve em si bases tanto da corrente “democrata” como a da “conservadora”. Contudo, estava mais próxima dos conservadores.

A mediados de 1961 se presentó publicamente la Legión Artiguista, una organización que compartía varios de los postulados y modos de acción de la derecha conservadora, aunque ya desde su denominación, alusiva a la reunión de cuerpos militares, presentó diferencias significativas que la alejaban de sus contemporáneos ‘democratas’. (BROQUETAS, 2014, p. 107)

Sua principal característica – ou estratégia de ação – foi um nacionalismo exacerbado. Aliás, dentro dessa “estratégia” estava um antiliberalismo, elemento que gerava simpatias no seio das forças armadas, tanto do ponto de vista político como econômico. Além disso, foi a Legião Artiguista que teria adotado pela primeira vez os pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional e de onde teriam surgido as primeiras propostas golpistas na década de 1960 no Uruguai. A Legião era influenciada pelos estadunidenses e tinha como exemplo a ditadura brasileira de Castelo Branco. Ou seja, possuía por base um anticomunismo ferrenho na qual se colocava dentro da “zona de influência” do mundo ocidental contra o comunismo, seja na sua vertente externa (URSS, China e Cuba) como nos grupos internos.

O quinto capítulo aprofunda as discussões em torno da extrema direita nacionalista. Ao mesmo tempo, reflete, como no caso do terceiro capítulo, uma discussão contextual contraponto os impactos da Guerra Fria externa e internamente no Uruguai. Diante do alargamento da crise interna e dentro do sistema capitalista global, a extrema direita uruguaia assume um discurso antiliberal, além do anticomunista tradicional. Não apenas isso, mas determinadas vertentes vão adotar também o discurso antissemita. Dessa forma, em vários pressupostos tais grupos da extrema direita uruguaia terão pontos em comum com o antigo fascismo das décadas de 1920 e 1930 europeias. A autora demonstra que tais grupos não ficaram apenas no discurso de ódio, mas partiram para a violência e para o terrorismo.

Los sentimientos de antisemitismo con un fuerte componente de antisionismo y anti-izquierdismo impulsaron y justificaron, con diversos grados de elaboración doctrinaria, las acciones violentas de los movimientos nacionalistas que, por norma general, respondieron a los derroteros de contexto internacional y arrojan nuevos indicios sobre los vínculos con los nacionalistas de derecha argentinos. [...] Por tal motivo el título de este apartado remite al carácter ‘terrorista’ de este tipo de violencia. (BROQUETAS, 2014, p. 185)

O penúltimo capítulo busca refletir sobre como agiram as direitas uruguaias no poder, utilizando o aparato do Estado em seu favor. Nessa parte, a autora examina alguns pontos em comum dos diversos grupos que compõem a direita com representatividade política. Da mesma forma, analisa os padrões de comportamento desses grupos nas diversas esferas dentro do governo em relação ao regime democrático. Por fim, analisa os pontos de convergências e divergências entre os grupos vinculados aos “democratas” e “nacionalistas”. A estigmatização dos movimentos sociais e a repressão da esquerda, o fim das liberdades públicas ante o discurso de segurança nacional, a repressão política e o combate ao sindicalismo também são pontos abordados nesse capítulo.

O último capítulo é quase que um apanhado geral, voltado a mostrar as relações dos grupos de direita uruguaios (tanto em movimentos políticos como na estrutura do Estado) com Washington. Aborda a ação da CIA no período analisado assim como grupos internos (principalmente vinculados ao “ruralismo”) que participaram da repressão política.

Pudieron reconocerse ligaciones concretas con el ruralismo (en las trayectorias militantes y las campañas compartidas) y fundamentalmente vínculos con los brazos represivos del Estado y altas autoridades policiales y militares. Asimismo, las conexiones entre movimientos civiles derechistas, autoritarios y partidarios de las acciones armadas con las fuerzas de seguridad se produjo a través de figuras sindicadas como elementos de enlace de la CIA en Uruguay, todo lo cual convergió en los inicios de la organización de grupos parapoliciales y paramilitares nutridos y amparados por un vasto conglomerado social que tenía internalizada la noción de ‘guerra contrarrevolucionaria’ y la Doctrina de la Seguridad Nacional. (BROQUETAS, 2014, p. 254)

Ao analisar a obra da historiadora uruguaia Magdalena Broquetas, percebemos que a autora se propôs a fazer uma pesquisa complexa, multifacetada e que foge do senso comum ao revelar não uma direita única

– como tendemos a ver – mas uma verdadeira *trama* de diversos grupos e tendências distintas enquadradas como *direitas* – no plural. Um estudo amplo, porém, abordado com maestria na qual a própria amplitude não se perdeu em discussões superficiais. Ao contrário, consegue imprimir uma complexidade temática, acrescida de uma excelente qualidade narrativa que permite ao leitor uma plena compreensão de um texto cuja leitura transcorre como se fosse um romance.

Ao terminar a leitura da obra, fica aquele sentimento de vazio, de algo não contado, de que a autora avançasse para as décadas seguintes e abordasse o período ditatorial iniciado por Juan María Bordaberry, em 1973, e que se entendeu até 1985. Porém, seria outro trabalho. O objetivo de Magdalena Broquetas foi mostrar como se estruturou a “trama autoritária” que levaria a esse período de terror, fugindo da concepção tradicional das *direitas* latino-americanas de colocar suas ações como uma reação nacionalista diante do “caos esquerdista”, objetivando justificar suas ações escusas. Ao contrário, Broquetas, foi na contracorrente do tradicional, mostrando como se gestaram, estruturaram e agiram estas *direitas* no período que antecedeu a ditadura.

Rodrigo Santos de Oliveira

Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas
pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Professor Adjunto dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em
História da Universidade Federal do Rio Grande (UFRG).
<oliv.rod@hotmail.com>

Recebido: 20 de maio de 2015
Aprovado: 22 de junho de 2015

Laços humanos, política e história

□ Uma entrevista com Wolfgang Heuer*

Human bonds, politics and history
□ *An interview with Wolfgang Heuer*

Lazos humanos, política e historia
□ *Una entrevista con Wolfgang Heuer*

Vinícius Liebel**

Cada nova vida é uma gama infinita de possibilidades que vão se definindo à medida que a própria vida se desenrola. É na condição própria do homem social, ou do homem político de Aristóteles (2011, p. 21), que a história se desenrola a partir das ações, das relações e do legado que sobrevive às areias do tempo. Em outras palavras, a história é escrita pelas (inter)ações humanas e suas consequências.

Mas nenhuma vida humana é isolada. Nem mesmo o sábio eremita nietzschiano, que, ao deixar seu isolamento, pergunta ao Sol: “que seria da tua felicidade se te faltassem aqueles a quem iluminas?” (NIETZSCHE, 2002, p. 23). A existência, ainda que isolada, se define pela coexistência; e a coexistência encontra na política seu campo mais privilegiado. Não por acaso, Hannah Arendt constatou que a política é baseada na “pluralidade dos homens”, e que seu sentido seria a liberdade, a “convivência entre diferentes” (ARENDRT, 2004, p. 21-2). Na garantia (ou na busca) dessa liberdade e convivência forjam-se os laços sociais, defendem-se ideias e ideais e promovem-se ações com vistas em interesses próprios. É nesse sentido que a mesma Arendt definiu o poder como a “habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDRT, 1994, p. 36). A própria história pode

*Tradução do alemão de Vinícius Liebel (PUCRS).

**Professor Colaborador do PPG-História da PUCRS, bolsista Capes PNPd na mesma instituição.

ser entendida, portanto, enquanto fruto de laços humanos, de ações e de ideias que têm suas bases na convivência e na socialização. Longe de um cenário pacífico, é da natureza desse quadro que os laços firmados sejam confrontados, que sejam transformados em alianças promovendo conformidade ou resistência, harmonia ou confrontação.

No fechamento desse dossiê temático, voltado aos estudos dos laços sociais, a breve entrevista com o professor Wolfgang Heuer aqui apresentada cumpre um papel singular. Professor livre-docente da Universidade Livre de Berlim (*Freie Universität Berlin*), do Instituto de Ciência Política Otto-Suhr, Heuer tem se dedicado ao estudo de aspectos singulares desses laços políticos e sociais, pensando questões como a violência, o exercício e o desenvolvimento da responsabilidade e da integridade a partir de temas diversos, desde a situação de refugiados políticos, passando pela fundamentação dos direitos humanos, até a responsabilidade social de empresas e corporações. Os meios usados por Heuer para divulgar suas reflexões não se resumem ao árido ambiente acadêmico. Ele também mostra sua competência nos campos da arte e da cultura, tendo sido curador da exposição de arte *Hannah Arendt Denkraum*, além de ter produzido o filme documentário *Twelve Hours to Midnight* (sobre o Brasil diante da crise financeira e a fundação do Instituto Ethos) e ter escrito o roteiro para a produção de *In Deutschland unerwünscht: Hermann Gräbe*.

A atuação de Heuer também não se resume aos limites do Instituto Otto-Suhr nem às fronteiras da Alemanha. Formado em História, Germanística e Estudos Latino-americanos, desde cedo em sua carreira teve contato direto com realidades e campos de pesquisa diversos, atuando na Bolívia, Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, Croácia, Chile, Estados Unidos, Eslovênia e Hong Kong. Na Croácia, por exemplo, atua como diretor do curso *European Identity between Dictatorship and Freedom in Twentieth Century*, no IUC de Dubrovnik, desde 2007.

A produção acadêmica do professor Wolfgang Heuer está, além disso, completamente vinculada à obra arendtiana. Em sua vasta produção, alguns escritos ganharam grande destaque. É o caso da biografia *Hannah Arendt*, escrita por Heuer em 1987 e ainda em catálogo, hoje em sua oitava edição. Além disso, a obra *Citizen* (HEUER, 1992), fruto de sua pesquisa doutoral, é uma busca pela especificidade humanística da obra de Hannah Arendt, na qual o autor debate a natureza e a relação de conceitos específicos, como a Política, o Pensar e o Agir políticos, bem como a Ética e a Integridade entre os atores sociais. Sua pesquisa

e tese de livre-docência, *Couragiertes Handeln* (HEUER, 2002), reflete sobre os atos individuais de resistência e de coragem, buscando uma compreensão daquilo que poderia ser denominado *habitus* da coragem. O ponto de partida dessa pesquisa, como o próprio Heuer descreve, foi

... a tese de Hannah Arendt da banalidade do mal, que parte da opinião de que, diferentemente de razões emocionais como o ódio ou a inveja, é a irreflexão ou a falta de pensamento que possibilita os maiores crimes. Seria então possível, eu me perguntei de forma inversa, que um comportamento corajoso, não-conforme ou mesmo de resistência, resultasse de uma reflexão especial ou de um julgamento individual? (HEUER, 2002, p. 13)

Essa tese fundadora da pesquisa de Heuer não se comprovou, levando-o à conclusão de que a coragem pode ser fruto de uma reação automática a um evento específico, uma ação voltada à resolução de um conflito imediato que parece solucionável a princípio, ou mesmo “imposto” de forma externa, por princípios, como uma visão de mundo ou uma religião. A banalidade do mal, assim se verificou, não tem como contraposição o bem baseado na hiper-reflexão.

Além das obras acima, Wolfgang Heuer é um dos responsáveis pela organização do *Arendt-Handbuch* (HEUER; HEITER; ROSENMÜLLER, 2011), uma obra monumental de caráter enciclopédico na qual especialistas internacionais contribuíram na composição de verbetes explicativos de pontos fundamentais da obra arendtiana, dividindo-se em elementos biográficos, análises conceituais e de suas obras, além de composições sobre temas específicos sobre os quais Arendt refletiu ou sobre os quais seus pensamentos lançam luzes. É também membro da comissão organizadora dos escritos e cartas de Hannah Arendt.

Com a autoridade que a experiência e a produção acima descritas outorgam, convidamos o professor Heuer a responder cinco questões sobre o momento político no mundo, a história e a ascensão recente do conservadorismo político, a coragem e a responsabilidade da ação, além da pesquisa histórica sobre os conflitos mundiais de 1914 e 1939 e a produção e recepção, na América Latina, de pesquisas sobre a obra e o pensamento de Hannah Arendt.

Prezado Professor Wolfgang Heuer,

1. Primeiramente, agradeço sua disposição em conceder esta entrevista. Gostaria de iniciar esta conversa abordando um tema atual, mas que tem transpassado toda a sua carreira e pesquisa. Considerando os protestos que pudemos observar nos últimos anos, desde o *Occupy Wall Street*, passando pelos *Indignados* na Espanha e chegando nas passeatas de junho no Brasil, verifica-se no Ocidente um mal-estar que tem levado muitos a questionar elementos fundamentais nas democracias e no sistema econômico capitalista. Considerando a história do que se convencionou chamar de republicanismo, dos combates e resistências a ele ligados, qual a sua perspectiva deste momento? Vivenciamos alguma forma de ruptura?

☐ Eu não sei se é a expressão de uma ruptura, mas com certeza trata-se de uma transformação aguda e com consequências duradouras. Se compararmos o movimento global atual com os movimentos de 1968, perceberemos certos paralelos. Naquele ano ocorreram protestos de estudantes e jovens, de Berkeley até Tóquio, reivindicando uma maior participação na prosperidade alcançada em uma época de “milagre econômico” e a liberalização dos costumes e da moral. Em países como a Alemanha ocorreu uma mudança decisiva nos valores e costumes, atingindo toda a sociedade nos anos e décadas seguintes. No lugar das virtudes secundárias, como cumprimento do dever, pontualidade e disciplina, ganham espaço a autorrealização e a autonomia. Uma demanda similar por uma maior participação na riqueza da sociedade pode ser observada no movimento estudantil no Chile hoje em dia, assim como na Primavera Árabe, onde, por exemplo, no Egito, uma classe média jovem em desenvolvimento reivindicou mais liberdade política e pessoal. Um fenômeno diferente ocorreu com *Occupy Wall Street* e os *Indignados* na Espanha. Seus protestos voltaram-se contra a ineficácia da política na proteção da população em face da severa crise financeira, econômica e política. O pano de fundo é a globalização e liberalização financeira desde os anos 1980, que vendia a ilusão de que o mercado resolveria tudo por si só, fazendo com que a política operasse em uma posição perigosamente fraca. O Brasil acabou não sendo tão gravemente afectado porque tem o setor financeiro mais controlado. E as manifestações são aqui também, após um período de forte crescimento econômico, expressão do desejo de emancipação e de mudanças na política, que é monopolizada por uma classe isolada. Todos esses protestos apresentam um forte desejo por

uma reforma profunda da política. A “política de uma classe” não é mais aceita, demanda-se uma política de toda a comunidade e que controle seus representantes. Isto representa uma compreensão republicana de uma política horizontal, não mais vertical, e cujos princípios fundadores incluem a transparência e a luta eficaz contra a corrupção.

2. A segunda questão, ligada também de certa forma à primeira, refere-se à ascensão das novas direitas. No Brasil, assistimos à preocupante atuação de um Congresso conservador, ainda que por aqui não se tenha configurado um partido político que concentrasse em si o conservadorismo político. Mas em outros lugares esse fenômeno pode ser observado, como em Portugal, com a fundação do Partido Nacional Renovador, a renovação do Front National, na França, e do Partido Popular, na Espanha, e na própria Alemanha, com a criação do Alternative für Deutschland. Em outros países, como a Hungria e a Ucrânia, organizações de direita têm estado na linha de frente do debate político. Qual sua visão sobre esse fenômeno, existe um elo entre essas diferentes manifestações? O que a historiografia política pode nos ensinar sobre ele?

□ A Europa está passando por grandes mudanças. Até a década de 1980, havia em todos os países um Estado forte, independente se conservadores ou social-democratas, ou mesmo, como em alguns países na Europa Oriental, ditatoriais. Com isso, podíamos observar orientações políticas conectadas aos eleitores por toda sua vida, e que correspondiam também, muitas vezes, ao emprego que era mantido ao longo de toda a vida. Com a perda de ramos tradicionais da economia, como a mineração, a construção naval e a produção têxtil, paralelamente à liberalização da economia e da política, perderam-se também os laços perenes com o local de trabalho e as orientações ideológicas. A Social-democracia não representa mais, hoje em dia, as camadas populares da sociedade, e nem a Democracia-cristã alemã representa a direita conservadora. Em uma cidade tradicionalmente social-democrata, como Bremen, o envolvimento e participação dos votantes caíram este ano pela primeira para níveis inferiores a 50%. Isso é fruto principalmente do fato das classes mais baixas já não participarem do processo, não votarem. Esses setores se sentiram deixados de fora, e esta é a chance dos populistas de direita. A “Frente Nacional” na França tem grande afluência de eleitores decepcionados com os social-democratas. Além disso, surgem aflições na população que influenciam o ambiente, como

os refugiados, a terrível guerra no Oriente Médio e a crise na Ucrânia. Nada mais parece ser gerenciável, e apenas um retorno ao Estado-nação parece prometer uma solução. Nessa conjuntura, os novos partidos conservadores, como o “Alternativa para a Alemanha” (*Alternative für Deutschland*), não são o real problema, verdadeiramente problemáticos são os movimentos populistas como o *Pegida* (Europeus Patrióticos contra a Inslamização), na Alemanha, nos quais se reúnem pessoas inseguras com organizações neonazistas em manifestações de massa semanais. O que chama a atenção nisso é que, confrontados com situações semelhantes, espanhóis e gregos escolheram a via da esquerda, enquanto nas eleições na Europa central e do norte é a direita que se sobressaiu. Em outras palavras, no sul promove-se uma alternativa pautada pela solidariedade e justiça social, enquanto no norte a opção é a manutenção do status quo pelo egoísmo e pelo isolamento social.

Também na Dinamarca, nas últimas eleições, o segundo partido mais votado foi um partido xenófobo¹. Muitos eleitores dizem não ter nada contra os estrangeiros, mas que uma comunidade funcional como a nossa não pode tolerar tantos imigrantes com diferentes comportamentos culturais. Porque isso estaria levando a sociedade ao desmoronamento. Isso lembra o excelente filme *Dogville* (2003), do diretor dinamarquês Lars von Trier. Ele descreveu, em uma parábola, o que acontece quando um refugiado chega a uma comunidade “funcional, liberal, mas totalmente apolítica”. Os moradores são sempre prestativos, desde que não lhes custe nada. Uma vez que tenham que sacrificar alguma parte da sua conveniência ou de seu conforto, eles passam a exigir compensações, e como a condição do refugiado é a de ilegal entre eles, os moradores também passam a promover ações ilegais, e tem início um ciclo incrível de exploração e de degradação. O filme mostra, de forma assustadoramente realista, como uma comunidade civilizada é gradualmente levada à barbárie por ser apolítica. Valores políticos como o altruísmo, a solidariedade e a responsabilidade são desconhecidos dos habitantes. Este é um aviso claro para as nossas sociedades liberais apolíticas, onde a liberdade é entendida apenas como “liberdade de” regras e restrições, e não como uma “liberdade para” assumir responsabilidades sociais. A partir de uma perspectiva individualista e egoísta, apenas as diferenças para os “outros” são discutidas, aqui os cristãos, lá os muçulmanos, aqui nossos vizinhos confiáveis, lá o

¹ Nota do tradutor: Eleições de junho de 2015, na qual o Partido Popular Dinamarquês (*Dansk Folkeparti*) atingiu mais de 20% dos votos, proporcionando a mudança de um governo socialdemocrata para um governo de direita, centrado no próprio DF e no centro-direitista *Venstre*.

estrangeiro assustador. Felizmente existem também muitos grupos de cidadãos que querem e se organizam para ajudar os refugiados. O futuro só será humano se estivermos dispostos a aceitar e pensar as mudanças. Os imigrantes sofrem transformações de qualquer maneira, e a sociedade majoritária deve reconhecer essas transformações, como, por exemplo, o surgimento de um Islamismo europeu, moderado. Mas ela também deve entender que cada um de nós carrega responsabilidades, seja pelo bem-estar da nossa sociedade, seja pelos jovens alemães que se juntam ao Estado Islâmico, independentemente de virem de famílias imigrantes ou não. E é nossa toda a responsabilidade caso o projeto europeu evolua como uma federação de paz depois de duas terríveis guerras mundiais ou não. O projeto é muito mais do que uma associação de finalidade econômica, e as dificuldades econômicas e políticas de cada Estado não devem ser discutidas no nível dicotômico do “nós somos bons, vocês são ruins”. Isso incentiva sentimentos nacionalistas e o populismo.

Frente às mudanças por que passa o mundo, o futuro político encontra-se no engajamento cívico. Em Berlim, por exemplo, existem hoje três grandes plataformas cívicas que discutem e debatem com os representantes políticos os problemas em seus bairros a partir das diferenças políticas e religiosas. A política dá ouvidos aos cidadãos, há um diálogo com eles, e os cidadãos podem expressar suas ideias. Além disso, eles têm a oportunidade de influenciar a política através de referendos. Isso me parece um importante complemento para o sistema parlamentar e de partidos, algo a influenciar o futuro da política. A política enfraqueceu, os cidadãos devem assumir mais responsabilidades, o que também é o melhor remédio contra a propaganda populista, que não faz avançar a sociedade, pelo contrário, apenas promove divisões e confrontos violentos em lugar de servir ao bem comum.

3. Este ano temos o aniversário de 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, ano passado completaram-se 100 anos do início da Primeira Guerra. São marcos que nos remetem ao nascimento de uma nova era, marcada pelo trauma da violência da guerra moderna e do evento-limite do Holocausto. De que forma a academia alemã vem discutindo não só os eventos, mas todo esse século de violências, sob o prisma desses aniversários? Existe uma renovação dos debates e reflexões?

□ As duas ocasiões foram lembradas sem grande controvérsia pública, mas com muitas exposições e filmes. Nada próximo do debate

feroz que ocorreu na década de 1960, sobre a culpa alemã pela Primeira Guerra Mundial. Um dos eventos mais comentados do ano passado foi a publicação do livro *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*, de Christopher Clark (2014). Na obra ele mostra o quão fácil é provocar uma guerra com a escalada das tensões. Indubitável é a atualidade da questão, dadas as tensões na Ucrânia e os conflitos no Oriente Médio.

No que diz respeito à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto, não surgiram novas controvérsias depois das discussões na Alemanha sobre a historicização e a temida relativização dos acontecimentos (a “querela dos historiadores”, ou *Historikerstreit*) na década de 1980 e do acalorado debate dos anos noventa sobre os crimes cometidos pela *Wehrmacht* durante a guerra, até então negados. Todos os fatos estão na mesa e são debatidos e ensinados nas escolas e universidades. Demorou muito tempo até que os defeitos de uma divisão do país fossem superados, tanto na direita quanto na esquerda. Essa divisão foi ainda reforçada pela divisão do país. Os principais temas de debates de então eram os destinos dos antigos territórios alemães e de pessoas deslocadas, além da comparação entre o Nazismo e o Stalinismo. A esquerda sempre imputou aos refugiados um revanchismo latente e salientou, com razão, que seu deslocamento foi um resultado da Segunda Guerra Mundial, iniciada pela própria Alemanha. Na crítica ao stalinismo essa esquerda não via apenas um anticomunismo reacionário, mas uma posição autoritária, antiemancipatória, fruto da Guerra Fria. Apenas com a unificação da Alemanha um debate aberto sobre o sofrimento das pessoas deslocadas e os crimes, não só do Stalinismo, mas também da liderança stalinista da República Democrática Alemã (DDR), foi possível.

Mas mesmo após o violento século XX, nós nos vemos novamente confrontados com novas formas de violência. Não aquela dos assassinos em massa burocratas, não mais o crime com base na obediência e no conformismo. O que nos aterroriza hoje é o mais o puro prazer da violência – pensemos no norueguês Anders Breivik, o terrorista solitário, nos combatentes do IS (Estado Islâmico) e no sorriso assustador que todos eles carregam.

4. Em sua tese de livre-docência, publicada com o título de *Couragiertes Handeln*, o senhor analisa a natureza dos atos de coragem civil, refletindo sobre elementos como a (ir)racionalidade desses atos, sua relação com a empatia, o altruísmo e as diferentes fontes de moralidade. A importância desse objeto de estudo se revela

quando consideramos casos atuais, como o de Edward Snowden ou o *Wikileaks*. Como pensar a historicidade de uma ação dessa natureza, em sua condição política e social? Como essas ações se perdem e se encontram na construção da memória e da narrativa histórica?

- Existem várias formas de ação de coragem. Elas vão desde o rompimento de uma situação conformista, na qual alguém se atreve a expressar a sua opinião dissidente, até o *Whistleblowing*, quando se soa o alarme sob certas circunstâncias. Entre estes últimos se inclui Snowden. Seu precursor mais conhecido foi Daniel Ellsberg, que trouxe a público um estudo secreto dos Estados Unidos sobre as origens e o desenrolar da Guerra do Vietnã. Através dele, todos puderam compreender o fato de que o envolvimento norte-americano no Vietnã não consistia apenas em uma intervenção, mas tinha deliberadamente se desenvolvido em uma guerra que não tinha sido aprovada pelo parlamento, por conseguinte, uma violação da constituição. *Whistleblowers* obtêm proteção legal no Reino Unido, Austrália e algumas regiões dos Estados Unidos apenas se cumprirem certas regras: se constatarem sérias violações legais ou éticas em suas empresas ou departamentos e informarem seus superiores sobre isso. Somente quando estes não fazem nada para impedir a continuidade dessas violações, o denunciante pode ir a público. Com isso seus riscos enquanto empregados devem ser reduzidos, e a percepção de responsabilidade em favor da coletividade será reforçada. Essas pessoas são tão importantes quanto os políticos mais notáveis. E apesar do suporte legal, enfrentam riscos enormes. Sua ação requer muita coragem. O contador Paul van Buitenen descobriu, na década de 1990, uma série de casos de corrupção na gestão da Comissão Europeia, mas nenhuma das autoridades de supervisão reagiu a eles. Então, ele foi ao Parlamento Europeu e, em seguida, veio a público. Ele tinha não só coragem, mas também um medo considerável: escondeu a evidência em um cofre de banco e viveu por um bom tempo com os amigos. Após os culpados serem condenados, novos mecanismos de controle foram criados. Van Buitenen é muito menos conhecido do que Ellsberg ou Snowden porque seu caso era menos grave, mas devemos ser gratos a essas pessoas porque eles têm servido ao interesse público. Sua coragem e sentido de responsabilidade são exemplares. A situação de Snowden é muito precária, seu futuro incerto. Nenhum país europeu quer apoiá-lo por medo de sanções dos EUA. A publicação dos *Pentagon Papers* por Ellsberg entrou para a história porque sua ação influenciou fortemente

a opinião pública nos Estados Unidos. Snowden já se tornou sinônimo de fim da manipulação descuidada de dados digitais, de um admirável mundo novo da Internet. Além disso, não se deve esquecer que ele também se tornou sinônimo da falta de coragem das lideranças dos estados ocidentais. A ação política genuína, que não se limita à administração da sociedade, não é uma questão de procedimentos burocráticos, mas se constrói com base em eventos e em exemplos com os quais possamos aprender. Exemplos não desempenham um papel importante apenas para a construção da memória e para a escrita da História, mas também para a ação política e mesmo para a teoria política.

5. Sua obra é marcada pelo diálogo constante com o pensamento de Hannah Arendt, sendo o senhor o responsável por um dos espaços mais importantes de diálogo e divulgação de trabalhos acadêmicos sobre a autora ([Hannaharendt.net](http://www.hannaharendt.net)). Como o senhor enxerga a expansão dos estudos arendtianos no Brasil e na América Latina em geral, quais as temáticas e perspectivas mais trabalhadas?

□ Existe uma série de boas pesquisas e publicações sobre Arendt na América Latina. Publicamos há cerca de dois anos um relatório sobre a recepção de seu pensamento e obra no México em nosso site *HannahArendt.net*: (<http://www.hannaharendt.net/index.php/han/article/view/303/441>). Nos outros países a situação é parecida. Na Argentina ocorrem regularmente as *Jornadas Hannah Arendt*, em São Paulo já funciona há tempos um grupo de estudos, no momento ancorado à Faculdade de Direito da USP, e também na Colômbia a obra arendtiana é bastante pesquisada. Os principais temas trabalhados são as teses de Arendt sobre a ação política, sobre o julgar e sobre os significados da memória. Muitos trabalhos se ocupam ainda da comparação entre os trabalhos de Arendt e de Foucault, Merleau-Ponty, Ricoeur, Rancière, etc.

Como no caso de todo pensador clássico ou contemporâneo, também no estudo de Arendt existe o risco de uma mera repetição de seu pensamento ou de uma tentativa de aplicar seu pensamento filosófico e político de forma direta e sem reflexão sobre o nosso presente e realidade empírica. Por exemplo, se queremos examinar o processo de degradação e de reparação relativos a crimes recentes, não ajuda a referência à importância da lembrança, como Arendt a desenvolveu, mas apenas um sólido método sociológico puro. Por outro lado, é preciso também considerar o lugar de Arendt enquanto pensadora independente.

Nesse sentido, fiquei muito impressionado pelo interesse geral que sua obra despertou em São Paulo, onde se formou uma rede envolvendo universidades, ONGs e empresas em torno de suas reflexões. Arendt não era uma acadêmica convencional, não era uma teórica ao estilo de Rawls, que desenvolveu uma teoria fechada e completa. Ela era uma pensadora livre, que nos convida, através de seu método, a seguir seus argumentos. Com isso ela inspira obviamente pessoas que não trabalham no meio acadêmico, mas *ciudadanos*, no sentido republicano de pessoas que cuidam do bem comum. Arendt dissolve a distinção comum entre teóricos e práticos, acadêmicos e não-acadêmicos, ou ainda entre intelectuais e o povo. O essencial para ela são esses *ciudadanos*, entre os quais nenhum acadêmico *per se* pode ser considerado um *ciudadano* melhor do que uma pessoa sem formação universitária. Para ela não havia distinção entre autores e comentaristas, no sentido de autores que enriquecem o mundo com seu trabalho e comentaristas que examinam e avalizam essas obras. Autores, segundo Arendt, estão interessados no mundo, comentaristas na teoria política. Para ela ambos são importantes, mas é claro que ela espera também dos comentaristas um interesse em nosso mundo, no sentido de assumir responsabilidades como *ciudadanos*. Trabalhar com Arendt significa sempre voltar a estas questões por ela formuladas: quais ações e decisões precisamos tomar para salvarmos nosso mundo e humanidade?

Referências

- ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- ARISTÓTELES. *A Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- CLARK, Christopher. *Os Sonâmbulos □ Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- HEUER, Wolfgang. *Hannah Arendt*. Hamburg: Rowolt, 1987.
- _____. *Citizen: Politische Integrität und politisches Handeln □ Eine Rekonstruktion des politischen Humanismus Hannah Arendts*. Berlin: Akademie, 1992.
- _____. *Couragiertes Handeln*. Hamburg: Rowolt, 2002.
- HEUER, Wolfgang; HEITER, Bernd; ROSENMÜLLER, Stefanie (Org.). *Arendt-Handbuch*. Stuttgart: Metzler, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2002.